



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA

**MEMÓRIAS DA CIDADE: modernidade, sociabilidades e práticas educativas em
Cáceres/MT (1909-1948)**

Cuiabá/MT

Abril/ 2016

GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA

**MEMÓRIAS DA CIDADE: modernidade, sociabilidades e práticas educativas em
Cáceres/MT (1909-1948)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alexandra Lima da Silva

Cuiabá/MT

Abril/2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586m Silva, Giuslane Francisca da.
Memórias da cidade: modernidade, sociabilidades e práticas
educativas em Cáceres/MT (1909-1948) / Giuslane Francisca da Silva.
-- 2016
188 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Alexandra Lima da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação
em História, Cuiabá, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Memória. 2. Modernidade. 3. Sociabilidades. 4.
Escolarização. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do *Etrúria: Laboratório de Estudos de Memória, Patrimônio e Ensino de História*, vinculado ao Departamento de História/ICHS/UFMT.

GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA

**MEMÓRIAS DA CIDADE: modernidade, sociabilidades e práticas educativas em
Cáceres/MT (1909-1948)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alexandra Lima da Silva (UERJ/ UFMT/Orientadora- Presidente)

Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti (UFPI/Examinador externo)

Prof. Dr. Marcelo Fronza (UFMT/ Examinador interno)

Prof^a. Dr^a. Nileide Souza Dourado (UFMT/Suplente)

Cuiabá/MT

Abril/2016

Esse trabalho objetiva pensar alguns aspectos da história de Cáceres/MT (1909-1948). Embora tenha se apoiado em outras fontes como os periódicos e códigos de postura, a principal fonte explorada foram as narrativas orais, de uma parcela de cidadãos de Cáceres/MT, na qual grande parte, compõe as elites da cidade. Procura-se compreender como os moradores da urbe, especialmente as elites e os administradores públicos interpretaram os discursos de modernização/modernidade presentes no Brasil nesse período, e a partir desse momento, tanto essa categoria social que em sua maioria ocupava também os cargos da administração pública como os poderes administrativos local, procuraram na medida do possível criar medidas que possibilitassem Cáceres aproximar-se do modelo de “cidade urbanizada e civilizada”. O segundo movimento se deu no intuito de analisar as mais diversas sociabilidades tecidas entre os cidadãos, apontando também os jogos de interesses embutidos nessas interações, assim além de demonstrar a “segregação cultural” e social das categorias menos favorecidas economicamente, através de várias medidas de exclusão social instituídas pelas elites. E por fim, apresento algumas práticas educativas e do processo de escolarização em Cáceres, tomando por base a memória de ex-alunos. Para tanto, busca-se dar visibilidades as falas dos sujeitos que narraram sobre suas histórias de vida, procurando construir uma versão plausível sobre a histórica cidade de Cáceres/MT.

Palavras-chave: Memória. Fronteira. Modernização. Sociabilidade. História da Educação

ABSTRACT

This Project aims to observe some aspects of the history of Cáceres/MT (1909-1948). Although it has been based in another sources as the periodicals and the posture codes, the main explored source was the oral narrative of a portion of townspeople of Cáceres/MT, in which the most part, composes the elites of the city. It seeks to comprise how the county's inhabitants, especially the elites and the public administrators construed the speeches of modernization/modernity that were a constant presence in Brazil at this period, and from this moment, both this social category, that in its majority used to occupy also the public management positions as the local administrative powers, sought, as far as possible, to create measures that would enable Cáceres to approach of the "urbanized and civilized city" model. The second movement was given in order to analyze the various sociabilities woven among the townspeople, pointing also the interests games that were embedded in these interactions, so in addition to demonstrate the social and cultural segregation of the less economically favored categories, through various measures of social exclusion established by the elites. And lastly, I present some educational practices and from the schooling process in Cáceres, taking as a basis the former students' memory. To do so, it's sought to give visibility to the speeches of the subject Who narrated about their life stories, seeking to build a plausible version of the historic city of Cáceres/MT.

Keywords: Memory. Boundary. Modernization. Sociability. Education History.

Lembranças valem pelo que dizem e pelo que criam. Produzem vínculos identitários e perfilam o fazer-se sujeito através das próprias palavras que vão inaugurando os relatos.

Amauri Ferreira e Yonne Grossi, 2004.

As questões da memória têm a ver com nossos pertencimentos, com aquilo que imaginamos sobre nós mesmos, com nossos desejos que vamos construindo, desconstruindo e reconstruindo ao longo da vida.

Bittencourt Almeida, 2009.

Para minha mãe Maria Alves e em homenagem à memória de meu pai Olavo F. da Silva. Amores da minha vida. Razões pelas quais escrevo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um ato de humildade, pois significa reconhecer as contribuições e apoio recebidos durante a realização de um trabalho. Sendo assim agradeço primeiramente: A Deus por ter iluminado minha caminhada, pela graça, oportunidade e sabedoria. A Ti toda honra e glória.

Aos membros da banca de qualificação Prof^a. Dr^a. Ana Maria Marques, Prof.^a Dr.^a Nileide Souza Dourado e Prof. Dr. Marcelo Fronza pelas valiosas contribuições a esta pesquisa.

À banca de defesa Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti, Prof. Dr. Marcelo Fronza e Prof^a. Dr^a. Nileide Souza Dourado por aceitarem o convite de compor essa banca.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Alexandra Lima por ter acreditado na possibilidade de realização desse trabalho, pelas suas conversas, orientações, sugestões e paciência com que me auxiliou, pela dedicação que se mostrou durante nossos encontros, por suas contribuições na construção desse trabalho. Agradeço infinitamente por ter tido a oportunidade de ser orientada por você, pessoa tão amável. Serei sempre grata por tudo.

Aos colegas e professores vinculados ao Grupo de pesquisa Etrúria, especialmente a Alexandra, Marcelo, Renilson, e demais colegas, agradeço pela acolhida.

À CAPES pela bolsa concedida, cujo auxílio foi imprescindível para minha permanência no curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em História pela receptividade. Aos coordenadores e secretárias do PPGHIS-UFMT, Kelen Kátia, Alice e Ariane, pelo atendimento.

À prof.^a Maria do Socorro pela concessão das entrevistas aqui exploradas, serei sempre grata pela confiança.

Aos funcionários do NDIHR pela atenção nas vezes em que estive em pesquisa.

Agradeço aos colegas de curso, Sérgio, Rosário, e em especial a Luciana, pelo compartilhamento de ideias, desabafos e encorajamentos nos momentos difíceis e angustiantes de escrita.

À Magna Tatiane pela amizade sincera desde a graduação, obrigada pelo incentivo. Verônica pela acolhida em sua casa em Cáceres, nos momentos em que estive em pesquisa. À Ingridi Albus, sua amizade foi um dos melhores presentes que Deus me concedeu, obrigada por sua amizade sincera, orações e palavras de encorajamento.

Aos meus familiares, agradeço infinitamente pelo apoio, carinho e orações, especialmente aos meus pais, Olavo (*in memoriam*) e Maria, razões pelas quais escrevo e luto cotidianamente na esperança de que dias melhores virão. Espero um dia ser para alguém metade do que vocês significam para mim.

Aos meus amigos Adenísia, Ademilson e família pela acolhida, quando cheguei na cidade, me ajudando nos difíceis momentos em que as saudades de casa e da família batiam. Ao meu amigo Manassés sempre presente, ouvindo minhas lamentações, angústias. Nossas longas conversas tornaram menos amargo o período de reclusão para a escrita desse trabalho.

Agradeço ainda à família Oliveira, Marcelo e Sônia, e suas filhas, Mariane e Rayssa, pessoas maravilhosas que me acolheram com todo carinho.

A todos(as), obrigada.

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	15
Narrativas pela modernidade: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX	15
1.1. Urbanização e modernização das cidades brasileiras	16
1.3. Narrativas sobre a modernidade de Cáceres/MT	35
1.4. Nós e os outros... a estigmatização do “além fronteira”	47
CAPÍTULO II	60
Sociabilidades urbanas: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX	60
2.1. Lugares e espaços citadinos: revelando percursos	60
2.2. Espaços e práticas de sociabilidades em Cáceres	66
2.2.1. O Jardim Público: espaço de sociabilidade, aproximações e encontros	68
2.2.2. Ponte Branca: palco de histórias, memórias e lendas	78
2.2.4. Outras sociabilidades: piqueniques e bailes de carnaval	89
2.2.5. As touradas, cavalhadas e festas de santos: espaços do “povo” e de santos	95
CAPÍTULO III	108
Memórias da Educação: narrativas sobre instituições de ensino e escolarização	108
3.1. Contribuições da memória para a história da educação	108
3.2. Para entender as memórias da educação: caminhos da educação em Mato Grosso: primeiras décadas do século XX	112
3.3. Memória da(s) escola(s): narrativas sobre cotidiano escolar e processo de escolarização	119
3.3.1. Colégio São Luiz	121
3.3.2. Colégio Imaculada Conceição: instituição centenária em Cáceres/MT	126
3.3.3. Grupo Escolar Esperidião Marques	147

3.3.4. Ginásio Onze de Março	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERENCIAL	165
Fontes impressas.....	165
Fontes orais.....	165
Referências	166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casa Dulce & Cia.....	27
Figura 2: Vista Parcial da cidade.....	36
Figura 3: Vista parcial da cidade	39
Figura 4: Praça da Matriz.....	43
Figura 5: Mapa de Cáceres.....	48
Figura 6: Praça da Matriz e Jardim Público.....	69
Figura 7: Catedral, o Jardim Público e o coreto.....	73
Figura 8: Ponte Branca.....	80
Figura 9: Alunas do Colégio Imaculada Conceição.....	132
Figura 10: Grupo Escolar Esperidião Marques.....	148

As cidades não contam seu passado, elas o contêm escrito em seu traçado geográfico, em cada rua, casa, praça, beco e na memória daqueles que viveram e vivem nas mesmas e constituem parte do emaranhado de relações sociais nelas tecidas (MEDEIROS NETA, 2011). Um lugar permeado de significações acumuladas mediante a atuação do tempo, resultante de uma produção social, antes um produto da experiência visual de quem olha e, conseqüentemente, nela circula e a ressignifica. A cidade material se constitui em um suporte da memória, com possibilidade de orientar o conhecimento ou o reconhecimento dos sujeitos que nela transitam e/ou residem.

Nesse sentido, esta dissertação buscou analisar alguns aspectos sobre a história de Cáceres/MT. Procurou compreender como os moradores da urbe, especialmente as elites e os administradores públicos interpretaram os discursos de modernização/modernidade e, a partir desse momento, tanto essa categoria social que, em sua maioria, ocupava também os cargos da administração pública e os poderes administrativos, procurou, dentro do possível, criar medidas que possibilitassem Cáceres a se aproximar do modelo de “cidade urbanizada e civilizada”. O segundo movimento se deu no intuito de analisar as mais diversas sociabilidades tecidas entre os cidadãos, apontando também os jogos de interesses embutidos nessas interações, além de demonstrar a “segregação cultural” e social das categorias menos favorecidas economicamente, mediante várias medidas instituídas, sobretudo, pelas elites. E, por fim, apresenta algumas práticas educativas e o processo de escolarização em Cáceres, tomando por base a memória de ex-alunos acerca dessas questões. O objetivo foi produzir uma história da urbe através das percepções e concepções de seus moradores, em sua grande maioria, pertencentes às elites sem, contudo, ter a preocupação de produzir uma “nova história” sobre esta, ou tecer críticas sobre alguns trabalhos produzidos, mas buscou-se ao longo de toda a pesquisa escrever uma versão plausível sobre Cáceres, dando visibilidade aos sujeitos que a constituíam e constituem.

A escolha do título se deu na tentativa de abarcar as discussões realizadas em todos os capítulos. Um dos objetivos da pesquisa foi apontar alguns aspectos da história de Cáceres, que, até então, não foram contemplados pelos escassos trabalhos produzidos no âmbito da historiografia sobre a cidade, apesar da mesma ter-se constituído em “uma das mais importantes durante toda a Primeira República” (FANAIA, 2010, p. 60). Por se localizar às margens do rio Paraguai, Cáceres galgou entre o final do século XIX e parte do XX, um papel privilegiado

em Mato Grosso, juntamente com Corumbá e Cuiabá, constituindo-se, após a livre navegação pelo rio Paraguai, em portal de entrada e saída de mercadorias, imigrantes e migrantes que vinham em busca de fazer riquezas, sendo que a maioria se estabeleceu na cidade constituindo-se em comerciantes, em geral, bem sucedidos.

As fontes para a construção desse trabalho foram essencialmente a imprensa periódica e as narrativas orais. Os dois jornais utilizados foram *Argos* e *A Razão*; o primeiro tendo iniciado sua circulação em 1911 e o segundo em 1924. Ambos, por abrangerem a temporalidade aqui trabalhada (1909-1948), possibilitaram visualizar e compreender várias questões suscitadas nessa pesquisa. O acesso a essas fontes se deu mediante as várias idas ao Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR/ICHS/UFMT).

Quanto à utilização das narrativas orais, a escolha pela documentação se deu essencialmente a dois fatores: o primeiro diz respeito ao fato de que tais entrevistas constituem em uma fonte riquíssima para problematizar espaços, práticas, vivências e experiências dos atores sociais, em sua maioria, até então, desconhecidos e/ou ignorados pelos relatos oficiais sobre Cáceres; em segundo por acreditar que a utilização dos relatos de alguns moradores da cidade permitia que as vivências, práticas, costumes que envolvem a cidade de Cáceres e que, até agora, são inexistentes fiquem, de alguma maneira, registradas(os).

Entendo que os relatos orais tomados aqui como fontes/documentos, como qualquer outro documento escrito, não traz a veracidade daquilo que *realmente aconteceu*, como se acreditavam os historiadores ligados aos paradigmas cientificistas da História. Desse modo, reconheço que muitos aspectos que envolvem o ambiente da entrevista não foram por mim visualizados, tais como lágrimas, olhares, gestos, que vão além dos *ditos*. No entanto, por serem fontes que permitem pensar e compreender tempos inexistentes, e que muitas vezes não se encontram registrados em outras fontes, creio que o fato de não terem sido coletados por mim não inviabiliza sua utilização.

As entrevistas que servem de base para este trabalho são resultados do Projeto de Pesquisa “História, Memória e Oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres”, vinculado ao Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral (NUDHEO/ Departamento de História/ UNEMAT/Cáceres), sob a coordenação da professora Maria Socorro de Sousa Araújo. Este projeto reuniu depoimentos de pessoas residentes em Cáceres que, na época, contavam com idade acima de 60 anos e falaram de suas experiências de vida. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2005 e 2007, acompanhado por grupos de bolsistas. Inicialmente era aplicado um questionário único para cada entrevistado(a), mas por se tratar de histórias de vida,

frequentemente o(a) entrevistado(a) fugia da pergunta e a conversa tomava outros rumos. O critério de seleção dos entrevistados se deu essencialmente na busca de “ouvir” pessoas com maior idade, visto que um dos objetivos era reunir narrativas sobre aspectos da cidade que estavam se apagando em decorrência da passagem do tempo e não estavam registradas em documentos oficiais. As entrevistas foram gravadas e a seguir transcritas, sendo todas reunidas em um volume único, que hoje encontra-se depositado no NUDHEO (Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral), vinculado ao Deptº. de História da Universidade do Estado de Mato Grosso.

No total foram entrevistadas dezoito (18) pessoas; destas, dez (10) homens e oito (8) mulheres. Grande parte dos(as) entrevistados(as) são pessoas que galgaram de grande influência política e poderio econômico. São em geral, filhos(as) ou netos(as) de europeus, que se constituíram nas elites sociais e políticas de Cáceres. Tais elites eram compostas por grandes comerciantes, fazendeiros, chefes políticos, bancários, médicos, advogados, e etc, sendo estes, também, os administradores políticos da cidade. No final, cada família do(a) entrevistado(a) recebeu uma cópia do documento, sendo verificada a autenticidade das transcrições e, a seguir, assinadas as documentações necessárias para a utilização desse tipo de fonte.

O volume de entrevistas resultante do projeto acima mencionado foi cedido pela coordenadora do projeto, a Profª. Maria do Socorro, estando esta ciente de sua utilização nessa pesquisa, sendo obedecidos os termos que constam nas cartas de cessão. Das dezoito (18) entrevistas, foram selecionadas dezessete (17), visto que uma delas não contemplava as temáticas discutidas nessa pesquisa, por se referir ao universo rural, como que a espacialidade abarcada na pesquisa diz respeito ao ambiente urbano de Cáceres.

Consciente de algumas críticas que possam surgir, creio ser plausível justificar o motivo pelo qual optei por utilizar entrevistas já coletados e transcritas. Pois bem, arrisco uma resposta: a temporalidade abarcada na pesquisa compreende as décadas iniciais do século XX. Em decorrência de tal fator, grande parte dos moradores que viveram nesse período já falecerem, outros, devido à idade avançada, encontram-se indispostos a concederem novas entrevistas.

Compreendo que a reconstituição da memória (com todas as especificidades que serão discutidas mais adiante) em meio à sociedade da informação, da tecnologia e do tempo, cada vez mais acelerado, que ocasiona a perda cada vez mais rápida da significância de objetos e acontecimentos, permite “conservar” espaços, acontecimentos, sociabilidades,

enfim, um universo que não existe mais, na medida em que a “reconstituição” dessa memória adormecida, permite conhecer a cidade subscrita em um passado distante ou recente, repletos de *agoras* inexistentes, visto que “(...) lembrar não é, mas refazer, reconstruir com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (CHAUÍ, 1987, p. 20). Desse modo, os sujeitos mediante o trabalho da rememoração, trazem a possibilidade de se conhecer um pouco desse passado agora inexistente.

Um dos movimentos iniciais foi trazer um breve apanhado sobre a história de Cáceres. À margem oriental do rio Paraguai, no dia 6 de outubro de 1778, por ordem do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres é lavrada a Ata de fundação de Villa Maria do Paraguay, nome recebido em homenagem a D. Maria I, rainha de Portugal, a sete léguas ao norte da foz do Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, no caminho de Vila Bela para Cuiabá (MENDES, 2009). Cáceres, assim como outros municípios localizados na vasta fronteira oeste, firmou a posição de Portugal no ocidente de Mato Grosso, assim consta na Ata de fundação:

(...) no lugar onde se dirige a estrada que seguia à Cuyabá desde Vila Bela (...) uma povoação civilizada. aonde se congregassem todo o maior numero de moradores possível , compreendidos todos os casaes de índios castelhanos proximamente desertados para este Dominios Portuguezes da Província de Chiquitos” (SIMON & AYALA, 1914, p. 350).

A iniciativa de fundar uma vila nessa localização está calcada em um aspecto já muito discutido nos estudos sobre a fronteira oeste, sendo um consenso entre os estudiosos do assunto que o pequeno povoado tinha por objetivo ser o “antemural” da colônia, pois convinha, para Portugal, esforçar-se para se manter presente na fronteira, a fim de enfraquecer o império espanhol, conquistador das terras vizinhas.

Ainda que a localização geográfica de Mato Grosso fosse privilegiada, a província, desde o período colonial até metade do século XIX, enfrentava problemas de comunicação com as demais regiões, devido ao longo e oneroso percurso terrestre que ligava Mato Grosso a outras cidades. Sendo assim, o governo brasileiro iniciou uma série de negociações com o governo paraguaio com o objetivo de franquear a navegação pelo rio Paraguai. Entre outros, encontrava-se a necessidade de assegurar o abastecimento de mercadorias, que devido ao longo percurso terrestre em tropas de mula, acarretava no encarecimento destas mercadorias, como também visava o escoamento mais acelerado de matérias- primas produzidas na região (GOMES, 2011).

Após longas negociações é assinado em 1856 o *Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradicação*, estabelecido entre Brasil e Paraguai, que possibilitou a abertura da navegação fluvial pelo rio Paraguai, facilitando a mobilidade de estrangeiros em terras mato-grossenses favorecendo a economia de importação e exportação entre Mato Grosso e os países do Prata (Paraguai, Argentina e Uruguai). A interligação da província com esses países e com cidades do litoral brasileiro, e até mesmo com a Europa, interferiu em toda organização social, cultural, política e econômica de Cáceres.

A livre navegação permitiu, não apenas à Vila Maria¹, mas a então Província de Mato Grosso, um súbito desenvolvimento, ocorrendo uma espécie de encurtamento das distâncias que a separavam das demais cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades como Assunção, Buenos Aires, inclusive com alguns países da Europa, haja vista que os contatos entre estas cidades passaram a ser mais constantes.

O aumento de embarcações que percorriam esse trajeto, levando e trazendo mercadorias e passageiros, grande parte deles imigrantes que viriam a se estabelecer em Mato Grosso, “propiciou a aproximação entre grupos e povos, com diferentes costumes, idiomas e modos de vida” (GOMES, 2011, p.74). Para Mendes (2010, p. 11), nesse momento, tem-se em Vila Maria, o início da vida urbana expressa no aumento da área habitada, sendo que em 1861, a vila já se apresentava com “seis ruas, dois largos e quatro travessas”, adquirindo o *status* de cidade portuária que desempenhará até a navegação fluvial ser substituída pelas rodovias.

No entanto, com o início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), Mato Grosso, como um todo, passou por um período de “isolamento”, visto que o principal meio de comunicação com as demais localizações ocorria via navegação pelo rio Paraguai. Foi somente em 1870, com o fim do conflito armado, que Mato Grosso voltou a conectar-se com outras localidades mediante navegação via rio Paraguai.

Nesse momento, Vila Maria e, posteriormente, São Luiz de Cáceres passaram a ocupar um lugar de destaque, passando a receber algumas levas de imigrantes, entre eles alguns europeus². O percurso fluvial fazia-se da seguinte maneira: as embarcações lançavam-

¹ Pela Lei de nº 1 de 28 de maio de 1859, Vila Maria é elevada a categoria de Vila. Passando a exercer sobre si mesma o governo, através da criação da Câmara Municipal. Em 30 de maio de 1874, pela Lei Provincial, Vila Maria do Paraguay, recebe a categorização de cidade, alterando a denominação para São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro da cidade, São Luiz. Pelo Decreto -lei estadual de 1938, a cidade passa a denominar-se Cáceres.

²Como consta no Album Graphico de Mato Grosso, Cáceres possuía alguns imigrantes, “havendo de estrangeiros mais ou menos o seguinte: bolivianos 60; paraguaios 30; syrios 30; portugueses 20; italianos 5; alemães 4;

se no rio Paraguai, depois navegavam pelo Paraná e, posteriormente, desembocavam no rio do Prata, chegando ao Oceano Atlântico. A partir desse percurso poderia se chegar à costa do país ou seguir para a Europa. Essa ligação com outros lugares possibilitava não apenas a manutenção de relações comerciais, mas também permitia uma vivência social e cultural com outros centros urbanos, especialmente com o litoral.

Com o intuito de mapear o que já foi dito sobre a cidade, realizei um levantamento bibliográfico e, através deste, foi possível localizar algumas referências. Em âmbito nacional, não foi encontrado nenhum trabalho que enfoque aspectos ligados à cidade. A maior parte dos trabalhos são dissertações de mestrado produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

No trabalho *O governo local na Fronteira Oeste do Brasil: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)*, Maria Fanaia Castrillon (2006) aborda as intervenções da Câmara Municipal nos espaços urbanos de São Luiz de Cáceres, no período de 1859 a 1889. A delimitação temporal escolhida pela autora refere-se a dois momentos de suma importância no contexto histórico de Vila Maria: 1859 diz respeito ao momento em que esta foi elevada à categoria de vila, passando a ter uma Câmara Municipal; e 1889 data do fim do regime imperial no país. Esses trinta anos abarcados na pesquisa, segundo a autora, apontam, para as primeiras intervenções do poder local em relação ao espaço urbano da então Vila Maria.

Cabia à Câmara, também, editar o Código de Postura elaborado pela primeira vez em 1860, e passará a partir desse instante a regular o mercado econômico e a relação dos homens e mulheres que compunham o espaço urbano. As normativas que compreendiam os estatutos do Código relacionavam-se a saúde pública, fiscalização sobre a venda de gêneros alimentícios, alinhamentos das ruas, terrenos e prédios, além de fiscalizar o andamento das obras públicas.

Marta Baptista na obra *o Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella* (1998) procura através da memória de sua vó Estella

franceses 2; argentinos 2”. Alguns imigrantes europeus, ganharam notoriedade pelo acúmulo de riquezas que fizeram na cidade, como é o caso do italiano José Dulce, tendo chegado em Cáceres em 1871, de um simples comerciante ambulante, tornou-se mais tarde o proprietário da maior e mais elegante casa comercial de Cáceres, a “Casa Dulce & Cia” ou “Ao Anjo da Ventura”, mais tarde adquiriu da Itália, o famoso Vapor *Etrúria*. Para mais informações ver: SIMON, F; AYALA, S. C.O Município de São Luiz de Cáceres. In. **Album Gráfico de Mato-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914. GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cérzósimo. **Viveres, fazeres e experiências dos italianos em Cuiabá (1890-1930)**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2005.

‘contar’ a História de Cáceres, descrevendo sobre alguns espaços, assim como alguns problemas e dificuldades enfrentadas pelos moradores da cidade, tais como ruas sem calçamento e sem iluminação, os animais que perambulavam em meio aos transeuntes. No entanto, em alguns trechos do livro, nota-se claramente a repetição de estereótipos relacionados às categorias populares, ao passo que a leitura que se faz da cidade acaba por retratar a percepção da mesma, a partir da ótica das elites, com a acentuação de alguns estereótipos das camadas populares.

Luciana Freitas (2012) em sua dissertação de mestrado *Imprensa e Poder nos tempos de Segurança Nacional: Cáceres: MT (1969-1984)* se dedica especialmente no capítulo três do trabalho à análise dos discursos de vários jornais que circulavam em Cáceres entre o período analisado, entre eles o *Correio Cacerense*; *Jornal de Cáceres*; *O Jornal e Folha do Povo*, voltando sua atenção especialmente para o primeiro que se dedicará em trazer à população o processo de desenvolvimento econômico de Cáceres, entre 1969-1984, período em que a cidade passou a ser interesse da Segurança Nacional.

A autora expõe o significado das rodovias BR 070 e BR 174 para Cáceres naquele período, símbolo do progresso que passaria a representar a fronteira entre o mundo civilizado do Centro-Sul e a Amazônia. As rodovias possibilitariam a chegada de novos imigrantes (preferencialmente europeus) que dinamizariam a economia local e proporcionaria a modernização do município. A cidade *sairia* então do *atraso* para atingir um novo patamar de desenvolvimento.

Os jornais, especialmente o *Correio Cacerense*, atuavam como um porta-voz das pretensões do município em ser reconhecido como moderno e aberto ao progresso. Concomitantemente, as elites políticas e econômicas locais apontavam os ideais de progresso e civilização, ao passo que os jornais se encarregavam de apontar os rumos a serem tomados pelo município, delimitando o papel de cada segmento social nesse processo. Sua função de um lado era elogiar e promover as boas ações e de outro lado, condenar aqueles que dificultassem o acesso de Cáceres ao patamar de cidade civilizada. Com o desenvolvimento econômico, passou-se também a cobrar mudanças relacionadas aos costumes dos moradores da cidade, procurando eliminar os elementos que não se encaixavam no projeto civilizador.

O livro *História e Memória: Cáceres*, organizado por Elmar Figueiredo e Otávio Chaves, foi lançado em 2011 em homenagem aos duzentos e trinta e três anos de fundação da cidade. Esta obra é composta por vários artigos que abordam as mais variadas temáticas relacionadas à longa trajetória histórica da cidade. Os trabalhos se iniciam apresentando o

processo de formação da cidade, ainda no período colonial, enfatizando o processo que propiciou a origem de Vila Maria do Paraguai (1778).

Em alguns artigos, os autores analisam o difícil processo de consolidação e fixação da fronteira oeste, que por ora eram ameaçadas pela invasão durante a Guerra com o Paraguai, ora devido à dificuldade em estabelecer mecanismos que permitissem controlar a vida dos moradores da cidade, através da organização do poder público municipal, organizado em torno da Câmara dos Vereadores, fundada em 1859.

Outros textos se atêm em analisar o desenvolvimento de práticas políticas entre o final do século XIX e início do XX, além de ressaltarem alguns mecanismos de hierarquização e controle por parte dos governantes locais. Na última parte do livro, seus autores fazem uma reflexão em relação à Cáceres contemporânea, buscando enfatizar os comportamentos tidos como desviantes perante a sociedade, além de evidenciar as dinâmicas da vida cotidiana dos moradores da cidade.

Em uma perspectiva bastante diferenciada das demais, Rubens Gomes Lacerda (2009) em *Os artesãos da memória nas tramas e retramas da História: identidade e memória em Cáceres no limiar do século XXI*, a partir da perspectiva pós-estruturalista, tece uma série de críticas referentes à história oficial de Cáceres, consolidada pelos discursos de uma hegemonia política e econômica. A partir de uma história genealógica-foucaultiana, o autor criticará essa história sedimentada da cidade construída ao longo do tempo, especialmente em 1978, quando ocorrem, durante todo ano, eventos comemorativos aos duzentos anos de fundação da cidade.

O autor parte do princípio de que a narrativa histórica (oficial) da cidade resume a história da mesma em poucos lugares, como a Casa Dulce, o Marco do Jauru, as Fazendas Jacobina e Descalvados, ao passo que as categorias populares permanecem excluídas dessa narrativa. Embora a proposta inicial seja uma análise, dos construtores da memória histórica da cidade, no decorrer do texto fica claro que o intuito do autor é discutir o ofício do historiador como desconstrutor de uma memória sedimentada.

Os relatos orais revitalizam os narradores, à medida em que possibilitam a estes tanto produzir como atribuir significações aos tempos vividos. As narrativas permitiram conhecer os mais distintos espaços urbanos que, no decorrer do tempo, se tornaram inexistentes, revelando, ainda, comportamentos, costumes, hábitos, valores, enfim, todos os símbolos do tempo vivido pelo narrador. A memória foi entendida como “organismo” vivo em “permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p.

09), isto é, estar ciente de que as memórias expostas nas narrativas são construções dos sujeitos sobre si e que, na rememoração, alguns acontecimentos são lembrados, outros são “silenciados” mediante interesses do narrador. As discussões em torno da memória realizadas por Fenellon (2004) foram utilizadas na medida em que estas, como campo de análise, possibilitam perceber as lutas e tensões sociais e formas de dominação e legitimação de poder, uma vez que foram as circunstâncias quem definiram, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas plausíveis.

Procurou apontar a relevância das narrativas orais como fontes, visto que longe de se constituírem como fontes limitadas, os relatos dos habitantes que vivenciaram a dinâmica da cidade de Cáceres revelam “tempos” e “espaços” que se tornam conhecidos através do trabalho de rememoração. Daí a importância dos relatos de memória, pois as expressões, o valor simbólico que alguns espaços adquirem na memória coletiva da cidade não são possíveis de serem percebidos em documentos escritos. A memória torna-se importante categoria nas análises, como campo de lutas, tensões sociais e formas de dominação e legitimação de poder. Muitas memórias foram esquecidas e/ou silenciadas (POLLAK, 1982) pelos “grandes temas” da historiografia que, durante muito tempo julgaram desnecessária a conservação/preservação de algumas memórias.

As discussões de Guimarães Neto (2006) foram significativas para esta pesquisa, visto que segundo esta, as narrativas permitem conhecer os mais distintos espaços urbanos que, com o decorrer do tempo, se tornaram inexistentes, revelam comportamentos, costumes, hábitos, valores, enfim todos os símbolos do tempo vivido pelo narrador, levando em consideração os interesses do presente envoltos no processo de rememoração. É nesse sentido que “construir narrativas acerca dos eventos passados não é copiar, imitar “tal como foi”, mas um ato criativo, produtor de efeitos de encenação, que reúne e configura os múltiplos eventos passados na tessitura das tramas, conferindo-lhes inteligibilidade. Em última instância, cria a vida no território dos mortos” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 146).

Os estudos acerca da modernidade no Brasil realizados por Nicolau Sevcenko (1999) foram imprescindíveis para compreender a dimensão dos projetos de remodelação do traçado urbano, vivido em quase todas as cidades brasileiras entre o final do século XIX e XX. O autor trabalha o processo de “regeneração” do Rio de Janeiro entre 1902-1906, que ao final das reformas, passou a servir de “modelo”, a capital cultural do país, e, portanto, deveria ser copiada pelas cidades mesmo as tidas nos “rincões da civilização”.

Entretanto, não apenas os espaços das cidades sofreram modificações, como assinala Maria D’Incao (2004). Segundo a autora, o modelo de sociedade burguesa que triunfara pretendia livrar-se de tudo aquilo que remetia ao passado colonial-imperial. Na busca de um novo status, a burguesia passou a lutar contra todos os comportamentos e hábitos tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação.

Em Mato Grosso, incluindo Cáceres/MT, embora com menor intensidade, o cenário não foi diferente. Contrariando alguns estudos que afirmam que a província permaneceu durante muito tempo em estado de letargia, através da utilização de periódicos e das narrativas orais de moradores de Cáceres, foi possível perceber que esta, assim como outras cidades, era possuidora de um projeto de remodelação do espaço urbano, sendo adotadas várias medidas para tal finalidade. No entanto, muitas delas não foram postas em prática, haja vista que não dispunham de recursos financeiros suficientes para a implementação de grandes reformas urbanas. Desse modo, buscou-se mostrar que Cáceres não estava isolada, mas que em vários aspectos estava concatenada com os grandes centros urbanos, como por exemplo, as reformas urbanísticas, os discursos de modernização/modernidade, delimitação de novos espaços e sociabilidades com características marcadamente burguesas. No que diz respeito à educação, em 1912 recebeu a implantação do Grupo Escolar, que buscava adotar os mais modernos métodos educacionais, além de toda simbolização de modernidade que a República procurava demonstrar, a iniciar pelas edificações.

A partir da abertura da navegação pelo rio Paraguai, em 1856 e, mais fortemente, no pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), quando a navegação foi reaberta, a população de Cáceres, principalmente as elites, mantinham um constante contato com o Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo com cidades da Europa, em decorrência desse *ir e vir* de seus moradores (as elites) e através da chegada de imigrantes, sobretudo europeus, a cidade implementou diversas medidas de modernização, a iniciar pelo processo de modificação de suas edificações, sendo construídas grandes casas em estilo neoclássico e eclético, agora possível graças à entrada de novos materiais e técnicas importadas, principalmente da Europa, embora mantivessem a mistura com outras técnicas de construção como o estilo colonial.

O contato estabelecido com os centros urbanos, sobretudo do litoral, propiciou que Cáceres também experimentasse um processo de modificação dos hábitos e costumes, a começar pelas elites que passaram a condenar os hábitos e costumes populares, assumindo uma postura de negação de todo e qualquer elemento cultural dessas categorias que pudesse

macular a imagem civilizada da sociedade dominante, um projeto agressivo e totalmente identificado com o modo de vida europeu, especialmente parisiense que foi, durante muito, tempo modelo de sociedade civilizada.

O trabalho de José Carlos de Souza (2008), sobre a modernidade em Corumbá possibilitou perceber semelhanças entre Cáceres e aquela cidade. Talvez em decorrência do constante contato entre as cidades e, por ser uma característica desse momento histórico vivenciado no país, é possível perceber várias semelhanças nesse aspecto. Souza (2008) assinala que a concepção de progresso defendida e embasada no cientificismo foi amplamente compartilhada pela imprensa corumbaense, como também foi possível notar nos periódicos de Cáceres.

A remodelação do traçado urbano veio acompanhada da criação de novos espaços de vivências e sociabilidades mais identificadas com a vida urbana. Nessa perspectiva, as discussões sobre *lugares* e *espaço*, foram formuladas a partir de Michel de Certeau (2014, p. 184). Para este, a concepção de *lugar* está vinculada à ideia de ordem indicando, sobretudo uma “configuração instantânea de posições”. Já os *espaços* resultam do cruzamento de móveis, se constituindo a partir da ação e dos movimentos dos sujeitos sobre os mesmos, sendo produzidos pelas múltiplas e diversas operações que o orientam, “o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...) rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres” (CERTEAU, 2014, p.184), são pensados como cruzamentos de homens e mulheres em mobilidade, resultantes de inúmeras relações sociais. Em suma, o espaço é um lugar praticado.

Buscou-se a partir das discussões de Calvino (1990) pensar a cidade como resultado das percepções dos mais distintos cidadãos que nela circulam, visto que a cidade desenha-se a partir daquele que a observa, ao passo que existem e convivem em um mesmo espaço variadas experiências, a partir dos diversos grupos sociais que a produz. Sobre a dinâmica que constitui a cidade, Calvino (1990, p. 17), assinala que “cada pessoa tem em sua mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares”. A cidade então, nessa perspectiva, deve ser compreendida como um espaço heterogêneo, múltiplo, ao mesmo tempo em que carrega particularidades dos sujeitos que transitam por suas avenidas, ruas, praças, vielas e etc. Para Calvino (1990, p. 07), “a cidade não é feita disso (traçados geométricos), mas a partir das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”.

Os espaços podem ser compreendidos a partir da perspectiva de que sua construção ocorre permanentemente mediante à atividade coletiva dos indivíduos que neles transitam, um “campo de inter-relações sociais no qual estão estreitamente associados ao lugar, o social e o cultural” (FANTINEL, 2012, p. 45), ou seja, os espaços são construídos de acordo com as interações estabelecidas entre os indivíduos. Essa interação é definida por Simmel (1997) como sociabilidades, e foi tomada como ponto de partida para compreender as mais variadas dinâmicas da vida urbana da cidade de Cáceres no início do século XX. A partir do momento em que o indivíduo se encontra em uma sociedade, mediante aquilo que Simmel (1997) denomina de *impulsos/interesses* passa então a desenvolver conteúdos e interesses, que podem ser tanto materiais e/ou individuais, proporcionando o processo de sociação. Para o sociólogo, a maneira como esse processo de sociação se desenvolve passa a existir por si mesma. Este processo se constitui em *sociabilidade*.

Procurei analisar as instituições de ensino como “espaços de memória” e, para tanto, os estudos de Clarice Nunes (2003) foram essenciais. Para esta autora, as escolas são espaços nos quais se tece parte da memória social de uma determinada cidade. O conhecimento do universo escolar possibilita compreender as instituições escolares para além de suas finalidades específicas (de ensinar), mas também percebê-las como territórios de lenta aprendizagem do mundo exterior, isto é, uma educação para além da sala de aula, educação para vida. Os códigos desse universo transparecem na definição de um espaço que lhe é próprio, no uso do tempo, nas regras disciplinares, nas vestimentas específicas e numa pluralidade de objetos.

Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, “*Narrativas pela modernidade: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX*” buscou-se compreender de que maneira Cáceres interpretou e incorporou os discursos de modernização/modernidade em voga no Brasil entre o final do século XIX e mais propriamente no início do século XX. Inicialmente foram analisados os discursos de modernização/modernidade presentes no Brasil nesse período. A seguir, procurei inserir Cáceres no contexto das mudanças e transformações ocorridas no país nesse momento.

A partir do momento em que ocorre a reabertura da navegação pelo rio Paraguai (1870), quando a cidade novamente passa a conectar-se com as cidades do litoral, tanto as elites quanto os administradores empreendem uma série de projetos no intuito de remodelar o espaço urbano, bem como modificar os hábitos dos cidadãos, partindo, obviamente das elites. Apesar dos poucos recursos financeiros que possuía, vários projetos foram criados com o

intuito de modernizar o espaço urbano, como por exemplo, a arborização de ruas, avenidas e praças, calçamento das principais vias, construção do cais do porto, matadouro municipal, Jardim Público, entre outras obras concluídas, e outro tanto que sequer saíram do papel por falta de recursos. Contudo, as intervenções não ficaram restritas à modernização do espaço urbano, pois nesse período, o poder público interferiu diretamente na vida dos cidadãos, disciplinando e regularizando suas condutas. Buscou-se ainda pensar a representação das elites acerca do pertencimento a uma cidade fronteiriça, vistos por estas, como um país “atrasado”, “indolente”, sem “lei” (a Bolívia) em contraposição com a Cáceres que se buscava construir aos moldes de modernização e civilização ao mesmo tempo em que as categorias sociais populares, denominadas de “bugres” foram duramente estigmatizadas.

No segundo capítulo, *“Sociabilidades urbanas: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX”* discuti alguns espaços de sociabilidades que se constituíram em Cáceres nas primeiras décadas do século XX. Pelas narrativas orais foi possível perceber como se configuraram as vivências e experiências dos sujeitos no universo citadino de Cáceres, expressando-se de múltiplas formas, resultantes da mistura de variadas culturas, etnias, grupos sociais, ao mesmo tempo em que ocorria a delimitação de espaços de convivências específicas para cada grupo social. As narrativas orais propiciaram vislumbrar as mais variadas facetas das sociabilidades urbanas, as normas instituídas em algumas delas, bem como a afirmação das elites perante a sociedade cacerense. Permitiu, ainda, desmontar alguns estereótipos nos quais a cidade nesse período era como se fosse uma extensão da vida nos campos. Dessa maneira, foi possível “resgatar/registrar” algumas sociabilidades desse período, como por exemplo, os passeios no Jardim Público e na Ponte Branca, cadeiras nas calçadas, piqueniques, saraus, carnaval, cavallhada, touradas e as festas de santos. ,

No terceiro capítulo *“Memórias da Educação: narrativas sobre instituições de ensino e escolarização”* procurou-se abordar aspectos do processo de escolarização, vivências, sociabilidades, cotidiano escolar, entre outros elementos que compõem o cotidiano escolar dos sujeitos. As memórias dos(as) ex-alunos(as) apontaram basicamente para quatro instituições de ensino. Os relatos referem às mesmas instituições e, não raramente, os(as) entrevistados(as) eram colegas de classe ou amigos(as) bem próximos, moradores(as) das mesmas ruas. São essas as instituições: Colégio Imaculada Conceição, Colégio São Luiz, Grupo Escolar Esperidião Marques e Ginásio Onze de Março. As duas primeiras instituições pertenciam à iniciativa privada (a primeira ainda está em funcionamento e figura entre as mais importantes instituições de ensino de Cáceres), fundadas e mantidas por religiosos; as outras

instituições eram e ainda são públicas, sendo fundadas em 1912 e 1948 respectivamente. Os relatos apontaram para uma série de elementos que compõem o cotidiano escolar, como por exemplo, as normas, disciplinas, bem como nomeiam sujeitos, descrevem amizades, travessuras, medos, sonhos realizados ou não, frustrações, decepções, mágoas entre tantos outros sentimentos que, muitas vezes, não podem ser descritos com palavras, mas são perceptíveis nos olhares, gestos, tons de fala...

Para tanto, a presente dissertação pautou-se, sobretudo, em dar visibilidade a alguns aspectos da história de Cáceres, ainda desconhecidos por grande parte de seus moradores atuais e/ou mais jovens. A falta de referências para se pensar algumas temáticas tornou penosa a construção desse trabalho, contudo, espera-se que contribua para futuras pesquisas acerca da “princesinha do Paraguai”.

Narrativas pela modernidade: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX

As indagações que norteiam esse capítulo pautam-se em compreender de que maneira Cáceres/MT interpretou e incorporou os discursos de modernização/modernidade em voga no Brasil entre o final do século XIX e, mais propriamente, no início do século XX. Para tanto, utilizo os relatos orais de alguns sujeitos pertencentes às elites da cidade e, além destes, optei por utilizar a imprensa periódica por compreender que esta se configura como uma rica fonte de pesquisa para o trabalho que proponho desenvolver.

Busco entender a concepção de modernidade almejada especialmente pelas elites da cidade, bem como apreender em que base se constituíram as representações acerca da modernização/modernidade entendidas aqui como civilização e progresso. Quais as relações desses discursos com as camadas elitizadas? Quais os significados que os depoentes atribuem à cidade nesse período? Estas são algumas indagações que movem essa parte da pesquisa.

O trabalho com os relatos orais permitiu “reacender” memórias e vozes que se encontravam adormecidas e que se perderam em meio ao processo de modernização. Entendo que o silêncio a respeito do passado longe está de conduzi-lo ao esquecimento, pois o mesmo se constitui na resistência que um determinado grupo social possui a respeito dos excessivos discursos oficiais (POLLAK, 1989) que, na construção de uma história oficial, ignora os grupos sociais que não fizeram parte dos “grandes feitos”, muito menos se constituíram em “grandes personagens desses processos”.

As narrativas orais não são meramente exposições da memória, mas sim, uma descrição que perpassa entre os dois tempos, passado e presente, reconstruindo ambientes, imagens, sons, possibilitando atualizar o passado no presente, considerando que as narrativas são frutos de “uma nova construção”, em que são expressas mediante aquilo que para o narrador convém contar. Entre vários outros significados e sentidos, as memórias desenham territórios dos agentes sociais, pinçando o traçado dos espaços em que se realizaram as experiências humanas. Para Guimarães Neto (2006) o trabalho com relatos orais requer cuidados indispensáveis, sendo necessário aplicar a eles o mesmo rigor metodológico

utilizado em outras fontes, ao mesmo tempo em que estas não devem ser interpretadas como uma reconstituição real do passado.

Os espaços, acontecimentos, as sociabilidades e a vida escolar adquiriram diferentes significações expressas nos relatos de pessoas que contaram suas experiências de vida. A memória carrega marcas da relatividade, da descontinuidade, da subjetividade e da impossibilidade de se conseguir a descrição plena daquilo que se passou. No entanto, carrega em si a possibilidade de trazer ao presente “nuances do passado” (DORIS ALMEIDA, 2009) que podem estar esquecidas e não raro impossíveis de se encontrarem em outra documentação. As narrativas são permeadas por uma gama de relações simbólicas, que também instituem tempos de vida, permitindo conhecer espaços de convivências sociais, as estratégias de uso e as diferentes significações sobre os espaços da cidade.

1.1. Urbanização e modernização das cidades brasileiras

As ruas da pequena cidade não eram calçadas e tinham estreitos passeios de tijolos. As casas térreas eram caiadas de branco (...). Mas ali mesmo em Cáceres o espírito do novo Brasil já ia penetrando (...) (grifo meu) (ROOSEVELT, 1944, p. 138).

Conhecida e notória, como á a nossa isenção de ânimo, bem como a imparcialidade característica das nossas apreciações em qualquer dos domínios sociaes, é bem de ver que nos domina neste instante outro sentimento serão o de vermos esta bella terra, que nos é tão cara, marchando ainda que com lentidão, na senda do verdadeiro *progredir* (ARGOS, 1912, p. 1).

As epígrafes acima são, a meu ver, representações peculiares de um momento que especialmente as elites da cidade de Cáceres, formadas por comerciantes bem sucedidos, principalmente imigrantes europeus, fazendeiros e chefes políticos, buscavam romper com vários estereótipos comumente utilizados para se referirem à cidade localizada na fronteira oeste do Brasil.

O primeiro trecho foi retirado do livro de memórias *Através do sertão do Brasil* (1944) escrito pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt como resultado da expedição empreendida por ele e Rondon, denominada pelo governo brasileiro de Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914), cujo objetivo inicial era coletar espécimes de mamíferos e aves para o Museu de História Natural de Nova York. O trajeto inicial era explorar os vales dos rios Paraguai e Amazonas. No entanto, atendendo ao Ministro Lauro

Müller, que via na descrição das populações, fauna e da flora do país a possibilidade de “mostrar” ao mundo um Brasil ainda “desconhecido”, Roosevelt fez então ricas descrições dos locais por onde passava³.

Já no segundo fragmento extraído do jornal *Argos* de 27 de outubro de 1912, é possível perceber nitidamente o sentimento de exaltação e amor à terra cacerense, da mesma forma em que se busca alcançar a “modernidade” e o “progresso”, sentimentos característicos desse período e que foram incorporados por várias localizações do país, seja nos grandes centros urbanos a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros, seja em cidades menores, como Cuiabá, Corumbá, Cáceres, etc., cada uma, a sua maneira, empenhava-se em se enquadrar no modelo de cidade moderna e higienizada ditada pelo Velho Mundo, especialmente a França. É possível perceber, ainda, o estado de ânimo de seus moradores em relação ao desenvolvimento da cidade, que apesar da lentidão, segue aos poucos marchando rumo ao “progresso”. Qual o significado de progresso naquele momento? O que possibilitava uma cidade ser identificada como civilizada, moderna? Proponho-me a discutir essas questões a partir de agora.

Nesse momento em especial, as cidades brasileiras, umas de maneira mais acelerada, como os grandes centros urbanos que contavam com maiores recursos financeiros, a exemplo das cidades citadas acima, outras com menor intensidade, se tratando de cidades menores, como Cáceres, que muitas vezes encontravam-se entregues à própria sorte, desempenhavam por meio de um conjunto de medidas, o papel de espaço “civilizatório” de seus habitantes, a começar pelas elites, ao buscar dentro de suas possibilidades ajustarem-se à nova situação, iam estabelecendo “pontos de aproximação não restrita ou minimamente aceitável do ponto de vista estética das urbes que lhes serviam de referências, mas também de modos de viver e uma sociabilidade, mais do que apenas aceitável, imprescindível aos padrões do “novo” século XX” (FANAIA, 2010, p.62).

A tão almejada *civilização* ganhou notoriedade dentro do processo histórico com a filosofia das luzes a partir de meados do século XVIII, momento em que estavam em pauta discussões sobre “cultura e civilização, progresso e liberdade, educação e liberdade” (CANOVA; OLIVEIRA, 2013, p.135). Essas concepções perpassaram o Setecentos,

³ Embora tenha sido publicada nos Estados Unidos ainda em 1914, no Brasil a obra só foi traduzida e publicada em 1944. Para mais informações ver: ROOSEVELT, Theodore. **Através do sertão do Brasil**. Tradução: Conrado Erichsen. SP/RJ/RE/BA/Porto Alegre: Cia da Editora Nacional, 1944.

formando uma espécie de “legado” para os ocidentais. A partir da segunda metade do século XIX, com a II Revolução Industrial, que marca a consolidação do capitalismo como modelo privilegiado e a hegemonia política dos países industrializados na Europa, ocorrendo então, a partir daí a propagação do ideário burguês-liberal de *progresso* e *civilização*, para muito além do Velho Mundo.

Referência nos estudos sobre o processo civilizador, Nobert Elias (2011, p.23) afirma que a terminologia *civilização* refere-se a uma grande variedade de fatos ao “nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes” ou pode se referir ainda às variadas formas de habitações ou “à maneira como homens e mulheres vivem juntos”. Pode ser ainda uma espécie de qualidade que faz ou deve constituir o modo pelo qual estipula o viver em sociedade, uma forma de observação das distintas organizações humanas, demonstrando o longo caminho pelo qual uma dada sociedade progride da *selvageria* à *civilização*.

O termo *civilização* remete ainda à possibilidade de civilizar o *outro*, no plano dos costumes e da educação, isto é, ter uma sociedade como modelo/padrão e buscar implantar tal modelo às demais sociedades desconsiderando por completo seus costumes, aspectos culturais, percepção do tempo, entre outras características. Indica sumariamente, a percepção que o Ocidente possui de si próprio, julgando-se superior às demais “sociedades tidas como mais antigas ou contemporâneas “mais primitivas”” (ELIAS, 2011, p.23). Percepção, esta, que se apregoa até os dias atuais, nos quais concebem-se alguns países do Velho Mundo, como “berços da civilização”, visto que a contestação desse modelo de sociedade é percebida como o “outro”, o “bárbaro” e “atrasado”, ainda nos estágios primitivos da dita civilização.

Como parte desse processo, as civilidades possuem o objetivo criar entre as pessoas as condições necessárias para um relacionamento agradável e sem conflitos, ao passo em que impõem alguns comportamentos que permitem enquadrá-las às normas estabelecidas pelos espaços de sociabilidades. A *civilidade* consiste em reivindicar e permitir somente as expressões que são aceitáveis pela maioria, refutando tudo que seja considerado como indesejável e “antiético” (REVEL, 1991).

As civilidades estão ligadas à modernização, concepção que previa, sobretudo, o remodelamento dos espaços urbanos. As raízes do crescimento acelerado das cidades no decorrer do século XIX estão associadas ao desenvolvimento do capitalismo e da II Revolução Industrial. Nesse momento, Londres a “capital industrial” foi pioneira nesse processo e a Inglaterra se tornou referência em modelo de urbanização, pois sua população

urbana já em meados do século XIX superava a rural. A partir desse instante, grandes cidades se constituíam nos países que se industrializavam, cada vez mais as pessoas se aglomeravam nos centros urbanos atrás de empregos. Desse modo, o processo de urbanização vivenciado pelos países industrializados associava-se à concepção de *modernização*, sendo o *progresso* a terminologia mais utilizada entre o final do século XIX e princípio do XX para expressar o que vinha ser modernização. O *progresso*, por sua vez, está ligado à ideia de sujeição da natureza ao homem. Tal terminologia fazia referência a tudo aquilo que se contrapunha a natureza, a selvageria e ao arcaísmo, relacionando-se, sobretudo,

à industrialização, à incorporação de maquinários, ao navio a vapor, ao desenvolvimento das comunicações, telégrafo, telefone, e dos transportes, bondes, ferrovias. Isso tudo vinculado ao mercado mundial, à circulação do capital, ao crédito (...) à modernização capitalista (SOUZA, 2008, p.16).

O *progresso*, nessa perspectiva, estava associado ao princípio da industrialização, da dominação humana, sobre a natureza. Qualquer sociedade que não se encaixasse nesse modelo era considerada como “atrasada”, “retrógrada”, ainda nos degraus iniciais do longo caminho da civilização.

Esse projeto de modernização vinculava-se ao processo de modernidade, no qual é possível identificar as racionalidades, os conhecimentos científicos, “as formas racionais de organização social, a superação dos mitos, religião, superstições” (SOUZA, 2008, p.16). Supõe uma concepção de sociedade totalmente diferenciada, que buscava impor novos comportamentos à população, especialmente a cidadina, entre eles a introdução da disciplina do trabalho fabril, hábitos de higiene, de moradia, sobretudo, a superação de hábitos e costumes tradicionais, próprios de grupos sociais “incivilizados”. Tal processo civilizador pressupunha a destruição das relações sociais, de sentimentos, práticas e crenças tradicionais.

É em meio a esse processo que a burguesia ascendente procurava se impor. Para tanto, como detentora do capital, dispôs a seu serviço uma gama de saberes científicos com o intuito de legitimar sua atuação, especialmente com projetos que acabaram por excluir dos novos espaços de convivências os grupos sociais menos favorecidos, sob o discurso de que seus hábitos se constituíam em um “risco” à ordem e aos bons costumes. Um momento histórico que marca a consolidação da burguesia, refere-se às reformas urbanísticas empreendidas por Georges Eugène Haussmann⁴, prefeito de Paris nomeado por Napoleão III,

⁴ Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, o Barão de Haussmann, Georges Eugène, juntamente com uma equipe de arquitetos e engenheiros, remodelou a cidade francesa através de um planejamento e reforma urbana, caracterizado por um novo formato para ruas, avenidas e amplos bulevares. A transformação incluiu a

que transformou a capital francesa em um modelo de “cidade moderna”. Paris passou a ser referência para outras cidades, tais como Londres, Nova York, e outras capitais ou cidades industriais europeias ou dos Estados Unidos, ampliando-se também para regiões como o Rio de Janeiro que se constituiu em, a capital cultural do Brasil no início do século XX em São Paulo, Porto Alegre, Natal, entre outras.

No entanto, não se pode pensar que esses sentimentos foram vividos e interpretados da mesma forma em todos os centros urbanos acima mencionados, simplesmente “como se fosse mero reflexo, simples importação e transplantação da cultura moderna de centros europeus” (SOUZA, 2008, p.18). Cada cidade, a seu modo e especificidades, abstraiu e experienciou os símbolos da modernidade, embora existam entre elas algumas similaridades.

Aqui no Brasil cidades menores localizadas em regiões mais afastadas do litoral também incorporaram os discursos e símbolos da modernidade como é o caso de Cuiabá, Corumbá e Cáceres, que embora não tenham se constituído em grandes centros industriais e econômicos, nem se tornaram metrópoles, mas por se localizarem às margens de rios navegáveis (Paraguai e Cuiabá), tiveram significativa importância em suas regiões, pois nesse momento a navegação era o meio mais rápido e eficaz de transporte. São cidades muito pequenas se comparadas com os demais centros urbanos mas, como estes, estiveram conectadas com o fenômeno de urbanização vivenciado no Brasil e em grandes cidades europeias e estadunidenses.

Nesse momento no Brasil ser “moderno” significava ter um estilo de vida muito parecido com os das elites europeias, constituía-se ainda em se contrapor a escravidão, ser republicano, defensor da imigração estrangeira, sobretudo da Europa Ocidental, e defensor do progresso. É importante frisar que essa prática de europeização do Brasil se dá desde o Império, o que se contrapunha com a vida social nos trópicos por comportar uma sociedade ainda escravista. Com o fim do tráfico de escravos (1850), parte dos negócios comerciais do país se voltou para a aquisição de mercadorias importadas dos centros da Europa, tais como perfumes, utensílios de uso doméstico, tecidos, joias, acessórios femininos e masculinos, entre outros objetos de consumo (ALENCASTRO, 1997).

construção padronizada de parques, edifícios suntuosos, prédios públicos, redes de esgoto, praças e outros mais, substituindo ambientes insalubres, casario antigo e pequenos comércios, demolidos pela reforma. Entretanto, nesse período também houve a escalada do socialismo e das organizações operárias e o ordenamento geométrico da cidade, sobretudo do centro, funcionou também como estratégia política para o império francês porque lá era o espaço de insurreições, levantes populares e enfrentamentos, o que possibilitou novas regras de uso dos espaços públicos, além de expulsar os antigos moradores e a classe trabalhadora para a periferia da cidade.

Foi ainda no século XIX que o Brasil passou por uma série de transformações, como a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana, o que possibilitava novos espaços de convivência social, a ascensão da burguesia e, conseqüentemente, o nascimento do ideário de vida burguês, que passou a interferir no espaço privado (a casa) reorganizando as vivências familiares e domésticas. O novo modelo de sociedade burguesa pretendia livrar-se de tudo aquilo que se remetia ao passado colonial e imperial, em busca de um novo *status*, a burguesia nacional “teria de lutar contra os comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação” (D’INCAO, 2004, p. 226). O modo de vida das elites já não era mais o do tempo do Império.

Nesse período, com “atraso” de um século, o Brasil vive seu primeiro momento de modernidade, manifestando-se de maneiras diferenciadas nas mais longínquas localizações do país. É importante ressaltar, que embora possuísse como parâmetro os países europeus, a modernidade aqui não se manifestou na mesma intensidade com que ocorrera no Velho Mundo. Para Lapa (1996, p. 17), esse processo significava a expansão de

novas ideias novos ideais, perseguidos e aceitos. Novos comportamentos decorrem deles, conformando poucos a cidade à sua disciplina. Perceptível é a linguagem que procura representar esse projeto (...) no discurso dos agentes da inteligência local, nas soluções arquitetônicas, no redesenho e reutilização dos espaços públicos e privados, na reconceitualização e em novas práticas de conservação, preservação e valorização da saúde.

O Rio de Janeiro, então capital do Império, passou por um processo de constantes transformações iniciadas desde 1808 com a chegada da corte lusitana. Em meados do século XIX, a cidade já possuía ruas calçadas, iluminação a gás, bondes, linhas de vapores, podendo ainda usufruir de algumas opções de lazer, a exemplo dos passeios públicos, teatros, bailes, entre outros espaços de sociabilidades que surgiram a partir da reconfiguração dos espaços urbanos e das novas normas de comportamentos sociais.

Era necessário que o Brasil adquirisse uma imagem de credibilidade, com cidades limpas e sem as moléstias que o faziam conhecido, para pleitear um espaço junto ao mundo civilizado que, até o momento, estava distante do país real (LEE, 2006). Buscava projeção junto ao Velho Mundo e, para tal, empreendeu um conjunto de reformas urbanísticas e sanitárias, em uma imitação do que Haussmann havia realizado em Paris. Para tanto, as reformas deveriam iniciar pela então capital, Rio de Janeiro e a partir daí, estender-se para o restante do Brasil como de fato se concretizou.

Foi com esse intuito que entre 1902 a 1906, o então prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, deu início ao processo de modernização do espaço urbano, cujo objetivo era transformar definitivamente a imagem da capital que ainda respirava os ares coloniais e, portanto, envelhecidos. Essa iniciativa recebeu o apoio dos habitantes mais renomados, visto que a burguesia em ascensão desejava estabelecer tanto os mecanismos de prosperidade econômica, quanto habitar em lugares que se identificassem com a estética das modernas cidades europeias (SEVCENKO, 1999). O processo de modernização carioca se viabilizou pela destruição das velhas estruturas urbanísticas da sociedade colonial-imperial, para por em prática um projeto de cidade moderna inspirado no embelezamento e reforma urbanística de Paris por Haussmann.

No final das reformas, a nova paisagem do Rio de Janeiro “(...) transformou a cidade numa referência nacional em termos de modernização urbana”, na perspectiva em que “o Rio de Passos veio a ser para o Brasil o que a Paris de Haussmann havia se tornado para o mundo: um modelo de cidade ‘moderna’” (FOLLIS, 2004, p. 30). Modernização esta, benéfica somente para as elites econômicas, políticas e sociais que dispunham de recursos para desfrutarem dos novos espaços que se configuravam ao longo das avenidas centrais do Rio, ao passo que os trabalhadores que tiveram suas habitações destruídas para dar lugar às largas avenidas e edifícios modernos, foram obrigados a se estabelecerem nos morros, surgindo as primeiras favelas.

Esse esforço de modernização do Rio de Janeiro veio acompanhado da tarefa de instruir seus moradores ao exercício de hábitos considerados mais civilizados. Com esse intuito, o então prefeito Pereira Passos criou uma série de medidas que se contrapunham a velhos hábitos e práticas populares tradicionais. Proibiu-se “cuspir na rua e nos bondes, manter cães soltos, soltar balões, expor carnes à venda nas ruas, o trânsito de vacas, andar descalço e sem camisa, entre outros” (BRANDÃO, 2014, p.250). É justamente nesse cenário que a elite letrada, formada em universidades brasileiras ou europeias, passou a desempenhar um importante papel na elaboração e consolidação das instituições pátrias.

Assistia-se a transformação do espaço público, do modo de vida e da percepção do mundo carioca, a condenação dos hábitos e costumes ligados à memória da sociedade tradicional, a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante, um projeto agressivo e totalmente identificado com o modo de vida parisiense. As elites dirigentes nessa época buscavam consolidar o Estado nos princípios de civilização e modernização à moda europeia, sobretudo francesa. Ser

civilizado nesse momento significava ser “urbano, cortês, polido, delicado, bem educado, características que poderiam aproximar o *modus viventis* do brasileiro do *modus viventis* do europeu” (VERONA, 2013, p. 19). Entretanto, não eram apenas os dirigentes que estavam preocupados com essas questões, mas também vários agentes sociais, como literatos, juristas, médicos, educadores que percebiam a necessidade de intervenção na sociedade com o objetivo de atingir o progresso. Esse grupo social lançou mão de uma série de mecanismos, entre eles os periódicos, com o intuito de difundir os princípios de civilidade entre os moradores da cidade. Pautados em princípios cientificistas, defendiam ser necessário a comunicação para “difundir as luzes” e “difundir as luzes” para se reconhecer como partícipes de dito mundo civilizado.

A modernidade se constituiu em um movimento de industrialização, “urbanização e expansão, fundado com o primado da razão, totalmente ligado ao processo capitalista” (JÚNIOR; FERNANDES, 2013, p.21). Porém, a modernidade não tem a ver somente com desenvolvimento de novas tecnologias, tem a ver muito mais com a criação de novas formas de sociabilidades, a partir da recomposição das formas precedentes, relaciona-se com a conquista, com a violência da mudança, seja com a construção de um protótipo de vida, instituída a partir da ótica burguesa europeia, ou ainda a construção de um *status* social, que propunha à elite livrar-se de tudo que remetia ao passado colonial e imperial. São todas partes de um mesmo processo, a construção da modernidade, que longe de constituir-se ao longo de uma linearidade, engendram diferentes realidades que se recompõem e relacionam-se entre si. O projeto de modernização empreendido pela República buscava, portanto:

“civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte. As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que tivesse habitado padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais europeias, como Paris, Londres, Viena e São Petersburgo, a Nova York e Washington (...) (MARINS, 1998, p.133-134).

Em algumas regiões mais afastadas do litoral, a navegação fluvial, daí o motivo pelo qual o poder político brasileiro buscou estabelecer a livre navegação pelo rio Paraguai, obteve grande relevância, tanto nos aspectos econômicos, possibilitando a entrada e saída de mercadorias a um prazo menor, como também nas questões culturais. Pois a partir do momento em que as elites começaram a circular nos grandes centros urbanos, conseqüentemente, as mesmas passaram a absorver hábitos e costumes diferenciados, como

os advindos de São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro, no qual estavam voltados para o processo de europeização, como já discutido anteriormente.

Cáceres, cidade portuária manteve-se em conexão com cidades do litoral brasileiro, da Bacia do Prata e com a Europa, sobretudo com a França, e a partir daí, tanto os órgãos administrativos como as elites elaboraram e impuseram uma série de medidas com o intuito de aproximar a cidade do padrão de modernização/modernidade europeu, ao passo em que buscava livrar-se dos estereótipos de cidade fronteiriça, vista como atrasada em relação aos demais centros urbanos, especialmente os do litoral. É inegável que Cáceres esteve conectada com as principais metrópoles. É preciso pontuar que tal conexão a fez única, com apropriações e contato com outras cidades, mas conservando também, suas próprias características.

1.2. Os discursos modernistas e disciplinares na construção da cidade moderna

No caso de Cáceres, o rio Paraguai representava o meio mais rápido de acesso a outras cidades, visto que para se chegar a Corumbá, gastava-se cerca de três a cinco dias, exceto em épocas em que o nível da água baixava em decorrência da seca. Já para chegar-se à capital Cuiabá demorava-se em média seis dias, percurso que durante muito tempo era feito somente a cavalo, em trilhas abertas em meio à mata, devido à inexistência de estradas e veículos.

Até 1928 Cáceres ainda não dispunha de Porto e as embarcações atracavam nas barrancas da baía de frente à igreja, denominado Porto da Manga. Nesse local, os vapores, lanchas e paquetes partiam com destino a Corumbá, e de lá regressavam com mercadorias oriundas da Europa, tais como tecidos, pianos, indumentárias, cristais etc., utilidades que logo iam sendo incorporadas aos lares e figurinos dos cacerenses, sobretudo daqueles que pertenciam às camadas mais abastadas (PINHO, 2011).

Era também muito comum pessoas pertencentes às elites da cidade irem ao Rio de Janeiro, São Paulo, ou até à Europa, pois a navegação fluvial pelo rio Paraguai “encurtou” as distâncias entre Cáceres e esses centros urbanos. Nas palavras de Natalino Mendes (apud BAPTISTA, 1998, p. 36), em Cáceres havia uma elite pequena, porém aberta ao “novo”, ao “moderno”, pois as pessoas de “posses viajavam para o exterior e traziam o modernismo”. Visto que o “fascínio da vida daquelas cidades provocava inevitavelmente uma interlocução recíproca entre esses mundos, aparentemente distantes, e ao mesmo tempo, uma reinvenção de práticas sociais diferenciadas” (ARAÚJO, 2011, p. 246).

A partir do instante em que os moradores de Cáceres, pelo menos os que dispunham de recursos para tal, começaram a circular nos grandes centros urbanos brasileiros, em cidades da região Platina, além de alguns países da Europa como a França, nasceu daí o desejo de modernizar-se. Embora não possuísse condições de executar um projeto modernizador como os empreendidos em outros centros urbanos do país, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras, a cidade de Cáceres, procurou, na medida do possível, modernizar o ambiente urbano. Contudo, as mudanças não se restringiram somente ao aspecto do material, de renomeação e calçamento das ruas, arborização de praças, criação de locais destinados a passeios públicos como o Jardim Público, entre outras medidas, mas buscava-se também disciplinar os cidadãos que transitavam pelas apertadas e barulhentas ruas de Cáceres, com o intuito de moldá-los conforme as normas de civilização, estabelecidas pelo Velho Mundo.

A localização de Cáceres às margens do Paraguai propiciou seu desenvolvimento, pois era praticamente em função do rio que se movimentava a cidade. Tal relevância do rio pode ser percebida no relato do Sr. Luiz Alves, que residiu na cidade durante o período em que era praticamente em função do rio que vivia toda a cidade:

No rio se fazia tudo. *A cidade era em função do rio*; o transporte era feito pelo rio, pelas lanchas que navegavam daqui para Corumbá, levavam e traziam nossos produtos e traziam mercadoria. Corumbá era cidade-depósito, vamos assim dizer, de mercadorias que vinham de São Paulo e ficavam armazenadas em Corumbá, de lá, eram trazidas de lancha para cá (ALVES, 2005).⁵

Em Cáceres, em decorrência do *ir e vir* de seus moradores, especialmente das elites, além da chegada de imigrantes, sobretudo da Europa Ocidental, a cidade empreendeu vários projetos de modernização urbana, a iniciar pela modificação de suas edificações, sendo construídas grandes casas em estilo neoclássico e eclético, agora possível graças à entrada de novos materiais e técnicas importadas, principalmente da Europa, embora mantivessem a mistura com outras técnicas de construção como o estilo colonial. As novas edificações expressavam a emergência de uma elite burguesa, identificada com os padrões de vida dos grandes centros urbanos brasileiros, composta por negociantes estrangeiros e brasileiros que se dedicavam à exportação da poaia⁶, erva mate, charque, extrato de carne e peles de animais silvestres, importação de maquinários, louças, artigos de luxo, perfumaria, tecidos, azeites,

⁵ Embora possua carta de cessão autorizando a citação total e/ou parcial das entrevistas, optei por utilizar pseudônimos, mantendo assim preservadas as identidades dos(as) entrevistados(as).

⁶ Também conhecida como Ipeca, a *Cephaelis Ipecacuanha* é uma planta rampante que cresce na sombra de matas úmidas e sua raiz é utilizada para fazer chá sendo muito utilizada também para uso medicinal.

transporte de passageiros, representantes bancários, dinamizando a paisagem urbana, bem como o modo de vida dos cidadãos de Cáceres, transformando suas práticas sociais e culturais.

No final do século XIX são fundadas em Cáceres várias Casas Comerciais, muitas de propriedades de imigrantes estrangeiros que se radicaram em Mato Grosso e passaram a monopolizar o comércio de importação e exportação de mercadorias. Publicado em 1914 o *Album Graphico de Mato Grosso* traz uma série de anúncios de casas comerciais nas cidades portuárias de Mato Grosso, muitas delas de comerciantes italianos. A mais famosa e completa em Cáceres, denominada *Casa Dulce & Cia*, ou *Ao Anjo da Ventura* foi fundada em 1871 por aqueles que se constituiriam, mais tarde, em famílias muito influentes, tanto política quanto economicamente da cidade: Leopoldo Lívio D'Ambrósio e José Dulce. Este último, segundo consta nos relatos e várias outras documentações, foi durante muito tempo o mais rico e poderoso comerciante da cidade, exercendo o controle de grande parte das questões políticas a partir do estabelecimento de relações coronelísticas.

Na mesma, era possível encontrar as mais diversas mercadorias, “tecidos, perfumarias, cristais, móveis, ferragens, chapéus, roupas (...) armas de fogo (...) calçados (...)” (AYALA & SIMON, 1914, Anexo LIII), atuava também como exportadora de matérias primas como a poaia, eram ainda representantes do Banco do Brasil e proprietários do *Etrúria*, famoso vapor que fazia o percurso entre Cáceres e Corumbá. A *Casa Dulce*⁷ foi a maior casa comercial de Cáceres, fator este que pode ser visto no relato do Sr. João de Lima de 82 anos⁸, que presenciou o “esplendor” do famoso empreendimento: “a Casa Dulce foi a maior casa de todos os tempos aqui, ela importava diretamente da Alemanha, da Inglaterra, o linho estrangeiro, linho irlandês” (LIMA, 2005). Outra depoente, D. Maria Fernandes de 81 anos, rememorando sobre a casa comercial, complementa: “(...) tinha de tudo, importava tudo, desde joias, tudo, tudo, tudo (...) era uma maravilha, roupas prontas vinham do Louvre de Paris pra cá, tudo” (FERNANDES, 2005). Para seus clientes, a casa comercial significava muito mais do que uma “loja” na qual se encontrava praticamente de tudo um pouco, desde botões até atividades bancárias, mas se constituiu, sobretudo, como um espaço de representação do *novo*, do *moderno*, em consonância com o dito mundo civilizado, a saber a Europa.

⁷ O prédio fica situado na esquina do cruzamento das ruas Cel. José Dulce e Comandante Balduino, na área central da cidade.

⁸ As idades dos(as) entrevistadas citadas nessa pesquisa, refere-se ao momento em que foram realizadas, entre os anos de 2005 e 2007.

Na memória social e coletiva de Cáceres, quando as memórias falam das Casas Comerciais, o destaque primeiro é sempre para a Casa Dulce, ainda que houvesse outras empresas do mesmo ramo comercial como a Casa Widal, o empreendimento se sobressai pela simbologia de progresso e sentido de requinte que adquiriu, sobretudo, porque disponibilizava a venda de mercadorias diversificadas e importadas.

Figura 1: Casa Dulce & Cia.



A Casa Dulce & Cia. SIMON, F; AYALA, S. C. **Album Gráfico de Mato-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914, p. 351.

Embora haja traços diferenciados sobre a casa comercial, as referências são praticamente similares. Grande parte dos(as) moradores(as) que a frequentaram ou “ouviram” seus pais e/ou outros familiares falarem, remetem a ela relatando seu esplendor denotando sempre que na casa comercial eram vendidas as modernas mercadorias que poderiam ser encontradas em casas comerciais de grandes centros urbanos, com intuito de ressaltar a consonância do estabelecimento com o que havia de mais moderno. Nesse sentido, para pensar a construção dos sujeitos sobre a casa comercial, aproprio-me de Halbwachs (2003, p. 69), pois segundo ele o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupo de referência, a memória é então sempre construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado.

A vitalidade das relações sociais estabelecidas em um determinado grupo revitaliza as imagens que constituem as memórias. Dessa maneira, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. As lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito estivesse envolvido. Isso acontece na medida em um indivíduo está sempre inserido em grupo social (HALBWACHS, 2003).

Voltando ao objetivo central dessa parte da pesquisa, o processo de disciplinarização e moralização dos sujeitos nos espaços citadinos se constituíam em mecanismos de elevar Cáceres ao tão almejado status de cidade moderna, e nesse propósito os códigos de postura foram elementos essenciais. Em 1888 foi publicado o segundo Código de Postura de Cáceres, que constituiu em um mecanismo utilizado pelos governantes no intuito de civilizar os citadinos, modificando-os, moralizando-os e os disciplinando, tanto nos espaços públicos como nos privados.

Os Códigos de Postura foram amplamente utilizados para “difundir estas técnicas de controle e vigilância com a finalidade de coibir a desordem e possibilitar uma nova ordem de convívio social” (WEBER, 1992, p.11-12), pois a partir do momento em que ocorre o processo de urbanização via o desenvolvimento econômico, as *urbes* passaram a exigir uma quantidade maior de serviços de melhorias que traduzem a modernidade do século XIX, sobretudo nas décadas iniciais do século XX.

Nesse período, Cáceres foi marcada pela intervenção direta do poder público visando um dimensionamento racional dos espaços urbanos, além de intervir na vida social dos moradores da cidade, delimitando espaços e práticas de sociabilidades, que poderiam ou não serem frequentados(as) e/ou praticados(as) (ARRUDA, 2002). As questões ligadas à moralidade, ao comportamento, às atitudes dos moradores das cidades, seus vícios, às relações de trabalho, às leis, à preocupação com a higienização e com a saúde dos citadinos se transformaram em situações que já não se restringiam ao âmbito do espaço familiar e privado, mas passaram a receber a intervenção de higienistas, sanitaristas, entre outros, que se voltaram a regular a vida dos citadinos. Contudo, é no sentido de “homogeneizar” os habitantes das *urbes*, que o Estado se ocupou dessas questões, adotando estratégias de disciplinarização, daí o papel das posturas municipais, bem como a criação e fortalecimento de algumas instituições para reprimir as condutas que fugissem aos padrões higienistas e disciplinares, estabelecidos pelo Velho Mundo.

As moradias também foram alvo de uma série de discursos e práticas normalizadoras que buscavam vigiar o cidadão nos locais mais ermos da cidade, lugares em muitos casos impenetrados pelo Estado, a casa. A vida privada dos moradores das *urbes* deveria estar sujeita às normas higienistas, sanitaristas, éticas, morais, enfim, a privacidade dos cidadãos deveria estar de acordo, isto é, sujeitas aos interesses dos poderes públicos.

Apesar das condições adversas àquelas vividas por centros urbanos europeus, como Paris, Londres, entre outros, o Estado republicano brasileiro buscou estabelecer a diferenciação entre os espaços públicos e privados, os primeiros de “abrangência pública, reservada à circulação e lazer controlados” e, no segundo caso, “reservados à prática da intimidade institucionalizada pelos códigos de comportamento específicos e rígidos, a serem mantidos e promovidos preferencialmente pela família nuclear” (MARINS, 1998, p.136).

Aos olhos dos poderes públicos e das elites, as cidades se tornaram propícias ao desenvolvimento de um ambiente infeccioso, doentio, o que justificava a necessidade de regulamentá-las, e conseqüentemente curá-la desses males. Para tanto, foram criadas uma série de medidas que buscavam primeiramente atacar os lugares públicos, como por exemplo, a:

medicalização da cidade, desinfecção dos lugares comunais, limpeza dos terrenos baldios, drenagem de pântanos, recolhimento do lixo para fora da área urbana, construção de sistema de esgotos. Tentava-se disciplinar o espaço da rua. E num segundo momento, era necessário ordenar o espaço privado da população, disciplinando suas moradias, eliminando os cortiços (WEBER, 1992, p. 88).

A partir do século XX a disciplinarização dos cidadãos deveria alcançá-los em todas as áreas e locais em que transitavam, na rua, no trabalho, nos espaços de sociabilidades, no ambiente privado da casa, inclusive com o processo de reorganização arquitetônica do espaço doméstico entre os membros, ocorrendo a separação entre o espaço privado e o público. A sala, por exemplo, tornou-se o espaço mais propício para o recebimento de visitas. Ao passo que as alcovas passaram a ser sinônimo de segredo e da individualidade, possibilitando uma maior privacidade entre os cônjuges, espaço no qual explodiam sentimentos, tais como, “lágrimas de dor ou ciúmes, saudades, declarações amorosas, cartinhas afetuosas” (D’INCAO, 2004, p. 228).

Analizando o processo de modernização da cidade de Campinas no final do século XIX, José Amaral da Lapa (1996) afirma que nesse momento os saberes médico e político firmaram uma aliança, cujo objetivo consistia em lutar contra a doença, exercendo ainda o controle sobre a cidade. Essa conjunção dos saberes procurava “viabilizar as normas

burguesas de bem-viver, assegurando a vida, a saúde, o bem-estar social no espaço urbano” (LAPA, 1996, p. 183).

Em Cáceres, o período entre o final do século XIX, a partir da elaboração do Código de Postura de 1888 e mais especificamente as décadas iniciais do século XX, quando se tem a aprovação do terceiro Código em 1901, pelo Intendente João de Campos Widal, foi marcado por uma maior preocupação por parte dos poderes públicos, talvez por uma pressão mais intensa da elite emergente, em intervir nos espaços urbanos da cidade. Momento marcado ainda pela busca do desenvolvimento, do progresso, da modernização/modernidade, como também a necessidade de civilizar os hábitos dos moradores citadinos, a fim de que se enquadrassem ao modelo de sociedade higienizada e civilizada que se buscava constituir.

Nesse propósito os jornais assumiram um importante papel, na medida em que traziam a público os problemas enfrentados pelas cidades na busca pelo progresso, como na citação a seguir, na qual se pode observar a indignação da redação do *Argos*⁹ no qual segundo este “algumas pessoas se mostram refractarias ao cumprimento, já das posturas municipais (...) mandando atirar lixo e mesmo animais mortos como galinhas, ratos e outros, à margem do Sangradouro (...)” (ARGOS, 1912, p. 2).

Uma prática muito comum nesse momento diz respeito à publicação dos Códigos de Postura em jornais, com o intuito de fazer conhecidas as normatizações que regiam uma determinada cidade e assim demonstrar as medidas de repressão que seriam tomadas pelos poderes administrativos para punir aqueles que, de alguma maneira, infringissem as normatizações que estavam sendo instituídas aos citadinos.

Em seu trabalho sobre a modernidade em Corumbá José Carlos de Souza (2008) afirma que a concepção de progresso defendida e embasada no cientificismo era amplamente compartilhada pela imprensa corumbaense. Talvez pela proximidade, já que Cáceres a partir da reabertura da navegação via Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) manteve até a implementação das rodovias, um contato muito intenso com a cidade vizinha e por ser uma característica desse momento histórico vivenciado no país, é possível perceber várias semelhanças nesse aspecto.

Em Cáceres, assim como em Corumbá, com frequência apareciam nos periódicos artigos que ressaltavam o importante papel econômico da cidade para Mato Grosso, motivo pelo qual “defendiam que a cidade poderia e merecia ter um maior progresso ou

⁹ O jornal passou a circular em 3 de maio de 1911 ficando ativo até 1916. O periódico intitulava-se independente e noticioso de interesse do povo. Sua circulação ocorria aos domingos. Contava com uma equipe de redação composta de letrados que dispunham de uma perceptível influência política.

adiantamento, pois estava *atrasada* sob vários aspectos (...) a civilização precisava chegar de forma mais rápida naquelas paragens” (SOUZA, 2008, p.32). Como se pode observar no trecho a seguir, cujo título *Infeliz cidade de Cáceres* já denuncia a insatisfação com que uma parcela da população se encontrava diante do ‘abandono’ da cidade por parte do governo estadual;

parece-me que o Sr, Presidente do Estado não tenciona mais morar em São Luz de Cáceres, por que não deseja seu melhoramento, mas sim o seu atraso (...). Eu desejava ver o engrandecimento da minha infeliz terra e não ao contrário, como dia a dia vai aparecendo, praticado pelos seus próprios filhos (ARGOS, 1912, p. 3).

Ainda que Cáceres ocupasse um lugar de destaque na província entre o final do século XIX e início do XX, a mesma sofria com a ausência de custeios estaduais. No entanto, é preciso considerar aqui dois aspectos importantes para compreender essa *indignação* diante da inércia do governo estadual, na pessoa de Costa Marques em atender sua “terra mãe”. O periódico *Argos*, ainda que se denominasse como um órgão independente e noticioso, não era de todo isento de influências partidárias, na medida em que a composição do corpo editorial fazia-se de personalidades políticas da elite local, sendo que a orientação partidária dos mesmos opunha-se ao governador do Estado da época, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, do Partido Republicano Conservador, o que, em partes, justifica as duras críticas ao governo estadual, colocando-o como responsável pelo estado de letargia que, segundo estes, Cáceres se encontrava.

Os periódicos buscavam a inserção das cidades à civilização, a fim de que pudessem compartilhar do progresso que outros centros urbanos do país já desfrutavam. Nos mesmos, o “progresso e a civilização (...) eram concebidos (...) como se fossem mercadorias que se adquiriam no e do exterior, desconsiderando o movimento de produção cultural local. Tal concepção revela uma vontade de desvinculação das relações sociais e dos conflitos gerados na sociedade” (SOUZA, 2008, p.33).

Os periódicos que circulavam em Cáceres, no início do século XX, idealizavam uma cidade moderna, limpa, higienizada, livre de todos os fatores que a distanciavam do “padrão de cidade moderna”, e nesse propósito comumente destacavam o papel dos poderes públicos e dos cidadãos para uma convivência social harmônica, na busca pelo delineamento de uma “cidade ideal”, isto é, semelhante aos grandes centros urbanos. Ao evidenciarem as transgressões tais como assassinatos, furtos, bebedeiras, os periódicos mostram a outra face da cidade, aquela frequentada pelos “incultos”, “incivilizados”, cobrando dos poderes públicos, medidas a serem tomadas acerca dos problemas de ordem policial.

O combate ao banditismo e a tudo aquilo que se opunha ao moderno e ao civilizado foi uma constante nesse momento, não apenas nas cidades brasileiras, que incorporavam tais ideias, mas principalmente na Europa. A busca pela limpeza social justificou a segregação do louco em manicômios, o nascimento do sistema penitenciário no século XVIII na França, enfim, um conjunto de medidas e discursos que possuíam como objetivo promover a separação dos considerados “anormais” dos “normais”.

Voltando ao papel dos periódicos na busca pela difusão da higienização, modernização/modernidade, estes, por sua vez, investiam na condenação de hábitos considerados inadequados para a nova situação, como por exemplo, a frequência às zonas de meretrício, espaço da barbárie, aos olhos desses periódicos, assim como também buscavam comover os moradores a aderirem à luta contra possíveis ataques de “homens sanguinários”, como pode ser observado no artigo *Banditismo: Américo Vieira e sua horda*, cujo título já evidencia a preocupação dos moradores da cidade com um possível ataque. O artigo foi publicado no periódico *Argos* em 28 de julho de 1912 e traz o caso de um ex-detento que, juntamente com seu bando, ameaçava atacar a pacata cidade de Cáceres:

A hora em que escrevemos estas linhas, acha-se profundamente abalada a população inteira desta cidade, em armas seus habitantes e, suas famílias desoladas, o commercio paralyzado, tudo sob a alarmante e penosa perspectiva de uma invasão ordenada, e chefiada por um egresso das prisões, affeito a roubos e violências. (ARGOS, 1912, p. 2).

Os periódicos, ao persistirem em críticas em relação a comportamentos similares citados acima, buscavam consolidar modelos de comportamentos disciplinares, então em voga na sociedade brasileira, no qual concebiam um protótipo de cidade “ordeira”, expressa na moralidade dos hábitos e costumes dos cidadãos (ARRUDA, 2002). Ao que consta nas narrativas muitos dos discursos defendidos pelas elites expressos nos periódicos foram incorporados pelos moradores de Cáceres, iniciando pelas elites.

No que diz respeito à ordem pública, as narrativas apresentam discordâncias no que se refere às ocorrências de assassinatos e violências na cidade, o que é compreensível quando leva-se em conta a “multiplicidade de memórias” (PORTELLI, 1996) construídas a partir do contexto social e cultural que o sujeito ocupa. Alguns moradores afirmam que na cidade “nunca se ouvia dizer” em assassinatos, que aqui não “aconteciam tais coisas”, ao passo que outros(as), como por exemplo, D. Joana de Albuquerque, afirmam que a cidade nesse período, era extremamente violenta. Outra cacerense, D. Amélia Souza, de 66 anos, que viveu toda sua vida na cidade, atesta que a mesma padecia com tamanha violência: “teve muitos assassinatos

assim que ficava a cidade toda apavorada. Seis horas da tarde todo mundo fechava com medo” (SOUZA, 2005). Alguns mais “radicais” alegam a “necessidade” de se andar sempre armado com um revólver na cintura para se transitar com segurança na cidade.

Obviamente que ocorriam assassinatos, na maioria dos casos estavam ligados às questões políticas, mais especificamente as práticas coronelísticas muito presentes na cidade, como também no estado de maneira geral e em várias regiões do país. No entanto, o que me interessa é perceber como os sujeitos, narrando a partir de uma mesma temporalidade, constroem perspectivas diferenciadas de um determinado espaço, tecendo diferentes significados de um mesmo acontecimento, como se pode perceber nos trechos das narrativas acima. Por se encontrar inserido em um determinado grupo social, o sujeito tende a carregar impressões/concepções adquiridas mediante este, visto que a memória por ser um processo individual ocorre em um meio social dinamizado que recorre a instrumentos criados socialmente e que são compartilhados por um determinado grupo. Consequentemente as memórias podem carregar algumas semelhanças, no entanto, Portelli (1997) assinala que jamais as memórias dos sujeitos serão iguais. Desse modo, pode-se compreender os diferentes relatos sobre a questão da violência em Cáceres.

A memória é entendida aqui, como “organismo” vivo em “permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...)” (NORA, 1993, p.09), isto é, estar ciente de que a memória exposta nas narrativas são construções dos sujeitos sobre si e que, na rememoração alguns acontecimentos são lembrados, alguns não, como outros são “silenciados” mediante interesses do narrador, o que de certa forma tornam compreensíveis as diferentes narrativas sobre um dado fato/acontecimento, espaço, pois cada narrador a partir de sua leitura do mundo, confere diferentes significados acerca dos acontecimentos. Pois como assinala Venson e Pedro (2012, p.132), já faz algum tempo que a percepção de que a memória poderia revelar “o real foi abandonada, pois uma análise da memória implica considerar que as memórias são interpretações da experiência vivida, são datadas e podem ser historicizadas”.

A memória é definida por Lucélia Delgado (2003) como mecanismo de conservação dos lastros e identidades da humanidade, na medida em que esta revela os fundamentos da existência humana, permitindo que haja integração entre a narrativa e o cotidiano, ao mesmo tempo em que a fornece significados. É nesse sentido que a memória se constitui em importante fonte documental, pois através desta

cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e

projetos. É crucial por que na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial por que na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (DELGADO, 2003, p. 18).

O historiador Pierre Nora (1993), discutindo os conceitos de História e Memória, apresenta a distinção entre eles, afirmando que ambos os conceitos sempre estão em condições opostas. A citação a seguir traz a distinção entre as duas categorias de acordo com as concepções de Nora (1993, p. 9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em *permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento*, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (...) (grifo meu).

A memória possui capacidade de preservação de elementos coletivos, e a partir daí remete à manutenção de ícones da trajetória histórica do lugar que não devem ser esquecidos, mas reconhecidos como partes integrantes na formação de uma sociedade.

Voltando aos discursos e tentativas de modernização dos espaços urbanos de Cáceres, os administradores, através de atos, resoluções, posturas municipais e de dos aparatos institucionais, se mostravam propagadores da ordem e bem estar social dos moradores da cidade. Seus discursos compreendiam a cidade como um espaço uníssono, homogêneo, ignorando as especificidades e dinâmicas que compõem os espaços citadinos. Nesse momento, houve uma explícita intenção presente nos discursos dos administradores públicos de Cáceres em “promover o desenvolvimento nas mesmas proporções das cidades de outros estados brasileiros, especialmente os situados no litoral, vistos como representantes da cultura ‘civilizada’” (ARRUDA, 2002, p. 57). São essas questões ligadas à busca pela modernização/modernidade que serão trabalhadas no próximo subitem.

1.3. Narrativas sobre a modernidade de Cáceres/MT

Como assinalado anteriormente, embora Cáceres ocupasse um papel significativo dentro do contexto da província de Mato Grosso, juntamente com outras cidades, entre elas a capital Cuiabá, também sofria com a falta de melhorias consideradas imprescindíveis a uma cidade moderna, como iluminação e calçamento das ruas, de abastecimento de água, entre outros problemas que traziam um grande mal estar especialmente para as elites locais e administradores públicos.

Um artigo publicado no jornal *A Razão* de 1924, traz uma série de problemas enfrentados pela cidade:

(Cáceres) Devia ser portanto, uma cidade absolutamente geométrica, com suas ruas largas, direitas, cortando-se em ângulos rectos, arborizadas, praças ajardinadas, onde as famílias pudessem passar e se espairecer às tardes de verão e às noites de luar. O traçado primitivo começado pelos fundadores da cidade e continuado pelos seus primeiros habitantes, *vem sendo desprezado*, o que é antiestético e antihigienico, isto é, enfeia a nossa urbe e a predispõe para se tornar inhospita e insalubre em futuro talvez não muito remoto (...) (A RAZÃO, 1924, p. 1).

O trecho acima citado explicita a indignação de uma parcela da população diante da permanência do traçado de Cáceres que continuava carregando os aspectos do período colonial. As ruas apertadas dificultavam a circulação de ar nas casas construídas em quadras mal definidas, tornando a paisagem em uma típica cidade colonial, o que traziam um grande desconforto, tanto para os poderes administrativos quanto para as elites.

Com o intuito de proporcionar à cidade um aspecto mais moderno, bem como a busca por sanar os problemas das enormes poças de água nos lugares próprios para os transeuntes, as posturas municipais ordenavam que todos os proprietários calçassem em um curto prazo a parte frontal de suas casas, proporcionando o nivelamento das ruas e declinação das águas nas mesmas estagnadas. Caso a ordem expedida fosse negligenciada, os proprietários do imóvel seriam obrigados a pagar uma multa pelo não cumprimento da mesma. No entanto, não foi possível identificar se tais medidas exigidas pelos administradores foram cumpridas rigorosamente pelos cidadãos.

A falta de calçamento e nivelamento das vias públicas traziam vários percalços para moradores da cidade, como a poeira durante a estiagem e o lamaçal no período das chuvas. Como se pode perceber nos relatos da comerciante D. Joana de Albuquerque, de 79 anos, que nasceu e viveu toda sua vida em Cáceres, agora rememorando sobre a condição das ruas e avenidas da cidade nas duas estações do ano, afirma que: “as ruas (de Cáceres) na seca era

aquele pó horrível (...) e na chuva um lamaçal que não tinha jeito (...)” (ALBUQUERQUE, 2006). O trecho da entrevista refere-se a um fator que, durante um longo período, foi muito preocupante para os moradores, diz respeito à falta de calçamento nas ruas. Cáceres era desprovida de calçamento até mesmo nas ruas e praças principais que, no período de chuvas, as mesmas ficavam lamacentas e na estação seca, a poeira que ocasionava uma série de problemas pulmonares e alergias nos moradores da cidade, sendo que a mesma só passou a contar com tal melhoramento urbano na década de 1930. Na estação seca, aqueles que possuíam recursos financeiros, fugindo da poeira que cobria a cidade, se retiravam para a zona rural ou para Corumbá onde normalmente possuíam algum parente ou amigos próximos.

Figura 2. Vista Parcial da cidade



Vista Parcial da cidade. In. SIMON, F; AYALA, S. C. **Album Gráfico de Mato-Grosso.** Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914, p. 354.

A cidade, na ótica de seus moradores, pode ganhar diferentes significados e isso pode se ver nos relatos dos(as) narradores(as). Sobre a paisagem de Cáceres, nas primeiras décadas do século XX, alguns/algumas moradores(as) são mais pessimistas ao retratarem o mesmo cenário da pequena *urbe*, como por exemplo, o Sr. Augusto Figueiredo de 73 anos que não esconde o descontentamento que tivera ao ver mudar-se para Cáceres. O depoente deixa esclarecer seu sentimento de “desespero” e desânimo diante do cenário que avistara: “a cidade foi péssima; pra mim era uma cidade morta, acabada. Eram aquelas casas tudo velha (...). Aquilo ali num tinha um asfalto, num tinha nada” (FIGUEIREDO, 2005). Outra entrevistada, D. Marta Ribeiro de 94 anos, traz em seu relato um mapeamento das péssimas condições em que se encontravam as ruas de Cáceres, inclusive as principais, a exemplo da Rua Treze:

as ruas principais eram um chiqueiro, a rua Treze é uma rua principal, que até hoje em dia ainda é. Rua Treze, mas tem casas lindas, bonita, sobrado, essa *coisa* (...) esse tempo era um atoleiro completo. A gente saía do Colégio de Irmã, tinha que tirar sapato pra poder atravessar a rua porque atolava na chuva (...) nós tudo sem sapato, de sapato na mão porque chovia, era aquele atoleiro mesmo que ninguém podia passar de sapato, ia até em casa. Ia atolando tudo, era uma tristeza, eram umas casinhas! (RIBEIRO, 2005).

As narrativas acima mapeiam as condições das ruas e avenidas da histórica Cáceres por volta dos idos de 1920, embora nos últimos relatos as impressões que se tem acerca da cidade, é um tanto mais pessimista. Dessa maneira, é possível perceber a subjetividade dos(as) entrevistados(as), no que diz respeito as suas concepções do que é ser moderno/urbanizado. Como afirma Ítalo Calvino (1990) a cidade se desenha a partir daquele que a observa, ao passo que existem e convivem em um mesmo espaço variadas experiências, a partir dos diversos grupos sociais que as produzem, ou seja, cada a partir de seu grupo social constrói/define o que é a cidade. Para Calvino (1990, p. 29);

É o humor de quem olha que dá forma a cidade (...) quem passa assobiando, com o nariz empinado por causa do assobio, conhece-a de baixo para cima (...). Quem caminha com o queixo no peito, com as unhas fincadas nas palmas das mãos, cravará os olhos à altura do chão, dos córregos, das fossas (...).

As cidades se constituem de acontecimentos nos quais as experiências humanas, tanto individuais quanto coletivas, expressam peculiaridades e dimensões das sociabilidades de seus moradores. Pode-se conceber a cidade como um mecanismo articulador entre indivíduos e grupos sociais, transpassada por uma multiplicidade de representações acerca dos acontecimentos. As mais diversas memórias encontram-se presentes no tecido urbano, transformando seus lugares em espaços expressando um forte valor afetivo, tanto para os que neles vivem, como para quem apenas o visita, lugares que “não somente tem memória, mas que grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória” (GASTAL, 2008, p.77).

As elites tinham acesso a artigos de luxo, em contraste com a poeira, a lama, dependendo das estações do ano, e os animais pastando nas ruas da cidade, grande parte delas estreitas e diversas que davam em becos sem saída, a falta de planejamento urbano e de benefícios que outras cidades já desfrutavam. Esses eram os fatores que tornavam o cenário da cidade de Cáceres pouco aprazível, pois aos olhos das elites, a *urbe* estava longe da moderna cidade que se buscava construir. O aspecto de cidade colonial que Cáceres ainda carregava, em princípios do XX, tornou-se um problema tanto para os administradores públicos, quanto para as elites em ascensão que visavam desvincular a imagem da cidade aos

estereótipos que carregava, a saber, “velha” e “atrasada”, em relação às demais localidades, inclusive sua vizinha Corumbá, que experimentou um súbito desenvolvimento em decorrência do porto que atuava como uma das portas de entrada para mercadorias e de imigrantes no Estado.

Para infelicidade, sobretudo das elites, embora Cáceres se constituísse em uma das três cidades mais importantes de Mato Grosso, juntamente com Corumbá e Cuiabá, a cidade não se desenvolvia na mesma velocidade, tampouco gozava dos mesmos recursos de infraestrutura que as demais, especialmente Corumbá, que nesse período obteve um desenvolvimento frenético, ao ponto da capital Cuiabá ver a possibilidade de ser sucumbida, perdendo a posição de capital da província.

Cáceres¹⁰ continuava com suas velhas estruturas coloniais, sem atrair grandes investidores, tampouco possuía recursos financeiros o suficiente para empreender uma reforma urbanística, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, ou sua vizinha Corumbá. Recém-chegada na cidade, Stella Ambrósio não deixou escapar o “susto” que levou ao visualizar a cidade: “quando cheguei, fiquei com o coração pequenininho. A cidade era horrorosa. Era um dia de chuva e estava tudo cheio de lama. As ruas sem calçamento, as casas simples. Como Cáceres era triste! Pobre. Não havia praças propriamente. Não tinha a catedral, apenas uma capelazinha” (BAPTISTA, 1998, p. 37). É importante ressaltar que o trecho acima faz parte de uma entrevista concedida por uma recém chegada à cidade, que trazia em si a concepção de cidade aos moldes do Rio de Janeiro. Desse modo, é compreensível o “choque” que tivera ao perceber que Cáceres, aos olhos desta elite, longe estava de alcançar o patamar dos grandes centros urbanos do país, no que diz respeito a projeto de urbanização e modernização dos espaços urbanos.

Outro fator que, de acordo com os periódicos, muito incomodava os administradores da cidade, diz respeito à maneira como os cidadãos se referiam aos lugares da cidade. Em geral, os moradores dispensavam a utilização dos nomes oficiais das ruas, avenidas, e etc., referindo-se a estes por alguns acontecimentos ou um morador popularmente conhecido. A

¹⁰ Nesse momento, Cáceres contava com uma população aproximadamente 8.000 habitantes no perímetro urbano, e a do município aproximadamente de 15.000. No *Album Ghaphico publicado em 1914*, consta a seguinte descrição sobre a *urbe*: “dezoito ruas e quatro praças, contendo cerca de 500 fogos entre grandes e pequenas habitações e pequenas casas, sendo também o rocio ou arrabalde irregular povoados pelas classes proletárias. Na sede existe: 20 casas e 42 tavernas (casas de gêneros alimentícios e bebidas), 8 açougues, 4 padarias, 3 ferreiros, 2 latoeiros, 2 ouvires, 4 barbeiros, 1 dentista, 1 pharmacia, 1 drogaria, 1 farmácia, 38 carroceiros e carreiros, 5 olarias, 1 fábrica de cal, 1 tipographia e 1 cinematographo”. SIMON, Feliciano; AYALA, S. Cardoso. **Album Gráfico de Mato-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914, p.356.

proximidade espacial propiciava o conhecimento comunitário entre membros dos mais distintos grupos sociais tornando, na maior parte das vezes, desnecessário o emprego dos nomes oficiais das ruas, o que mais tarde propiciou na renomeação das ruas e praças da cidade, como será discutido posteriormente.

Buscando modificar essa realidade, a administração municipal empreendeu uma medida que visava renomear as ruas e praças que, até o momento, possuíam nomes conhecidos por todos os moradores, que se referiam a algum acontecimento, aspectos do local, como por exemplo, Rua Direita; Rua da Manga, por conta do desembarque e embarque das boiadas, era também conhecida como *Fura-Bucho*, por ocorrerem muitas brigas no local, ou Beco Quente, zona de meretrício da cidade. Tais nomenclaturas não condiziam mais com a cidade que se buscava construir e passaram, a partir desse momento, a serem substituídas por nome de pessoas ilustres, seja de âmbito local, estadual ou nacional, referindo-se a “acontecimentos e construção de personalidades, como as ruas 13 de Junho, Antonio Maria, Quintino Bocaiúva, Comandante Balduino (...)” (PINHO, 2011, p. 68).

Figura 3: Vista parcial da cidade



Vista parcial da cidade. In SIMON, F; AYALA, S. C. **Album Gráfico de Mato-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914, p. 352.

Como já mencionado em outro momento, Cáceres, especialmente no início do século XX, sofrerá com a forte intervenção dos poderes administrativos, atuando tanto nos espaços públicos, como nos espaços privados, interferindo nas condutas, hábitos e costumes dos cidadãos. A partir daí, percebe-se através dos discursos veiculados pela imprensa, sobretudo impulsionados pelas elites.

Por outro lado, é possível notar quão lento foi o processo de implementação de melhorias em Cáceres, visto que em meados do século XIX o Rio de Janeiro já contava com calçamento das principais vias e, no final deste século, as avenidas centrais já possuíam iluminação elétrica oriundas das casas de comércio, e na primeira década do século XX, as vias centrais já contavam com a iluminação elétrica, como que Cáceres só passará a usufruir do já ultrapassado sistema de iluminação a gás somente no século XX, mais precisamente em 1908.

O sistema de iluminação pública contava com a instalação de lampiões a querosene, cujo benefício ficava restrito apenas as áreas centrais da cidade. A tecnologia já estava bastante defasada, devido o baixo grau de luminosidade, até porque a falta de querosene era também muito recorrente. A partir das narrativas, foi possível perceber que todos os dias, um senhor identificado como Boa saía nas ruas abastecendo os lampiões com querosene, depositando nestes uma quantidade suficiente para que se mantivessem acesos até às dez horas da noite e, posteriormente, voltava e os acendia. Por vezes, em caso de festas, as mulheres mais jovens pagavam uma pequena quantidade em dinheiro ao Sr. Boa, responsável em acender os lampiões, para que depositasse um pouco a mais de querosene nos lampiões para que pudessem ficar acesos até aproximadamente à 00:00, quando então retornavam para suas casas.

Os relatos do Sr. Lúcio Morais nos permite “visualizar” o panorama do período que antecede a luz elétrica, propiciando o estabelecimento de brincadeiras entre a criançada que aproveitava a pouca ou nenhuma iluminação, dependendo do local onde se residia, para brincarem de esconde-esconde atrás das vacas que dormiam nas ruas. Como se pode ver no trecho a seguir:

A infância da gente era assim muito movimentada, né; à noite, a cidade era escura, muito escura! E era iluminada por um lampião de querosene por um senhor chamado Boa, que saía com o lampião e o querosene pra abastecer os lampiões da cidade e acendia os lampiões, mas era uma luz assim tão fraca que não dava (...) a gente vivia praticamente numa escuridão (...) o largo aqui do centro era tomado de gado, de boi, de touro, de tudo e dormia aqui; então, a gente aproveitava, brincava de bate-barete escondendo atrás das vacas (...). Escondia atrás das vacas, porque o Sangradouro enchia muito quando chovia e eles lá ficavam muito molhados e eles corriam todos pra dormir aqui na Praça (...) (MORAIS, 2005).

Nas narrativas, os moradores apontam as dificuldades enfrentadas para se locomoverem à noite na cidade, pois a iluminação não era suficiente para visualizar todos os buracos e valas existentes no perímetro urbano que, por sinal, não eram poucos(as), o que ocasionavam alguns incidentes. No relato da dona de casa, D. Marta Ribeiro de 94 anos,

nascida e criada em Cáceres, também faz menção aos animais que circulavam pelas ruas. Sobre essa questão, D. Marta Ribeiro faz a seguinte lembrança:

Aí nós vinha de lá da Ponte Branca, já olhava, tá acezinha aquela luzinha, né. Vinha à pé, lá vinha se não era aquela escuridão preta que você não enxergava daqui a ali (...) subia por cima de vaca (...) ali na ponte, depois que passava a Ponte tinha uma ribanceira, aonde ficava o Sangradouro, assim, *coisa* (...) ali deitava uma porção de vaca de leite, que leiteava lá na casa de Barbosa. Então, aquelas vacas tudo, touro brabo vinha deitar tudo ali (RIBEIRO, 2005).

Era muito comum a permanência de animais como porcos, galinhas, cachorros, vacas entre outros, no perímetro urbano de Cáceres. Nas apertadas ruas da cidade transitavam com suas carrocinhas os vendedores ambulantes de legumes, verduras, leiteiros, aguateiros, galinhas e etc., entre outras categorias de trabalho, como as lavadeiras que se dirigiam ao rio cotidianamente para a lavagem de roupas, os moradores que circulavam de um lado ao outro, a tratar de algum negócio, entre outros. Essa questão deu margem para que os administradores buscassem meios de extinguir os animais que trafegavam livremente pelas ruas. Inicialmente, as medidas tomadas permitiam que se criassem animais como porcos e galinhas dentro dos quintais, desde que as normas de higiene fossem cumpridas. No entanto, não se sabe se devido ao não cumprimento dessas medidas, foram proibidas por completo a criação de animais dentro do perímetro urbano.

Quanto aos cães que perambulavam pelas ruas da cidade, as posturas municipais estipulavam que fossem cadastrados junto à Câmara Municipal, caso contrário seriam dizimados, sob a alegação de que a circulação dos mesmos dificultava o processo de limpeza dos espaços urbanos em curso. Desse modo, não era apenas no âmbito da urbanização que Cáceres era considerada atrasada. Antigos hábitos citadinos, tais como ordenhar vacas no traçado urbano, a permanência de animais domésticos como galinhas, porcos, vacas perambulando livremente pelas ruas da cidade, execução de reses em meio aos transeuntes, são todas práticas que foram inclusas no rol de “incivilizadas”, e que os administradores lutaram tão severamente para eliminá-las, pois não condiziam com os padrões de cidades modernas.

A circulação de animais de grande porte pelas ruas como as vacas e que, por sinal eram ordenhadas dentro do perímetro urbano, se juntava a outro problema: a pouca iluminação, o que resultava por vezes em inconvenientes como o relatado por D. Marta Ribeiro. Segundo a mesma, num certo dia ela, juntamente com um grupo de meninas, ao voltarem de um passeio na Ponte Branca, estando as ruas bem escuras, embora parte dos

lâmpioes estivessem acesos, sua irmã percebeu que havia tropeçado em uma vala e seu vestido encontrava-se enroscado nos chifres de um bovino, fato que causou um grande susto no grupo de meninas.

Agora D. Marta Ribeiro, em meio a risos que o acontecimento propicia, faz a seguinte rememoração: “eu sei que era um tal de subir em cima de vaca de noite (...) mas era triste essa falta de luz, viu?” (risos) (RIBEIRO, 2005). Há que se considerar que o ato de relembrar sobre algo se dá a partir de estímulos do presente, visto que é o presente que propicia o chamamento à memória. A escolha do que contar, ou mesmo o que se sente autorizado a revelar é feita pelo entrevistado, de maneira consciente ou inconsciente. A lembrança é “constantemente reformulada pelo que acontece no presente, e essa relação o passado/presente caracteriza-se por ser um processo contínuo de reconstrução e de transformação das experiências relembradas” (ALMEIDA, 2009, p.247). O fato de recordar o passado a partir do presente, faz com que os entrevistados, como é o caso de D. Marta, que ao narrar sobre a falta de iluminação elétrica, o faz porque a mesma já conhece outras formas de iluminação “mais” eficientes, como a luz elétrica. Tal fator propicia à narradora lançar um olhar de estranhamento sobre o período.

Além da pouca eficiência na luminosidade, outro problema enfrentado pelos administradores diz respeito aos roubos dos materiais de iluminação, fatos estes, que fizeram com que a Intendência Municipal elaborasse algumas medidas com o intuito de sanar os atos dos “vândalos”. Para tanto, foi nomeada “uma comissão para examinar a contabilidade da Intendência, criando a “Vigilância Noturna” por ato nº. 32 de 8 de janeiro de 1931, para ajudar na repressão ao contrabando e evitar furto de material de iluminação pública” (MENDES, 2009, p. 90). Caso fosse identificado o autor de algum ato “vândalo” seria expedida uma multa que variava de acordo com a gravidade do ocorrido.

Como exemplo de modernização mais próxima de si, as elites e os administradores de Cáceres tomaram como modelo a cidade vizinha de Corumbá, da mesma maneira em que despertava certo ciúme, pois em 1914, Corumbá passou a contar com a ferrovia, sendo construída a *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, que ligava a região sul de Mato Grosso (Corumbá) ao litoral de São Paulo (Bauru), (GOMES, 2011). Cáceres sonhava e, de certa forma, acreditava que por se tratar de uma das cidades mais importantes de Mato Grosso, seria “agraciada” com esse benefício e, a partir daí, desenvolver-se-ia como sua vizinha Corumbá. Os administradores e a elite letrada que constantemente ressaltavam a questão nos jornais buscaram, a partir desse momento, reivindicar esse ícone do progresso, pois segundo

os mesmos a ferrovia significava a possibilidade de alavancar Cáceres no cenário nacional. No entanto, para infelicidade dos seus moradores, o projeto nunca foi concretizado.

Ainda no início do século XX praticamente todas as cidades do Brasil enfrentavam os mesmos problemas, como a falta de abastecimento de água, redes de esgoto e remoção do lixo. O Rio de Janeiro, por exemplo, apesar de ser considerada como “cidade modelo” para o Brasil, até meados do século XIX, sofria com os problemas de falta de redes de esgoto e abastecimento de água no perímetro urbano. O abastecimento de água fazia-se através das bicas, dos poços públicos e, principalmente, por chafarizes instalados, na maioria das vezes, na área central da cidade, aglutinando sempre uma multidão de pessoas (BENCHIMOL, 1992). Quanto aos esgotos, até meados do século XX, eram despejados livremente nas valas e praias da cidade, sendo transportados por escravos, conhecidos como “tigres”.

A capital de Mato Grosso apresentava os mesmos problemas. A localização geográfica da cidade às margens do rio Cuiabá não impossibilitava que a mesma enfrentasse problemas de abastecimento de água, que geralmente vinha em decorrência de “equipamentos inadequados para o seu bombeamento, agravada por manutenção deficiente, em virtude da falta de recursos” (FANAIA, 2010, p.51). Problemas que sempre estavam em pauta nas cobranças dos moradores da cidade, que esperavam que os poderes administrativos assumissem seu papel, buscando operações de limpeza e manutenção de ruas e melhoramento no serviço de abastecimento de água.

Figura 4: Praça da Matriz



Praça da Matriz. In SIMON, F; AYALA, S. C. **Album Gráfico de Mato-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914, p. 353.

Cenário esse que se repetia também na “princesinha do Paraguai”, que compartilhava falta de infraestrutura da capital, embora de maneira mais acentuada, como a falta de redes de esgoto, abastecimento de água, iluminação e etc. A exemplo da capital, o fato de estar localizada às margens de um rio, no caso o Paraguai, não a deixava impune do problema de abastecimento de água que, durante muito tempo, foi sanado pelos chamados *aguateiros*, que saíam com uma carroça pelas ruas da cidade vendendo água.

Alguns que não dispunham de recursos financeiros que os permitissem comprar utilizavam-se dos poços, que normalmente ficavam próximos às fossas o que, de certa forma, facilitava a contaminação dos usuários. Os que possuíam recursos financeiros recorriam aos aguateiros, “que vendiam a água de porta em porta, captando-a diretamente do rio e da baía em frente à cidade. Porém, no período da seca, entre os meses de junho a agosto, a água que passa pela baía corre muito pouco, tornando-a imprópria para consumo” (ARRUDA, 2002, p.67).

Foi somente em 1929 que ocorreu o início do serviço de abastecimento de água na cidade pela firma Castrillon & Irmãos, o que resolveu, mesmo que em partes, o problema de abastecimento de água, que era retirada do rio Paraguai, e a seguir encanada até chegar a uma caixa na parte central da cidade, a qual atuava como centro de distribuição para as demais localidades. D. Eloise Nunes, dona de casa de 77 anos, em sua narrativa descreve sobre os anos iniciais da instalação do sistema de captação e distribuição de água:

Olha, logo que começou a fornecer a água em Cáceres já foi de encanamento; então, tinha uma caixa d’água grande de ferro lá na Coronel Faria, não sei de quantos mil litros (...) que foi Castrillon que construiu e já saía distribuição de água (...) Castrillon já começou instalando a água com cano, ia entrando nas casas, ia fazendo de pouco a pouco (...) o encanamento ia até onde tinha mais casa (NUNES, 2006).

Sem dúvidas tal feito deve ser considerado como um avanço, já que resolveu um drama vivido pelos moradores da cidade, o do acesso à água potável. No entanto, pelas narrativas pode-se perceber que, embora seja considerado um direito de todos, isso de fato não ocorrera. Em decorrência dos custos da encanação que ficavam a cargo do beneficiário, uma parcela significativa da população desprovida de recursos para tal, não desfrutasse desse significativo avanço que a cidade deu rumo ao dito “mundo moderno”. Em relação ao sistema de abastecimento de água, D. Clarice Arruda relata que, “na nossa época eram poucas casas que tinham a água encanada, mesmo que os Castrillon trouxeram, mas não eram todos que tinham a água encanada” (ARRUDA, 2005).

Nesse momento, praticamente em grande parte das cidades em todas as regiões do país, os administradores empreenderam vários projetos na tentativa de melhorar os espaços urbanos, como arborização, calçamento das ruas e praças, estipulando um padrão de construção das casas dentro do perímetro urbano. Entre várias outras medidas, buscavam desfazer os aspectos envelhecidos de cidade colonial que muitas cidades ainda carregavam. Em Cáceres, como já venho discutindo, não foi diferente. No intuito de modernizar o espaço urbano, algumas obras julgadas essenciais pelos administradores foram concretizadas, entre elas o Porto Mario Corrêa, que foi inaugurado em 1928; o Matadouro Municipal em 1919; o Jardim Público em 1935, entre outras obras de arborização das praças Barão do Rio Branco, Major São Carlos e avenida Sete de Setembro e, como medida de manter os animais que perambulavam pelas ruas afastados das plantações, foi necessário construir pequenos cercados ao redor, além de melhoramentos como calçamento de ruas e praças.

Nos periódicos é possível encontrar várias referências às questões relacionadas aos melhoramentos urbanos. No jornal *Argos*, por exemplo, com muita frequência havia uma coluna, geralmente intitulada *Melhoramentos Locaes*, dedicada a esses assuntos. Nela eram apresentadas todas as medidas de melhoramentos urbanos em andamento na cidade, como pode-se ver nesse artigo:

Diversos trabalhos de natureza publica, tendentes a promover o melhoramento geral desta cidade, acham-se uns acabados e outros em vias de execução, o que allias, não pode deixar de constituir um significativo titulo de recommendação á actual administração municipal. Dos serviços que alludimos acham-se promptos a da abertura de algumas vias urbanas e o de prolongamento das existentes, que forma projectadas até as saídas da cidade (...). Estas e outras obras como que ampliaram o horisonte, imprimindo uma nova feição topográfica local, a si não fora a inexplicável tortuosidade a que obedeceram certas edificações antigas, que deformaram o alinhamento geral (...) (ARGOS, 1912, p. 1).

Ainda que houvesse se constituído como uma cidade portuária, Cáceres só passará a possuir um porto em 1928. Até esse momento, as embarcações atracavam no então denominado Porto da Manga, um local de frente a uma pequena praça que daria lugar, em 1935, à famosa Praça Barão do Rio Branco, ainda existente. A construção do porto foi amplamente cobrada por uma parcela da população, bem como pelos administradores que alegavam que a cidade já não podia continuar sem desfrutar dessa imprescindível melhoria.

No início do século XX as cidades foram alvo de constantes críticas de higienistas que buscavam eliminar dos espaços urbanos o hábito de abate de reses no perímetro urbano. Tal prática considerada passou a ser vista como inadequada para as cidades modernas e

civilizadas que a República buscava consolidar. Para tanto, uma das medidas adotadas foi tornar obrigatória a construção de Matadouros Municipais, eliminando a antiga prática de abate de reses nas cidades. Estes, seguindo as recomendações de médicos e sanitaristas, deveriam ficar localizados afastados do perímetro urbano.

O Matadouro Municipal foi inaugurado em 1º de janeiro de 1919 na administração do Sr. Adolpho Joseti, e o segundo, em 1922, sofreu no governo do Capitão João de Albuquerque Nunes uma reforma significativa. Com a construção do Matadouro abriu-se a perspectiva do controle da carne consumida pelos moradores (ARRUDA, 2002). Antes disso, como já assinalado anteriormente, o abate das reses se dava dentro do perímetro urbano, geralmente ainda de madrugada. Usualmente antes do amanhecer os fregueses se dirigiam até o açougue e compravam a quantidade desejada, sempre pequena, devido às dificuldades de armazenamento. Quanto a essa questão, a moradora D. Joana de Albuquerque faz a seguinte declaração:

a carne era comprada de um açougue, chamava-se gancho, que era um arame grosso, virado assim, de madrugada ia no açougue, já vendia a carne e vinha com ele lá; assim que era, mas o boi era abatido na hora, era uma carne gostosa. Diziam que não tinha a higiene de hoje, mas ninguém morria (risos) (ALBUQUERQUE, 2006).

O matadouro só foi desativado em 1978, quando outros projetos de modernização julgou necessária sua demolição.

Em Cáceres, durante um longo período, os leiteiros¹¹, como eram denominados os vendedores ambulantes de leite, saíam todas as manhãs para realizarem as entregas. A distribuição era feita em garradas ou em tambores, dos quais retirava na casa do cliente a quantidade exigida. Grande parte dos leiteiros trabalhava por encomendas, uma espécie de contrato mensal. Uma moradora narra suas lembranças dos leiteiros que percorriam as apertadas ruas de Cáceres, vendendo leite: “Ah, os leiteiros também saíam vendendo na garrafa. Tinha uns que tinham aquelas (...) uma rede que colocava aqui no ombro e era assim, certinho onde enfiavam as garrafas, eles saíam entregando, ou então naqueles tambores que media na sua porta” (SANTOS, 2006).

Outra prática muito comum e que perdurou por bastante tempo em Cáceres foi a figura dos tropeiros, que pelo menos uma vez na semana vinham das fazendas, chácaras e sítios e faziam o abastecimento de mercadorias, principalmente de alimentos perecíveis, para

¹¹ Em cidades pequenas do interior essa prática ainda é muito utilizada, por oferecer o produto a um preço mais acessível, se comparados com os industrializados.

serem vendidas inicialmente nas chamadas feiras e posteriormente nos armazéns, uma espécie de mercado destinado à venda de gêneros alimentícios. O transporte desses alimentos era realizado em animais, principalmente em cavalos.

Mediante a análise das narrativas orais uma questão que me causou inquietação foi a omissão da condição de Cáceres como cidade fronteira com a Bolívia, país considerado como atrasado e incivilizado perante as elites brasileiras, ao mesmo tempo que despertava uma sensação de medo, visto que mediante a fronteira transitava imigrantes a procura de empregos, brasileiros contrabandeando mercadorias entre outros. Desse modo, procurei no próximo tópico discutir como as elites cacerenses concebiam a condição de cidade fronteira, bem como seus olhares sobre uma categoria social peculiar, os *bugres*.

1.4. Nós e os outros... a estigmatização do “além fronteira”

Como mencionado anteriormente no início desse trabalho, Cáceres está localizada a cerca de 80 km da fronteira entre Brasil e Bolívia. A proximidade com a fronteira boliviana, considerada “terra sem lei”, “espaço da barbárie”, da “indolência”, do “atraso”, enfim, estereótipos que os poderes administrativos e as elites locais utilizavam para se referir aos bolivianos. A maneira com a qual aqueles que habitavam além da fronteira viviam, aos olhos das elites e dos administradores estava em descompasso com a sociedade que aqui no Brasil se buscava constituir, embora esse processo fosse mais intenso em algumas regiões e mais lento em outras, levando-se em consideração os recursos financeiros que a cidade dispunha para investir em melhoramentos urbanos, sanitários e normas civilizatórias.

Estereótipos em relação à Bolívia podem ser percebidos no artigo *A varíola nos ameaça* publicado no jornal *A Razão* de 1933, cujo redator apresenta a situação vivida pelo país vizinho, mais especificamente a cidade de San Mathias que, naquele momento, estava sendo assolada pela varíola contraída no combate travado entre Bolívia e Paraguai. Notícia que pôs os administradores públicos em pânico, ocorrendo que logo em seguida o intendente municipal telegrafou para o Inspetor de Higiene de Cuiabá informando sobre a atual situação da cidade vizinha. A solicitação não demorou para que fosse respondida.

No telegrama enviado, o Inspetor de Higiene de Cuiabá ordenou que estabelecesse o isolamento entre São Mathias e Cáceres. No mesmo telegrama o inspetor dizia que “no presente caso, não é de limphia que nós precisamos. Necessitamos e com urgência, que se estabeleça um cordão sanitário isolando São Mathias e adjacências, como perdurar perigo que

O “medo” se dava, sobretudo, porque durante muito tempo Cáceres sofreu várias epidemias de varíola e, posteriormente, malária, sendo por vezes abandonada à própria sorte sem receber auxílio por parte do Estado, que em geral não dispensava de muitos recursos para o combate às epidemias que durante muito tempo assolavam a região e grande parte do Brasil. Na percepção do poder administrativo e das elites de Cáceres, o “outro” aquele que se encontrava do outro lado da fronteira representava exatamente o oposto da cidade que se buscava com muitos esforços construir, sendo, de certa maneira, necessário “apagar” a relação de Cáceres com os que residiam “além” da fronteira, ou mesmo da associação entre a cidade com a fronteira boliviana.

A delimitação da fronteira oeste do Brasil foi fruto de uma série de conflitos e negociações. A formação de vilas e povoados por ordem da coroa portuguesa no século XVIII está relacionada com o traçado da fronteira, isto é, buscava-se marcar a partir da fundação dessas vilas e povoados, as terras pertencentes à coroa portuguesa. O processo de delimitação da fronteira de Mato Grosso ligava-se ao sentido político e ao estabelecimento das relações de poder que estabeleceram os limites da soberania portuguesa a partir dos rios Paraguai e Guaporé. Por sua vez os textos oficiais oferecem o lugar da constituição do espaço de memória em que um povo em processo de expansão territorial entra em contato com outros povos já estabelecidos e de culturas diferentes. No confronto das relações de força e de sentido se “constrói a sua identidade” (CASTRILLON, 2000, p.14), marcada especialmente pelo processo de miscigenação e circularidade cultural.

Para Holanda (1975) a fronteira pode ser representada tanto pela concepção de movimento, de encontro com o outro e principalmente lugar no qual surgem as possibilidades de ressignificação simbólica dos acontecimentos. Segundo o historiador, a fronteira nesse sentido seria:

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, população, hábitos, instituição, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se, ao menos como não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados (HOLANDA, 1975, p.8).

De acordo com José de Sousa Martins (1997) a fronteira apresenta uma multiplicidade de aspectos e como em qualquer outro, ocorrem disputas de poderes que são possíveis em função da correlação de forças que se estabelece num contexto de concorrência capitalista. A fronteira possui um caráter “litúrgico e sacrificial” na medida em que nela o outro sofre degradação afim de viabilizar a existência daquele que exerce o domínio sobre o

outro, ao mesmo tempo em que o subjuga e explora. De acordo com essa definição, a fronteira é vista como espaço dinâmico e contraditório, resultante dos vários conflitos entre os diversos grupos sociais e étnicos que ocupam esse espaço, coexistindo tempos históricos distintos.

Para os moradores de Cáceres, a “fronteira” era vista para além de sua delimitação político-geográfica. A fronteira física entre um país e outro, apresentava dois significados: um que se referia à possibilidade de entrada de mercadorias em Cáceres por um baixo valor, ou seja, a obtenção por parte de comerciantes de consideráveis lucros a partir da venda de mercadorias adquiridas na Bolívia; outro significado é o da fronteira como espaço de trocas culturais, “espaço da barbárie”, da “terra sem lei”, das “moléstias”, da “indolência”, entre outros estereótipos que ainda persistem nos dias atuais em relação aos bolivianos, como aqueles que imigram para Cáceres, constituindo a massa dos ditos *bugres*, que carregavam/carregam os mesmos estereótipos.

A concepção de fronteira é tomada aqui não apenas no sentido de delimitação geográfica entre um território e outro, caso entre Brasil e Bolívia, mas sim, a fronteira como espaço de construções linguísticas, culturais, econômicas e também políticas. A fronteira nessa perspectiva é caracterizada pela diversidade cultural, lugar simbólico com dinâmicas próprias, resultante do contato entre as pessoas trazendo conflitos e apropriações provocados por estas transculturações. Sendo assim, a fronteira percebida como local de representações, ela é vista também como espaço hostil onde o civilizado e o arcaico se encontram para produzir um elemento novo. Nesse sentido, os sujeitos são resultantes de discursos (FOUCAULT, 2013), a fronteira é uma construção histórica e como tal, está relacionada a determinadas situações, espaço dinâmico, ponto de cruzamento cultural, conflitos, entre tantos outros aspectos que permitem pensar a fronteira como “delimitação móvel”.

A fronteira não deve ser considerada como uma linha divisória resultante de uma negociação jurídico-política, mas sim uma área de contato entre uma cultura e outra (ZIENTARA apud ZIOBER; ZANIRATO, 2009). Embora sejam abrangentes as definições sobre a terminologia, na atualidade a definição de fronteira física não pode ser desconsiderada. As discussões realizadas por Burke (2005) demonstram que há algum tempo os “historiadores e geógrafos costumavam vê-las (as fronteiras) basicamente como barreiras. Hoje, por outro lado, a ênfase tende a cair nas fronteiras como lugares de encontro ou ‘zonas de contato’. Ambas as concepções têm seus usos” (BURKE, 2005, p.153).

Nessa perspectiva busco discutir a representação das elites acerca do pertencimento a uma cidade fronteira com um país considerado “atrasado”, “indolente”, sem “lei”, em

contraposição com uma Cáceres que se buscava construir tendo como parâmetro de modernização e civilização os países europeus, especialmente a França.

Esse processo tem raízes muito mais antigas, mais precisamente na segunda metade do século XIX com a imigração de europeus, especialmente italianos, a fim de que substituíssem os ex-escravos, principalmente nas lavouras de café e em outras atividades. Para despertar a atenção dos europeus foram criados alguns incentivos por parte do governo brasileiro. Essa questão constitui, a meu ver, em uma importante peça da engrenagem por parte do governo, que ao incentivar a vinda de imigrantes àqueles que segundo estes, possuíam a possibilidade de trazer a civilização ao país, iam também inibindo a cultura dos povos locais, consideradas como “atrasadas” em relação à europeia. Nesse intuito, a província de Mato Grosso também lançou alguns incentivos como a criação de colônias com o intuito de atrair imigrantes, os “braços civilizadores”, para preencher os espaços “vazios” da província. No entanto, tais medidas não foram bem sucedidas (GOMES, 2011). Muitos dos imigrantes europeus que vinham estabelecer-se em Mato Grosso, aportavam em Corumbá, que possuía várias embarcações que através do rio Paraguai faziam a ligação da cidade com o Rio de Janeiro e com cidades da região do Prata.

Ao chegaram em Corumbá, muitos dos imigrantes estabeleciam-se primeiramente nessa cidade e, posteriormente, dirigiam para outras localidades, como a capital Cuiabá e em menos contingente para Cáceres. Esse fator transformou Corumbá em uma cidade cosmopolita (SOUZA, 2008), possibilitando a mesma se desenvolver em um ritmo acelerado, ao ponto das elites reivindicarem o status de capital da província, o que ocasionava um grande mal estar por parte dos cuiabanos, temerosos que Cuiabá tivesse o destino semelhante a Vila Bela, situação que foi agravada com a chegada da ferrovia em 1914 que, por infelicidade dos cuiabanos, a capital não foi privilegiada com os trilhos e, nos dias atuais, aguarda o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) que nunca chega.

Cáceres, no entanto, não obteve a mesma sorte que Corumbá. Pelo levantamento que consta no *Album Graphico* de 1914, nota-se que a quantidade de imigrantes que residiam na cidade era muito pequena, como consta no *Album*; “bolivianos 60; paraguaios 30; syrios 30; portugueses 20; italianos 5; alemães 4; franceses 2; argentinos 2 (SIMON & AYALA, 1914, p. 356). Pelas narrativas orais aqui trabalhadas, percebe-se que posteriormente Cáceres receberá ainda alguns imigrantes espanhóis. Porém há que se ponderar que a população citadina de Cáceres consistia em cerca de oito mil habitantes, o que, de certo modo, faz a

quantia de imigrantes significativa. Contudo, nota-se que o número de imigrantes europeus é muito pequeno se comparado com Corumbá.

Os imigrantes que estabeleceram em Cáceres passaram a desenvolver atividades mais ligadas ao comércio, além de executarem diferentes ofícios. Em pouco tempo, especialmente os imigrantes europeus, passaram a compor a elite econômica, política e social da cidade. Muitos se constituíram em verdadeiros coronéis, exercendo juntamente com seus jagunços o controle de entrada e saída da cidade, isto é, para qualquer pessoa entrar na cidade, primeiramente era necessário justificar o motivo pelo qual encontrava-se ali. Como se pode ver no relato do Sr. José da Silva de 85 anos, filho de uma das figuras políticas e econômicas mais poderosas da cidade durante grande parte do século passado. Segue um trecho da entrevista, em que o entrevistado assinala o poderio do pai sobre a cidade:

Ele tinha até segurança, capanga aqui pra (...) se chegasse uma pessoa aqui na cidade, chegava só de lancha, e ele mandava os capangas dele pesquisar se o sujeito veio prá trabalhar, qual era a finalidade dele; se fosse um vigarista, ele embarcava; ele chamava esses que vinham de lá, de *pau de arriba*, porque subiam o rio; aí, mandava, um segurança (...) botava o revólver no peito dele e mandava ele de volta, tanto que num tinha ladrão, nem nada, nesse tempo (SILVA, 2005).

É possível perceber através desse depoimento, assim como em outros, as relações coronelísticas tecidas entre os grandes comerciantes e fazendeiros locais que, a partir do poderio econômico que possuíam, estabeleciam também o controle da cidade, como também ocorriam em regiões de Mato Grosso, a exemplo de Cuiabá, Corumbá e outras, nesse caso permitindo ou não a entrada de pessoas na *urbe*. Em grande parte das províncias do país, as elites de Cáceres se tornavam elas mesmas representantes do aparelho estatal. A maioria dessas famílias tradicionais entrelaçava-se entre si a partir das relações matrimoniais, como forma de assegurar a manutenção do poder político e econômico local, a exemplo, das famílias Dulce, Fontes, Ambrósio e os Curvos e entre outras, que, possuidoras de um grande capital, seus membros se constituíram em chefes políticos de Cáceres. Estas famílias se tornaram muito importantes no período e a partir daí estabeleceram o “controle” da cidade, como se pode perceber no relato que transcrevo a seguir: “Os chefes políticos eram Alfredo Dulce, José Rodrigues Fontes, um mais novo era José Esteves de Lacerda, quem mais (...) Antonio Senatore (...) geralmente os chefes políticos é que tinham prestígio na cidade” (LIMA, 2005). Cenário muito comum ainda nos dias atuais.

Ressalto aqui uma discussão anterior, na qual afirmei que era muito comum famílias que dispunham de recursos financeiros enviarem seus filhos para Campo Grande ou Cuiabá,

para cursar o ginásio, pois Cáceres só terá ensino secundário¹² em 1948 com a fundação do Ginásio Onze de Março. No entanto, essas são questões que serão discutidas com mais profundidade em outro momento. Após concluir o ginásio, grande parte desses alunos era enviada para o Rio de Janeiro ou São Paulo, para formação de nível superior. No Rio de Janeiro, por exemplo, havia várias colônias de estudantes cacerenses. Assim que concluía, retornavam para Cáceres e passavam, também, a constituir a elite letrada da cidade que, por sinal, em se tratando de uma cidade no interior do país, era significativa.

Voltando ao objetivo dessa parte da pesquisa, a partir do momento em que o contato com as cidades do litoral e com alguns países da Europa se tornou possível, as elites de Cáceres procuraram-se desvencilhar da cultura popular, do mesmo modo em que se tem a acentuação dos estereótipos para com o *bugre*, que passou a ser símbolo de tudo aquilo que se buscava negar.

O trecho que reproduzo a seguir foi retirado de um livro já mencionado em outro momento dessa pesquisa e que, embora tenha sido publicado em 1998, traz uma carga de estereótipos muito explícita no que diz respeito às percepções que as elites, majoritariamente brancas, compostas por imigrantes europeus ou descendentes direto dos mesmos, tinham para com as populações locais:

Cáceres não era uma aldeia de bugres. O comércio intenso com o Rio de Janeiro, São Paulo e Europa através das casas comerciais exportadoras e importadoras explica por que Cáceres foi uma das primeiras cidades de Mato Grosso a *abandonar as tradições mato-grossenses*. Constantemente as pessoas de posses viajavam para o exterior e *traziam o modernismo* (BAPTISTA, 1998, p. 36) (grifo meu)

A citação, de uma maneira bem clara, delimita o lugar social do bugre na ótica das elites. Se por um lado, os pertencentes ao grupo social identificado como bugre representavam o atraso de Cáceres, às elites cabiam o papel de trazer a cidade às luzes do modernismo, identificado com aquilo que vinha de fora, “do exterior”, como atesta a autora.

Não estou aqui negando o fato de que as pessoas circulavam. Isso fica muito claro, se lançar um olhar sobre a cidade, pois percebe-se claramente a influência estrangeira, sobretudo europeia, seja na arquitetura, nos hábitos e costumes, nota-se claramente a intensa circulação de mercadorias, de pessoas que iam e vinham. No entanto, acredito que a expressão “*Cáceres foi uma das primeiras cidades de Mato Grosso a abandonar as tradições mato-grossenses*”, soa muito como um discurso de inferiorizar a população nativa, como se a pequena elite que

¹² A categoria de ensino secundário compreende os anos finais do atual ensino fundamental (naquele período conhecido como ginásio) e o colegial, que corresponde atualmente aos três anos do ensino médio (sendo que poderia ser dividido em ensino científico e o clássico).

buscava incorporar em seu cotidiano o modo de vida à *Europa*, sobretudo, à *francesa*, fosse a luz da civilização que iluminaria aqueles que se encontravam nas “trevas da barbárie”.

Quanto a essa questão, cabe aqui abrir um parêntese e discutir um pouco sobre o que venha a ser o *bugre* e as significações e estereótipos que o envolve. Embora as produções sobre o assunto sejam muito raras, foi possível encontrar alguns trabalhos de autores que se debruçaram sobre essa questão. O termo *bugre* surgiu na Bulgária ainda na Idade Média, mais precisamente no século IX, representando um movimento herético em discordância com os preceitos ditados pela Igreja. Inicialmente foi denominado de *bogomilismo*, designação inspirada no nome do padre Bogomil, considerado fundador da seita herética (GUISARD, 1999).

Com o passar do tempo o sentido do termo *bugre* vai sofrendo alterações, na medida em que sai da esfera do mundo religioso para o mundo profano, no qual os atributos do *bugre* estavam relacionados à devassidão, à sodomia, à pederastia, entre outros. Estereótipos, estes, que o colocavam em uma situação de inferioridade em relação aos demais.

Para Guisard (1999, p.93) o termo *bugre* passou a ser associado aos indígenas encontrados nas Américas e, conseqüentemente, no Brasil. No caso deste país, para os colonizadores, a “imersão” dos indígenas no meio natural, acarretava com que fossem identificados em um estágio de “pré-humanidade que mal se distingue da animalidade”.

Nesse momento o termo *bugre* vai reaparecendo no imaginário europeu, com uma identidade já construída, acompanhando a ideia da infidelidade moral, porém com elementos próprios da nova situação, como a associação do *bugre* ao “atraso”, à “indolência”, ao “animalesco”, na medida em que o espírito do capitalismo brutal, como os dos portugueses ou os europeus de uma maneira geral, se viu confrontado diante do não espírito de acumulação dos povos indígenas, o que gerou uma enorme diferença cultural, acarretando nos estereótipos imputados a essas populações pelos europeus.

Em Cáceres a utilização do termo *bugre* era/é muito comum, e normalmente estava/está associada ao sentido pejorativo, sempre identificado a “atraso”, “indolência”, “ausência de espírito acumulativo”, representando tudo o que é tido como negativo, indesejável e condenável, aos olhos das elites majoritariamente brancas, que buscavam erguer-se aos moldes da cultura europeia, especialmente da França. Seus hábitos e costumes são sempre vistos como atrasados e inadequados para uma cidade que se buscava constituir como civilizada. A terminologia continua sendo muito utilizada e seu sentido, também, não sofreu alterações.

O bugre não era/é visto como um homem do seu tempo, ou seja, aquele que não se enquadra no modelo de produção capitalista:

ele carrega um estigma de épocas passadas de ser identificado como pertencente a uma parcela mais humilde das populações, mais próximas da natureza, carregando consigo todo tipo de desvios morais determinados pela história, refletindo ou mesmo resultando numa exclusão social, que ficará mais acentuada com o desenvolvimento do capitalismo e suas exigências (GUISARD, 1999, p. 95).

Há sempre um embate entre o tradicional (bugre) e o moderno (a elite majoritariamente branca) entre o rural e o urbano, e de forma mais intensa, entre a natureza e a dita civilização, na qual o bugre é submetido a toda sorte de discriminação, na medida em que será identificado com tudo aquilo que deveria ser combatido.

Embora as elites de Cáceres constituíssem uma pequena parcela da população, por outro lado, eram bem significativas e, na medida do possível, procuraram estabelecer nos “rincões da civilização”, como era vista a região central do país, um conjunto de normas que as permitisse se desvencilhar dos vários estereótipos imputados aos ditos “sertões” brasileiros, expressão comumente utilizada naquele momento para se referir aos lugares mais afastados do litoral. Situação que se agravava devido ao fato de Cáceres se situar na fronteira com um país, visto, tanto pelas elites como pelos poderes administrativos, não apenas da cidade, mas de toda província, como “terra da barbárie”, “atrasada” e “sem lei”, assim como os vários bolivianos que se estabeleciam em Cáceres em busca de empregos e melhores condições de vida. Tais fatores eram vistos com maus olhos, sobretudo pelos administradores e pelas elites.

A meu ver, todas as medidas adotadas pelos poderes administrativos de Cáceres, no intuito de “modernizar” os espaços urbanos e a implementação de normas que visavam civilizar os hábitos e costumes dos moradores citadinos se coadunam com as ações adotadas pelas elites que, na medida do possível, buscavam recriar em Cáceres um cotidiano voltado ao modo de vida europeu, sobretudo francês, muito embora encontrasse como empecilho as condições climáticas, a falta de espaços de sociabilidades condizentes, entre os diversos problemas estruturais da urbe, ainda muito parecida com o estilo colonial.

Para os grupos sociais que compunham a elite urbana de Cáceres, ter uma vida cotidiana que comportasse condutas sociais individuais e coletivas, acompanhadas de normas de etiqueta e outros aspectos culturais praticados no “Velho Mundo”, era compreendido como uma possibilidade de enquadrar a cidade no dito “mundo civilizado”.

A busca pelo rompimento da imagem de cidade atrasada esbarrava no fato de Cáceres possuir um considerável número de bolivianos, e outro tanto de *bugres* cujos hábitos

e costumes, eram vistos como inadequados, e na perspectiva das elites longe estavam de se constituírem em “povos civilizados”, muito embora se implementassem medidas a fim de moldar suas condutas e enquadrá-los à “civilização”. Esse quadro acarretou numa tentativa de suplantação dos hábitos e costumes dos populares, tendo em vista que nesse momento a elite procurava estabelecer seus hábitos e estilos (agora reconfigurados a partir de outros centros urbanos) como hegemônicos.

Tais fatores constituem um processo de subjugação da cultura alheia por parte das elites cacerenses, em relação às camadas populares que, por sua vez, persistiam em suas práticas socioculturais, seus hábitos e costumes, muitos dos quais, continuam inalterados até os dias atuais. Configuração que defino como um processo de resistência e não porque eram inaptos para alcançar os padrões de civilização e modernização, tão apregoados pelos administradores públicos, as elites, sanitaristas, enfim, todo um aparato montado especialmente na Primeira República, com o intuito de construir uma nova face moral e higienizada dos espaços urbanos brasileiros.

Essa dominação cultural de uma categoria social sobre outra é definida pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989) como *poder simbólico*, consistindo em um poder invisível, que se estabelece nas relações cotidianas entre os sujeitos, só podendo ser exercido se houver a cumplicidade entre os que estão alheios a sua condição de sujeitos desse processo ou por aqueles que exercem o poder (BOURDIEU, 1989, p.14), o mesmo define da seguinte maneira o poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (...) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary” mas que se define numa relação determinada- por meio dessa entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos (...).

Os ditos “sistemas simbólicos” se estabelecem como elementos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, ao passo que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação de um grupo/categoria social sobre outro (violência simbólica), dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuem, assim, para aquilo que Bourdieu denomina de “domesticação dos dominados”. A *violência simbólica* se constitui

no processo de subordinação de um grupo social por outro que possui a seu dispor meios para tal.

As diferentes categorias e frações sociais estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social a partir de seus interesses, a fim de “imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das relações sociais” (BOURDIEU, 1989, p.11). Luta que pode ocorrer de forma direta no cotidiano ou por meio de especialistas da produção simbólica onde está em jogo o monopólio da violência simbólica.

As narrativas utilizadas como principal fonte documental para realização desse trabalho referem-se, majoritariamente, a relatos de descendentes europeus que se constituíram em famílias tradicionais que se estabeleceram na cidade e que, ainda hoje, galgam de certo reconhecimento e prestígio na cidade, prática que continua muito comum em cidades interioranas do país. Ao lê-las surgiram algumas indagações, como por exemplo: quais os motivos que levaram à ausência do fator *fronteira* nos relatos? O que levaria os depoentes, ao narrarem sobre o cotidiano da cidade, a apagar as diferenças sociais, as desigualdades entre as diferentes categorias, ao passo em que tendem a desenhar uma cidade sem diferença, uníssona?.

Para o sociólogo Michael Pollack (1989), que faz uma importante discussão a respeito da memória como fenômeno sociológico, a memória é resultado de uma construção social. Por ser uma construção, a memória passa por um processo de escolha, sendo parcial e seletiva, pois o depoente narra de acordo com suas lembranças, definindo o que deve ou não ser narrado, conforme seus interesses na trama.

Michael Pollack denomina o percurso de escolha das lembranças como “enquadramento”, processo em alguns eventos/acontecimentos são priorizados, ao passo que outros são relegados”. Esse processo não ocorre de maneira aleatória, na medida em que alguns grupos buscam destacar elementos que possibilitam a formação e/ou manutenção de uma posição privilegiada em relação a outros grupo, mesmo que não seja complementemente consciente.

O que pode ser notado em relação aos relatos de membros que compunham/compõem a elite social, política, econômica e letrada de Cáceres que, ao narrarem sobre suas vidas, desenham uma cidade em que os populares são praticamente ausentes ou, quando aparecem no cenário das narrativas, surgem como os prestadores de

serviços a essas elites, ou com o intuito de desvalorização de seus valores e costumes, sendo vistos como inferiores.

O “enquadramento” da memória constitui em um dos pilares para a formação das memórias globais, sendo que “a elevação das memórias de um grupo ao plano hegemônico envolve o combate e a supressão das memórias de outros grupos, que passam a ocupar uma condição de marginalidade. No entanto, ainda que sofram com a opressão e a censura, esses grupos não deixam de produzir suas próprias memórias” (RIOS, 2013, p. 12). As memórias dos grupos marginalizados, das minorias políticas e econômicas, entre outras categorias, são denominadas por Pollack de “memórias subterrâneas”, que se constituem parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial” (POLLACK, 1989, p. 02).

É nesse sentido, que as narrativas que ora analiso se apresentam. Os entrevistados procuram construir a partir de si (o grupo economicamente privilegiado) uma Cáceres “romantizada”, uníssona, harmônica. No entanto, compreendo que os espaços da cidade não podem ser definidos como homogêneos, uníssonos, pelo contrário, são marcados por especificidades, conflitos sociais, culturais, econômicos, étnicos, entre outros, na medida em que os sujeitos a partir de si constroem uma cidade, bem como a desenham e a reconfiguram. Os espaços da cidade são marcados por todas essas especificidades e peculiaridades, formados e marcados pelas impressões que os diferentes sujeitos possuem sobre si e sobre a cidade. Os lugares da cidade se constituem por todas essas dinâmicas, pelos vários sujeitos que neles transitam, com suas especificidades e peculiaridades próprias de seus transeuntes, e se constroem e reconstróem cotidianamente.

Em Cáceres, essas especificidades se tornam muito claras nas narrativas de vários(as) moradores(as) pertencentes às famílias tradicionais, ainda muito conhecidas na cidade, que ao silenciarem de seus relatos as camadas populares, apresentam o movimento, por parte das elites, principalmente no início do século XX, que embora pequenas, possuíam muita influência política, poder econômico e “capital cultural” significativo, e que buscavam, a exemplo de outros centros urbanos, se desvencilharem das camadas populares.

O caminho adotado foi a tentativa de inibir e desprezar a cultura das camadas populares. Entre as várias medidas adotadas, a criação de espaços de sociabilidades específicos para as elites foi uma delas.

O trecho a seguir é parte da entrevista de D. Joana Albuquerque já mencionada em outros momentos desse trabalho e diz respeito aos passeios realizados no Jardim Público que fora construído em 1935 com o intuito de proporcionar à cidade um espaço de lazer e que, no

entanto, rapidamente se constituiu como um espaço de distinção social, sendo construída uma mureta que separava os membros que compunham as elites dos populares:

começava sete horas da noite quando eram onze horas da noite assim, terminava (...). Passeávamos muito, as moças saíam na quinta e domingo, a gente saía pra passear no jardim; tinha o coreto, no domingo tinha a Banda que tocava lá, então a gente dançava em volta ali do coreto *A sociedade, a elite, passeava dentro do jardim e os outros era por fora, não entrava* (ALBUQUERQUE, 2006).

É possível notar nesse trecho uma nítida separação dos lugares de sociabilidades, no qual, inicialmente, deveria ser de acesso para todos e que, no entanto, a elite procurou se separar dos populares, ainda que se refira a um espaço público, cenário este que se repetia em diversas cidades do país nesse período.

Durante o final do século XIX, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai e, posteriormente, no início do século XX, com o advento da República que inaugurou uma incessante busca pelo *progresso* e pela *modernidade*, Cáceres se constituiu em um entreposto comercial, sendo porta de entrada e saída de mercadorias, migrantes e imigrantes. De um modo geral, a reabertura da navegação pós Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), constitui um marco na história da cidade, que a partir desse momento passou a experimentar uma fase de desenvolvimento econômico, melhoramentos urbanos e civilização dos costumes, e consolidação das elites, que desempenharam um importante papel no cenário da cidade.

Neste capítulo busquei apresentar o panorama das mudanças, inovações, e remodelação dos espaços urbanos, acima mencionados. Analisei os discursos pela modernidade, apresentando como a modernização/modernidade foi interpretada e incorporada pelos moradores de Cáceres/MT, sobretudo pelos órgãos administrativos e as elites entre o final do século XIX e especialmente no início do XX. Esse “movimento” se configurou de diversas maneiras, como a reconfiguração do espaço urbano/privado, pela imposição de normas aos cidadãos, no intuito de civilizar suas vivências nesses novos espaços, bem como a criação de espaços específicos para as interações urbanas, além da tentativa das elites em sucumbir as antigas práticas de convivências das categorias sociais mais baixas.

No próximo capítulo, analiso os vários espaços e práticas de sociabilidades que se constituíram em Cáceres nas primeiras décadas do século XX, discutindo as dinâmicas que se estabeleceram na cidade, numa época em que as elites buscavam a todo momento espelharemse no cotidiano dos grandes centros urbanos brasileiros, incorporando, à medida do possível, os hábitos, costumes e práticas de sociabilidades das elites desses grandes centros

Sociabilidades urbanas: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século

XX

Cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchidas pelas cidades particulares. A memória é redundante, repete os símbolos para que a cidade comece a viver (CALVINO, 1990).

2.1. Lugares e espaços citadinos: revelando percursos

Neste segundo capítulo busco discutir alguns espaços de sociabilidades que se constituíram em Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX, a partir das vivências e relações tecidas pelos citadinos nesses espaços. Pelas narrativas orais, foi possível perceber como se configuraram as vivências e experiências dos sujeitos no universo citadino de Cáceres, se expressando de múltiplas formas, resultantes da mistura de variadas culturas, etnias, grupos sociais, ao mesmo tempo em que delimitava espaços de convivências específicas de cada grupo social.

Trata-se de um conjunto de percepções para os quais não foram lançadas hipóteses iniciais. Foi mediante o trabalho de juntar os fragmentos esparsos nas narrativas é que se chegou ao conhecimento de uma gama de sociabilidades, das vivências e experiências de vida que exprimem ao mesmo tempo, concepções dos sujeitos sobre si e sobre a cidade. Aderir à pluralidade de interpretações que as fontes suscitam é, acima de tudo, “uma condição para este sondar de possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que coexistem entre si, mas não tem uma necessária coexistência” (DIAS, 2003, p. 59), visto que apenas se atenta para experiências, ou fragmentos destas, a partir da contemporaneidade.

Muito além de sua definição por aspectos físicos e históricos, as cidades também se constituem por acontecimentos que reúnem experiências humanas com singularidades sociais próprias de cada indivíduo que se reconhecem e se validam nos grupos de pertencimento. Os relatos orais possibilitaram redesenhar os espaços de Cáceres sob o olhar de seus frequentadores, além de mostrar as impressões que estes possuíam/possuem sobre os mesmos, que até então haviam sido ignorados pelos documentos e histórias oficiais.

A cidade desenha-se a partir daquele que a observa, ao passo que existem e convivem em um mesmo espaço variadas experiências, a partir dos diversos grupos sociais que a produz. Sobre a dinâmica que constitui a cidade, Calvino (1990, p. 17) assinala que “cada pessoa tem em sua mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares”. A cidade então deve ser compreendida como um espaço heterogêneo, múltiplo, ao mesmo tempo em que carrega particularidades dos sujeitos que transitam por suas avenidas, ruas, praças, vielas e etc. Para Calvino (1990, p. 07) “a cidade não é feita disso (traçados geométricos), mas a partir das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”.

As dinâmicas sociais estabelecidas nas cidades por meio das múltiplas relações tecidas pelos cidadãos permitem compreender alguns aspectos das cidades para além das suas fronteiras físicas e geográficas, na medida em que “ao problematizar as relações entre a cidade e as práticas quotidianas dos seus moradores, que tecem os lugares, que moldam os espaços” (ARRUDA, 2002, p. 07) ao passo que os indivíduos as transformam em outras “cidades”, marcadas pelas subjetividades e peculiaridades de cada sujeito que nelas habitam.

Os mais variados grupos sociais que transitam na cidade procuram representar o “real” de acordo com suas perspectivas e interesses que, de certa maneira, também são contraditórios e divergentes, na medida em que as relações sociais que se estabelecem nos espaços cidadãos são determinadas historicamente. Sendo capazes de fornecer elementos para compreensão dos desejos, projetos de seus moradores, captar e investigar práticas e comportamentos dos cidadãos, permitem ainda dar visibilidade a aspectos de suas vidas cotidianas como os modos de viver, morar, trabalhar, se divertir, que não são contemplados nos relatos de história oficial das cidades.

Os relatos revitalizam os narradores, na medida em que possibilitam a estes tanto produzir como atribuir significações aos tempos vividos. As narrativas permitem conhecer os mais distintos espaços urbanos, que no decorrer do tempo se tornaram inexistentes, revelam ainda comportamentos, costumes, hábitos, valores, enfim, uma série de símbolos do tempo vivido pelo narrador. Compreendo que os relatos orais permitem construir uma versão plausível sobre determinado acontecimento/evento/, como as vivências do narrador. No entanto, há que se levar em consideração os interesses envolvidos no processo de rememoração. É nesse sentido que “construir narrativas acerca dos eventos passados não é copiar, imitar “tal como foi”, mas um ato criativo, produtor de efeitos de encenação, que reúne e configura os

múltiplos eventos passados na tessitura das tramas, conferindo-lhes inteligibilidade. Em última instância, cria a vida no território dos mortos” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 146).

Longe de se constituírem em fontes limitadas, as narrativas dos habitantes que vivenciaram a dinâmica da cidade de Cáceres revelam “tempos” e “espaços” que se tornam conhecidos mediante relatos daqueles que viveram naquele período. Daí a importância dos relatos de memória como fonte documental, pois as expressões, o valor simbólico que alguns espaços/acontecimentos adquirem na memória coletiva da cidade não são possíveis de serem percebidos nas fontes escritas. A memória torna-se importante categoria nas análises, como campo de lutas, tensões sociais e formas de dominação e legitimação de poder, uma vez que tem sido as circunstâncias quem definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas plausíveis (FENELLON, 2004). Muitas memórias foram esquecidas e/ou silenciadas (POLLAK, 1982) muitas vezes pelos “grandes temas” da historiografia que durante muito tempo julgaram desnecessária a conservação/preservação de algumas memórias.

Para pensar as categorias de *lugares* e *espaços*, aproprio-me das discussões de Michel de Certeau (2014, p. 184). Para este, a concepção de *lugar* está vinculada à ideia de ordem indicando, sobretudo uma “configuração instantânea de posições”. É possível entender o lugar como uma rua, uma praça planejada e construída, como a malha viária de uma cidade, ausente de significado (REIS, 2013), o geográfico de uma cidade ou qualquer outra espacialização.

Os lugares se resumem nas configurações físicas/geométricas, já os *espaços* resultam do cruzamento de móveis, se constituindo a partir da ação e dos movimentos dos sujeitos sobre os mesmos, sendo produzidos pelas múltiplas e diversas operações que os orientam “o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...) rua, geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres” (CERTEAU, 2014, p.184) são pensados como cruzamentos de homens e mulheres em mobilidade, resultantes de inúmeras relações sociais. Os espaços, como resultantes da ação humana, não são uniformes, sendo também marcados pelas discontinuidades e destas, consequentemente, resultam diversas significações.

A partir do momento em que os vários sujeitos transitam, bem como as relações estabelecidas em um determinado *lugar* (rua, beco, praça e etc.), consequentemente este, é transformado em *espaço* mediante a atuação dos indivíduos. Para Certeau (2014, p. 184), o

espaço é “acima de tudo um lugar praticado”. Os sujeitos em seus percursos cotidianos simbolizam o lugar a partir das interferências, tanto corporais quanto cognitivas nessas configurações físicas. Desse modo, são os passos dos transeuntes que moldam os *lugares* e os transformam em *espaços*, inserindo-os e inscrevendo nestas suas camadas simbólicas que se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados que, compartilhados simbolicamente através da comunicação, modificam os usos que os sujeitos fazem dos mesmos.

Considerando que os *espaços* resultam das variadas relações sociais estabelecidas pelos indivíduos nos *lugares*, é válido afirmar que os *espaços* não são neutros, mas estão repletos de marcas e signos de quem os produzem e neles convivem, carregando tanto significações afetivas como culturais (RIBEIRO, 2004). De acordo com Certeau (2014) é possível perceber a apropriação e significação dos *lugares* em *espaços* de vivências como um discurso produzido pelo caminhante, estando para a cidade atual como a enunciação está para a língua, defendendo que por meio desse discurso proferido pelos passos, o caminhante transforma, a seu modo, cada significante espacial (REIS, 2013).

Os espaços podem ser compreendidos a partir da perspectiva de que sua construção ocorre permanentemente mediante a atividade coletiva dos indivíduos que neles transitam, através de um “campo de inter-relações sociais no qual estão estreitamente associados ao lugar, o social e o cultural” (FANTINEL, 2012, p. 45), ou seja, os espaços são construídos de acordo com as interações estabelecidas entre os indivíduos. Se mostram ainda como possibilidade de aproximação e visualização dos mais distintos grupos sociais, apresentando regras e posturas, manifestando expressões culturais, passando por um processo de construção de identidade específica do lugar, sendo a todo momento transformados pelos diversos segmentos sociais, com seus mais variados valores sociais e culturais que os frequentam.

Ao mesmo tempo, os *espaços* das cidades seriam aqueles nos quais o discurso civilizador poderia ser, de certa maneira, percebido em sua materialidade, seja por meio das atitudes e gestos requintados, seja pela imposição de comportamentos específicos para o local, além da necessidade de utilização de trajes e adereços próprios a serem utilizados nesses espaços (JULIO, 2007).

Com o intuito de impor normas de comportamentos aos cidadãos, a cidade prescreve um estilo de viver urbano, demarcando práticas e espaços que devem ser frequentados ou proibidos, bem como especifica os sujeitos que podem ou não frequentá-los. Sendo que é “na cidade que a história se constrói, através de um espaço público que alarga as possibilidades de

ação, de convívio e trocas. A cidade é ao mesmo tempo o *locus* das comunicações e das multidões” (LIMA apud MEDEIROS NETA, 2011, p.114).

Principalmente nas primeiras décadas do século XX, como assinalado anteriormente, em grande parte das cidades brasileiras, sejam as dos grandes centros urbanos, sejam em regiões mais afastadas do litoral, a tentativa de modernização dos espaços citadinos resultou na elaboração de diversos projetos de urbanização e higienização, bem como a busca pelos símbolos da modernidade. A partir desse momento, uma série de medidas foram tomadas a fim de desvincular a imagem das cidades ao período colonial-imperial que, até então, carregavam. Uma dessas medidas foi a criação de novos espaços destinados ao lazer público, como os cafés-concertos (em cidade maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro), teatros, cinemas, praças, jardins públicos, entre outros, os quais vieram acompanhados pela imposição de uma série de normas e, conseqüentemente, segregação social das categorias sociais menos favorecidas, especialmente por parte das elites.

Os novos espaços delimitados a partir das reformas urbanas, cada um com suas características específicas, desempenhariam também a função educativa sobre seus frequentadores, isto é, exerciam também o papel de discipliná-los. A caracterização desses espaços urbanos estava calcada nos princípios de modernidade e progresso, devendo atuar na “fixação da higiene e saúde, a funcionalidade das ruas (...), a objetivação de cada função a áreas determinadas e específicas. Tudo é passível de planejamento: a moradia, o lazer, o trabalho; a rejeição ao passado é substituída pelo traçado geométrico (...)” (VEIGA, 2002, p. 84).

A vida cotidiana dos sujeitos passou a ser alvo da intervenção dos poderes administrativos, que além do controle dos impulsos dos citadinos, procuravam também discipliná-los a fim de que enquadrassem ao novo modelo de cidade que se buscava construir. Nesse sentido, a regulação dos impulsos dos sujeitos que transitavam pelos espaços das cidades visavam, sobretudo,

o controle das emoções, o bom comportamento como um todo, característico das noções de civilidade deveriam ser ensinados em primeiro lugar às elites. Entretanto, como os espaços urbanos são, em sua maioria, lugar de todos os indivíduos, esses sinais de distinção característicos de uma “boa sociedade” passam a ser apropriados por outras pessoas (JULIO, 2007, p. 78).

Nessa ótica é possível pensar como a presença de pessoas das elites nos espaços públicos destinados às sociabilidades, os jardins, por exemplo, com suas posturas marcadas pela polidez, seus modos de vestir à moda europeia, as possibilitavam atuar como modelos

para as categorias sociais mais baixas, ao mesmo tempo em que poderiam forjar/influenciar valores ligados à civilidade. Os vários *espaços* urbanos, cada um a sua maneira, a partir das representações inscritas em cada um deles, atuavam como espaços educativos, na medida em que impunham aos seus frequentadores uma série de normas e condutas a serem seguidas. Nesses ambientes destinados ao lazer também se pretendia disseminar a moral, “difundir a ética, enaltecer o progresso e trabalho, estabelecer a disciplina e a ordem, incentivar o civismo, e introduzir noções básicas de saúde e higiene à população” (CAPRARO *et al*, 2010. p. 13).

As sociabilidades estabelecem-se mediante um conjunto de relações tecidas pelos indivíduos e as formas como estas se concretizam nos mais distintos espaços, como nas escolas, igrejas, praças, bares, entre tantos outros espaços possíveis, são ainda firmadas mediante as relações tecidas por estes indivíduos em suas vidas cotidianas (MEDEIROS NETA, 2011). Nesses espaços de sociabilidades, comumente são também estabelecidos formas e estilos morais e sociais próprios de cada espaço, no qual cria-se uma maneira específica de portar-se nos mesmos.

O uso das narrativas orais, na busca de trabalhar algumas sociabilidades em Cáceres, nas décadas iniciais do século XX, propiciou vislumbrar as mais variadas facetas das sociabilidades urbanas, bem como as normas instituídas em algumas delas e a afirmação das elites perante a sociedade cacerense. Permitiu ainda desmontar alguns estereótipos sobre a cidade, nos quais esta era como se fosse uma extensão da vida nos campos. O estudo de algumas sociabilidades tornou visível a atuação de uma parcela da sociedade, especialmente as elites, promovendo eventos que também eram realizados em grandes centros urbanos brasileiros, o que representa que estavam em um constante contato com as grandes cidades e que as tinham como modelo sociocultural.

O ato de narrar é criador, desenha os espaços em que transitam os moradores das cidades, da mesma maneira em que as imagens produzidas sobre as ruas, becos, praças e etc. revelam também suas histórias. Seus moradores, mediante o trabalho de rememoração, “subordinam a configuração gráfica urbana a uma representação em que a vida, nos detalhes, nas “artes do fazer”, é recoberta em seus múltiplos significados culturais” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 151). É nesse processo de rememoração que os narradores tecem uma teia de significações simbólicas aos espaços, tanto público como privado. Quanto à descrição dos espaços nos relatos orais, os mesmos trazem à tona as marcas dos acontecimentos, configuram

paisagens em que os sujeitos históricos habitam. Para tanto, as lembranças se constituem em fontes relevantes para reconstituição desses espaços, possibilitando vislumbrar

uma “outra espacialidade”, podendo ser compreendida em diferentes dimensões temporais, multiplicando o campo das imagens- referentes aos *espaços frequentados e vividos* (...) os trajetos diários de cada um dos homens, e de todos- desenham e redesenham a memória social, passos que projetam um destino oscilante, difícil, conflitante (GUIMARÃES NETO, 1996, p.213).

Os “lugares da cidade” por se constituírem em espaços das experiências humanas, com suas complexidades tecidas por feixes de singularidades, expressam na memória das pessoas que deles se apropriam a resignificação do vivido e se constituem também como “lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13), que “nascem e vivem do sentido que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos (...)”, enfim, criar lugares para que a memória possa se manter viva. Constituindo em verdadeiros patrimônios culturais, projetam-se simbolicamente atrelando-se a um passado vivo, marcando a presença ao mesmo tempo em que reforça os laços identitários do lugar (ANDRADE, 2008).

Para Halbwachs (2003), a memória é um processo de reconstrução, devendo ser considerado em dois sentidos; o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais. Para tanto, a partir dessas considerações, proponho analisar alguns espaços de sociabilidades em Cáceres, considerando as peculiaridades da memória como fonte documental, isto é, os jogos de interesses envoltos no processo de rememoração.

2.2. Espaços e práticas de sociabilidades em Cáceres

Os espaços se constituem em parte das relações sociais tecidas nas cidades. Isso permite assinalar que estes não podem ser pensados apenas como cenários, mas em organismos formados a partir das relações estabelecidas pelos indivíduos que neles habitam com as mais diversas perspectivas. Dessa maneira, a urbe é então

passível de leituras através de sua disposição cartográfica, dos agentes produtores do espaço e de sociabilidades, das segregações dos sujeitos, dos sentidos e de outros temas possíveis, pois múltiplos podem ser os olhares direcionados para as cidades e suas histórias escritas em seu espaço e nas práticas de homens, mulheres e crianças que as habitam (MEDEIROS NETA, 2011, p.14).

A cidade e suas experiências de urbanidade são possuidoras de sociabilidades que ocorrem nos seus mais variados espaços e se constituem como produto dessas práticas. Estas, possuem uma função socializadora e são revestidas de educabilidades, pelas quais se moldam valores e estilos de ser e estar, visto que a cidade possui um papel social advindo da experiência de urbanidade, das práticas e vivências estabelecidas pelos sujeitos. Nesse sentido, as sociabilidades aqui trabalhadas dizem respeito àquelas desenvolvidas nos espaços urbanos de Cáceres nas primeiras décadas do século XX, ocorrendo como resultado das vivências e relações sociais estabelecidas pelos sujeitos sociais. Cada sujeito, em seu tempo, a partir de seu grupo social, vive experiências diferenciadas. Isso significa que as sociabilidades nos espaços citadinos apontam para diferentes condições de construção do meio social e de vivências, ao passo em que os modelos comportamentais dos indivíduos, em um determinado grupo, se ajustam, na medida do possível, às realidades materiais (MEDEIROS NETA, 2011).

Mediante a análise das narrativas, foi possível perceber os múltiplos aspectos/sentidos que os narradores conferem aos acontecimentos, experiências do passado e aos diversos *espaços* da cidade, o que revela percepções e concepções distintas dos mesmos a partir do círculo social em que o narrador pertence. Nesse sentido, as narrativas me levaram a conhecer *espaços* de sociabilidades, nos quais estas se estabeleceram entre os moradores de Cáceres. Grande parte deles não resistiu e desapareceu com o passar do tempo. As cidades, como espaços públicos, passam pelo processo de “(re)fabricação”, porque estão em movimento contínuo do refazer, pois as práticas cotidianas produzem uma utilização particular dos espaços, o que é próprio dos indivíduos, tendendo a tornar o que é público, a cidade, em um espaço privado (CERTEAU, 2012).

Pelos *espaços* da cidade que se dão a conhecer pelas narrativas, percebe-se que os comportamentos humanos, tanto individuais como coletivos, configuram a dinâmica social urbana. Nesse sentido, as diversas práticas de sociabilidades que se povoam de signos e habitam os labirintos sociais são também perceptíveis por meio das narrativas das pessoas. Os cantos, becos, avenidas, ruas, jardins, brincadeiras, entre tantos outros espaços e práticas que compõem a cidade são visíveis mediante a memória daqueles que percorreram esses lugares, viveram, viram e compuseram os círculos de interações estabelecidos nesses espaços.

A partir dessas considerações, passo agora a analisar algumas sociabilidades que aparecem com frequência nas narrativas orais aqui trabalhadas. Muitas dessas práticas referiam-se ao círculo mais íntimo como o hábito das mulheres sentarem-se ao anoitecer à beira das ruas para conversarem (cadeiras nas calçadas), os piqueniques entre família e

amigos, os saraus, outras voltadas para um público mais amplo, como os carnavais, festas de santos, o cinema, os passeios no Jardim Público e na Ponte Branca, as touradas e as cavalhadas. São todas sociabilidades que subsistem somente nas memórias daqueles que as vivenciaram e as praticaram.

2.2.1. O Jardim Público: espaço de sociabilidade, aproximações e encontros

Em outro momento dessa pesquisa discuti que, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, Cáceres passou por um processo de crescimento em decorrência da reabertura da navegação pelo rio Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870). A partir desse episódio, o ir e vir de membros das elites de Cáceres para outras cidades, entre elas, algumas europeias, propiciou uma série de mudanças que se tornaram visíveis na reorganização do traçado urbano, na arquitetura e na incorporação de padrões culturais dos grandes centros urbanos, especialmente por parte das elites. Foi nesse período também que a cidade passou por um significativo desenvolvimento econômico.

Em praticamente todo o Brasil entre o final do século XIX e início do XX, o processo de modernização dos espaços urbanos veio acompanhado da tentativa de arborização de alguns lugares da cidade, como as ruas, praças e jardins, que além do embelezamento das áreas centrais, contribuíam para areação dos ambientes internos das casas, ao passo em que atendiam as recomendações de urbanistas e higienistas da época, que viam na falta de circulação do ar, principalmente nas residências, um dos fatores para a proliferação de epidemias. Para tanto, estudos sobre os benefícios das plantas na área urbana foram amplamente divulgados, especialmente a partir do processo de remodelação do Rio de Janeiro no início do século passado, como também essas ideias foram amplamente propagadas e apoiadas pelas diversas instâncias sociais e sanitaristas (SEGAWA, 1996). A arborização de ruas, praças e os jardins que cercavam as mansões, são estratégias que indicam a domesticação e reelaboração da natureza para o “prazer estético” das pessoas (BRESCIANNI, 2003, p. 239).

A criação de bulevares nos principais centros urbanos do país, o ajardinamento de avenidas e praças e a criação de locais destinados a passeio públicos (como os jardins) constituíram em iniciativas do governo republicano. Estas representavam a tentativa de

consolidar no Brasil o modelo de práticas de sociabilidades próprias da Europa ainda oitocentista.

Como resultado desse processo de desenvolvimento e do contato com outros centros urbanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente as elites foram influenciadas pelos padrões de modernização e progresso vividos nesses centros urbanos. Mediante esse contato, a modernidade que se apresentava como elemento diferenciador do novo governo, foi também incorporada pelos moradores de Cáceres, principalmente pelas elites, que em geral ocupavam também os cargos da administração pública e imprensa periódica, grande divulgadora desses projetos. Foram então adotadas uma série de medidas por parte do poder administrativo com o intuito de aproximar Cáceres dos padrões de modernização e modernidade estabelecidos a partir dos grandes centros urbanos brasileiros, concebidos como a marca dos “novos tempos” que a República anunciava. Medidas estas que nem sempre foram bem sucedidas, como a execução de algumas obras com o intuito de promover a embelezamento da cidade, ou mesmo sanar os sérios problemas enfrentados pelos moradores.

Figura 6: Praça da Matriz e Jardim Público



Domínio público.. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+c%C3%A1ceres+antigas>> Acesso em: 25 de jan. de 2016.

Parte do projeto de modernização e embelezamento do espaço urbano de Cáceres, em 1935 foi construído na Praça Barão do Rio Branco pelo Major Cícero de Sá o Jardim Público, com o intuito de proporcionar à cidade um espaço de lazer, haja vista que nesse período a

urbe possuía poucos lugares a serem frequentados pelos moradores, especialmente pelos mais jovens. Em relação ao projeto de construção do Jardim Público, D. Eliane Nunes de 77 anos, dona de casa, que se declara visitadora assídua do jardim, traz o seguinte relato:

a fundação do Jardim foi com um Major que era da Polícia. Ele resolveu porque as moças aqui não tinham aonde ir, então ele falou: “eu vou fazer um jardim pra vocês”, aí começou a ideia, mas pra formar esse jardim ele fazia o quê? Todas as casas tinham que doar alguma coisa, então ele chegava na sua casa, ele não procurava saber se você dava ou deixava de dar, ele olhava uma roseira: “ah, vou levar aquela, vou levar essa folhagem, vou levar (...) e com a carroça pega esse, pega esse, então assim ele formou o jardim (NUNES, 2006).

A partir da colaboração dos moradores, que contribuíram com a doação de flores e outras plantas decorativas, o Jardim tornou-se então um dos espaços públicos mais frequentados pelos moradores, até porque não havia muitos lugares destinados a passeios e/ou lazer na cidade. Pelas narrativas é possível inferir que, assim que foi inaugurado, o Jardim era muito bem organizado, recebendo cuidados por parte dos órgãos administrativos e das famílias, pois de acordo com os relatos de D. Eliane, foi doado a cada família um canteiro, cujos cuidados ficavam a cargo da mesma. Esta medida, segundo os entrevistados, possibilitava uma melhor conservação do Jardim como um todo. É importante frisar que, no trecho acima, quando a entrevistada se refere às “moças da cidade” a mesma se remete às mulheres das elites, visto que aquelas de categorias sociais mais baixas já estavam há muito tempo circulando pelas ruas, seja a trabalho, seja em espaços de lazer, festas entre outros.

Em decorrência dos animais que perambulavam livremente pelas ruas e que começaram a circular pelo Jardim, foi construído um muro baixo com o intuito de impedir que eles adentrassem na parte interior do mesmo. Inicialmente, foi erguida uma frágil cerca de arame e, posteriormente, uma mureta, que pelas descrições se assemelhava a um muro tal como se conhece hoje. D. Eliane Nunes, uma frequentadora assídua do Jardim, narra sobre a espacialidade do mesmo: “então, o início do Jardim foi muito bonito (...) depois, como o gado andava pela rua, também, começou a estragar o Jardim, aí resolveram passar uma cerca de arame farpado. Depois da cerca de arame farpado é que fizeram uma muretazinha” (NUNES, 2006).

Durante muito tempo o Jardim foi propício para encontros, aproximações e flertes entre rapazes e moças, longe dos olhares repreensíveis dos pais, já que as idas ao Jardim permitiam mesmo que repentinamente uma liberdade aos seus frequentadores, especialmente às moças. O relato de D. Maria Estela, de 78 anos, nascida em uma das famílias mais poderosas em questões políticas e financeiras da cidade, ao rememorar sobre o tão propalado

Jardim Público, destaca essa peculiaridade do espaço “o namoro era aí no Jardim da Praça Barão, tinha o Coreto e era cercado, tudo cercado. E o passeio era esse, era de lá pra cá, aí mudava de direção, quem tava lá passava pra cá, mandava bilhetinho, ficava um no Coreto escrevendo os bilhetinhos, era gostoso” (ESTELA, 2005).

As sociabilidades se constituem em formas de associação no qual os sujeitos desejam estar juntos, com o objetivo de terem um momento sociável sem quaisquer outros objetivos ou interesses para além desses. Para o sociólogo alemão Georg Simmel (1997), a sociabilidade resulta do processo de interação entre os sujeitos na sociedade, a mesma seria o resultado da sociação que se constitui na maneira pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que correspondem aos interesses comuns. Nessa perspectiva, a sociabilidade seria então, uma forma de sociação. Constitui-se ainda pela maneira na qual os indivíduos agrupam-se em unidades que satisfazem seus interesses comuns, sejam temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes. A partir do momento em que o indivíduo se encontra em uma sociedade, mediante aquilo que Simmel (1997) denomina de *impulsos/interesses* passa então a desenvolver conteúdos e interesses, que podem ser tanto materiais e/ou individuais, proporcionando o processo de sociação. Para o autor, a maneira como esse processo de sociação se desenvolve passa a existir por si mesma. Este processo se constitui na *sociabilidade*.

Dessa maneira, interesses e necessidades específicas fazem com os sujeitos se agrupem em determinados espaços, compartilhando os mesmos ideais. Todas as formas de sociação se caracterizam por um sentimento comum entre seus membros, ao mesmo tempo em que a satisfação obtida na interação também constitui parte do processo. A definição simmeliana de sociabilidade foi empregada aqui no intuito de analisar as diversas maneiras de interação entre sujeitos e grupos que se estabelecem e se relacionam nos espaços citadinos, mediante às redes de associação que incluem amigos, irmãos, vizinhos, colegas e *chegados*, o que não significa ausência de conflitos, interesses específicos e lutas por afirmação e distinção entre membros do mesmo círculo social, como já foi assinalado.

Para Medeiros Neta (2011) as sociabilidades remetem para as realidades sociais relativamente verificáveis na vida social e sua prática organizada, pois a sociabilidade é a forma principal da vida sociável. Por sua vez, essa possui então, dois sentidos:

Um mais amplo, envolvendo formas mais gerais de relações sociais, e outro mais restrito, referido às formas específicas de convivência com os pares. Na primeira concepção considera-se uma associação espontânea sem quaisquer regras preestabelecidas e, na segunda acepção atenta-se às ações ditadas por normas, regulamentos, estatutos, com caráter de permanência e um local fixo (MEDEIROS NETA, 2011, p.64).

As sociabilidades ocorrem nos espaços urbanos resultantes das vivências e relações sociais estabelecidas pelos indivíduos em sociedade. Cada sujeito, em seu tempo e em sociedade, vive experiências diferenciadas a partir do grupo social que possui como referência. Nessa perspectiva, as sociabilidades nos espaços citadinos apontam para uma multiplicidade de condições na construção do social e de vivências, pois os modelos de comportamento mais ou menos se ajustam às realidades materiais de cada um. A sociabilidade em sua maneira mais pura de manifestação é destituída de propósitos específicos, de conteúdos ou

resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito da lembrança dele. Em consequência disso, as condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social. Seu caráter é determinado por qualidades pessoais tais como amabilidade, refinamento, cordialidade e muitas outras fontes de atração (...) por que tudo depende de suas personalidades (SIMMEL, 1997, p.170).

No Brasil, as sociabilidades tradicionais entre os jovens, até o início do século XX, davam-se dentro de regras muito rígidas e sobre constante vigilância dos familiares. As mulheres solteiras não podiam sair às ruas desacompanhadas da figura de um homem da família, preferencialmente o pai ou um irmão. As regras para a frequência em alguns espaços de sociabilidade eram muito claras, como por exemplo, uma mulher não tinha permissão para ir a bailes antes de debutar, rito de passagem que simbolizava a passagem de criança a moça, o que ocorria aos quinze anos de idade. Rito pelo qual várias das entrevistadas afirmam ter passado para poderem frequentar os bailes que ocorriam na cidade.

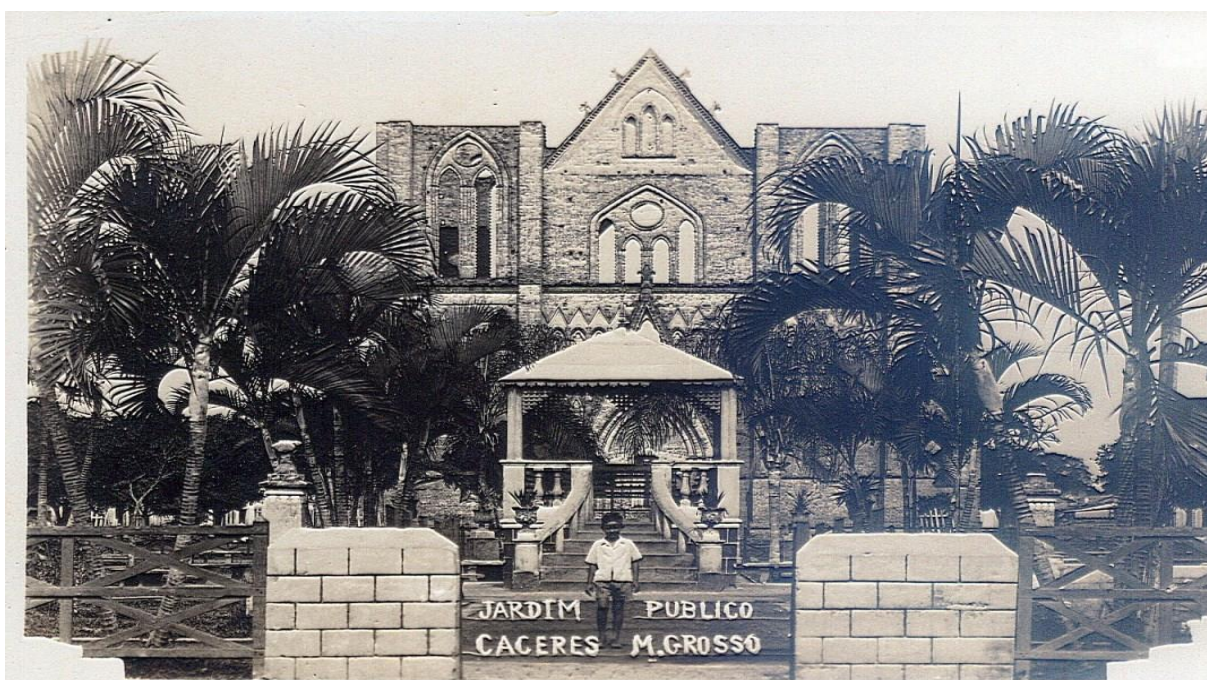
Nas narrativas a rememoração dos momentos de convivência e aproximações que ocorriam principalmente nas visitas, em passeios a fazendas e sítios nos quais os familiares promoviam piqueniques ou ainda bailes e saraus que ocorriam nas residências eram ocasiões em que os jovens, muitas vezes já prometidos em casamento, encontravam-se para as primeiras aproximações e conversas (BRANCO, 2006) e, frequentemente, iniciavam namoros.

O Sr. Lúcio Moraes de 84 anos, de família classe média alta, viveu toda sua vida adulta na cidade, tendo se dedicado ao ofício de cirurgião dentista, também se declara como um frequentador assíduo do Jardim Público, faz o seguinte rememoração sobre este:

E essa Praça (Barão) então, ele construiu o jardim com um belo coreto no centro, que infelizmente foi derrubado, não sei por quê motivo, e havia um calçadão em torno do jardim, de tijolo, uma grade de arame, vinha o canteiro e depois vinha o passeio interno com os canteiros internos também, mas era mais animado (...) às vezes havia músicos que vinham tocar aí no coreto e a gente aproveitava para dançar em torno do coreto (...) (MORAIS, 2005).

As narrativas dão a perceber que ao lado do cercado de arame ainda improvisado, tinham várias plantações ao entorno, entre o canteiro e a parte interna do Jardim havia a pista de passeio, na qual as pessoas caminhavam principalmente à noite. Havia também bancos em determinados lugares dentro da espacialidade do Jardim; em frente ao mesmo ficava o bar de propriedade do Sr. Joaquim Dias que, segundo os narradores, foi o fornecedor de energia na década de 1940.

Figura 7. Catedral, a frente o Jardim Público e o coreto



Domínio público. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+antigas+de+c%C3%A1ceres&tbm>. Acesso em: 16 de abr. de 2016.

Através das narrativas é possível perceber os significados que o Jardim possuía para muitos de seus frequentadores, em especial as mulheres, sobretudo as das elites, que tinham numa *ida* ao Jardim a possibilidade de experimentarem alguns momentos de liberdade em uma sociedade tão conservadora, na qual as mulheres eram educadas unicamente para o casamento e, para tanto, não podiam se expor ao público sem estarem devidamente acompanhadas por um membro do sexo masculino da família, discussão já realizada

anteriormente. Nesse sentido, um trecho da entrevista de D. Eliane Nunes torna perceptíveis os significados dos passeios pelo Jardim, mesmo que fossem por muito pouco tempo:

não tinha tempo de sair batendo perna, e mesmo porque não tinha aonde ir; *depois que fundaram o Jardim é que a gente dava uma fugidinha* no Jardim e assim mesmo ia correndo, dava uma volta e pra casa, porque não tinha autorização pra passear (...) era gostoso porque falava: “olha, nós vamos dar uma volta (...)”, sempre tinha alguém por perto, “se mamãe perguntar diz que a gente foi até lá na esquina da casa (...)” a rua era escura, não tinha luz, então dava pra você tapear muito bem, dava uma corridinha na Praça e voltava pra casa como se nada tivesse acontecido (...) falar: ah, eu fui dar uma volta no Jardim, “o que foi fazer?” Nada, não fui encontrar com ninguém, não fui falar com ninguém, só pra dar aquela fugidinha, aquela sensação de liberdade (...) (NUNES, 2005).

Quanto à espacialidade do Jardim Público, no centro ficava o pequeno coreto que fora construído com o intuito de servir para realização de discursos. No entanto, normalmente servia a outros propósitos, visto que comumente todos os domingos à tarde era palco para apresentações musicais da pequena banda do Quartel que animava os pacatos fins de semanas da cidade. Tais apresentações musicais reuniam grande parte da população, em especial os mais jovens, ansiosos por distrações, ao passo que também utilizavam o momento para se conhecerem, trocarem olhares, bilhetes e aproximações e não raramente engatarem namoros, mesmo que contrariando a vontade da família. A comerciante D. Clarice Arruda de 61, que também se declara frequentadora assídua do Jardim, narra sobre esses eventos:

Nós tínhamos o costume de ir na praça¹³; a praça tinha o coreto e era todo fim de semana; dia de domingo tinha a retreta tocada pela banda do Quartel, quem dançava, dançava; era uma coisa maravilhosa dançar ao redor do coreto! Como uns estavam dançando, *outros estavam sentadinhos nos banquinhos que circulavam o coreto* (ARRUDA, 2006) (grifo meu).

No trecho acima, a entrevistada rememora sobre as apresentações musicais da pequena Banda do Quartel que geralmente se apresentavam aos domingos. Quando D. Clarice afirma que aqueles que não dançavam permaneciam “*sentadinhos nos banquinhos que circulavam o coreto*” a expressão soa um tanto romantizada, pois creditar que os frequentadores dessas reuniões, especialmente os jovens que compunham grande parte do público, seguissem a risca as normas sociais que eram instituídas a eles, é ser no mínimo, muito inocente.

A cacerense D. Eliane Nunes afirma que essas apresentações realizadas pela banda

¹³ O Jardim Público e o coreto ficavam na Praça Barão do Rio Branco, local em que a narradora se refere.

do Quartel, frequentemente suscitavam em namoricos entre os soldados e as jovens que circulavam por lá, de maneira que os soldados foram proibidos de circular no Jardim, ficando do outro lado da mureta que dividia o Jardim. No entanto, não raramente, os familiares surpreendiam as jovens que estavam do lado de fora da pista de passeio “conversando” com os soldados.

Eu sei que o Coreto era um ponto de reunião das moças. E um fator interessante: nesse tempo o Batalhão tinha aqueles recrutas e lá era o ponto de encontro dos recrutas com as meninas. Eles iam conhecer a cidade, mas só que os soldados não entravam no Jardim, os soldados passeavam do lado de fora e as famílias da elite era por dentro. Então, a moça que saísse lá de dentro e fosse passear lá fora: “o quê que ela está perto do soldado?” (NUNES, 2005).

Os significados que práticas, espaços e acontecimentos vividos adquirem podem ser diferenciados a partir do círculo social no qual o narrador está inserido, como foi possível notar nos diferentes significados que os narradores conferem ao Jardim Público. Para muitos frequentadores(as), entre elas D. Eliane Nunes, o Jardim é concebido como um dos poucos espaços possíveis para a distração, principalmente aos domingos, em uma cidade que quando muito, dispunha de sessões de cinema, e que por sinal eram repetidas por diversas vezes. Já para outros, a exemplo de D. Eloise Paiva, o mesmo não carregava/carrega os mesmos significados, sendo visto como um espaço de práticas ligadas “às camadas populares” e, conseqüentemente, não digno de ser frequentado por pessoas da “alta sociedade” cacerense, o que é compreensível, se considerarmos que a espacialidade é resultante da ação humana, não se apresenta de forma uniforme, uníssona e contínua, mas é justamente das descontinuidades que resultam as diferentes significações a partir dos sentidos emitidos pelos diversos sujeitos.

Os *espaços* da cidade não podem ser definidos como homogêneos, uníssonos, pelo contrário, são marcados por especificidades, conflitos sociais, culturais, econômicos, étnicos, entre outros. No caso de Cáceres, essas especificidades se tornam muito claras nas narrativas de vários moradores, que mostram esses movimentos, ao mesmo tempo em que expressam o valor simbólico dos mesmos.

A cacerense D. Joana de Albuquerque, que já teve parte de seus relatos empregados em outros momentos dessa pesquisa, rememora sobre seus passeios no Jardim Público: “começava sete horas da noite quando eram onze horas da noite assim, terminava (...). Passeávamos muito, as moças saíam na quinta e domingo, a gente saía pra passear no jardim; tinha o coreto, no domingo tinha a Banda que tocava lá, então a gente dançava em volta ali do

coreto” e sobre a divisão da espacialidade afirma: “a sociedade, a elite, passeava dentro do jardim e os outros era por fora, não entrava” (SANTOS, 2006)

Pela narrativa de D. Joana é possível notar uma nítida separação nesse espaço de sociabilidades, no qual inicialmente deveria ser de acesso para todos e que, no entanto, as elites procuraram separar-se dos populares demarcando os lugares que estes poderiam circular. Esse fator reforça a discussão realizada em outro momento dessa pesquisa, em que demonstrei o processo pelo qual as elites locais procuraram desvincular-se de tudo que remetia às categorias populares. Note que a entrevistada assinala o grupo social que circulava na parte interior do Jardim (ela membro dessa elite, portanto partícipe), eram apenas as elites da cidade, ao passo que as categorias sociais desprovidas do capital deveriam circular apenas do lado de fora.

Apropriando-se de Simmel (1997) é possível afirmar que a mureta que separava os espaços de convívio entre as elites e as camadas populares no interior do Jardim Público se dá no sentido de que embora a sociabilidade refira-se à interação entre os indivíduos na sociedade, essa interação não diz respeito aos sujeitos de categorias sociais diferenciadas, mas sim a membros de um mesmo grupo social. Nesse sentido, a sociabilidade constitui-se da interação entre iguais, ao mesmo tempo em que essa interação é, de certa forma, imparcial na medida em que os indivíduos não se despem de seus atributos para relacionarem entre si. A partir desse princípio, a sociabilidade é pensada como um jogo no qual se “faz de conta” que são todos iguais e, ao mesmo tempo se faz de conta que cada um é reverenciado em particular (SIMMEL, 1997). Portanto, a interação entre indivíduos de categorias sociais diferenciadas é impraticável. A partir dessa “falsa” interação entre iguais é que nascem os ‘jogos sociais’, presentes nos mais diversos níveis.

As mais diversas memórias encontram-se presentes no tecido urbano, transformando seus espaços em lugares únicos, ao mesmo tempo em que denota um forte valor afetivo tanto para os que neles vivem, quanto para quem apenas visita lugares que não somente têm memória, mas que grupos significativos da sociedade transformam-se em verdadeiros “lugares de memória” (GASTAL, 2008). As narrativas são importantes registros que possuem como ponto de partida as lembranças, eternizam lugares que se tornam referências para revisitação do passado, ao passo em que carrega em si “os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções” (GASTAL, 2008, p. 57), que escapam ao documento escrito.

Grande parte das narrativas sobre o Jardim é carregada de sentimentos afetivos para com o passado individual de quem narra, integrando uma rede de afeições que compõem a memória social da cidade. A memória é construída mediante uma teia de sentidos que articula lugares, pessoas e acontecimentos, tendo um caráter seletivo, pois nem tudo que vivemos fica registrado. Ao mesmo tempo, a memória também é construída de forma individual e coletiva, produzindo uma relação estreita com o sentimento de identidade, esta, por sua vez, é aqui pensada como um caminho muito particular de reconhecer-se a si mesmo, operando a imagem de si, para si e para os outros.

Em alguns relatos, os narradores contam suas experiências vivenciadas com um ar de tristeza e saudades ao se referirem a alguns lugares que desapareceram com o passar dos tempos, como por exemplo, a demolição do coreto por parte dos administradores públicos, sob alegação de que o local “servia apenas” para alojar moradores em condições de rua. O ato gerou uma série de descontentamento por parte dos moradores, pois carregava especialmente para seus frequentadores um grande valor simbólico, na medida em que foi palco de momentos que são ainda hoje “dignos” de serem rememorados.

Nas narrativas, antigos frequentadores rememoram com indignação tal evento, como recorda D. Marta Ribeiro, de 94 anos: “aí, acabaram. Tiraram e pronto. E aí? Faziam aonde, ao ar livre? Às vezes, vinha aquela chuveirada, tá tudo amparado ali, né?... mas a maior besteira que fizeram” (RIBEIRO, 2005). Dessa maneira que se pode notar o “valor simbólico” do coreto para seus antigos frequentadores.

Pelos “lugares de memória” descritos nas narrativas, nota-se que os comportamentos humanos, tanto individuais quanto coletivos, configuram a dinâmica social urbana, a cidade se torna visível pelas relações que estabelecem entre as pessoas, os lugares e os acontecimentos do passado. Cada pessoa rememora uma cidade a partir da sua concepção e a constrói mediante as diferenças e contextos em que habita num espaço citadino, ato este que Calvino (1990, p. 17), define como “sem figuras e sem formas” preenchida pelas cidades que cada indivíduo possui dentro de si e a externaliza em suas práticas cotidianas pelos múltiplos espaços que percorre e pelos sentidos que emite.

A arquitetura das significações da cidade de Cáceres ganha movimentos multifacetados, nos relatos de memória de pessoas que contaram suas experiências de vida, as narrativas expressam uma cidade mediada pelas relações simbólicas, que também institui tempos de vida, possibilita conhecer os espaços de convivências sociais, bem como as estratégias de uso e as diferentes significações que legitimam ou não os lugares da cidade.

O trabalho do pesquisador se constitui em procurar nas memórias a medida que os narradores que narram, a maneira que se articulam com a cultura ao mesmo tempo em que se constroem na relação com os demais sujeitos. Nas palavras de Venson e Pedro (2012, p. 136) não se trata meramente de uma “retirada de informações, mas de interpretar como a pessoa que nos fala reconstrói a própria subjetividade, como percebe a si própria e como percebe o olhar da Outra, como se formula a partir de identificações, como ela entende o modo como se tornou o que é”. O que as autoras propõem é como perceber no ato de narrar a maneira com que cada narrador constrói a si próprio na relação com o outro.

2. 2. 2. Ponte Branca: palco de histórias, memórias e lendas

As espacialidades urbanas ganham sentidos pelas formas com que as pessoas elaboram seus usos, ou seja, pela maneira com que os indivíduos se apropriam dos espaços públicos. Um desses *lugares* da cidade que muito aparece nos relatos de memória coletiva da cidade de Cáceres é a Ponte Branca, percebida não somente como um lugar de ligação entre duas partes da cidade, mas de vivências individuais e coletivas, cujas memórias acerca da mesma, guardam uma carga simbólica, permanecendo viva na memória coletiva da cidade.

Construída em 1910 na administração de Diogo Nunes de Souza, a ponte ficava sobre o Córrego do Sangradouro, entre as ruas General Osório e Riachuelo, ponto de transição entre a região central da cidade e o bairro da Cavallhada e ao lado da Praça Luiz de Albuquerque. A ponte foi demolida em 1998, apesar de vários protestos realizados por parte dos moradores. A justificativa para a demolição é que nos discursos dos administradores a ponte já não condizia com os rumos tomados pela cidade.

Assim que inaugurada, a ponte passou a representar o símbolo de união entre as partes da mancha urbana de Cáceres, espelhando ainda um sinal da influência cultural e de técnicas de construção de outros lugares. Os moradores mais antigos referiam-se/referem-se à ponte como ponte de pedra, ponte de alvenaria ou ponte romana, passando a ser chamada de Ponte Branca desde que recebeu revestimento e pintura na cor que deu origem ao nome.

Foi durante sua permanência na cidade, palco e testemunha de muitos fatos, histórias, e lendas, repetidas nas falas de tanta gente que, como autor ou personagem, deixou um grande legado popular, como pode ser percebido nas falas dos narradores que exprimem, ao se rememorarem os momentos que passaram sobre a ponte, um sentimento de ternura, e ao

mesmo tempo de tristeza ao se lembrarem que a ponte agora subsiste apenas em suas lembranças.

Até meados da década de 30, quando o Jardim Público foi construído, a Ponte Branca consistia ,então, em um dos únicos espaços públicos para a realização de passeios, sendo frequentado principalmente pela juventude para conversarem entre si, como também aproveitavam os poucos momentos em que estavam afastados dos olhares dos pais para aproximações, encontros e namoros.

Um grande valor simbólico é dado a este lugar (agora imaginário), na narrativa da cacerense D. Marta Ribeiro, na qual é possível perceber o valor simbólico que a Ponte Branca possuía/possui para a entrevistada. A demolição da ponte para esta, representou a destruição de um espaço que fez parte de sua juventude e, por essa razão, se constituía em um espaço de memória que marcou sua juventude. Ao rememorar sobre a demolição da ponte, D. Marta afirma: “Êta eu que senti que acabaram com essa Ponte Branca, viu!? Ali, no mês do luar (...) no mês de abril reunia aquele bando de moçada cada um com o namorado (...)” (RIBEIRO, 2005). Muito mais do que “lugar” de passagem entre uma parte e outra da cidade, a ponte se consagrou como um espaço de sociabilidades, na medida em que, principalmente os mais jovens, aproveitavam as noites de luar para se encontrarem no local, conversarem e, com muita frequência, realizarem encontros entre namorados, longe dos olhares dos pais.

Na narrativa acima, ao falar da Ponte Branca, a entrevistada se coloca como uma das usuárias e confere ao lugar uma condição afetiva. Ela rememora um tempo que ficou assinalado pelas relações próprias de sua juventude que se estabelecem de si para si mesma, mas que incluem os pares de convivência comum. Assim a ponte, como lugar público, se converte em um espaço particularizado pelas relações afetivas com o tempo e com as pessoas que povoam os labirintos dessas lembranças, pois a ponte e grande parte dos que compunham o círculo social de frequentadores também *já se foram*.

No relato que transcrevo a seguir, é possível perceber alguns dos “mitos” envolvendo a Ponte Branca, no qual muitos acreditavam que havia “fantasmas”, “almas penadas” que perambulavam pelo local, especialmente em noites de lua cheia, o que causavam “preocupações” nos jovens que necessitavam atravessar a ponte para irem a algum evento festivo que em geral ocorriam na parte central da cidade. D. Judite Dias relembra:

Ah, tinha gado ali na Cavallhada. A gente ia na festa, você tinha que ter cuidado, com lanterna, é que ficava gado perto da Ponte Branca, mas a gente tinha medo de passar na Ponte Branca, de noite; falavam tanta coisa; que tinha fantasma na Ponte Branca. Eu falava: ah, não quero passar de noite na Ponte Branca, quando tinha festa pra lá ninguém queria ir só pra num passar na ponte (DIAS, 2005).

As narrativas contadas por habitantes que vivenciaram a dinâmica da cidade revelam um tempo e um lugar que marcaram, de alguma maneira, a vida dos narradores e que em sua maioria são agora inexistentes, como por exemplo, no trecho do relato de D. Marta Ribeiro, uma moradora de Cáceres de 94 anos que demonstra sua indignação referente à demolição da Ponte Branca:

Vai acabando com tudo que é bom, que é antigo; a Ponte Branca foi um crime, dos maiores (...) a Ponte Branca! Foi a maior (...) *coisa* que podiam fazer é tirar essa Ponte Branca, gente?! Esse sangradouro não podia passar ali com ela ali retocada? Essa Ponte Branca me lembra tanto que até a gente chora! Tantos episódios, tanta coisa boa! Tanto! Ah, Deus me livre, viu (RIBEIRO, 2005).

Nas palavras de Gastal (2008, p. 77) as mais diversas memórias encontram-se presentes no tecido urbano, transformando seus lugares em espaços únicos, ao mesmo tempo em que denota um forte valor afetivo tanto para os que neles vivem, estando repletos de significados que podem ser percebidos no momento em que os(as) narradores(as) rememoraram sobre a demolição da Ponte Branca, estes(as), ao narrarem sobre o episódio demonstram um sentimento de indignação e revolta.

Figura 7: Ponte Branca



Domínio público. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+antigas+de+c%C3%A1ceres>. Acesso em: 16 de abr. de 2016.

Outros moradores que viveram, e muitos que compartilharam dos momentos vividos por D. Marta Ribeiro, também carregam um ar de tristeza ao rememorarem sobre o local, como o comerciante cacerense de 85, o Sr. Luiz Borges, que agora narra sobre a demolição da ponte: “foi um crime! (...) que eu considero a destruição da Ponte Branca” (BORGES, 2005).

Os espaços da cidade fazem parte da vida das pessoas na medida em que elas constroem sentimentos afetivos através das relações que estabelecem com os lugares e, sobretudo, na interação com outros atores sociais, e os concebem como espaços de experiências vividas que podem ser percebidas em suas narrativas. A necessidade da narrativa constitui, então, em uma medida “imperiosa porque como tal expressa o pertencimento de si aos lugares que se constituem de práticas socioeconômicas e culturais, pelas quais o ato de relatar acontecimentos “abrem um *teatro* de legitimidade a *ações efetivas*. Criam um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes”” (ARAÚJO, 2013, p. 241).

As narrativas são importantes registros que possuem, como ponto de partida, as lembranças, eternizam lugares como referências para revisitação do passado, ao passo em que carrega em si “os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções” (GASTAL, 2008, p. 570), que escapam ao documento escrito.

A memória é construída mediante uma teia de sentidos que articula lugares, pessoas e acontecimentos, tendo um caráter seletivo, pois nem tudo que vivemos fica registrado. Ao mesmo tempo, a memória também é construída de forma individual e coletiva, produzindo uma relação estreita com o sentimento de identidade.

Dessa maneira, as narrativas em torno da Ponte Branca expressam um forte sentimentalismo, visto que embora tenha sido palco de tantos acontecimentos que marcaram a vida de gerações, agora continua a existir somente nas lembranças dos moradores, especialmente daqueles mais velhos, seus antigos frequentadores.

2.2.3. Cadeiras nas calçadas, cinema e saraus: sociabilidades entre círculos familiares, amigos(as) e chegados(as)...

As sociabilidades se dão a partir de um conjunto de relações tecidas pelos indivíduos e as formas como estas são estabelecidas, seja nas famílias, seja nas escolas, igrejas, nos mercados ou em outros espaços estabelecem, sobretudo, nas relações sociais tecidas por esses indivíduos em suas vidas cotidianas. Derivam das relações sociais entre indivíduos, sem

outros objetivos que não seja a interação entre estes (SIMMEL, 1997), podendo ocorrer das mais variadas formas e nos mais diversos espaços. Estes, por vezes são bem informais, como por exemplo, as cadeiras na beira das ruas. Esses espaços não possuíam tantas regras específicas, tampouco demandavam um conjunto de comportamentos e normas muito rígidas quanto a maioria das sociabilidades do período.

A concepção de sociabilidade possui amplas conotações, diversos “significados e usos (...) da vida cotidiana. Está se falando do dia-a-dia literalmente, dos acontecimentos e das situações que não estão necessariamente ligadas às grandes questões estruturais” (VELHO, 2001, p. 204). Nesse sentido, os espaços de sociabilidades são “geográficos” e também “afetivos”, podendo ser constituídos em um duplo movimento. O primeiro se dá mediante às estruturas organizacionais da sociabilidade, em segundo plano, os espaços de sociabilidades são estabelecidos a partir dos laços de amizade, cumplicidade e hostilidade, criando sensibilidade e concepções de mundo entre o grupo social (GOMES, 2009).

Pelas narrativas, foi possível identificar uma prática muito comum em Cáceres durante um longo período. Refiro-me à prática de sentar-se à beira das ruas, em frente às casas ou simplesmente cadeiras nas calçadas. Mediante as narrativas pode-se perceber que esta prática foi muito comum especialmente entre as mulheres cacerense, e que ainda hoje alguns/algumas moradores(as) a preservam, embora esteja sendo sucumbida com o passar dos tempos pelas novas possibilidades de distração. A juventude de Cáceres estava mais voltada às “novas” sociabilidades que se desenvolviam na cidade, através dos projetos de modernização dos espaços urbanos, especialmente os(as) mais velhos(as) continuavam exercendo essa antiga prática entre os(as) moradores(as) que, sobretudo, estreitavam os laços de companheirismo e amizade entre a vizinhança.

A moradora D. Amélia Souza, de 66 anos, costureira, pertencente à classe média da cidade, relembra a prática estabelecida principalmente entre as mulheres da vizinhança: “agora, no tempo em que cheguei aqui, as mulheres sentavam na calçada com as cadeiras de balanço, aquelas cadeiras feitas de palha” (SOUZA, 2006) e aí permaneciam até altas horas conversando. De acordo com as entrevistas, nessas rodas de conversas era muito comum o hábito de “passar fumo”, que consistia em mastigar um pequeno pedaço de fumo em rolo, com o intuito de evitar o apodrecimento dos dentes, já que o tratamento dentário na cidade era ainda muito precário.

Além das conversações e do hábito de “passar fumo” nessas rodas podiam, em alguns casos, ocorrer apresentações musicais, como se pode ver no relato da carioca D. Eloise Paiva, de 87 anos:

Aqui em casa (...). Ah, na calçada a gente ficava até tarde porque o meu vizinho em frente tocava, aí vinha mais um, que ele era dos Correios, ele também tocava e quando um tocava ou tocava os dois juntos, nós ficávamos até tarde, era uma roda na rua, não tinha movimento; levávamos as cadeiras, botávamos lá fora, sentava e outros não queriam nas cadeiras, sentavam na calçada (...) e na esquina aqui da minha casa tinha um postezinho com um lampiãozinho de querosene, (...) tinha aquela iluminaçãozinha, triste que era, mas nós não estávamos nem aí porque (...) tinha o luar (...) então, a gente ficava até meia noite, uma hora, sentado aí fora, assim que era! E dividíamos as noites: uma noite era aqui, a outra era na casa do Coletor, a outra era na casa do meu cunhado e assim a gente ia revezando as noites (PAIVA, 2005).

Como se pode notar, em decorrência da pouca ou nenhuma iluminação, a prática era muito comum nas noites de luar, nas quais aproveitavam a iluminação natural da lua em fase de cheia, as crianças brincavam nos quintais das casas, ou nas ruas que praticamente não tinham nenhuma movimentação de transeuntes, principalmente à noite. O fato dos(as) depoentes afirmarem que as rodas de conversas ocorriam em noites de luar, pode também ser um efeito poético, porque certamente a prática não se restringia aos dias de lua cheia. De acordo com os relatos, os assuntos nessas rodas de conversas geralmente referiam-se aos afazeres domésticos, os “namoros” dos(as) filhos(as), algum evento ocorrido na cidade, ou um “escândalo” em relação ao rompimento da ordem pública, entre outros, relacionados ao cotidiano da cidade.

Embora não tenha encontrado nenhum trabalho que aborde sobre essa questão, creio que essa prática tenha sido muito comum, tanto em cidades menores como Cáceres, ou em grandes centros urbanos quando as relações entre os moradores das urbes eram mais estreitas, em época em que também inexistiam meios de entretenimento, como a televisão. Essa prática de sociabilidade permitia o encurtamento das relações sociais entre a vizinhança, ao mesmo tempo em que constituía em dinâmica da pequena *urbe*. Do modo que essa sociabilidade fazia parte do cotidiano dos cidadãos em Cáceres, sendo favorecida pelo fato de todos se conhecerem na cidade, ao passo que iam também tecendo redes de relações sociais marcadas pela identificação de seus moradores, organizando seus espaços com as formas de sociabilidades que adquiriam funções e significações próprias, ao mesmo tempo em que possibilitava aos mesmos estreitarem as relações sociais entre um determinado grupo social.

É possível afirmar que embora as sociabilidades ocorram sem nenhum outro interesse ou propósito, se não a interação, isto é, o objetivo de estar em um momento sociável entre os indivíduos. Simmel (1997) aponta que a sociabilidade entre membros de grupos sociais diferentes é “inconsistente dolorosa”, ou seja, as sociabilidades só se efetivam entre membros pertencentes a um mesmo grupo social, como já foi discutido. O que pode ser percebido nas narrativas, visto que quando se reportam a espaços de convivência social, os narradores demarcam o grupo social em que pertenciam, permitindo ainda através dos espaços que descrevem, das sociabilidades que participam, identificar o grupo social em que pertencem.

Outra prática de sociabilidade que aparecesse com muita frequência nas narrativas são as sessões de cinema e que passo, a partir desse momento, a discorrer sobre sua presença na cidade de Cáceres. Notabilizando-se em um ícone da modernidade, o cinema foi uma das grandes novidades do século XIX, popularizando-se no início do XX e, a partir daí, se tornou um dos meios de distração mais popular durante um longo período. Através das narrativas, pode-se perceber que esta prática foi muito comum, especialmente entre as mulheres cacerenses, e que ainda hoje alguns moradores a preservam, embora esteja sendo sucumbida com o passar dos tempos pelas novas possibilidades de distração.

Uma das primeiras exhibições de filmes ocorreu na Europa em 1895. Inicialmente a invenção foi vista com certo descrédito, o que mudou rapidamente a partir das primeiras exhibições. No Brasil, a primeira apresentação de imagens em movimento ocorreu em 1896, no Rio de Janeiro, sendo, portanto “anunciada com entusiasmo pela imprensa, nos dias que antecederam a exibição, como sendo uma “maravilha da ciência moderna”” (SEVCENKO, 1998, p. 519).

Mesmo recebendo fortes críticas por parte da Igreja, no Brasil, especialmente a partir da década de 1920, o cinema se tornou uma das principais distrações nas cidades. Nesse momento, as películas passaram a vir dos Estados Unidos, sendo que a indústria cinematográfica, mesmo com a guerra, não sofreu abalos, passando por um crescimento vertiginoso, o que favoreceu o aumento significativo de salas de projeção no país. Assim, frequentar as salas de cinema “não era somente um divertimento, mas uma ‘obrigação’ para garantir não só o reconhecimento social, mas também funcionava como um símbolo de modernidade” (SEVCENKO, 1998).

Em Cáceres, o cinema fez com que ocorresse uma alteração nas maneiras de ver e interpretar o mundo. A tecnologia chegara na cidade e com ela a modificação das

sociabilidades entre os moradores, possibilitando aos cidadãos se sentirem, de certa maneira, mais próximos do dito “mundo moderno”, já que naquele momento o cinema se apresentava como símbolo da modernidade e do progresso.

No entanto, toda essa repercussão e curiosidade que o cinema aguçava recebia forte reação por parte da Igreja, pois de acordo com a mesma, o cinema era o responsável pelos “novos” males que afetavam Cáceres, ao passo que o mesmo era o “o mais danoso ‘agente corrompedor’ da sociedade” (ADSON, 2002. p. 32), isso porque as fitas exibidas não passavam por nenhum tipo de seleção, o que provocava indignação por parte da sociedade mais conservadora, sobretudo por membros da Igreja. Nas entrevistas constam que havia um inspetor nas portas das salas de cinema para garantir que não passaria filmes que intentassem contra os “modos” da época, bem como barrar a entrada de crianças e jovens em alguns filmes destinados para o público adulto. No entanto, frequentemente, os jovens conseguiam entrar sem serem vistos pelo inspetor.

Os moradores, pelo menos os que dispunham de algum dinheiro para pagar o ingresso, se tornaram assíduos frequentadores das salas de cinema, e agora rememorando sobre o cinema, demonstram o significado que a tecnologia possuía naquele momento, como se pode ver nos relatos do ex-tropeiro, o Sr. Joaquim Fontes de 74 anos:

O cinema deu toda a vida para a cidade; a cidade era uma cidade morta, sem atrativo nenhum, quer dizer, depois que teve o cinema, aos domingos, sábados, tinha o ponto de concentração dos rapazes e das moças, coisa que não tinha antes. Antes, era reunião na beira do cais, retreta quando tinha, ate às nove horas (FONTES, 2005).

No trecho acima, note que o Sr. Joaquim, ao rememorar as sociabilidades tecidas anteriormente à instalação das salas de cinema, revela que as reuniões entre os jovens se davam “na beira do cais”, onde atraía prostituição e mulheres de camadas populares, não em praças, ou no jardim, como geralmente aparecem nas entrevistas. Apesar do entrevistado pertencer à camada popular, é muito provável que rapazes das elites também frequentassem esses espaços, embora omitam de seus relatos.

Pelas narrativas não foi possível identificar com exatidão qual o primeiro cinema a ser inaugurada na cidade, apesar de grande parte dos narradores fazerem referência ao cinema de José Dulce mais conhecido como Poeirinha. No entanto, a documentação conseguida não me permitiu confirmar essa afirmação. Posteriormente, outros cinemas foram instalados na cidade, conforme relatos do Sr. José Duarte “Quem chegou aí, o Zé Sedemberg construiu ali na esquina outro cinema, num foi pra frente, o filme num vinha” (DUARTE, 2005).

Pelos periódicos foi possível identificar a existência do Cinema Avenida, lá pelos idos de 1912, como consta nesse anúncio do jornal *Argos* “Após quatro mezes de férias, entrou de novo em função este atrahente centro de diversões, que tanto concorre para o aperfeiçoamento da educação em geral, como para alustração popular. (...). Hoje haverá novos films” (ARGOS, 1912, p. 3). Nos relatos foi possível perceber a existência de outros cinemas, como por exemplo, o Copacabana, de propriedade do João Deluque, o Cine Fênix, propriedade do Coronel Leopoldo Ambrósio e já na década de 1970, o Cine São Luiz. Como inicialmente os cinemas não possuíam som, havia sempre uma orquestra que tocava animando as cenas.

Mesmo sendo uma novidade para o povo, os cinemas em Cáceres, em sua grande maioria, tiveram uma vida curta, creio que em decorrência da falta de filmes para serem rodados, o que pode ser percebido nos periódicos que faziam duras críticas à repetição de fitas no Cinema Avenida, o que se dava em decorrência do meio de transporte que, nesse período, era via fluvial, sendo que os vapores retornavam com carregamentos vindos de outros centros urbanos em um espaço de aproximadamente um mês. Contudo, nas narrativas pode perceber que o cenário também se repetia nos demais cinemas da cidade, especialmente até meados do século XX.

Um fato muito interessante é que o ingresso para o cinema dava direito de assistir ao filme e não à cadeira, sendo necessário registrar os nomes nas cadeiras e bem cedo levá-las até o galpão onde funcionava o cinema. D. Stella Ambrósio, recém-chegada na cidade em 1926, descreve um desses momentos em que assistir a um filme se assemelhava a uma festa e/ou piquenique, como ela afirma:

Eu me admirei de ter de levar cadeira para o cinema, mas fiz o que me mandaram. Vi o pessoal preparando biscoitos, croquetes, pastéis e empadinhas em casa e perguntei se ia ter algum aniversário. “Não minha filha, é pro cinema” (...) Fiquei imaginando como seria o cinema. No dia seguinte fomos lá (...) com um fila enorme de cadeiras. Todo mundo chegava com um cesta de piquenique (...) Aí chegou o intervalo (...). Todo mundo abria a sua cesta e oferecia seus petiscos (...) era uma graça o intervalo (BAPTISTA, 1998, p. 41).

A nova tecnologia era então incorporada e, ao mesmo tempo, fundia-se com hábitos de sociabilidades enraizados entre os moradores da cidade. Através dos relatos percebe-se o cinema como palco de vivências e experiências, enfim, um espaço de interação e sociabilidades entre os frequentadores. No escuro do cinema frequentemente casais de namorados aproveitavam para uma aproximação física longe dos olhares atentos dos pais. O que pode ser exemplificado nos relatos de D. Regina Medeiros que estando de “namorico” às

escondidas dos seus pais foi então até uma sessão de cinema, no Poeirinha, juntamente com uma amiga e em determinado momento do filme “eu pus a mão assim com vergonha, acho que nem vi mais o filme ele pegando na minha mão (risada), diz que era namorado” (MEDEIROS, 2005). Demonstração de afeto duramente repreendida pelos pais da época, conforme consta em várias narrativas.

Passo agora à análise de outra prática muito frequente em Cáceres, especialmente entre as elites cacerenses. Refiro-me aos encontros privados em ambientes familiares, reunindo amigos e pessoas próximas, geralmente do mesmo nível social. Muitos desses eventos sociofamiliares tinham o formato de saraus¹⁴. Dessa forma, os bailes nas casas de famílias funcionavam também como um distintivo social, pois os participantes compunham o mesmo nível socioeconômico da cidade.

Mais que apenas uma prática para o divertimento, esses eventos confirmavam a legitimação do lugar social-familiar a que cada grupo pertencia. O consumo da música clássica, como o estilo cultural manifestado nos saraus, já hierarquizava os espaços sociais da cidade, pois as populações da fronteira produziam outras manifestações culturais mais tradicionais. O piano, por exemplo, era um fator de distinção social porque identificava uma burguesia letrada se contrapondo aos povos fronteiriços, cujas manifestações culturais se davam mediante a utilização da viola de cocho.

Essas práticas de sociabilidades, o cinema e os jardins públicos propiciaram uma alteração na vida cotidiana dos cidadãos, no decorrer da primeira metade do século passado. Sem iluminação elétrica, essas reuniões eram realizadas à luz do luar, ou de um lampião a gás que os entrevistados denominam de *petromax*, que fornecia iluminação para os festejos. Geralmente os saraus iniciavam-se por volta das 19h00 e iam até 23h30min, pois as pessoas necessitavam retornar as suas casas antes das 00h00, quando acabava a querosene dos lampiões e as ruas ficavam totalmente sem iluminação.

As residências em que ocorriam essas reuniões eram escolhidas compulsoriamente, por vezes na casa de uma família, ora na casa de outra e assim sucessivamente. Essas reuniões eram embaladas principalmente pelo som de um piano tocado por “moças da casa”. D. Eloise Paiva relembra como se dava a organização desses encontros sociofamiliares, recorda ainda que a residência de sua família foi palco de vários desses eventos: “aqui (em casa) faziam bailes. As meninas falavam: ‘ah, hoje a gente vai dançar aqui; fulana vem tocar piano (...)’, aí

¹⁴ Modelo de encontros sociais e culturais típicos do século XIX, realizados em residências particulares onde os convidados se encontravam para compartilhar vivências artísticas como, por exemplo, danças, poesias, leitura de livros, consumo de comidas típicas, etc.

vinham, dançavam, brincavam (...)” (PAIVA, 2005). As músicas tocadas eram geralmente valsas, chorinhos e polcas.

Aqueles que não gostavam de dançar sentavam-se em cadeiras à beira das ruas e ficavam conversando, e assim como nos cinemas, era necessário levar cadeiras, como se pode ver nos relatos de D. Eloise Paiva, uma moradora de 87 anos: “cada um trazia cadeira (...) o pessoal que não pulava, não dançava ficava sentado, então a gente ajeitava as cadeiras tudo assim ao redor da casa e era baile até madrugada” (PAIVA, 2005).

Os encontros eram regados a licores e diversas iguarias locais que eram levadas pelos convidados dos bailes. Segundo D. Stella, ao final da festa, eram ofertados aos convidados biscoitos caseiros e chás, como sinal de que a festa chegara ao fim.

Essa prática era também uma oportunidade de encontros entre rapazes e moças, que poderiam (ou não) estabelecer relações afetivas/amorosas. É quase certo que entre os jovens os ritos de sedução passassem pelos olhares, galanteios, etc., como os primeiros passos para uma futura relação a dois que se consolidava pelo casamento. D. Eliane Nunes, outra entrevistada no projeto, relatou como sucedeu o primeiro encontro entre ela e seu esposo: “(...) foi lá na festa mesmo (...). O primeiro baile que eu fui eu já arranjei namorado (...)” (NUNES, 2006).

As sociabilidades tradicionais que se estabeleciam entre os jovens entre o final do século XIX e início do XX estavam circunscritas a regras muito rígidas e sobre a constante vigilância dos pais, especialmente no caso das mulheres. Nesse sentido, a prática de trocas de visitas, de passeios em Jardins Públicos, sítios ou riachos próximos às cidades nos quais os familiares promoviam piqueniques, ou ainda bailes e saraus que ocorriam nas casas, eram momentos em que os jovens utilizavam para encontrarem-se, estabelecendo aproximações e conversas. De maneira que os “bailes, o cinema, as novas danças e o passeio público são consumidos pela juventude dentro dos limites que as circunstâncias, que a formação moral incorporada por eles no processo de escolarização e que suas inclinações pessoais permitissem” (BRANCO, 2006, p. 104).

Pelos relatos, essas questões ficaram bem nítidas, na medida em que algumas entrevistadas fizeram menção a namoros iniciados nesses encontros, principalmente nos bailes, muitos desses namoros nascidos nesses espaços culminaram em enlaces matrimoniais.

Essas práticas sociais e os espaços de sociabilidades tornam-se possíveis de serem conhecidos pelas narrativas orais, possibilitando conhecer o tempo do narrador e suas experiências de vida. Os relatos orais indicam a descontinuidade do tempo, aparecendo nas

falas do narrador os fatos considerados por ele como mais importantes, por isso os acontecimentos não são relatados em uma linearidade temporal. O narrador utiliza-se de experiências coletivas e individuais, com o intuito de dar legitimidade a sua narração.

A rememoração do passado passa pela escolha da forma como as pessoas desejam que outros percebam espaços e acontecimentos e, dessa forma, são verbalizados como verdades acontecidas. O ato de contarem suas vivências cria artifícios que produzem encontros dos narradores consigo mesmo quando recriam no passado as experiências da própria vida.

2.2.4. Outras sociabilidades: piqueniques e bailes de carnaval

Pelas narrativas, outra prática de sociabilidade muito comum em Cáceres, principalmente na primeira metade do século XX, foram os piqueniques. O evento se dava especialmente entre familiares e amigos mais próximos e geralmente eram realizados nas proximidades da cidade em chácaras, sítios, fazendas, na praia do Julião, Furadinho, Carne Seca, entre outros locais distantes do perímetro urbano e que permitiam também um maior contato com a natureza.

O piquenique pode ser definido como um passeio coletivo, cujo motivo consiste em visitar espaços naturais, munidos de alimentos que deverão ser compartilhados entre os que dele fazem parte. A prática de alimentar-se em conjunto e ao ar livre apresenta-se como um evento que ocorre principalmente nos fins de semana e feriados. Refere-se a uma forma peculiar de fazer refeições e lanches fora de casa, tornando-se também uma maneira de conhecer outros lugares com pessoas conhecidas (LEAL, 2013).

Normalmente o evento é realizado em parques, praias, praças, bosques, cachoeiras, montanhas entre outros lugares, tendo a capacidade de reunir amigos, vizinhos, familiares e/ou conhecidos, absorvendo os padrões de gosto e estilos de vida dos atores sociais envolvidos. Deve ser entendido considerando sua relevância simbólica, cujo objetivo consiste na oferta de lazer e interação social entre os envolvidos.

Destinados à recreação, os piqueniques consistiam em um dos programas preferidos da sociedade local, e ao que constam nas entrevistas, uma prática muito comum ligada às elites. Geralmente ocorriam nos finais de semana ou em feriados, quanto as pessoas podiam então se retirar das cidades sem ferir as obrigações com os negócios, normalmente da família. A moradora da cidade D. Clarice Arruda afirma que sua família frequentemente realizava

piqueniques nas proximidades da cidade. Agora a entrevistada rememora sobre a preparação do tão esperado evento, que reunia grande parte dos membros das famílias residentes na cidade:

Piquenique aqui em casa era uma maravilha (...) nós íamos de sábado pra domingo; sexta feira o papai já ia procurar carne seca (...) e já fazia o cardápio e lá vamos fazer feijoada, a Mamãe Dolores e Alta preparavam pé de moleque, olho de sogra, docinho de leite cortado, tudo, pra levar dentro daquelas vasilhas de alumínio, levava aquela quantidade de coisa pra passar dois dias; nós íamos de lancha daqui (...) a gente alugava a lancha para ir ao Julião e antes de chegar o piquenique o Jaime, que trabalhava com o papai na loja, já com antecedência pra preparar o local do acampamento, quando nós chegávamos já estava tudo limpo, com jirau feito, mesa, o lugar da cozinha, o lugar pra armar as redes, porque nós éramos crianças (ARRUDA, 2006).

Nas memórias de D. Clarice, que viveu toda a sua vida na cidade de Cáceres, nota-se que o dia que antecede ao evento, era destinado à preparação de alimentos que seriam consumidos durante os dias que a família permaneceria acampada, o que durava cerca de dois dias, geralmente fins de semana. Eram também organizados os preparativos para a viagem, como o aluguel de lanchas para deslocar até o local. Outro detalhe interessante é que quando se tratava de uma família de posses, a preparação do local no qual esta ficaria acampada era designada a um dos empregados da casa, como se pode perceber no relato acima, de D. Clarice, que era filha de comerciante. Ela afirma que todos os preparativos necessários para os piqueniques ficavam a cargo de Jaime, um empregado de seu pai, que trabalhava junto com ele na loja.

A seguir, D. Clarice complementa:

Passávamos dois dias nesse piquenique; levávamos o radinho, nós tínhamos um radinho que tocava o dia todo lá. Saía o papai com o pessoal e as mulheres ficavam no acampamento; quando os homens chegavam já estava pronta a comida, sentávamos todos, eles traziam e fazia-se o peixe e todos se divertiam; na hora do banho, entrávamos dentro d'água (...). Era divertido! (ARRUDA, 2006).

Durante o dia, o período destinado à recreação consistia em passeios, banhos no rio, pescarias, cujos pescados eram consumidos no mesmo local, brincadeiras das mais variadas, caso fossem em sítios ou chácaras, passeios a cavalo também eram muito frequentes, como que à noite, a principal atração eram os bailes geralmente animados por violas e sanfonas, atração que se estendia até altas horas, como se pode ver nesse relato de D. Marta Ribeiro, que rememora sobre o evento:

Mas era cada piquenique, com conjunto que levavam! Ia desde sábado à tarde, tinha no Barranco Alto, lá também tinha muito piquenique, muita festa que faziam, noite inteira de baile, de fogos. E nós fazíamos mais aqui no Furadinho, depois é que acabou, mas a gente ia muito tomar banho, limpava, armava rede, fazia barraca, dormia. Passava o dia por lá (SANTOS, 2006).

Pelo que constam nas narrativas, algumas pessoas sempre dormiam em redes, talvez em decorrência de uma questão cultural, como outras armavam algo que pelas descrições se aproxima de uma barraca de camping, cujas pontas eram entrelaçadas nas árvores, e logo embaixo eram espalhados os colchões.

As narrativas de D. Clarice denotam a capacidade da memória em “pintar” um determinado evento, com suas cores, sabores, mediante os detalhes que o narrador emite, procurando tornar “material” sua memória. Nesse jogo, os eventos se materializam na celebração dos discursos, nos gestos, expressões faciais, tonalidade de voz, renovam a imaginação dos depoentes, ao mesmo tempo em que procuram tornar legítima a sua narrativa. A memória se constitui em um artefato “manufaturado de várias formas, visíveis nas manifestações de linguagens sejam silenciadas, escritas, faladas, gesticuladas, imagéticas, ritualizadas, etc.,” (ARAÚJO, 2013, p.255) devendo ser investigada cuidadosamente a fim de que se perceba os múltiplos sentidos e significados expressos na narrativa.

Passo agora a abordar outra sociabilidade muito comum e famosa na cidade, assim como em todo o país: o carnaval. Em Cáceres, a festividade foi durante muito tempo realizada em ambientes fechados, mais precisamente nos clubes que existiam na cidade. Nas narrativas foi possível identificar três clubes, o Clube Humaitá, o Esporte Clube Mato Grosso e, posteriormente, o Clube dos Sargentos e Subtenentes de Cáceres. Pelo que consta, o primeiro desses clubes a funcionar como espaços para festas foi o Humaitá. No entanto, não foi possível identificar com exatidão a data de fundação desses clubes. Alguns moradores alegam que o primeiro deles a ser fundado, o Humaitá, consta depois da década de trinta, não sendo apontada uma data específica.

Nas narrativas, há diferenças no que se refere ao público que os frequentava, pois segundo alguns entrevistados, o Clube Mato Grosso pertencia a Alfredo Dulce e que este era mais “simples” recebendo um público que não era tão elitizado. Outros afirmam que o Humaitá era frequentado por famílias como os Dulce e os Curvos, famílias da elite cacerense e muito poderosas na cidade nesse momento. No entanto, há que se considerar essa peculiaridade da memória, na qual cada indivíduo guarda a partir da memória coletiva, suas próprias lembranças que tendem a apresentar falhas, já que a memória possui caráter seletivo

e nem sempre um determinado evento é percebido da mesma maneira pelos diferentes agentes sociais.

Os bailes de carnaval eram realizados em todos os clubes, existindo uma espécie de disputa entre aquele que seria mais “glamoroso”. As pessoas, especialmente os mais jovens, iam à festa com fantasias, que por sinal eram confeccionadas por costureiras da cidade. De acordo com os relatos do Sr. Lúcio dos Santos, internamente nos clubes havia os blocos que disputavam entre si. Cada um desses confeccionava suas fantasias e, ao final, venciam o bloco que apresentasse as melhores fantasias, cujas confecções eram realizadas em “segredo”. Segundo ele, “era uma disputa danada! Bloco daqui com o de lá, pra não saber que fantasia estava fazendo né? Tudo escondido!” (SANTOS, 2005). Essas disputas em torno das melhores fantasias eram realizadas também entre os principais clubes da cidade, o Humaitá e o Mato Grosso.

Segundo consta nas entrevistas, antes da inauguração do primeiro clube da cidade, o Humaitá, os bailes de carnaval eram realizados nas casas e, como nos saraus, a organização ficava a cargo de uma família que recepcionava os demais convidados. Percebe-se nas narrativas que esses bailes eram reuniões bem restritas a um determinado grupo social. Nessas reuniões especialmente os mais jovens iam todos fantasiados, cantavam e dançavam geralmente embalados pelo som do piano, aqueles que, por um motivo ou outro, não dançavam, conversavam entre si. Esses bailes, em sua maioria, se estendiam até a madrugada. Os salões para os bailes nas casas das famílias eram todos improvisados, ocasionando um certo desconforto.

D. Eloise Paiva relembra que sua casa foi palco de dois carnavais. Segundo a entrevistada cada representante da família que participaria do evento ficava encarregado de levar sua cadeira, que era organizada ao redor da casa. A exemplo dos bailes voltados ao deleite musical, como os saraus, que eram regados por bebidas e aperitivos, a organização obedecia o mesmo estilo dos saraus: cada convidado ficava responsável por levar algum tipo de alimento para ser consumido durante a noite em que decorria a festa. D. Eloise relembra o tão esperado evento “era formidável, viu?!; todos bem fantasiados, a casa enchia, mas enchia, isso tudo aqui era cheio, animado (...) era carnaval, animado mesmo porque era bem iluminado, a gente ajeitava lampião, a gente ajeitava de um lado, ajeitava do outro, e fazia a festa” (PAIVA, 2005). Um fato digno de nota nos relatos de D. Eloise diz respeito à coletividade para organização do evento. Embora a organização ficasse a cargo da família que

promoveria o baile, as pessoas sempre colaboravam, desde o fato de levar sua cadeira, até mesmo com os aperitivos que seriam consumidos durante o evento.

Assim que os clubes foram fundados, os bailes de carnaval passaram a ser realizados nos mesmos e, conseqüentemente, passaram a contar com um maior contingente de pessoas, na medida em que saiu do âmbito de uma reunião de cunho mais familiar para a esfera mais pública. Pelas narrativas, foi possível perceber que mesmo as festas de caráter mais público como o carnaval, por exemplo, eram regidas por uma série de normas, entre elas, proibía-se que mulheres divorciadas ou que já tinham atentado contra os “bons costumes” frequentassem as festividades no interior dos clubes, especialmente no caso do Clube Humaitá, que era frequentado por um grupo social mais refinado. Para sinalizar que a pessoa deveria se retirar, era posto em sua mesa um cartão azul, indicando que a mesma deveria se ausentar do local o mais rápido possível.

Em geral, as sociabilidades tradicionais do final do século XIX e início do XX eram revestidas de uma gama de posturas e comportamentos, formas e estilos morais e sociais que eram exigidos(as), produzindo maneiras específicas de portar-se nesses encontros. Os bons costumes, a moral e a honra da família se constituíam em “princípios” levados ao extremo e excessivamente cobrados. Nas palavras de Duby (1995, p. 1390) os comportamentos são, em partes, inseridos nos ritos “que são efetivamente vividos como ritos, e dos quais não se deve crer que são sejam expressão de crenças ou ideias. Esses comportamentos, por outro lado, só se encontram perfeitamente submetidos à moral”.

Pensar a sociedade e as relações dos habitantes com a cidade nas mais diversas facetas da vida urbana implica em compreender também o fato de que a relação dos homens com o meio físico-social altera as sociabilidades urbanas, em si possuem uma função formativa, sendo ela instituidora de educabilidades, na medida em que são revestidas de comportamentos e valores próprios. Mediante os espaços e práticas de lazer, os indivíduos podem trocar vivências e experiências de estarem juntos coletivamente. Momento em que cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo (BARRAL, 2012).

O homem sociável, pensado por Simmel (1997) é visto como partícipe das sociabilidades, não tenha nenhum outro objetivo a não ser a interação. No entanto, o mesmo autor assinala que ao penetrar nos espaços de sociabilidades, o indivíduo perde todas as suas qualificações de sua personalidade, na medida em que precisa se atentar para as “exigências” do grupo. Para Simmel (1997, p. 172) o princípio de sociabilidade deve ser entendido como

“axioma de que cada indivíduo deveria *oferecer* o máximo de valores sociais (...) compatível com o máximo e valores que o próprio indivíduo *recebe*”.

Sociabilidades modernas como estas se constituíram a partir do estabelecimento de novos espaços urbanos que se reconfiguraram a partir do desenvolvimento da vida urbana e, conseqüentemente, alteravam as relações sociais dos sujeitos citadinos, impondo, ao mesmo tempo, novas regras àqueles que eram partícipes da interação. Fazia-se necessário que especialmente a juventude fosse, de maneira crescente, incorporando os novos valores e uma autodisciplina com o intuito de promover a permanências das normas criadas para manter a ordem e os bons costumes.

Nas narrativas referentes aos bailes de carnaval foi possível notar que essa prática de diversão estava restrita às camadas mais elitizadas, não sendo esclarecido se havia também nas ruas, como outras festividades, a exemplo das touradas que, em geral eram praticadas pelas camadas populares, visto que se caracterizavam como algo violento e bárbaro e não condiziam com as sociabilidades tidas “civilizadas” que deveriam ser praticadas pelas elites.

No final do século XIX, o carnaval, que até então, era uma festa das categorias mais baixas, a partir desse momento foi incorporada aos festejos das elites. A partir daí, passou a ser realizado em salões ricamente decorados, nos quais os participantes dos festejos desfilavam com luxuosas fantasias. As elites propunham então, mediante o carnaval aos moldes do que se via em Paris, Veneza ou Nice, substituírem a prática do Entrudo, o antigo carnaval de rua, visto como incivilizado para o modelo de sociedade que se buscava construir. No Rio de Janeiro, no início do século XX, as fantasias, alegorias compunham os desfiles das luxuosas sociedades carnavalescas (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006), sendo que muitos desses adereços vinham diretamente de Paris.

A superação da prática do Entrudo e o “triunfo” do carnaval como sociabilidade das elites indicava que

a civilização (...) havia aportado no Brasil acompanhando as bugigangas, adereços e alegorias importadas da Europa. A impressão causada pelos desfiles das sociedades carnavalescas era fartamente comemorada pela imprensa. O colorido e o brilho das alegorias e fantasias encantavam tanto aos que assistiam os desfiles do alto das sacadas e janelas, quanto aos que se espremiavam nas ruas. Intelectuais e jornalistas esperavam que, mais do que se deslumbrar, todos, negros e brancos, aprendessem a forma civilizada de se divertir (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 226-227).

Pelos relatos, notou-se que o processo de elitização dos bailes de carnaval que, inicialmente, eram realizados nas casas das famílias, em um ambiente mais familiar, posteriormente quando são fundados os clubes da cidade, passam a ser realizados nesses

locais. No entanto, como mencionei em outro momento, os clubes de Cáceres se constituíram como espaços destinados às sociabilidades das elites. Os variados festejos realizados, embora fossem destinados à interação e diversão entre os presentes, não os isentavam da imposição de várias normas de condutas nesses espaços, inclusive no carnaval, ao mesmo tempo em que os sujeitos e a comunidade se construíam mutuamente.

2.2.5. As touradas, cavalhadas e festas de santos: espaços do “povo” e de santos

Espectáculo típico da Espanha, a tourada surgiu em meados do século XVII com o objetivo de representar o triunfo do povo. Foi nesse momento que o antigo esporte, antes reservado aos heróis e à aristocracia, passou a ser um divertimento também para as categorias populares (MOZER, 2010). A tourada é um espetáculo considerado, por muitos, como sangrento em que um toureiro enfrenta um touro dentro de uma arena. Na maioria das vezes o touro acaba sendo morto de maneira cruel, depois sua carcaça é arrastada para fora da arena e sua carne é vendida aos açougues locais. A luta toda possui, em média 20, minutos de duração.

As touradas são compostas por quatro etapas: a corrida, que consiste em correr para provocar o touro, em geral utilizando-se uma capa vermelha, ou outra cor vibrante, a segunda a sorte de varas, é quando o touro recebe três espetadas em seu corpo, e logo após inicia-se a terceira, a chamada sorte das bandeirinhas, que são sardos revestidos de papel colorido, sendo lançados cerca de seis bandeirinhas no animal. A última parte é a sorte de matar, em que deve ser realizada apenas pelo toureiro experiente na prática (MOZER, 2010).

A tourada constitui em um espetáculo na Espanha, Portugal, França e em países da América Latina, como México, Peru, Venezuela entre outros. No entanto, entre o final do século XIX e início do século XX, as touradas foram também muito comuns no Brasil, acontecendo em várias regiões, inclusive Cuiabá e Cáceres, e só foram proibidas em 1934. Trazidas para Mato Grosso pelos portugueses, as touradas chegaram à Capitania logo após a elevação de Cuiabá a condição de vila em 1727, compondo as atividades do calendário, sobretudo de festas religiosas da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ocorrendo no fechamento da Festa do Senhor Divino. Seguindo a tradição portuguesa, não era permitido matar o touro, como era costume nas touradas espanholas.

Como mencionado acima, as touradas foram muito comuns na cidade de Cáceres e o evento reunia grande parte da população da cidade, pois, conforme consta nas narrativas, o espetáculo era realizado na Praça Duque de Caxias, com duração de até dois dias. Na maioria

das cidades, as touradas eram realizadas em festas populares; em Cáceres o evento ocorria durante a festa do Divino Espírito Santo.

Vistas como violentas, as touradas passaram a receber muitas críticas por parte de alguns membros da sociedade. Tais críticas não decorreram no sentido de luta pela defesa dos animais que sofriam e muito durante o espetáculo, mas sim devido à concepção de que as touradas passaram a ser sinônimo de atraso, selvageria, em contraponto com as novas sociabilidades que os espaços citadinos possibilitavam. Nas falas de alguns entrevistados aparecem essa associação das touradas com a violência e a selvageria, como por exemplo, nos relatos de Sr. José Duarte, um morador de Cáceres de 85 anos e que assistiu a vários desses eventos, afirma que a “tourada era violenta”, em contrapartida, as cavalladas eram tidas como mais ‘civilizadas’ uma vez que não empregavam tanta violência, sobretudo com os animais.

As narrativas também dividem os argumentos quanto aos frequentadores do evento. Alguns entrevistados afirmam que o espetáculo era assistido tanto pelas elites quanto por populares. No entanto, havia a divisão de espaços entre elites e populares, como por exemplo, a disposição dos camarotes, os de maior conforto e com uma melhor vista para o espetáculo eram destinados para aqueles que dispunham de recursos para pagar um valor mais alto e logo embaixo ficavam os populares em camarotes mais desconfortáveis. Havia também um camarote reservado somente para o festeiro, isto é, para aquele responsável pela organização do festejo. O Sr. Lúcio Morais faz algumas revelações sobre o evento.

A tourada era dois dias, lá na praça Duque de Caxias. Tinha o Curro, grande, né? do tamanho dessa praça, cercada e em cima os palanques e embaixo os camarotes, eram pessoas mais humildes, em cima eram das famílias que alugavam; tinha o camarote do festeiro que chegava lá dentro de um quadro, com uma banda de música tocando atrás, subia lá com um bandeira do Senhor Divino e ficava lá no palanque. (MORAIS, 2005).

Essa divisão dos lugares para se assistir ao evento não consistia em uma exclusividade de Cáceres, mas uma característica própria do evento, conforme mostra os estudos de Mozer (2010), nos quais, segundo a autora, eram oferecidos distintos lugares na arena em que ocorreria o evento, em que os lugares à sombra e mais confortáveis eram destinados às pessoas de posses e aos presidentes das touradas, como que os assentos mais desconfortáveis e em geral ao sol, eram destinados ao público em geral.

Outra moradora, D. Eloise Paiva pertencente à elite política e econômica, afirma que o evento era destinado ao “pessoalzinho humilde” da cidade. No entanto, a afirmação dada pela entrevistada, de acordo as informações emitidas pela mesma, ao longo do relato, pode ser

entendido a partir da discussão realizada no capítulo anterior desse trabalho, quando mencionei o fato de Cáceres ser uma cidade fronteiriça com a Bolívia, país considerado atrasado e em descompasso com a cidade que se propunham a construir. Nesse intuito, tanto os poderes administrativos da cidade como as elites se uniram no intuito de “apagar” os estereótipos de Cáceres, como cidade fronteiriça com um país considerado atrasado, no caso a Bolívia. Nesse sentido, compreendo que a ligação que a entrevistada estabelece entre as touradas (vista por muitos como cruel) e os populares, se dá no sentido de (re)afirmar que estes, são em sua essência, “ bárbaros” e coniventes com um espetáculo cruel, ao mesmo tempo em que busca desvincular as elites da participação nesse tipo de evento, quando na verdade se sabe que as mesmas eram tão presentes quanto os populares.

Mediante as narrativas, não foi possível identificar até quando as touradas fizeram parte das sociabilidades dos moradores de Cáceres. No entanto, partindo da formulação de que as touradas, em geral, eram associadas à barbárie e à violência, “uma fábrica de assassinos” (CAMARGO, 2005), a partir do momento em que o evento passou a ser proibido no Brasil, na década de 1930, penso que em Cáceres a continuação da prática não durou muito tempo, tendo em vista que a cidade buscava excluir tudo que remetesse ao “barbarismo” e à “selvageria”. Era preciso, sobretudo, banir aspectos culturais que demonstravam atrasados.

Os entrevistados utilizaram extensamente a memória individual para falar sobre acontecimentos que consideraram dignos de lembrança para construir uma memória coletiva e social da cidade. Entre esses eventos estão ainda as festas religiosas, como Divino Espírito Santo, São Luiz e São João, que se constituíram em grandes eventos, mobilizando grande parte da população, desde a organização e, principalmente, nos festejos.

O ato de rememorar alguns eventos que guardam vivências humanas significa, portanto, atribuir notoriedade a um passado recente ou remoto, estabelecendo uma relação direta entre a memória coletiva e a imaginação social (ARAÚJO, 2013) e nesse processo o narrador tende a buscar argumentos e gestos que legitimem a existência desses eventos, à medida em que muitos desses subsistem somente em suas memórias.

No que diz respeito às festas religiosas, uma das mais grandiosas e populares de Cáceres, no início do século XX, foi a festa do Divino Espírito Santo, que pode ser identificada como festa de celebração a Pentecostes, isto é, a descida do Espírito Santo sobre os judeus. Originária de Portugal, a festividade foi amplamente difundida durante o século XVII sob forte influência dos franciscanos, além de contar com o patrocínio da Coroa e pelas categorias sociais mais abastadas, caracterizando-se pelos “cortejos e cerimoniais ricos e

suntuosos, com espetáculos impressionantes, e implementação desse culto, preferencialmente em zonas de influência dos grandes centros” (ABREU apud SOUSA; ERTZOGUE, 2013, p. 104).

Para Le Goff (1990), o calendário vai muito além do campo histórico, estando mais ligado ao quadro do funcionamento da sociedade, revelando a tentativa humana de dominar o tempo natural. Como objeto científico e cultural, está mais ligado a crenças do que às observações astronômicas, dependendo mais da dimensão cultural das sociedades. O calendário se constitui no “produto e expressão da história: está ligado às origens míticas e religiosas da humanidade (festas), aos progressos tecnológicos e científicos (medida do tempo), à evolução econômica, social e cultural (tempo do trabalho e tempo de lazer)” (LE GOFF, 1990, p. 13). E nessa construção cultural do tempo, as festas cristãs encontram espaços para ressurgirem em diferentes dias do ano. É sabido que desde o início do cristianismo, o culto aos santos constitui uma das principais manifestações que envolvem as crenças e práticas dos fiéis e devotos.

A festa do Divino chegou ao Brasil mediante a colonização portuguesa. As referências no que diz respeito às origens das festas do Divino no Brasil são muito escassas e não muito precisas. Entretanto, Sousa e Ertzogue (2013) assinalam que a introdução dessa festividade data do período entre o primeiro e o terceiros quartos do século XIX, embora em algumas regiões a mesma parece ter sido introduzida em meados do século XVIII.

Nas narrativas, a festa do Divino aparece como um dos principais eventos festivos de Cáceres. A organização ficava a cargo dos chamados festeiros, também denominados de imperador e imperatriz do Divino, isto é, algumas pessoas, em geral uma família que ficava encarregada de organizar a festividade, provendo tudo quanto fosse necessário. Embora esses festeiros fossem os responsáveis, uma espécie de gerentes, a promoção de um evento na dimensão da festa do Divino demandava uma grande quantidade de pessoas para sua organização e, para esse fim, grande parte dos fiéis se mobilizava para o bom andamento do evento. Por ser uma das mais significativas festas que ocorriam em Cáceres, os festeiros da festa do Divino “eram pessoas de mais destaque na sociedade” (BAPTISTA, 1998), geralmente pertencentes às elites.

As festas religiosas praticadas em Cáceres se constituíam em grandes acontecimentos que tomavam conta da cidade. O calendário cristão era rigorosamente observado, era sobretudo, o elo essencial entre as “*datas rituais* e as *artes de fazer*, criando espaços de convívio muito especiais, além de costumes à parte, trazer em si a esperança, quebrar a

monotonia da vida que se desenrolava ali, cotidianamente (GUIMARÃES NETO, 1996, p.258), possibilitando diversas festividades, estabelecendo encontros e interação entre os cidadãos. As datas religiosas traziam momentos de rupturas ao movimento regular das cidades, na medida em que se constituíam nas principais festividades das mesmas. As ruas da pequena urbe eram tomadas por um verdadeiro espetáculo, as procissões, as esmolas, missas, as danças à beira das ruas. Grande parte da cidade envolvia-se nesses eventos, cantando, rezando, dançando, enfim, divertindo-se.

A comerciante D. Joana Albuquerque de 79 anos, que nasceu e viveu toda sua vida em Cáceres, relata que todas as manhãs, durante a realização da festa que durava cerca de duas semanas, um grupo de pessoas por cerca de três dias que antecedia a realização do evento, saía às ruas para pedir “esmolas”, que consistia na arrecadação de dinheiro, entre outros donativos como porcos, galinhas, novilhos, que eram consumidos durante a festa. Para o recolhimento dessas esmolas, um grupo de pessoas percorria a cidade indo nas casas dos moradores. Parte do valor arrecadado era revertido para construção da catedral, que segundo consta em algumas narrativas, foi construída mediante as doações (as esmolas) dos cidadãos. Durante as madrugadas, eram celebradas as missas, posteriormente as pessoas se dirigiam às casas dos festeiros para o café da manhã. Em seguida, um grupo saía às ruas para arrecadar as esmolas e, logo após, se dirigiam novamente às residências dos festeiros, nas quais era oferecido almoço para todos os presentes. Descrevo a seguir um trecho da entrevista de D. Joana, em que consta detalhes desse tão esperado evento:

era aquela semana inteira de festa na casa do dono da festa, então ganhava muito novilhas, era porco, então todo dia quando tinham as esmolas todo mundo acabava e ia pra casa da festa, lá tinha almoço e tudo; e tinha o grande baile. Esse baile era a rigor, todo mundo vestido mesmo; então cada família hora que entrava pra chegar na festa, ficava um senhor lá com uma, como que eu vou dizer, não é um mastro, tipo de uma bengala assim, é um bordão, bordão grande, assim ele batia: *poou, poou, poou*, três vezes assim e anunciava: “Família de tal, está entrando” aí a banda tocava uma salva de música assim, aí entrava aquela família (ALBUQUERQUE, 2006).

O trecho acima descreve momentos de sociabilidade festiva em que grande parte da população se ajuntava para festejar o Espírito Santo. A narradora emite uma série de detalhes que compunham o andamento do evento e nessa descrição percebe-se que a construção da festa se dá a partir de uma visão elitizada, ao ponto de não aparecer no relato, qual a participação dos populares nesse evento.

Como se pode ver no fragmento acima, todas as noites durante a realização da festa, ocorriam os bailes em que as pessoas se vestiam a caráter da festa. A animação ficava a cargo

da banda do Quartel, possivelmente a mesma que tocava nas apresentações musicais que ocorriam no coreto do Jardim Público. Segundo os narradores, esses bailes eram verdadeiros ‘bailes de gala’ nos quais as pessoas, principalmente as de posse, aproveitavam do momento para desfilarem com seus trajes importados, vindos especialmente de Paris, era como se fosse um desfile de moda da época.

Pelo que consta no jornal *A Razão*, a festa era realizada em junho de todos os anos. Segundo o mesmo periódico, a escolha do festeiro para a organização da próxima festividade era realizada durante o evento, sendo precedida de uma missa. O trecho a seguir, se refere a um aviso publicado no periódico destinado aos festeiros do ano de 1935, no qual constam:

Os abaixo assinados, festeiros do Glorioso Senhor Divino Espírito Santo, no corrente anno, tem a honra de convidar aos devotos e ao povo em geral, para comparecerem aos actos das festas que constarão de missa solenne para a escolha dos novos festeiros (...). Pedem, encarecidamente, o maior número de anjinhos na procissão (A RAZÃO, 1935, p. 3).

Participante assíduo do evento, o Sr. Lúcio Morais, em seu relato, traz outros aspectos referentes à tão esperada festa do Divino:

tinha o leilão, tinha missas, tinha a esmola (...) tinha a quermesse aí na Praça, tinham várias, não parava. Era baile, tinha missa de madrugada, saía da missa ia pra casa da festa e dançava até as nove, dez horas; e tinha o almoço que o povo ia, tudo de graça! Agora não havia gelo aqui, tudo era quente; espumava a cerveja, a gente bebia assim mesmo, não tinha gelo! (MORAIS, 2005).

O periódico *A Razão* de junho de 1935 afirma que as esmolas arrecadas durante o evento seriam revertidas para a construção da Catedral da cidade, como também consta nos relatos.

Entre as várias formulações das práticas cotidianas, as da crença compõem estratégias das mais variadas linguagens e sentidos. As formas como se estabelecem as práticas de *crer* fabricam o real por inteiro, ao mesmo tempo em que designam convicções não impositivas entre os atores envolvidos (ARAÚJO, 2013). Para Michael Pollak (1992, p. 02) a memória se constrói e se estabelece mediante uma relação estreita entre os acontecimentos vividos pelo indivíduo ou por aqueles descritos por Pollak como “por tabela”, os lugares que serviram de palco aos acontecimentos e os personagens que atuaram nos episódios.

A festa do Divino proporcionava a socialização entre os moradores da cidade de Cáceres, alterando o ritmo de suas vidas. As missas, esmolas, os cânticos, os bailes, eram momentos de interação e alegria que tomavam conta dos presentes. Ao narrarem sobre a

festividade, os entrevistados retratam com afetividade as experiências vividas por aqueles que assistiram e participaram de um dos mais importantes eventos festivos da cidade. Assim, os “cultos com seus cerimoniais, com as suas festas (...) realizavam continuamente a fusão entre esses dois materiais da memória (passado individual e passado coletivo). Provocavam a lembrança de épocas determinadas e continuavam como ocasião e pretexto dessas lembranças durante toda a vida” (BENJAMIN, 1989, p. 32).

A celebração de festas religiosas como a do Divino possibilitava a aproximação entre os sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que estes sentiam-se partícipes de um grupo. A comemoração produz uma estreita relação com a memória, relembrando “um passado recente ou não, capaz de criar sentimentos afetivos e pertencimentos sociais” (ARAÚJO, 2013, p. 255). Os festejos eram verdadeiros espetáculos, mobilizando um grande número de pessoas, nos quais praticamente toda a cidade era tomada pelo colorido dos desfiles, pelas músicas tocadas pela pequena banda, enfim, a festa se constituía em pontos e interação entre os vários sujeitos que habitavam na urbe.

Era durante a realização da festa do Divino Espírito Santo que também ocorriam as cavalcadas. De reminiscência dos torneios hípicos da Idade Média, na Europa Feudal, a cavalcada inclui a concepção de vida e dos ideais das Cruzadas, tanto nos torneios e jogos, como a prática dos cavaleiros com o intuito de aprimoramento militar, além da “ideologia da supremacia e afirmação da cristandade frente aos inimigos personificados em mouros” (PEREIRA, 1983, p.199). De maneira geral, as cavalcadas se constituíam na expressão da cultura popular, nas quais são reproduzidas as lutas entre os cristãos e mouros, sendo “representadas em Portugal e Espanha como uma forma de difundir uma ideia de “vitória do Cristianismo”, recriando o combate que foi vivenciado na Península Ibérica” (GONÇALVES, 2011, p. 53).

Em Cáceres as cavalcadas eram realizadas na Praça Barão de Rio Branco, com uma duração de quatro dias, sendo que a organização iniciava-se com um mês de antecedência, período necessário para preparação dos animais que participariam das corridas, angariar fundos entre outras coisas. De acordo com as entrevistas, as cavalcadas eram uma das festas mais bonitas e caras, uma vez que os cavaleiros necessitavam estar muito bem ornamentados para participar das corridas. O tratamento com os cavalos também dispensava um gasto significativo, além da premiação entre outros gastos.

O Sr. Joaquim Fontes, que durante muitos anos frequentou o espetáculo, relembra como eram as cavalcadas:

A cavalcada eu assisti. Eu ainda me lembro das últimas cavalcadas, que realizaram aqui na Praça Barão de Rio Branco; *umas das festas mais bonitas e caríssimas*, porque as festas eram (...) os cavaleiros eram bem ornamentados e cada cavaleiro oferecia um brinde, uma jóia para a fã dele, a namorada dele, vinha na velocidade, tirava a argolinha com a lança e quando acertava, ia oferecer à namorada dele, ou a fã dele; o presente era uma jóia, uma coisa assim; corria dinheiro também. (FONTES, 2005) (grifo meu).

Assim como nas touradas, durante a realização das cavalcadas havia pelo menos dois tipos de camarotes; os mais confortáveis para aqueles que dispunham de mais recursos financeiros e os mais simples e desconfortáveis que, conseqüentemente, podiam ser alugados por um valor mais acessível. Note que no trecho da narrativa do ex-tropeiro, o Sr. Joaquim Fontes, aparece a tentativa de demarcação social, quando o mesmo afirma que era um frequentador das cavalcadas e que estas festas eram “*umas das festas mais bonitas e caríssimas*” que ocorriam na cidade. Voltando à organização da festividade, os dois grupos que compunham a cavalcadas eram diferenciados pelas cores vermelha (para os Mouros) e azul (para os Cristãos). Segundo a ex-exploradora da poaia, D. Ana Leite, de 97 anos, a equipe vencedora sempre era o time azul (os cristãos): “Tinha que pôr o dinheiro e tudo, e corria e ganhava, sempre ganhava o azul. O vermelho era mais (...) mas era interessante porque era uma luta do tempo dos cristãos. Os mouros roubavam a princesa, tacavam fogo no castelo, tudo aí na Praça. Era diferente dos tempos de hoje. E o povo a gritar, a bater palmas, davam dinheiro” (LEITE, 2005).

A organização das cavalcadas obedecia basicamente a mesma das touradas : a cada ano era escolhido o imperador e a imperatriz (os também chamados festeiros) que ficavam responsáveis pela organização e andamento do evento durante sua realização. Durante o espetáculo, todas as alimentações eram realizadas sempre em sua residência. Ao que constam nas narrativas, todo dinheiro gasto com as despesas da festa eram arrecadas com um sistema parecido com as esmolas para festa do Divino, mudando apenas a terminologia para *prendas*. Toda a premiação dada aos competidores era concedida mediante as *prendas*.

Nas entrevistas alguns narradores referem-se às cavalcadas como um evento mais democrático, em um jogo de comparação com as touradas. A prática recebeu muitas críticas dos entrevistados que as consideravam muito violentas. Outro relato que reforça um argumento utilizado, de que muitos entrevistados assemelham a prática mais violenta das touradas ao cotidiano dos populares, aparece no trecho que reproduzo a seguir. O relato foi proferido pelo Sr. José Duarte, membro de uma das mais importantes famílias da cidade nesse período, este afirma que “a cavalcada não, já era uma festa mais diplomática, *mais fina*,

vamos dizer” (DUARTE, 2005). Questões que já foram debatidas em outros momentos desse trabalho.

Outra festividade religiosa muito popular na cidade e que aparece com muita frequência nas narrativas é a festa de São Benedito. Introduzida ainda no período colonial, a festa de São Benedito¹⁵ se constitui em um das maiores manifestações da crença cristã no Brasil. O culto a São Benedito foi introduzido em Mato Grosso já nos primeiros anos de ocupação, quando foi construída a Igreja do Senhor Bom Jesus, ano de 1722, exatos três anos depois do processo de fundação do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1719. A construção da Capela de São Benedito na denominada Rua do Sebo é o primeiro registro em que consta o culto e devoção ao santo negro, São Benedito (MENDES, 2010).

Tanto na documentação escrita e oficial que possuo bem como nas narrativas, não foi possível identificar exatamente o ano em que o culto e devoção a São Benedito foram introduzidos em Cáceres. No entanto, pela proximidade com Cuiabá, é possível conjecturar que esse processo tenha ocorrido com pouco espaço de tempo em relação a Cuiabá.

A festividade era realizada no mês de junho de cada ano, e sua organização seguia o mesmo modelo da festa do Divino. Cada ano era eleito o imperador e a imperatriz (festeiros) que seriam os responsáveis pela realização do evento no ano seguinte, inclusive pela alimentação dos devotos, o que demandava uma quantidade significativa de recursos financeiros por parte dos festeiros, mesmo contando com os donativos por parte dos fiéis. A festa durava cerca de quinze dias, com missas, quermesses, procissões, culminando em grandes bailes na casa dos organizadores.

O periódico *A Razão*, em uma edição de 1935, publica a seguinte notícia sobre a festa de São Benedito:

Os festeiros do glorioso São Benedito, no corrente anno, têm o prazer de convidar a todos os fiéis e ao povo em geral, para assistirem à missa cantada e procissão que farão celebrar, em honra daquele Santo no dia 23 desse mês (domingo). A missa solenne, como de costume, será pela manhã na Catedral, para a escolha dos festeiros, e a procissão à tarde. Pedem, (os festeiros) encarecidamente, aos devotos a finesa de fazerem comparecer na procissão, o maior número de anjinhos, para o maior brilhantismo desse ato (A RAZÃO, 1935, p.3).

¹⁵ Para maiores informações sobre o culto a São Benedito no Brasil e em Mato, ver: MENDES, Marcos Amaral. **Identidade e território:** estudo sobre a devoção o a São Benedito em Cuiabá – Mato Grosso. 2010, 355 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

Um elemento referente à festa do São Benedito aparece nos relatos de D. Marta Ribeiro: a fabricação de luminárias de barro, um vasilhame em forma de uma tigela. Segundo consta nos relatos de D. Marta, assim que chegavam ao fim do processo, os vasilhames eram abastecidos com azeite e em seguida acesos. Esse sistema de iluminação realizado nos dias da festa possibilitava que as pessoas se divertissem por mais tempo, pois nesse período Cáceres ainda não possuía o sistema de iluminação elétrica e, como discutido anteriormente, o sistema de iluminação a querosene era insuficiente. O processo de fabricação era realizado por homens, mulheres e crianças, no qual cada um exercia um papel no processo, conforme consta nos relatos de D. Marta.

reunia aquela porção de gente pra fazer aquela luminaria de barro, aquela porção de barro, as gurizadas e os homens traziam e as meninas iam fazer. Eu adorava fazer, eu fazia aquela quantidade de repente, fazia bem feito aquela panelinha de barro e ia pondo. E já outro, ia pondo azeite e um palito um (...), paviozinho, azeite. Outro punha azeite, outro punha pavio e assim ia, mas estendia na praça inteirinha, tudo, um perto do outro, assim. A frente da Igreja ficava tomada que ninguém podia passar, aí acendia (...) aquelas pessoas que colaboravam queria acender, acendia tudo ficava iluminado a praça, era iluminação, era lindo demais (...) (RIBEIRO, 2005).

Outras festas de santo que eram realizadas em Cáceres também aparecem nos relatos, como São Luiz (o padroeiro da cidade) e São João. Segundo os relatos de D. Eloise Paiva, a festa de São João iniciou com a inauguração do Clube Humaitá, onde os bailes continuaram a ser realizados. No entanto, a entrevistada não faz referência ao ano, o que deve ter ocorrido na década de 1920. Considerada como uma das mais importantes festas populares do Brasil, a celebração a São João em Cáceres, constituía em uma prática que trazia grande diversão para seus participantes. Embora fosse “oficialmente” realizado no Clube Humaitá, alguns entrevistados assinalam que os bailes poderiam também ser realizados em casas de famílias, como pagamento de promessa por recebimento de algum benesse por parte de São João.

A preparação para celebrar o nascimento de São João Batista iniciava pelo menos com uma semana de antecedência, com a produção das comidas típicas como parte do ritual da festa, como paçoca de pilão, pé-de-moleque, quentão entre outras iguarias. A decoração era produzida por costureiras locais que, entre outras atividades, também ajuntavam a quantidade de lenha necessária para manter a fogueira acesa durante praticamente toda a noite, por cerca de três dias. O evento se estendia por quatro e cinco dias.

Como nas outras festas de santo, responsáveis pela organização do evento, tinham as figuras dos festeiros. No entanto, grande parte dos participantes contribuía de alguma

maneira, seja com doações em dinheiro, com alimentos, enfim com os preparativos de um modo geral.

Segundo os relatos de D. Eloise Paiva, na primeira sala do Humaitá havia um altar destinado para uma imagem de São João que era cuidadosamente enfeitada com fitas coloridas. As pessoas também se vestiam a caráter, com roupas bem coloridas, conforme consta no relato, “tinha um altar feito na saletinha, na primeira sala do Humaitá, ali era o altar do santo; então, era festa, tudo de traje de baile de São João, vestidinho de chita, fitinha amarrado no cabelo, tudo isso, mas era uma festa que chamava atenção” (PAIVA, 2005). Os bailes eram embalados pela banda do Quartel e se estendia até ao amanhecer, quando os fiéis saíam pelas ruas carregando o santo e, em seguida, se dirigiam para o rio Paraguai para a lavagem do mesmo.

O relato que reproduzo a seguir traz valiosas contribuições para se entender a dimensão do valor simbólico da festividade e o fortalecimento das redes de sociabilidades entre os participantes:

aquilo ali era só brincadeira, o pessoal comia, bebia, brincava quatro, cinco dias. Ali naquela festa de São João fazia fogueira, aquela fogueira o pessoal ali pulando o fogo, comendo batata assada na beira da fogueira de São João, ali quando era madrugada ia levar São João na água e tomava banho lá tudo, aí vinha nós tudo pra beira do fogo comer batata assada e pular a fogueira; no São João era tempo de frio, naquele tempo fazia frio, e aqueles pessoalzão cantando, outra hora brincando de roda na beira do fogo ali tudo, durante o dia da festa era aquilo (FONTES, 2005).

O conjunto de imagens exprime o caráter público e popular das *festas de santo*: um espaço festivo que integrava ruas e casas abertas a todos a visitas, com as comidas típicas, com suas rezas, promessas, brincadeiras, pedidos, simpatias entre outras. Mitificações de toda natureza, como as vestimentas adequadas, representações do *antigo* e do *novo*, são estas, algumas das características que mobilizavam e encantavam a população (GUIMARÃES NETO, 1996).

Com o passar dos tempos, as festas de santos com essas características foram, aos poucos, se tornando inviáveis. Até a década de 1940, Cáceres ainda era uma cidade pequena, uma “grande família” (BAPTISTA, 1996), fator, este, que possibilitava a realização de grandes festas populares como as do Divino e de São Benedito, aos moldes como apresentei nos parágrafos anteriores. À medida em que a cidade foi tomando outras dimensões, os festeiros já não conseguiam organizar eventos que conseguissem atender todos os cidadãos. A tradição de alimentar os participantes durante toda a realização do evento tornou-se quase impossível, segundo consta nas narrativas, embora houvesse a contribuição de praticamente

todos os participantes. O aumento populacional tornou inviável manter esse costume e outro fator que contribuiu foi a proibição da fogueira de São João de maneira tradicional, a lenha como era feita.

Nos dias dos acontecimentos festivos, o público e privado, o próximo e o mais distante, mediante às práticas culturais de uso, trocas, enfim, sociabilidades estabelecidas entre os sujeitos envolvidos, como nos bailes de carnaval, saraus, procissões, esmolas entre outras maneiras de interação entre os sujeitos, produziam a cada evento ou encontro entre os familiares e *chegados* sentimentos de pertencimentos a um grupo e um lugar, ao passo que também abriam espaço para o “ensino-aprendizado das técnicas e saberes práticos” (RODRIGUES; PALHETA FERREIRA, 2013), aprendidos mediante às vivências pessoais e em grupo, que são também transmitidas de geração em geração, embora sofram, ao longo do tempo, como assinaladas anteriormente, mudanças e até mesmo desaparecem com o passar dos dias.

O trabalho com as narrativas apontaram o estabelecimento de uma gama de sociabilidades locais. Muitas delas transcendiam os limites, da casa, clube, rua, bairro, mobilizando grande parte dos cidadãos de Cáceres, ampliando o capital social e simbólico das redes de interação nas quais os sujeitos circulavam, trocavam informações e transmitiam saberes e práticas. Foi possível notar um conjunto de concepções e percepções sobre as práticas desses sujeitos que integravam uma teia de relações sociais, em meio a um espaço social multifacetado, incluindo desde os espaços domésticos (casa) até os espaços públicos (rua, bairro, jardim) bem como os semipúblicos (clubes), espaços nos quais eram operacionalizadas as mais diversas sociabilidades, de modo “saber jogar o jogo da sociabilidade, saber relacionar-se (...) circular pelos diferentes espaços do bairro, saber como e quando acionar as redes de relações que são, ao mesmo tempo, redes de conhecimento e poder são astúcias utilizadas pelos sujeitos na trama cotidiana” (RODRIGUES; PALHETA FERREIRA, 2013, p. 160) compondo o cotidiano do viver e sobreviver no espaço urbano.

De um modo geral, todas essas comemorações remetem à ideia de evocação da memória cujas celebrações são reveladas das mais variadas maneiras, diferentes perspectivas, abordagens, remetendo ao caráter multifacetado da memória, que tende a dar ênfase a alguns acontecimentos/fatos, ao mesmo tempo em que outros são esquecidos. Como característica do processo de rememoração, os narradores, ao se referirem a esses eventos, sempre fazem a contraposição entre o passado, época áurea, mais colorida, divertida e o presente como responsável pelo apagamento desses momentos, nos quais tudo aquilo que fez parte da

infância e da juventude, enfim da vida dos mesmos, são agora esquecidos pelas novas gerações. Os espaços de memória são destruídos ou simplesmente abandonados e, com isso, antigas práticas de convivências e sociabilidades entre os cidadãos são, com o decorrer do tempo, esquecidas. O *novo tempo* inaugurado pelas tecnologias foi também o responsável pela destruição daquele “mundo ideal”, que agora é construído pelo trabalho de rememoração. As sociabilidades possibilitavam o estabelecimento de laços de convivência entre os cidadãos, ao mesmo tempo em que demarcavam a ideia de pertencimento a um determinado grupo social, ao passo em que também revelaram as desigualdades e a elitização em alguns espaços de convívio.

No Brasil, conforme assinalado no capítulo anterior, entre o final do século XIX e mais especificamente no início do século XX, o país esteve em consonância com as concepções de modernização/modernidade europeias. A partir disso, vários centros urbanos empreenderam reformas com o intuito de transformar os espaços urbanos. No entanto, as mudanças não ficaram restritas às remodelações das cidades, mas refletiram também nos modos de sentir e viver na cidade, delimitando novos espaços de convivências sociais. Mediante os periódicos e relatos de memória, foi possível perceber que esses discursos foram sentidos também em cidades interioranas como Cáceres/MT, inclusive na delimitação de novos espaços de sociabilidades. Estes por sua vez, vieram travestidos de normas específicas a cada um, assim como também com forte caráter de segregação social.

Nas entrevistas exploradas foi possível notar que nas décadas iniciais do século XX, foram traçados vários projetos de remodelação do traçado urbano da cidade de Cáceres/MT e, juntamente com eles, a construção de alguns espaços de sociabilidades, como Jardim Público, os clubes, cinemas, assim como antigas práticas ganharam novas significações, como os saraus, piqueniques e os carnavais que passaram a ter características mais europeias. Todas essas sociabilidades possuíam pelo menos dois objetivos: acompanhar as tendências que vinham de fora, o “civilizado” o “moderno” e subjugar a cultura popular, que passou a ser assimilada como bárbara e antiquada, questões, estas, que também refletiram na educação, pois como se verá nas narrativas orais, as instituições escolares de Cáceres, entre elas, o Grupo Escolar, que naquele momento representava o progresso que a República tanto pregava, procuraram seguir o que de havia de mais moderno no que diz respeito aos métodos de ensino, à introdução de disciplinas voltadas à profissionalização, assim como buscavam educar meninos e meninas para que, mais tarde, desempenhassem seus respectivos papéis sociais, como se poderá perceber no

Memórias da Educação: narrativas sobre instituições de ensino e escolarização

Para a memória a escola é vida, caminho intimamente possuído que a história transporta numa tentativa de reconstrução sempre problemática, sempre incompleta (NUNES, 2003, p. 10).

3.1. Contribuições da memória para a história da educação

O objetivo desse capítulo é abordar alguns aspectos a educação em Cáceres/MT entre 1916 e 1948. A partir das narrativas orais de ex-alunos, procuro explorar aspectos do processo de escolarização, vivências escolares, sociabilidades, entre outros elementos da vida escolar dos sujeitos. Com isso, busco trazer uma contribuição aos estudos sobre a história da educação na cidade que, embora muito rica, ainda não constituiu em objetos de estudos da historiografia.

As instituições educativas, assim como seus sujeitos são possuidoras de uma memória assentada nas tradições orais que são transmitidas pelas gerações que se sucedem e contemplam uma cultura escolar marcada por práticas cotidianas vividas no espaço escolar. As escolas também guardam memórias, são espaços nos quais se tece parte da memória social de uma determinada cidade. O conhecimento do universo escolar possibilita compreender as instituições escolares para além de suas finalidades específicas (de ensinar), mas percebê-las como territórios de lenta aprendizagem do mundo exterior, isto é, uma educação para além da sala de aula, educação para a vida. Os códigos desse universo transparecem na definição de um espaço que lhe é próprio, no uso do tempo, nas regras disciplinares, nas vestimentas específicas e numa pluralidade de objetos (NUNES, 2003).

Para tanto, relembrar o espaço escolar é recordar também do entorno, do trajeto que leva da casa à escola, dos colegas de classe, daqueles que encontram cotidianamente ao caminhar pelas ruas, das brincadeiras no “recreio”, dos(as) professores(as), diretores(as), enfim de uma gama de fatores que envolvem o espaço escolar e a aprendizagem. É, sobretudo, a capacidade de trazer ao tempo presente a memória enraizada nos gestos de um local concreto e que se torna emblemática quando é conferida à instituição na qual se viveu

grande parte de sua infância e adolescência. Constitui-se ainda na possibilidade de remeter-se “a um tempo preciso que a lembrança nostálgica muitas vezes esgarça. É o sinal de que se reconhece e pertence a certo grupo social e a uma determinada geração (...) a escola como lugar de memória é simultaneamente material, simbólica e funcional” (NUNES, 2003, p. 9).

As memórias se apresentam como ricas fontes documentais, as quais expressam sentidos e acontecimentos que não estão registrados nos documentos escritos. Dessa maneira, os relatos orais foram tomados aqui como fontes para se construir a trajetória da educação em Cáceres na primeira metade do século XX, mais precisamente entre 1916-1948, levando em consideração as peculiaridades envoltas no processo de rememoração. O movimento se deu na busca de pensar o cotidiano e o processo escolar a partir dos olhares de ex-alunos, apontando a relevância da memória como fonte para pesquisa em história da educação.

Vale salientar que as memórias são tomadas aqui como complexos processos de subjetivação marcados pelos espaços de convivência dos indivíduos, isto é, os indivíduos rememoram aquilo que faz parte da memória do grupo do qual são partícipes (HALBWACHS, 2003). Ancoram-se em espaços e lugares nos quais os sujeitos circulam nos mais distintos grupos sociais. As memórias são produtoras de significados que contribuem para a fusão do sentido e/ou intenção da rememoração com a intencionalidade das palavras. Para além de fenômeno individual e psicológico, como antes a memória era percebida, ela é considerada atualmente como um fenômeno social, uma construção que provém das relações sociais estabelecidas pelos atores sociais, transcendendo a esfera individual, como já assinalado.

Atuando também como um elemento de formação e transformação das identidades dos atores sociais:

as memórias são componentes absolutamente necessários na (trans)formação das identidades dos sujeitos, das percepções de si e dos outros, daqueles com os quais conviveram ao longo de suas vivências em contextos sociais distintos. Aí tornar-se-ão experiências de vida porque as memórias compartilhadas através das narrativas possibilitam àqueles/as que narram realizar um trabalho sobre si mesmos. Desse modo, é possível pensar que contamos uma história pessoal, atravessados pelas histórias sobre nós mesmos que nos são narradas (CUSTÓDIO, 2012, p. 04).

Desse modo, entende-se a memória como o contexto em que a identidade é praticada. A linguagem por sua vez, conforme assinala Custódio (2014), se constitui em elemento principal da memória coletiva, possibilitando o contato entre o passado e o presente, estabelecendo laços de solidariedade, sentimentos além das mais diversas experiências, costumes e tradições de um grupo social.

O ato de narrar envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação do que é narrado. As diferentes perspectivas sobre um mesmo ocorrido/evento podem ser pensadas a partir do princípio de que a narrativa se dá mediante a escolha do que narrar, como e para quem se narra. É importante ressaltar que embora a memória individual esteja, de certa forma, ligada à memória de um grupo, ao narrar sobre algo, o narrador expressa a sua leitura de mundo, o que nem sempre está concatenado com a memória coletiva de seu grupo. Marilena Chauí, na apresentação do livro de Ecléa Bosi (1994), destaca que o modo de lembrar é tão individual quanto social. O grupo transmite, guarda e mantém as lembranças, no entanto, o narrador vai individualizando a memória social do mesmo.

No conjunto de narrativas aqui trabalhado, os sujeitos constroem, refazem e modificam suas narrativas ao modo que consideram mais “conveniente”. Ao comporem vivências e experiências do passado, os mais distintos atores sociais procuram atribuir sentido às suas narrativas, de acordo com seus grupos de pertencimento e intencionalidades. As narrativas mediadas pela memória possibilitam que os narradores reelaborem suas vivências, tanto individuais como coletivas. Há que se considerar que as narrativas não devem ser percebidas como expressão real dos fatos, todavia possibilitam aos pesquisadores rastrear as trajetórias involuntárias e associações das lembranças, além de permitirem a compreensão de diversos significados que os sujeitos e grupos sociais conferem às suas experiências vividas (AMADO, 1997, p, 135).

Desse modo, parte da história da educação em Cáceres, nas primeiras décadas do século XX, foi recontada através das memórias de alguns/algumas ex-alunos(as) que falaram sobre o cotidiano escolar e, através de suas narrativas, reconstróem e ressignificam um passado distante, possibilitando conhecer e compreender o espaço escolar e as significações destes para aqueles que o compunham, especialmente os(as) alunos(as), que no interior desse contexto, constituem o elemento fundamental para as dinâmicas que se estabelecem nesses espaços.

As narrativas orais são fontes importantes para dar visibilidade a processos ainda pouco estudados. No caso, a expansão do ensino particular em uma cidade como Cáceres, que como se verá posteriormente, abrigou vários colégios dessa categoria, destes, dois são discutidos aqui. Um deles, o Colégio Imaculada Conceição foi, durante muito tempo, responsável pela formação intelectual das elites locais. No entanto, até o presente momento não foram encontradas pesquisas que se debruçaram sobre essa questão. Embora não constitua o objetivo dessa pesquisa, pelos relatos de memória, assim como pelos periódicos

analisados, pode conjecturar que, possivelmente, essas instituições tinham como objetivo muito mais interesses mercadológicos e levar o catolicismo a estas localidades que meramente o caráter missionário ou ainda atender as camadas mais populares, como defendiam em seus discursos, haja vista que em nenhuma das fontes aqui trabalhadas houve menção de trabalhos sociais ou missionários realizados pelos(as) religiosos(as) responsáveis pelas instituições.

As instituições educativas armazenam grande parte da memória social de um determinado grupo. São lugares que devem proporcionar ao(a) aluno(a) condições para apreender e aprender os conhecimentos, isto é, visa à produção/esquematização dos conhecimentos. No entanto, a escola não deve ser entendida apenas na sua função de proporcionar ao aluno a chamada “educação formal”, é preciso analisá-la com um olhar mais amplo, enfatizando também os múltiplos olhares e percepções daqueles que a constituem como espaço, isto é, um lugar praticado (CERTEAU, 2014), que abriga um amálgama de relações que nela se estabelecem. Assim como também guardam elementos utilizados na infância e na juventude como um todo, tais como as normas, transmissão de valores; uniformes; caminho percorrido até à escola; brincadeiras e desafios; experiências com o grupo; material didático utilizado e outros acontecimentos que ganham sentido na relação social com o cotidiano (TEIXEIRA, 2015, p. 03).

Como afirma Teixeira (2015), tais elementos mostram que a escola como lugar de memória é, ao mesmo tempo, simbólica e material. Para tanto, é necessário se atentar para as percepções que alunos e alunas possuem dessas instituições bem como do processo de escolarização como um todo. É esse movimento que proponho realizar.

As memórias acerca da vida escolar possibilitam conhecer um conjunto de elementos que compõem a vida escolar dos sujeitos, histórias rotineiras, amizades, travessuras entre tantas ações comuns a essa fase da vida de qualquer sujeito. Compreendendo que a realidade social apresente grande crise, ainda assim as instituições escolares podem ser espaços privilegiados para produção e reflexão de subjetividade, saberes, encontros de pessoas, reencontros com a história e com a vida, espaço no qual memória, palavras e práticas podem ser compartilhadas, valores, normas e etc, são passados para várias gerações, muitas vezes sem grandes alterações. Pois assim como Nóvoa (1994, p. 67) afirma, a história da educação traz consigo a marca de um "estatuto de marginalidade", afastando-se de muitos de seus atores educativos que permanecem no esquecimento. Para ele, a história da educação não deve se restringir à descrição factual, mas voltar-se à investigações nas quais os atores sociais percebam-se como partícipes do passado/presente escolar e não meramente espectadores.

Ao narrar sobre a escola e sobre as representações sociais acerca desta, o(a) ex-aluno(a) se encontra inserido numa história em curso, viva e em permanente construção, cujos reflexos da mesma são facilmente percebidos no cotidiano desses sujeitos. Essa especificidade da história demonstra a contribuição da memória para ao conhecimento de um determinado evento/fato, nesse caso, da história da educação, uma vez que tal perspectiva, “un presente es el contenido completo de una memoria viva (...), aunque el tiempo este en ella ordenado según la secuencia pasado-presente” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 162). A memória individual reúne em si significados da memória social de um determinado grupo social, herdada num processo “dialético, capaz de construir parâmetros sociais e, por sua vez, ajudando a compreender as representações sociais construídas pelos sujeitos analisados” (CARMO, 2011, p. 36).

Como já fora discutido em outros momentos desse estudo, os relatos orais se constituem em importantes fontes de pesquisa, guardam sentidos, expressões, vivências, experiências, sociabilidades e tantos outros elementos que marcam a existência de um determinado sujeito e grupo social. Por se constituírem em uma rica fonte de pesquisa, as memórias são tomadas aqui como um dos principais meios para compreensão do cotidiano escolar.

3.2. Para entender as memórias da educação: caminhos da educação em Mato Grosso: primeiras décadas do século XX

O objetivo da escrita desse tópico é levantar algumas discussões a respeito da trajetória educacional de Mato Grosso, tendo como recorte o período de 1916-1948, temporalidade abarcada nessa pesquisa. Obviamente que não serão abordados todos os aspectos que envolvem a história da educação mato-grossense nesse período, visto que essas discussões envolveriam diversas questões que não constituem o objetivo dessa parte da pesquisa. Reitero que busco nessa etapa do presente trabalho explorar as memórias acerca da educação em Cáceres, e a escrita desse tópico se dá no intuito de contextualizar o leitor sobre a situação do ensino em Mato Grosso nesse período, bem como possibilitar uma melhor compreensão das narrativas acerca da educação em Cáceres/MT.

Assim como discutido em outro momento dessa pesquisa, o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, passou por uma gama de transformações e inovações, que repercutiram em todos os planos, social, político, econômico, cultural e educacional. Mais

precisamente com a instauração da Primeira República (1889) houve também a busca de um projeto já iniciado nos tempos do Império: a construção da identidade nacional, isto é, o Brasil como Estado-nação e nesse processo a escola desempenhará um papel essencial. A partir desse momento, tornou-se imprescindível a formulação de uma política de educação nacional.

No século XIX foram veiculadas da Europa para outros continentes as ideias de modernização/modernidade. Nesse propósito, a educação se constituía como mecanismo privilegiado de disseminação desses ideais, ao lado das novas práticas médicas, urbanização, higienização entre outras. Para tanto, as escolas trabalhavam estabelecendo estratégias formativas objetivando retirar as crianças e, ao mesmo tempo, suas famílias do estágio de “barbárie”, conduzindo-as à “civilização” (SIQUEIRA; SÁ, 1998). O processo de escolarização está ligado ao triunfo do capitalismo na segunda metade do século XIX, quando novas formas de trabalho se impuseram aos destituídos dos meios de produção com o intuito de enquadrá-los às exigências desse ritmo de produção. Era necessário, mais do que em qualquer outro momento da história, educar, civilizar, docilizar e disciplinar os futuros trabalhadores, e deveriam se “enquadrar” ao novo regime de trabalho. Nesse objetivo, a educação formal

será a grande responsável pelo treinamento e instrução do “novo” homem. As escolas, com seus conteúdos e práticas, refletirão as exigências contidas nas Reformas de Ensino, perseguidoras e reprodutoras da ideologia modernizadora. Por outro lado, o trabalho educativo com esses sujeitos - advindos, em sua maioria, de um universo social e culturalmente distante daquele ensejado pelos sistemas escolares, não se processou sem resistências e embates, geralmente silenciados pela historiografia (SIQUEIRA; SÁ, 1998, p. 319).

A escola ganha essa configuração no momento em que aqui no Brasil ocorre o processo de urbanização, ou seja, quando a população urbana começa superar a rural e, nesta, semelhante à indústria e/ou comércio, o tempo é delimitado, existe uma série de norma, condutas pré-estabelecidas, de maneira tal que o conteúdo cultural também é selecionado, não mais pela igreja que havia perdido hegemonia, mas pelo Estado. Aqui no Brasil a escolarização da população teve seu início com o objetivo de produzir um país dito civilizado:

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 2003, p. 10).

A escola, nesse momento, era entendida como uma instituição que auxiliaria o Estado na construção de um país que marchasse rumo ao progresso, ordeiro e, sobretudo, civilizado. Nesse momento, a atenção do Estado, de intelectuais, higienistas entre outros, estava voltada para as crianças, pois estas eram vistas como futuro do Estado-nação que se buscava construir. Era mister que as mesmas fossem, desde pequenas, instruídas aos moldes do novo modelo de sociedade idealizada. Compreende-se daí, a relevância que a escola ocupará no país, passando a ser vista “não apenas como um lugar de educação e instrução das crianças e dos jovens, já que a preocupação naquele momento era controlar a situação para que não escapasse ao controle do Estado (FARIA FILHO, 2002, p.24).

Quanto à trajetória do ensino em Mato Grosso, inicio a discussão com um artigo de Elizabeth Siqueira e Nicanor Palhares Sá (2004), no qual os autores fazem um balanço das produções sobre aqueles que os autores denominam de “historiografia clássica da educação” em Mato Grosso. Trazem à tona as contribuições de Virgílio Costa Filho, Gervásio Leite, Humberto Marcílio e Rubens de Mendonça. Os trabalhos desses autores possibilitaram, além do conhecimento do percurso educacional de Mato Grosso, como já fora assinalado, como também abriram caminhos para a produção de trabalhos posteriores, e a partir de críticas contundentes as fragilidades dos trabalhos desses “clássicos”, abrindo novas perspectivas de abordagens.

Durante a Primeira República, assim como em todo Brasil, a educação em Mato Grosso foi marcada por diversas tentativas de adequação ao ideário republicano. Tal ideário, assim como assinala, Jacomeli (1998, p.09) era formado por “bandeiras liberais que propunham a liberdade de ensino, a gratuidade, a obrigatoriedade e a laicidade para instrução, além da adoção (...) do método pedagógico intuitivo”. Até a década de 1930 a inexistência de diretrizes que propunham uma política escolar sobre os diversos sistemas educacionais estabelecidos em decorrência da autonomia política e administrativa das províncias, contribuíram para a diversificação da estrutura da educação nacional, prevalecendo a dualidade de sistemas entre a União e os Estados, estando divididos em ensino popular (primário, normal e técnico-profissional) e o ensino das elites (secundário e superior) (JACOMELI, 1998).

Os regulamentos da Instrução Pública de 1891¹⁶ e 1896¹⁷ trouxeram inovações ao incorporar discursos pedagógicos voltados para a educação da infância ao mesmo tempo em

¹⁶ O Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso de 1891, com autoria de Manuel José Murtinho, determinava o ensino leigo, gratuito e obrigatório. À obrigatoriedade do ensino primário, mereceu atenção especial no Regulamento, uma das medidas adotadas, foi o recenciamento escolar, com o intuito de

que ressaltou a função civilizadora do processo de escolarização. Entre os “avanços” obtidos com os regulamentos, ressalta-se a obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a gratuidade e a adoção do método intuitivo, que em linhas gerais, pressupunha a aprendizagem mediante a observação com o apoio de outros recursos, como museus, atividades diferenciadas, entre outros¹⁸ (SÁ, 2007). É importante ressaltar que a obrigatoriedade do ensino levava em consideração vários fatores, como o local de moradia, o estado físico e mental e o comprometimento dos pais ou responsáveis das crianças, caso contrário, seriam multados. A criança, para ser aluno(a), era necessário “possuir entre 07 a 10 ou 14 anos, ser residente no perímetro urbano ou próximo a ele, ser vacinada e não sofrer de moléstias contagiosas ou repugnantes e nem defeitos físicos ou moral (SÁ, 2007, p. 78). Exigências que excluía muitas crianças que não se enquadravam no perfil de aluno(a) traçado pelo Estado.

Entretanto vários motivos acarretaram a não aplicação desses regulamentos, entre eles a falta de conhecimento destes, por parte dos professores, que não foram informados

mapear as crianças em idade escolar¹⁶ que não sabiam ler ou escrever. Para tanto, seria entregue em cada casa, que possuía crianças de idade entre 7 a 14 anos uma lista que deveria ser entregue as autoridades competentes, caso contrário os pais seriam multados. O ensino primário seria ministrado em escolas de três classes distintas; a) escolas de 3ª classe na capital (Cuiabá), havendo para cada sexo quantas fossem necessárias; b) escolas de 2ª classe, localizadas em vilas e cidades que fossem sede de comarcas, ficava estipulado que deveriam possuir pelo menos uma para cada sexo; 1ª classe, nas demais localidades uma para cada local (JACOMELI, 1998). Ficava a cargo do Estado o financiamento da instrução pública, assim como gastos com roupas, livros, enfim, o que fosse necessário aos estudantes que comprovassem indigência. Se por um lado a obrigatoriedade do ensino foi colocada de maneira enfática, bem como o recenciamento, por outro, estes restringiam-se a capital do Estado. A ampliação da obrigatoriedade do ensino para demais localidades ficava cargo do presidente de província julgar necessário ou não. No entanto, é mister assinalar que as resoluções que propunham o regulamento nunca foram de fato, postas em práticas, por uma série de fatores, entre eles os diversos conflitos políticos, conforme assinala Jacomeli (1998, p. 81) “até a véspera da reforma da instrução pública de 1896, os problemas da educação em Mato Grosso mantinham os mesmos apontados desde o período Imperial”.

¹⁷ Em 1896 foi expedido um novo Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, este por sua vez estabelecia, sobretudo, que o ensino primário e secundário ficaria a cargo do Estado, o ensino primário passaria a ser ministrado em escolas elementares ou de primeiro grau e complementares ou ainda de segundo grau. As primeiras seriam criadas em todas as cidades da província, enquanto que as complementares ficariam restritas a capital ou nas cidades principais no cenário estadual. A obrigatoriedade do ensino ficava restrita ao ensino elementar e às crianças entre 7 e 10 anos. Traçava também as disciplinas a serem aplicadas, a metodologia, adotando o método intuitivo, que pressupunha atribuições do ato de ensinar especificamente ao professor. Para mais informações ver: JACOMELI, Maria Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927**. 1998. 191 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

¹⁸ O método intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e, sobretudo de Pestalozzi. Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação. No Brasil, foi difundido no final do século XIX e início do século XX. Para maiores informações ver: REMER, Máisa Milène. Zarur.; STENTZLER, Márcia Marlene . Método Intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. In: **IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia** - ESBPp, 2009, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Champagnat, 2009. p. 6334-6345

sobre as alterações, assim como a falta de preparo dos professores do primário e pelos vários conflitos políticos que interferiam no bom desempenho das aulas.

Em 1910 ocorreu a Reforma da Instrução Pública em Mato Grosso, inspirada nas reformas educacionais de estados mais desenvolvidos economicamente, especialmente São Paulo. Foi instituída pela Lei nº 533 de julho deste ano, durante o governo de Pedro Celestino, que teve uma significativa preocupação em estruturar o ensino a partir das mudanças que estavam decorrendo no país, especialmente os ideários de modernização/modernidade propalados pela Primeira República. Buscava então, a exemplo de outras províncias, como São Paulo, imprimir a racionalidade, valores, normas da sociedade dita moderna, vistos como elementos essenciais para a formação intelectual e moral dos futuros cidadãos mato-grossenses e, para tal projeto, reformar a educação era imprescindível. Foram então contratados dois normalistas paulistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, encarregados de reformular o ensino da província.

Pelo decreto nº 265 de outubro de 1910 foi instituído o Regulamento da Instrução Pública Primária em Mato Grosso que conservava algumas diretrizes do regulamento de 1896, que estavam em conformidade com os auspícios nacionais, como a laicidade, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino e a utilização do método intuitivo e prático. Prevvia também que o ensino deveria ser estendido a ambos os sexos, estando sob total responsabilidade do Estado. Apresentou duas medidas significativas, como a criação de grupos escolares e de uma escola normal, esta última voltada para formação de professores para atuarem no ensino primário.

Ficou estabelecida pelo novo Regulamento a criação de escolas primárias por sexo, tanto na capital, quanto nas principais cidades e de escolas mistas que, a partir desse momento, seriam criadas em regiões em que a população se achava diminuta. Essa medida, em termos legais assegurava o direito à instrução pública primária a todas as crianças em idade escolar. No entanto, na prática, houve uma maior criação de escolas na capital Cuiabá, por comportar também uma população maior.

Quanto à estrutura do currículo escolar, o ensino foi dividido em duas categorias: 1º e 2º graus, sendo estipuladas as matérias que comporiam cada plano de ensino. Para o 1º grau: leitura, escrita, cálculo, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, geografia do Brasil, língua materna, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais estabelecidos de acordo com o sexo e idade dos alunos; para o 2º grau: acrescenta-se as do 1º grau, língua portuguesa, leitura de prosa e verso, ditado, caligrafia, aritmética até regra de três e pesos e medidas,

morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral, prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciência físicas, químicas e naturais, além de leitura de música e conto (JACOMELI, 1998).

O Regulamento estabelecia ainda que as escolas primárias fossem divididas em escolas para meninas e meninos, às primeiras dava-se preferência por professoras, e à segunda era preferível que ficasse a cargo do sexo masculino. No entanto, poderiam também existir escolas mistas (ambos os sexos) em freguesias e povoados, nas quais havia predileção por mulheres como regentes.

Após decorridos dezessete (17) anos da reforma na instrução pública de Mato Grosso, em 1927, foi realizada uma reforma no ensino com o objetivo de traçar projetos para um ensino mais condizente com o período de prosperidade econômica que a província experimentava. Para tanto, diferente das diversas reformas que estavam ocorrendo em outros estados do país, foi criada uma comissão com o intuito de promovê-la. Compunham a comissão o “diretor da instrução pública, o Dr. Cesário Alves Corrêa, o bacharel Jayme Joaquim de Carvalho e os professores Isaac Póvoas, Júlio Strubing Müller, Philogônio Corrêa, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo Carvalho” (ALVES, 1994, p. 16).

Buscavam, sobretudo, reorganizar administrativamente o aparelho escolar, a começar pela difusão do ensino primário e formação de professores, que embora o Regulamento de 1910 tenha instituído a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino com vista a assegurar o acesso de todas as crianças à escola, a realidade da educação na província era outra, visto que 71% das crianças em idade escolar não frequentavam a escola por uma gama de fatores (SÁ, 2007). Para uma população total de 250.000.00 habitantes havia 150 escolas em toda a província. Fatos estes que ilustram o alto índice de analfabetismo, problema que esteve em pauta em várias discussões dos reformadores do ensino, sem, contudo apresentarem meios eficazes para amenizar a situação.

As escolas não chegavam aos “rincões” da província, e as poucas que existiam sofriam em geral com falta de prédios próprios que não possuíam uma estrutura adequada, faltavam materiais pedagógicos, não havia fiscalização, o quadro de professores não era suficiente, e os poucos em atividade em geral não possuíam uma formação adequada, sendo que a maioria sabia apenas ler e escrever e enfrentava vários obstáculos como baixos salários, além dos problemas acima mencionados.

Quanto ao ensino secundário, em Mato Grosso nos anos 1920 funcionavam o Liceu Cuiabano, a Escola Normal, o Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo e outras de iniciativa privada. A partir da reforma em nível nacional de 1925, foram então criadas várias instituições de ensino secundário, como o Ginásio Municipal na cidade de Campo Grande, em Corumbá, foi implantado um curso visando a formação na área do comércio (ALVES, 1994). Em relação aos cursos de formação de professores, apesar dos discursos destacarem a relevância do Curso Normal, na prática, este recebia o mesmo tratamento dado aos demais cursos. Por volta de 1930 existiam dois cursos normais no Estado: um em Cuiabá e outro em Campo Grande.

Em 1930 foi dado o golpe de estado no qual Getúlio Vargas assumiu provisoriamente o governo do país, instalando a partir daí a ideia de construir um país novo, bem como a busca pela unidade nacional. Essas ideias foram amplamente divulgadas por órgãos criados especificamente para tal fim, como por exemplo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O ideário varguista chegou em Mato Grosso e, com ele, a crença na transição para uma nova ordem e, para tal, a educação ocupava um lugar primordial. O cenário da educação em Mato Grosso era pouco promissor, pois nessa época havia um total de “11 grupos escolares, 4 escolas reunidas e 175 escolas isoladas (32 urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes)” (ALVES, 1994, p. 19). Muitas dessas escolas sofriam com a falta de estrutura e de recursos financeiros necessários para suprir as despesas básicas.

Para assumir o lugar dos presidentes de províncias, foram designados interventores federais, sendo que para Mato Grosso foi designado Júlio Strübing Müller (1937-1945). Durante esse período a preocupação do governo estava voltada para o controle sociopolítico e para a instauração de um governo forte e não na educação do povo. Vargas possuía consciência de que a quantidade de analfabetismo constituía em um entrave ao desenvolvimento do país. Partia daí, então, a necessidade de alfabetizar o povo. Em Mato Grosso, o ensino foi colocado no centro das preocupações máximas e constantes do governo. No entanto, na prática, a situação continuava precária, com o predomínio das escolas isoladas, somente os grupos escolares e as escolas reunidas urbanas apresentavam um quadro mais otimista, pois contavam com métodos de ensino mais modernos, possuíam prédios em melhores condições, além de contarem com um quadro de professores mais qualificados.

Na década de 1940, como parte do projeto de alfabetização perpetrado por Vargas, foram instaladas diversas escolas noturnas em todo o país, inclusive em Mato Grosso. Os principais objetivos eram o aumento do número de eleitores, o fortalecimento dos novos

grupos no poder e, sobretudo, formar mão de obra para atuar nas indústrias em expansão em todo país.

Após apresentar um breve panorama sobre o ensino em Mato Grosso, passo agora a trabalhar as memórias de ex-alunos sobre as instituições de ensino e o processo de escolarização em Cáceres/MT.

3.3. Memória da(s) escola(s): narrativas sobre cotidiano escolar e processo de escolarização

As instituições educativas e os sujeitos possuem uma memória que se assenta nas tradições orais que são transmitidas pelas gerações que se sucedem e contemplam uma cultura escolar marcada pelas práticas cotidianas vividas na escola (MAGALHÃES, 1999, p.69). Esta é, acima de tudo, espaço de transmissão de memórias, e os sujeitos que aí transitam fazem parte desse organismo vivo, guardam consigo memórias que podem e devem ser utilizadas para se pensar a história da educação e é justamente esse percurso que procuro trilhar.

A escola, como assinalado anteriormente, se constitui em um espaço de memória, resultante do cruzamento de memórias que objetiva socializar. Possui como função transmitir os conhecimentos sistematizados e selecionados, bem como as experiências que contém práticas sociais, culturais, costumes, entre outros aspectos que compõem o espaço escolar. Nesse sentido, pensar a educação supõe “discutir o caráter das experiências que estão permeando o presente e aquelas que foram se acumulando ao longo do tempo e que estão inseridas na vida cotidiana das famílias, das instituições, dos alunos, professores, situados historicamente e portadores de memórias coletivas e sociais” (MAGALHÃES *et al*, 2009, p. 132).

Por agregar diferentes sujeitos, concepções e experiências distintas, o ambiente escolar também é palco de uma série de conflitos, uma vez que os sujeitos que aí estão, isto é, todos aqueles que fazem parte da instituição escolar, especialmente os alunos, trazem consigo a memória de experiências familiares, concepções e percepções diferenciadas, experiências coletivas e sociais que sejam herdadas, recebidas ou vividas que adentram à escola (MAGALHÃES *et al*, 2009). Desse modo, ao narrarem suas experiências e vivências, cada ex-aluno foi construindo sua caminhada, inscrevendo pelo relato seu percurso naquele espaço, desenhando, organizando, (re)construindo suas memórias ao recordar, deixando prever suas

percepções e ligações com a instituição e com seus frequentadores, revelando redes de amizades, as normas de conduta, e vários outros elementos presentes no cotidiano escolar.

Seguir o percurso a partir dos relatos de memória sobre a escola é, ao mesmo tempo, trabalhar com memórias que, de certa maneira, se encontram presas ao contexto da infância, revelando a mutabilidade do viver urbano transpassado pelas lembranças. Desse modo, as memórias de ex-alunos aqui trabalhadas constroem a escola mediante múltiplas percepções do espaço escolar e que se inter cruzam e entrelaçam às imagens do espaço urbano. Cada indivíduo tem uma maneira de olhar a escola e as relações que se estabelecem dentro dela. Essa percepção é também plural, pois cada indivíduo possui experiências e expectativas distintas, sujeito esse construído mediante as relações sociais cotidianas em que está envolvido.

As memórias dos(as) ex-alunos(as) apontaram para, basicamente, quatro instituições de ensino. Os(as) narradores(as) referem-se às mesmas instituições e não raramente eram colegas de classe ou amigos(as) bem próximos(as). São essas as instituições: Colégio Imaculada Conceição, Colégio São Luiz, Grupo Escolar Esperidião Marques e Ginásio Onze de Março. As duas primeiras instituições pertenciam à iniciativa privada (a primeira ainda está em funcionamento e figura entre as mais importantes instituições de ensino de Cáceres), fundadas e mantidas por religiosos; as outras instituições eram e são públicas, sendo fundadas em 1912 e 1948, respectivamente.

Escrevendo sobre relatos de memória, Michel de Certeau afirmou que “todo relato é um relato de viagem, uma prática do espaço” (CERTEAU, 2014, p.200). Partindo desse princípio, é possível notar que os ex-alunos iniciaram seu relato de viagem ao passado de variadas maneiras. Cada um a seu modo trouxe suas lembranças marcantes, construindo percursos com os pontos mais relevantes para si e que, de certa forma, foram fundamentais para a sua afirmação como sujeito sociável (DUPLA, 2015). Certeau assinala que os relatos são acima de tudo:

“aventuras narradas” uma vez que estas ao mesmo tempo: produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um „suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-lo ou transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam caminhadas. Fazem a viagem, antes ou como os pés a executam (CERTEAU, 2014, p. 200).

São as “viagens” que os narradores fazem ao passado que possibilitam a compreensão de alguns hábitos, costumes, acontecimentos, conhecer sons, sabores, medos,

sonhos, ambições, frustrações, paixões, decepções, e tantos outros acontecimentos/eventos/sentimentos que, com o passar do tempo, vão se perdendo/acabando. A memória se constitui num mecanismo fundamental de “conservação” dessa gama de elementos que compõem a existência e ação do homem num determinado tempo e espaço. Um ou mais desses espaços, simbolizam uma das fases mais marcantes da vida de um sujeito, é a vida escolar (daqueles que tiveram/têm a oportunidade de frequentar a escola). Os momentos passados no ambiente escolar marcam o estabelecimento das primeiras redes de sociabilidades dos sujeitos, trazendo marcas positivas e/ou negativas para estes. As narrativas que analiso nas páginas que se seguem permitem compreender e viajar pelos espaços das instituições escolares da cidade de Cáceres/MT durante a primeira metade do século XX.

3.3.1. Colégio São Luiz

Nas memórias aqui trabalhadas há poucas referências sobre o Colégio São Luiz. As esparsas documentações levantadas apontam que o mesmo foi fundado em 1901 pelos padres franceses da Ordem de São Francisco. Era destinado apenas ao atendimento de crianças do sexo masculino, como que as meninas, a partir de 1907, como será discutido posteriormente, frequentavam o Colégio Imaculada Conceição e, assim como este, era uma instituição de ensino privado, sendo que seu público era composto por uma pequena parcela da população que possuía condições financeiras para arcar com as parcelas mensais.

Assim como as demais instituições até a década de 1940, o Colégio São Luiz oferecia somente o ensino primário. Cáceres só passará ter ensino secundário em 1948 com a fundação do Ginásio Onze de Março, como será discutido mais adiante nesse trabalho. Anteriormente a esse período, as crianças que cursavam ensino primário na cidade, assim que o concluíam, passavam por um processo seletivo para ingresso no ensino secundário, o exame de Admissão que, em geral, era prestado na capital Cuiabá, Corumbá ou Campo Grande. Posteriormente, o Grupo Escolar em Cáceres começou a realizar o exame. O secundário, para aqueles que possuíam condições financeiras para se ausentarem da cidade, também era cursado em alguma dessas cidades.

Em nível, nacional os exames de admissão foram estabelecidos visando o ingresso no Colégio Pedro II mediante o Decreto nº 4468 de 1º de fevereiro de 1870. Inicialmente, o exame era necessário caso o aluno não tivesse frequentado o primário. Deveria, então, demonstrar conhecimento de todas as disciplinas dessa etapa do ensino. A realização do exame consistia na avaliação do aluno por meio de comissões compostas por professores de

cada disciplina, considerando aprovado o aluno que obtivesse a média igual ou superior que 3,5 (AKSENEN, 2013).

Em 1930, inicia-se o governo de Getúlio Vargas e, a partir desse momento, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Além de organizar várias ações para um sistema educativo que tivesse abrangência nacional e que fosse controlado oficialmente, no ano seguinte, sancionou decretos com o intuito de organizar o ensino secundário nacional. Vargas procurou viabilizar diversas reformas que “tiveram cunho nacional, pelo estabelecimento das diretrizes a ser seguidas por todos os estados (...) aprovação de leis orgânicas de ensino secundário, profissional, primário e normal” (VEIGA, 2009, p. 238-239). Dessa maneira, a legislação educacional do Brasil na década de 1930, privilegiou o processo de centralização e controle, na busca por padronizar a educação no país assim como substituir os exames do Colégio Pedro II¹⁹.

Como projeto de reformulação do ensino secundário, em 1931, ocorreu a chamada Reforma Francisco Campos (Decretos nº 19890, de 18 de abril de 1931 e nº 21241, de 4 de abril de 1932), na qual instituía o Exame de Admissão ao Ginásio, isto é, o aluno que pretendesse cursar o secundário deveria ser aprovado em um rigoroso exame. O decreto também estabeleceu a este um caráter nacional. De maneira geral, essa reforma consistia em organizar a modalidade de ensino:

estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior (...) equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública (ROMANELLI, 2010, p. 137).

O exame admissional perdurou de 1931 a 1971 sendo extinto pela Lei 5692/71 e sua permanência durante todo esse período foi justificada pela falta de escolas para todos, ao mesmo tempo, em que poucos conseguiam ser aprovados no exame e ingressar no ensino secundário. Durante todo o primário, as famílias preparavam seus(as) filhos(as) para conseguir êxito nos exames para o ingresso no Ginásio, “objeto de desejo da “classe média” em ascensão” (AGUIAR, 2013, p 33). Havia cursos destinados à preparação para realização

¹⁹ Essa instituição de ensino foi fundada em 1837, estando localizada no Rio de Janeiro, e então tomada como modelo para o restante do país, constituindo-se em referência para os demais estabelecimentos de ensino secundários do período. Dessa maneira, os exames de admissão de todas as escolas de ensino secundário deveriam seguir os critérios estabelecidos no Colégio Pedro II.

desse exame. É válido salientar que até a década de 1930, quando pela Reforma Francisco Campos, foi instituído o Exame de Admissão para o ingresso no secundário. Essa modalidade de ensino nunca estivera organizada de acordo com um sistema nacional de ensino, embora existissem sistemas estaduais que não estavam subordinados ao governo federal (AGUIAR, 2013).

O ingresso ao ginásio mediante os exames de Admissão marcou a educação brasileira através da valorização de uns em detrimento de outros, visto que assim como discutirei posteriormente, muitos(as) alunos(as) que concluíam o ensino primário, mediante uma série de fatores, especialmente os ligados às condições econômicas, visto que cidades menores não possuíam instituições de ensino secundário, sendo necessário se deslocar para núcleos urbanos maiores, o que demandava recursos financeiros, tinham seus estudos interrompidos ao concluírem o primário. Crianças de camadas mais baixas que não tinham condições de se mudar para outras cidades não possuíam a menor possibilidade de prosseguir com os estudos (neste momento grande parte de cidades menores não possuíam escolas de nível ginásial, como Cáceres, por exemplo). Outros sequer eram aprovados nos exames, o que demonstra a distância entre o conteúdo ensinado nas esparsas escolas com o que era cobrado nas seleções. Outra questão é que a seleção desconsiderava totalmente as possibilidades de cada aluno, seus estímulos, e, sobretudo, suas singularidades. Nesse sentido, os exames de Admissão significaram também uma barreira para os jovens que pretendiam continuar os estudos.

No caso de Cáceres, cujo cenário creio ter se repetido em várias regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, a instituição desse exame significou o “aparecimento” de pelo menos duas fragilidades, das quais a primeira é que as disciplinas (conteúdos) que eram cobrados no exame, como afirmam alguns/algumas entrevistados(as), sequer constavam na grade curricular das poucas escolas públicas e, conseqüentemente, os(as) alunos(as) dessas instituições possuíam poucas oportunidades de serem aprovados. A outra fragilidade diz respeito ao fato de que esse exame era realizado apenas em cidades que possuíam instituições de ensino secundário. O problema consiste no fato de que cidades menores como Cáceres não dispunham escolas secundárias, como já foi apontado anteriormente, sendo necessário que os alunos se deslocassem para Campo Grande (atual Mato Grosso do Sul), Cuiabá ou Corumbá. Desse modo, crianças de camadas não privilegiadas economicamente raramente cursavam o ensino secundário. O direito a educação, que deveria atender a todos, como defendida nos discursos, excluía grande parte da população, os desprovidos de recursos financeiros.

Voltando às discussões sobre o Colégio São Luiz, poucos depoentes fazem referência a essa instituição de ensino e isso se dá, sobretudo, em decorrência de dois fatores: o primeiro diz respeito ao fato de que a maioria dos entrevistados em idade mais avançada serem mulheres e, portanto, estudaram no Colégio Imaculada Conceição, voltado inicialmente a atender o público feminino; outro fator é que mais tarde o colégio acima citado passou a atender também o público masculino, ao que parece o CIC tinha a preferência dos pais dos alunos. No entanto, mesmo sendo aberto a meninas e meninos, os mesmos espaços não eram compartilhados por ambos os sexos.

A instituição escolar, como já foi assinalado em outro momento, pertencia aos padres da Ordem dos Franciscanos e, assim como a maioria das instituições desse cunho, era dirigida por padres; e quem executava todas as atividades eram professores, diretores e inspetores. No entanto, havia também mulheres que completavam o quadro de professores, conforme constam nas narrativas. Em geral os ex-alunos se referem à instituição como “colégio dos padres”, no caso do Colégio Imaculada Conceição, “colégio das freiras” ou “das irmãs”.

Rememorando os tempos da escola, o Sr. Lúcio Moraes, de 84 anos, que estudou dois anos no Colégio São Luiz, narra sobre o período que estudara na instituição: “eu passei dois anos no Colégio dos Padres, vinte e nove, trinta, por aí, dois anos” e a seguir complementa indicando a localização da instituição: “lá aonde tem aquela igreja. Então, aquele colégio era muito bom! Tempo de frei Ambrósio, padre Jerônimo, padre (...) era um outro (...) não me lembro (...) Salvador, padre Salvador, padre Paulo; então, eles eram professores, né? (MORAIS, 2005).

Filho de um importante líder político de Cáceres e com grande poderio econômico, o Sr. José da Silva frequentou o primário no colégio em questão. Assim que concluiu o curso, foi residir em Campinas/SP, onde cursou o secundário no Colégio dos Padres Salesianos. Após ter finalizado o ginásio, a convite de um seus irmãos, ingressou-se no curso de Técnico Agrícola, da Escola Técnica de Viçosa em Minas Gerais e assim que finalizou o curso, retornou-se para Cáceres, tornando-se um grande proprietário de terras da região. Segundo o entrevistado, durante dois anos foi um dos maiores produtores de charque do Brasil.

Voltando às memórias da escola, o Sr. José da Silva, ao rememorar sobre o cotidiano escolar, traz informações muito valiosas para se compreender um pouco sobre a organização e funcionamento da instituição. O mesmo enfatiza o fato da instituição pertencer a uma ordem vinda diretamente da França, como se quisesse assinalar que tal fato tornava a instituição e, conseqüentemente, seus alunos superiores aos demais. Aliás, os franceses foram para ele, a

grande referência de “modernidade” e “civilização”. Sobre a escola, o Sr. José faz as seguintes recordações:

eu estudei no colégio dos padres Franciscanos que tinha aqui. Os franceses que vinham aqui (...) diretamente da França, no tempo em que o padre ainda vestia batina e era um verdadeiro padre, tinha fé em Deus (...) e aqui tinha um bispo Dom Maria Galibert, que era um verdadeiro homem (...) eram os padres que eu tive no colégio (SILVA, 2005).

Note que a fala do Sr. José é um tanto quanto inflamada, pois o mesmo procura assinalar a seriedade e índole dos padres que trabalhavam na instituição e, em seguida, complementa, trazendo algumas informações referentes à grade curricular. Segundo ele, as disciplinas que compunham o currículo eram as seguintes: “português, matemática, geografia, eram as três matérias principais (...)” (SILVA, 2005). As narrativas não trazem muitas informações sobre o funcionamento do Colégio São Luiz, os poucos entrevistados que se declararam como ex-alunos emitem descrições muito vagas sobre o cotidiano escolar, como por exemplo, as disciplinas, corpo docente, enfim, um conjunto de informações que possibilitariam um maior detalhamento sobre a existência dessa instituição que, durante muitos anos, foi responsável, juntamente com o Colégio Imaculada Conceição, pela formação de membros das elites locais.

A escola desempenha, na vida de “todos” os sujeitos que a frequenta, um significativo papel para o desenvolvimento destes, muito além do seu papel na transmissão e troca de conhecimento formal, esta também é um dos primeiros espaços nos quais os indivíduos estabelecem suas teias de relações sociais. Nesse emaranhado, os professores, são ao mesmo tempo, pessoas de singular importância para na vida de seus alunos, especialmente os do primário que, no geral, acabam se “eternizando” na memória de muitos de seus(suas) alunos(as). É o que se pode perceber nas narrativas aqui trabalhadas. Vários(as) entrevistados(as) possuem enormes dificuldades em lembrar algum acontecimento, nomes de pessoas de seu círculo de amizade na infância ou na adolescência. No entanto, a imagem do professor parece subsistir ao longo do tempo na memória de seus ex-alunos, como se pode perceber na continuação da fala do Sr. José da Silva, de 85 anos:

Tinha o Frei Salvador Roquet; Roquet, que veio da França, que foi um professor, um homem que levantou (...) um homem muito instruído, ele morreu de diabete. Primeiro, encontrei com ele em Cuiabá depois que ele teve a primeira crise, tinha só uma perna, aí ele teve que amputar a outra perna. Ele tava celebrando uma missa numa igreja, ele foi meu professor, Salvador Roquet (SILVA, 2005).

Admiração, respeito, temor, carinho, são sentimentos que se misturam, e ao mesmo tempo, eternizam sujeitos que há muito tempo já se foram, sentimentos que também permitem compreender as dinâmicas estabelecidas na escola, possibilitando entendê-la para além da sua função de alfabetizar, disciplinar, enfim, moldar os indivíduos. Como se poderá visualizar em outras narrativas, descrições como essas são muito comuns entre ex-alunos. Reitero aqui, a seletividade no processo de rememoração, pois em suas narrativas, os sujeitos selecionam determinadas lembranças e, nessas recordações, evocam, também, as histórias de sua coletividade, que se entrelaçam com as histórias individuais possibilitando diferentes interpretações/percepções em torno de um mesmo acontecimento/evento, neste caso, o cotidiano escolar.

3.3.2. Colégio Imaculada Conceição: instituição centenária em Cáceres/MT

Uma instituição escolar que aparece com muita frequência nos relatos de memórias é o Colégio Imaculada Conceição, que assim como já fora assinalado anteriormente, foi durante muito tempo (e ainda é) uma instituição voltada à formação de crianças das camadas elitizadas da cidade de Cáceres, buscando se destacar naquilo que se tinha de mais moderno no processo educacional. O colégio (também conhecido como CIC) surge no cenário da cidade de Cáceres/MT em 1907, e assim como o Colégio São Luiz, consolida-se como uma instituição escolar de caráter religioso. Com uma educação voltada à valorização dos padrões de vida europeus, especialmente franceses, auxiliou no processo de formação de uma elite letrada, a mesma que atuou nos projetos, hábitos e costumes voltados à segregação das camadas populares, sobretudo dos bugres, aspectos que já foram discutidos no primeiro capítulo desse trabalho.

As raízes dessa instituição remonta ao ano de 1836, quando a Madre Emilie de Villeneuve fundou, ao Sul da França, a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição ou Irmãs Azuis, como também são conhecidas. As Irmãs Azuis se notabilizavam pelos seus trabalhos missionários. Aos poucos, a Congregação se espalhou por muitos países, até que em 1904, a convite do arcebispo de Cuiabá, Carlos Luís d'Amour, aportam-se nessa mesma cidade, seis irmãs. Ainda no início do século XX, as Irmãs Azuis são chamadas a ir mais longe, a avançar por caminhos novos e desconhecidos, atendendo ao pedido dos Padres Franciscanos da Terceira Ordem Regular de São Francisco (TOR). Juntamente com a vontade de continuar a missão de Emilie, sua fundadora, quatro irmãs lançam-se pelo rio Paraguai

com destino a São Luiz de Cáceres, e em 01 de janeiro de 1907 e, após seis dias de viagem, chegam a esta cidade.

Os motivos que possivelmente influenciaram as irmãs a aportar em Cáceres foram o surto de febre amarela, varíola e a peste bubônica que, naquele momento, assolavam a região, assim como também a pobreza existente no lugar. O momento da chegada das irmãs foi aguardado tanto pelas autoridades, quanto pela população de um modo geral, pois viam as religiosas como as “salvadoras das almas cacerenses” (LIMA, 2011). O momento em que a embarcação aportou nas barrancas da baía (conhecidas como ancoradouro da Manga), em frente à igreja, reuniu grande parte dos moradores da cidade, ansiosos para conhecer as irmãs. O trecho a seguir relata sobre a chegada delas na cidade de Cáceres:

Era o primeiro de janeiro de 1907. O Vapor Etrúria que zarpara de Corumbá numa travessia de seis dias, singrando as águas do Paraguai, aportou no cais da cidade de São Luiz de Cáceres, trazendo a bordo, quatro irmãs francesas: Madre Imelda Gaston, Irmã Dionisia Marcou, Irmã Laurent Mage, Irmã Anselme Bonis. Entre o povo que as aguardava no cais, distinguia-se um grupo de jovens vestidas de branco e, fazendo-lhes cortejo, conduziram-nas até uma casinha situada na Rua Direita (...). Os Padres da Terceira Ordem que solicitaram esta fundação, vieram também trazer-lhes sua ajuda em víveres. As quatro missionárias já haviam dado sua palavra de doação a um Deus que, vindo à terra, sofreu as condições humanas (...) por isso apesar de todos os incidentes que tiveram que enfrentar (...) colocaram bases sólidas sob esse Educandário (...) (apud FERREIRA MENDES, 1992, p. 16).

O primeiro impacto sentido pelas irmãs diz respeito ao clima, haja vista que em Mato Grosso predomina o clima quente, como que na França, a temperatura foi sempre mais baixa. Em fevereiro do mesmo ano (1907) fundam o Colégio Imaculada Conceição, voltado ao ensino primário e que a partir desse momento marcaria a trajetória do ensino em Cáceres. Sobre o momento da fundação, transcrevo um pequeno trecho da ata lavrada neste dia:

Aos três de fevereiro de 1907, nesta cidade de São Luiz de Cáceres, à Rua Direita, presentes as Reverendas Irmãs Religiosas Madre Imelda Gaston, Dionisia Marcou, Saint Laurent Mage e Anselme Boinis, o Reverendo Padre Boaventura, a Comissão Auxiliadora do mesmo Colégio (...), e eu abaixo assinado pela, Reverenda Irmã Superiora Imelda Gaston foi declarado que o motivo da presente assembléia era a instalação do Colégio que nesta cidade, se estabelece com a denominação de Colégio Imaculada Conceição (apud FERREIRA MENDES, 1992, p. 47).

O trecho acima citado faz referência ao momento da fundação do Colégio Imaculada Conceição, aos dias três (03) de fevereiro de 1907. O advento foi muito comemorado pelos moradores de Cáceres, especialmente pelos membros das elites que dispunham de recursos financeiros para subsidiar a formação primária de suas filhas. Rapidamente a instituição ganha reconhecimento pela qualidade do ensino que oferecia, conforme consta nas documentações e

nas entrevistas, bem como pelo caráter rígido das disciplinas impostas pelas freiras responsáveis pelo colégio ao corpo discente da escola, como será discutido posteriormente. É importante assinalar que meninos e meninas só ocuparam o mesmo espaço de aprendizagem a partir de 1989. No período anterior a esse, embora houvesse meninos matriculados, eles não ocupavam os mesmos espaços, pois havia lugares destinados a meninas e outros para meninos.

É mister assinalar que, em Mato Grosso, o ensino particular ganhou expressão no fim da década de 1870, embora houvesse experiências pioneiras, como por exemplo o Semanário Episcopal da Conceição, colégio particular-religioso, criado em 1858 na capital Cuiabá. Grande parte dos materiais, bem como a edificação do Seminário, recebeu financiamento do governo central. Ainda na década de 1870, é fundada outra instituição particular de ensino primário, o Colégio Imaculada Conceição, dirigido por Carolina Amélia Castro da Câmara²⁰. A presente instituição de ensino passou a ser subsidiada pelo Governo Provincial para atender um número específico de meninas pobres, com o objetivo de amenizara a ausência de escolas para mulheres na província (PAIÃO, 2004).

O presidente de Província, Francisco José Cardoso Júnior, afirmava ser relevante a existência de escolas particulares, que supriria as brechas deixadas pelo deficitário ensino público (SIQUEIRA, 2000). A partir da década de 1870, foram fundadas diversas instituições de ensino particular. No final do Império, as escolas particulares já atendiam regularmente no ensino primário e secundário.

Na década de 1870 houve, nas palavras de Elizabeth Siqueira (2000, p. 169) “uma absorção pelo Estado e/ou amparo deste às escolas particulares”, no momento em que o processo educacional da província buscava a adoção de métodos de ensino ditos “modernos”, e, nesse primeiro momento, o Estado foi para essas instituições o principal meio de financiamento. Entre 1870-79, as escolas particulares tiveram uma atuação praticamente insignificante, ao passo que a instrução pública atuava como a “vanguarda modernizadora”, isto é, seus métodos de ensino eram tomados como modelo para as escolas privadas. Já na década seguinte, 1880, ocorreu o movimento inverso e as escolas privadas passaram a desfrutar das principais transformações, utilizando práticas que a escola pública só conseguiu

²⁰ Embora apresentem o mesmo nome, tal instituição não possui nenhum vínculo com o Colégio Imaculada Conceição instalado em Cáceres em 1907, que será discutido posteriormente em outro momento dessa pesquisa, visto que as irmãs da Congregação Imaculada Conceição, também conhecidas como Irmãs Azuis, que fundaram o colégio em Cáceres, só chegaram ao Brasil em 1904 a convite do Bispo de Cuiabá, D. Carlos D'Amour. Para mais informações ver: BONGIOVANI, Luzia *et al.* **Missão Azul: Cem anos de presença da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Castres no Brasil: 1904-2004.** São Paulo. Ed. Margraf, 2004.

posteriormente, como o ensino misto, ensino de música e internato, entre outras (SIQUEIRA, 2000). No entanto, o fato da educação privada estar à frente da pública, não garantiu a estas escolas independência e liberdade nas práticas pedagógicas, visto que acima delas, havia as linhas básicas do ensino instituídas pelo Estado. É possível perceber que a partir da década de 1870 houve um incentivo às escolas privadas por parte do poder público, com o intuito de sanar as enormes brechas no sistema de ensino. Após a década de 1880, o ensino privado, encontrava-se estruturado e começava a caminhar sozinho, sem necessitar de incentivo por parte do Estado.

Os anos que se seguem à Primeira República houve uma expansão significativa de escolas privadas em Mato Grosso. Entre 1919 e 1920, houve uma ampliação de escolas privadas sob incentivo do presidente D. Aquino Corrêa, que via nessas escolas a possibilidade de ampliar a escolarização de crianças em regiões mais longínquas e com baixo número populacional. Em alguns casos houve, inclusive, um maior número de matriculados em escolas particulares em algumas situações. Tal cenário se justifica pela adoção de castigos físicos aos alunos, como por exemplo, a palmatória, cuja prática já estava proibida em escolas públicas. Elizabeth de Sá (2007) sugestiona que a preferência dos pais em relação às escolas particulares pode estar relacionada a certa informalidade que havia nessas instituições, pois podiam matricular ou retirar seu(suas) filho(as) quando bem lhe entendesse, ou até mesmo “controlar mais de perto o ensino” (SÁ, 2007, p. 105) coisas não possíveis em escolas públicas, nos quais havia regras que grande parte da população não estava habituada.

Desse modo, pode-se compreender a expansão das escolas particulares em Cáceres, como o Colégio São Luiz, Demétrio Pereira. Desse modo, o Colégio Imaculada Conceição figura como a primeira instituição de ensino particular voltada ao atendimento do público feminino. O colégio em questão buscava promover uma educação pautada na valorização dos princípios da fé cristã, aspecto comum nas instituições escolares fundadas e mantidas por ordens religiosas, comumente católicas, nesse caso, as Irmãs Azuis. O colégio está localizado, desde a sua fundação, na Praça Barão do Rio Branco, próximo à igreja Matriz e o Rio Paraguai, área central da cidade. Esse local se constitui em um emaranhado de relações socioculturais em decorrências dos mais diversos transeuntes e das inúmeras relações sociais tecidas nesses espaços.

É importante assinalar que, embora as ordens religiosas que mantinham os colégios acima citados apresentassem “preocupação” com a escolarização das crianças e com as precárias condições de vida que assolava grande parte dos moradores, as duas instituições

escolares (Colégio São Luiz e Imaculada Conceição) pertenciam à iniciativa privada, o que impossibilitava que crianças das camadas mais baixas as frequentassem. Diferentemente da capital Cuiabá, em Cáceres não houve escolas voltadas à educação profissional de crianças pobres, como por exemplo, a Escola de Aprendizizes Artífices²¹.

Pelo que consta nas narrativas, o sistema de distribuição de bolsas para crianças de camadas populares só foi adotado anos depois da fundação. Nas narrativas é possível perceber o caráter elitizado da escola como uma forma de distinção para eles que pertenceram a tais escolas, deixando transparecer o sentimento de “privilégio” que tiveram ao frequentar as instituições escolares aqui trabalhadas, especialmente ao Colégio Imaculada Conceição e ao Grupo Escolar. É importante ressaltar, ainda, que embora, especialmente, o CIC, atendesse uma pequena parcela da população, dentro da instituição, entre os alunos também ocorria essa diferenciação, visto que alguns/algumas por serem filho(a)s de políticos influentes e banqueiros, por exemplo, obtinham algumas vantagens sobre os(as) colegas em determinadas ocasiões. Como se pode ver no trecho dos relatos de D. Clarice Arruda:

sempre existia aquela turminha, aquela panelinha. E isso também marcava a gente porque a gente via isso no colégio que tinha essa diferença também; fulana é mais rico do que Sicrana, você que era de uma classe menor, se tornava mais encolhida em tudo; filha de médico, de capitão, de coronel eram maiores (ARRUDA, 2005).

O colégio possuía uma gama de normas que recaíam sobre o corpo discente, como por exemplo, os(as) alunos(as) quando chegavam à escola deveriam permanecer sentados em um saguão, sem causar barulhos ou correrias pelo pátio ou corredores da instituição. À medida que se aproximava o momento de bater o sinal anunciando a entrada para as salas de aulas, os(as) mesmos(as) eram postos em fileiras organizadas de acordo com as séries. Assim

²¹ Em 1884, a Congregação Salesiana oriunda do norte da Itália e fundada em 1859 como Sociedade São Francisco de Sales, chegou a Mato Grosso com o intuito de prestar seus serviços de catequese e pacificação dos indígenas. No ano de 1896 instalou em Cuiabá, em um imóvel doado pelo governo do Estado, o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios São Gonçalo. Essa instituição oferecia às “elites dirigentes” o curso de Ciências e Letras e às “massas populares” o curso profissional com as oficinas de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtimento do couro. Os alunos pobres eram mantidos por tutores ou pelo Estado. Sob o sistema de internato recebiam noções elementares de leitura e escrita, dedicando-se diariamente ao ofício pretendido. No de 1909, o presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, pelo Decreto nº. 7.566, institui a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA's), visando qualificar mão de obra para o trabalho nas indústrias, estabelece a criação de uma rede de escolas públicas de aprendizes artífices. Em cada capital dos Estados foi criada e instalada uma dessas escolas sob a manutenção da União, para ministrar cursos de ofícios, preferencialmente as crianças pobres, como objetivo de formar uma futura classe de operários e contramestres para as indústrias que começavam a surgir no Brasil. Em 1º de janeiro de 1910 ocorreu a inauguração da EAAMT em Cuiabá, as aulas tiveram início no dia 08 do mesmo mês, com um total de oitenta alunos matriculados. A presente instituição esteve em funcionamento até 1941. Para maiores informações ver: Kunze, Nádia Cuiabano. **A Escola De Aprendizizes Artífices de Mato Grosso (1909 - 1941)**. Cuiabá. 2005. 218 Fls. Dissertação (Mestrado Em História). Instituto De Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2005.

que o sinal batia, a professora de cada sala se dirigia até o saguão e chamava sua turma que a acompanhava até a sala em fileiras, ritual que se repetia para entrada e saída do intervalo e ao término da aula. Todos os dias a diretora do colégio entrava em cada sala de aula e, de pé, os alunos a saudavam “*bonjour Mamer*”, na saída novamente de pé se despediam com “*merci Mamer*”. Tais normas, assim como várias outras que serão apresentadas ao longo do texto, segundo a concepção das Irmãs, visavam a manutenção da ordem assim como a instituição de bons modos.

D. Eliane Nunes, filha de comerciantes bem sucedidos de Cáceres, assinala que sua primeira escola foi o Colégio Imaculada Conceição, tendo cursado aí o curso primário, como ela mesma rememora: “a minha primeira escola foi o Colégio das Irmãs. Praticamente, desde que eu me entendi por gente, não existia outra escola, era o Colégio das Irmãs, e lá eu fiquei até terminar o 4º ano; daí é que eu fui pra Campo Grande; lá eu fiz o Admissão, fui pro Oswaldo Cruz e lá fiquei”. (NUNES, 2006) ficou, mas não o tempo necessário para conclusão do curso, como discutirei posteriormente. Os relatos de D. Eliane oferecem vários elementos para se entender tanto o funcionamento do colégio aqui trabalhado, quanto compreender o universo escolar de acordo com a percepção dos(as) alunos(as), por vezes desprezada pelos relatos oficiais. No trecho a seguir, por exemplo, a entrevistada traz importantes revelações sobre as normatizações que regiam a instituição:

O Colégio era bem diferente, era um prédio antigo! (...) era uma disciplina muito boa a do Colégio, muito boa. Tinha o horário de entrar, chegava, tinha um pátio muito grande, rodeado de banco, ali os alunos sentavam, tinha uma irmã sempre fazendo um trabalhinho qualquer até uma e meia (13h30min) pra bater a sinetinha pra formar fila e entrar em sala de aula, tudo dentro dos conformes; não era esse negócio de entrar correndo, cada hora entrava um, não, era na fila. Então, a minha vida foi no Colégio das Irmãs (NUNES, 2006).

Continuando em suas rememorações sobre a escola, D. Eliane enfaticamente nomeia professores, disciplinas, conteúdos, como se pode ver no trecho a seguir:

Eu me lembro bem da irmã Fribunir, que era uma freira já meio de idade, mas uma professora que mexia só com os pequenos, depois tinha a irmã Isabel, de música, eu estudei piano com a irmã Maria Marcel, aí veio Irmã Carmem (...) irmã Isabel que era professora de trabalhos manuais, uma professora muito boa (NUNES, 2005).

É possível notar nesse trecho da narrativa de D. Eliane que algumas normatizações rememoradas por ela são concebidas como “necessárias”, na medida em que visavam a manutenção da ordem entre o corpo discente do colégio. O que é facilmente compreensível

no processo de rememoração, visto que o depoente tende a “romantizar” determinados fatos/acontecimentos, em contraposição com a demonização de outros, como se pode ver no relato acima, no qual a entrevistada define como “muito boa” as disciplinas impostas pela instituição. Possivelmente quando a mesma frequentava a escola, não possuía essa visão, talvez até burlando algumas normas. No entanto, agora rememorando sobre a escola, constrói uma narrativa romantizada da mesma.

Ex-aluna do colégio, D. Clarice Arruda nasceu em Cáceres e viveu toda sua infância na Rua Quinze, como faz questão de frisar, frequentou inicialmente o Colégio Imaculada Conceição cursando, neste, o primeiro e o segundo ano (1ª e 2ª séries), no terceiro ano ingressou-se no Grupo Escolar, que será trabalhado posteriormente. D. Clarice rememora sobre sua primeira turma e professora que tivera, a irmã Flebonie: “professora de alfabetização, que naquele tempo falava primeiro ano A, primeiro (...) B, logo em seguida o primeiro ano, que correspondia a 1ª série de agora (...) estudei lá, primeiro ano até o segundo ano, quando foi no terceiro ano mudei pro Ginásio Estadual (...)” (ARRUDA, 2005), isto é, o Grupo Escolar, como já fora apontado anteriormente. Ao que tudo indica, quando a entrevistada faz referência ao primeiro ano que antecede a primeira série, está se remetendo ao chamado jardim de infância.

Figura 8: Alunas do Colégio Imaculada Conceição



Acervo: Colégio Imaculada Conceição

No que diz respeito às normas do colégio, D. Clarice assinala que as(os) alunas(os) não poderiam, em hipótese alguma, se levantar no decorrer das aulas; segundo ela: “você tinha que sentar e não levantar; as Irmãs ainda eram mais severas sobre isso, o pátio não podia ter um papelzinho jogado que já cortava ponto de comportamento; então a gente já ficava naquela trilha” (ARRUDA, 2005). Em seus relatos D. Clarice nomeia vários professores e disciplinas que cursou durante o período em que esteve matriculada no Colégio Imaculada Conceição. O trecho a seguir, embora seja um pouco longo, traz elementos que possibilitam compreender com riquezas de detalhes a relação entre alunos(as) e professores(as), bem como as disciplinas que compunham a grade curricular do colégio em questão:

Eu não gostava de matemática, meu Deus do céu! Tinha a irmã Clarice que era brava demais e eu não conseguia; eu não fui assim uma aluna exemplar, mas eu tirava minhas notas o suficiente para passar; história, eu gostava daquelas matérias assim, mas matemática eu suava frio; quando fui pro tal do latim, só fui aprender latim direito quando veio meu primo Jovino que ele me ensinou aí foi uma facilidade, adorei, mas no início (...); era Natalino que era um ótimo professor, vou te contar, aquilo que você fez na prova era aquela nota, dois e meio, três, nossa pra você tirar um quatro com Natalino você suava frio; Poti Coelho era de geografia, tinha desde de um tal de quadro sinótico, todo dia tinha que tá pronto esse quadro sinótico, porque se você não apresentasse no dia que ele chamava, o dia exato de entrega. Ele falava: “coloca o quadro sinótico aqui em cima da mesa”, não fez, zero. Tuteline, ótimo professor de matemática, história, física, química, excelente professor, era um professor que explicava desde o início até você descobrir a tese; estudei também com Miltom Curvo no Admissão, a gente fazia o Admissão pra poder ir pro ginásio; Murilo Curvo, quem mais? Ah, Anália Silva, professora de inglês; teve uma professora de francês casada com um Castrillon; também outro professor de francês foi um alemão; esses foram professores que a gente teve e que respeitava muito (ARRUDA, 2005).

Note que no trecho acima D. Clarice deixa explícito as disciplinas e professores que mais gostava no colégio, como por exemplo, na disciplina de matemática que teve como professora a irmã Clarice. Segundo ela, não gostava porque apresentava dificuldades para compreensão dos conteúdos; outras disciplinas eram: história, latim, geografia e matemática com o professor Poti Coelho e Tuteline, respectivamente. O primeiro, segundo D. Clarice era muito rígido; inglês com a professora Anália Silva, e francês com uma professora que a entrevistada não cita o nome. Como já fora assinalado em parágrafos acima, assim que D. Clarice concluiu o segundo ano, transferiu-se para o Grupo Escolar permanecendo até finalizar o curso primário. Concluído, prestou o Admissão e ingressou no curso de Comércio, em Campo Grande. Sua turma, segundo ela, foi umas das primeiras da Escola de Contabilidade Raimundo Cândido dos Reis. Antes mesmo de concluir o curso, começou a trabalhar no ramo, seguindo os passos de seus pais e hoje é uma comerciante em Cáceres/MT, cidade da qual nunca saía. Como se pode ver no relato a seguir:

terminando o ginásio, fui umas das primeiras turmas do Comércio, Escola de Contabilidade Raimundo Cândido dos Reis, formei e antes de formar, já trabalhava, primeiro trabalhei como escriturária na Casa Jaraguá; aí depois fui trabalhar com Jorge Gattass, na casa de Luiz El Chami como escriturária, e quando estava no Luiz El Chami, abriu a primeira turma da Escola de Contabilidade e eu entrei nesta turma que foi uma das coisas boas, aí comecei a estudar; quando estava perto de terminar o meu curso, fui trabalhar no escritório de contabilidade de meu cunhado Jorge Assunção de Freitas, trabalhei lá até em véspera de casar (ARRUDA, 2005).

Também filha de comerciantes de Cáceres/MT, D. Eliane Nunes teve o privilégio de poucas crianças desta cidade, no período aqui trabalhado, especialmente se tratando de uma mulher. Assim como D. Clarice, estudou em um dos melhores colégios da cidade, o Imaculada Conceição, posteriormente foi para Campo Grande a convite de um tio e lá realizou o exame de admissão, sendo então aprovada e ingressando-se no ensino secundário no Colégio Oswaldo Cruz, devendo se formar ao final dos três anos do curso, em auxiliar de escritório. No entanto, por intempéries do destino, o curso não foi concluído. D. Eliane Nunes rememora sobre sua ida para Campo Grande para cursar o secundário: “Eu saí, com doze anos eu fui pra Campo Grande, eu passei três anos em Campo Grande estudando (...)” (NUNES, 2006). E continuando, relata mais detalhadamente sobre o período em que estivera fora, e posteriormente os motivos de seu retorno sem concluir o curso, após ter cursado três anos:

eu estudei no Oswaldo Cruz, que até hoje existe esse colégio, é o mesmo prédio, fizeram alguma mudança e toda vez que eu vou a Campo Grande eu vou fazer uma visitinha lá, que é ali na Praça da Feira, ali eu tirei três anos, eu devia me formar em auxiliar de escritório, mas aí entrou uma nova lei abrindo mais um ano, que era mais um ano de taquigrafia, mais não sei o quê, outras matérias, aí eu resolvi vir pra Cáceres, aí o cupido flechou e eu fiquei por aqui (NUNES, 2006).

Segundo os relatos de D. Eliane, o abandono do curso se deu, especialmente devido ao acréscimo de disciplinas na grade curricular, cuja consequência foi o prolongamento de mais dois semestres para o término do curso, que passava de três para quatro anos. Acrescenta-se a estes, o fato de que em uma das visitas à sua família em Cáceres, conheceu aquele que viria a ser seu esposo. Ela então decide ficar em Cáceres e passados alguns dias os dois resolvem engatar namoro. D. Eliane, então, decide abandonar o curso e poucos meses depois, casa-se e dedica sua vida a cuidar dos filhos e do esposo o que, segundo a mesma, foram seus grandes amores e realizações da vida. A entrevistada procura demonstrar que tal decisão partiu de si, e que não houve resistência por parte da família em aceitá-la. Para tanto, ao longo da narrativa não fica claro se essa decisão foi influenciada pela família ou se esta,

em, algum momento, procurou dissuadi-la de tal projeto. Durante muito tempo, a entrevistada, assim que voltou de Campo Grande, trabalhou para seu pai nos negócios da família.

Nascida em um município de Diamantino, mudando-se ainda criança para uma fazenda adquirida pela família nas proximidades de Cáceres. Com o passar dos dias, juntamente com sua família, muda-se para Cáceres; filha de seringueiros, D. Ana Leite, não galgou das mesmas oportunidades que D. Eliane Nunes tivera em estudar. Embora os relatos não sejam bem claros nesse sentido, pode-se conjecturar que a entrevistada estudou em Cuiabá até o primário e, assim que concluiu o quarto ano, foi impedida por seu pai de prosseguir com os estudos, pois na concepção deste, a mesma deveria apenas aprender as primeiras letras, devendo dedicar-se aos afazeres domésticos. A entrevistada regressa para Cáceres e sua família torna-se proprietária de uma fazenda na região do Sepotuba, nas proximidades de Cáceres. Ainda muito jovem, se casa contra vontade de seu pai, passando a se dedicar aos afazeres da fazenda de seus sogros, onde passou a residir após o casamento. Reproduzo a seguir, um trecho dos relatos de D. Ana Leite sobre sua trajetória escolar:

Estudei em Cuiabá. Naquele tempo, aquele colégio era aqui vizinho da Matriz de Cuiabá. Foi naquele colégio que eu estudei. E só tinha escola normal pras meninas. Aí, foi criado o Liceu Cuiabano, mas meu pai não deixou de maneira alguma que eu (...) eu já tinha terminado o quarto ano, sei lá quantos anos que era aquele tempo! E eu tinha que ir pra cima, estudar, mas ele não deixou. Falou: “menina é pra cozinhar, cuidar de irmão e tudo”. Então, de lá nós viemos com o meu pai e uns parentes que comprou essa fazenda, Porto Belo, é no *Sepotuba* (LEITE, 2005).

É possível perceber, pelas narrativas de D. Ana de certa maneira, uma insatisfação com os rumos que teve sua vida, sobretudo em decorrência da falta de estudos. Casou-se muito jovem com um homem que não agradara seu pai, passando a trabalhar na fazenda de seus sogros na exploração da poaia, período que segundo a entrevistada, foi muito difícil, principalmente devido à péssima convivência que possuía com a família de seu esposo. Ainda jovem, perdeu seu esposo, casando-se novamente algum tempo depois. Embora tenha se casado duas vezes, não teve filhos. Indagada sobre a interrupção de seus estudos por parte de seu pai, D. Ana faz a seguinte afirmação: “Ah, tinha loucura por estudo, viu? Se meu pai tivesse deixado, eu chegava lá, de tanta vontade que eu estudava. Eu lia. Aqui era tão difícil vir um jornal. Até governador do Estado e talvez até lá em cima, no Catete” (LEITE, 2005), desejo que nunca passou de um sonho na vida de D. Ana que, ainda muito jovem foi “impedida” de lutar por seus objetivos.

Outra entrevista analisada foi a do Sr. Lúcio Moraes, filho de uma das mais ilustres famílias de Cáceres, que passou por três instituições de ensino primário na cidade: Colégio São Luiz, Imaculada Conceição e Grupo Escolar e, neste último, concluiu o primário. Prestado o Admissão, ingressou-se em 1936 no ensino secundário no Liceu Cuiabano na capital, tendo concluído o ginásio em 1940, visto que, segundo o entrevistado, essa modalidade de ensino tinha a duração de cinco anos. Em 1942, a convite de um tio, foi para o Rio de Janeiro, tendo cursado em Niterói a faculdade de medicina e, posteriormente, um curso complementar de dois anos equivalente ao curso de odontologia, área na qual atuou ao longo de sua vida e, além disso, desempenhou também outras atividades profissionais, como farmacêutico, comerciante e parteiro. O Sr. Lúcio Moraes faz as seguintes lembranças sobre a escola: “eu entrei no colégio (...) eu estudei no Colégio das Irmãs, em vinte e oito. Vinte e oito; aí, do Colégio das Irmãs, eu passei dois anos no Colégio dos Padres, vinte e nove, trinta, por aí, dois anos; aí estudei com uma professora célebre daqui, chamava Leonídia (...) eu passei dois anos lá no Colégio dos Padres, e minha mãe me tirou e fui pro colégio do Grupo, em trinta e quatro, no quarto ano. Fiz o colégio do Grupo no quarto ano” (MORAIS, 2005).

O Sr. Lúcio lembra ainda sobre os castigos com a palmatória, utilizados principalmente quando a professora ia tomar a tabuada das(os) alunas(os), caso errassem, levavam “bolo”, como era popularmente conhecido o castigo: “naquele tempo usava bolo, ela tinha um bolo com um furo e a gente fazia roda pra tabuada, e quando o sujeito errava (...) Era uma bolada! Tinha que estender a mão e receber o bolo. E doía, né!?” (MORAIS, 2005).

O fato é que no conjunto de entrevistas aqui trabalhado, D. Eliane figura entre as poucas mulheres que tiveram acesso ao ensino secundário, que nesse momento, principalmente nas cidades interioranas, desprovidas de escolas secundárias, recebia um público muito mais masculinizado, visto que ainda permanecia na sociedade a ideia de que mulher deveria ser educada apenas para o casamento, o que justifica a introdução de disciplinas como Trabalhos Manuais, Piano entre outras, no currículo de escolas femininas. Tais disciplinas deveriam contribuir para o aperfeiçoamento da mulher como futura dona de casa, como que a mesma disciplina voltada ao público masculino possuía por objetivo a preparação para o mundo do trabalho.

Narrando sobre sua vida escolar, a também ex-aluna do CIC, D. Joana de Albuquerque, filha de uma família abastada da cidade, traz elementos significativos sobre as normas internas que regiam a tão imponente instituição de ensino. Embora os relatos de D.

Joana não especificuem a temporalidade abarcada, é possível conjecturar que façam referência ao final da década de 1930 e início dos anos 1940. Segue o relato:

Eu estudei sempre aí no Colégio Imaculada Conceição. Nesse tempo as freiras eram todas francesas, era uma disciplina bem rigorosa mesmo. Diariamente, era de meia, sandália preta, saia, blusinha, e no domingo o uniforme era todo branco, blusa de manga comprida e a saia; toda manhã a madre entrava pra visitar as classes e hora que ela entrava, todo mundo se levantava e “*bonjour Mamer*”, a hora que ela saia “*merci Mamer*” e todo dia era isso e foi até o Admissão, naquele tempo só tinha até Admissão; eu mesmo só fiz até aí, quem podia sair, ia pra Corumbá, mas o resto era aqui mesmo. Assim que era (ALBUQUERQUE, 2006).

As narrativas de D. Joana revelam partes do cotidiano escolar e que muitas vezes não se encontram registrados nos documentos escolares. Evidenciam, ainda, uma realidade vivida por grande parte das crianças moradoras de cidade do interior do(s) estado(s): a interrupção dos estudos ao fim do ensino primário, na maioria das vezes por não disporem de condições financeiras para se manterem em cidades que possuíam essa modalidade de ensino. Como já fora assinalado anteriormente, em 1931 com a Reforma Francisco Campo, foi instituído o Exame de Admissão, que se constituía numa seleção para o ingresso no ensino secundário. No entanto, a instituição desse exame trouxe uma série de problemas, tendo em vista as enormes fragilidades do ensino no país, especialmente em cidades do interior, como Cáceres, pois a falta de escolas e as enormes dificuldades para os alunos se locomoverem até estas, acarretava na pequena quantidade de crianças em idade escolar matriculadas. Outro problema a se juntar com estes diz respeito à pouca eficiência do ensino primário em decorrência de vários fatores, entre eles, escolas sem estruturas e falta de professores qualificados. O resultado da ineficiência do ensino primário era o baixo número de aprovação no Admissão, excluindo muitos do ensino secundário e, conseqüentemente, do ensino superior.

Em Mato Grosso, por exemplo, nesse período havia poucas escolas de ensino secundário e Cáceres até 1948 não contava com nenhuma. Assim, as(os) alunas(os), quando concluíam o primário, para dar continuidade aos estudos, era necessário se submeterem ao Admissão que era realizado em Campo Grande (hoje no atual Mato Grosso do Sul), Cuiabá ou Corumbá e, caso fossem aprovados, deveriam se mudar para uma dessas cidades para que se ingressassem no secundário. Percurso, este, seguido apenas pelos filhos das elites da cidade, que possuíam condições financeiras para mantê-los fora da cidade durante o período. No caso das meninas, ainda enfrentavam a resistência da família para que permitissem sua saída de casa. Tais fatores faziam do ensino secundário requisito para o ingresso no curso superior, um privilégio para poucos e, em sua maioria, homens.

No caso de D. Joana Albuquerque, assim como para grande parte dos moradores da cidade, os estudos foram interrompidos no fim do primário, pois sua família não possuía condições financeiras para mantê-la em outra cidade, como esta mesma afirma: “eu mesmo só fiz até aí, quem podia sair, ia pra Corumbá, mas o resto era aqui mesmo” (ALBUQUERQUE, 2006). Sem continuar os estudos, casou-se ainda jovem e dedicou-se, ao longo de sua vida, à pintura e aos cuidados dos filhos e do esposo e, agora rememorando sobre os objetivos não alcançados, ressalta: “até hoje a única coisa que eu falo, não é totalmente que eu tenho inveja, mas eu queria assim ter tido mais estudo, que eu acho tão lindo a pessoa que tem o dom da palavra, que fala bem, porque eu adoro escutar pessoas que falam bem, que tem uma cultura (...)” (ALBUQUERQUE, 2006).

No caso das mulheres é importante ressaltar que nesse período ainda prevalecia a concepção de que a mulher deveria receber uma educação voltada para o aperfeiçoamento dos seus papéis na vida adulta: ser dona de casa, esposa e mãe. Para tanto, desde criança, a menina era ensinada a exercer seu “papel” na sociedade e, para elas, ensinavam-se, normalmente, as primeiras letras, os trabalhos com a agulha e piano. Na maioria das vezes, não havia profundidade na educação feminina, até mesmo no ensino de línguas. Cabia à mulher apenas ter acesso ao conhecimento básico e necessário para sua vida adulta (SILVA, 2015).²²

Exemplos disso, se pode ver em várias narrativas, nas quais as entrevistadas relatam situações vividas por muitas mulheres nesse período: a menina que frequentava a escola buscava formação a fim de aperfeiçoar-se para o casamento, aprendendo a costurar, fazer bainha, cerzir, bordar, pintar, etc. Uma matriculada no curso de piano, com o objetivo de embalar os tão badalados saraus nas noites cacerense; outra que concluiu o curso primário, mas a família não possuía recursos financeiros para mantê-la em outra cidade; outra que o pai não permitiu continuar os estudos por achar que era pretexto “para arranjar namorado” e que apenas deveria saber ler e escrever; ou aquela que “apaixonou-se” e resolveu abandonar os estudos para se casar e seguir o destino que tão breve lhe aguardava. Enfim, são vidas com histórias, percursos e desfechos diferentes mas no fundo, praticamente todas carregam dentro de si a angústia de não ter tido a oportunidade de prosseguir os estudos e galgar elevadas

²² É importante frisar que no final do século XIX e mais fortemente nesse período, no que diz respeito a atuação da mulher na sociedade, esta, passou a ser muito valorizada na profissão docente, isto por que os baixos salários e os constantes atrasos nestes, fizeram com que os homens abandonassem o magistério no ensino primário, a partir disso, foram criadas medidas para incentivar as mulheres a ingressarem na carreira do magistério, enquanto que os homens se voltava para profissões mais lucrativas. Ao mesmo tempo, a profissão docente feminino era vista como extensão papel de mãe.

posições políticas, sociais, no mundo dos negócios entre tantos outros objetivos/sonhos, que não foram possíveis de se alcançar.

No relato que transcrevo a seguir é possível perceber essas facetas da formação feminina para o desempenho de suas habilidades na vida adulta, de acordo com os discursos machistas, no currículo do Colégio Imaculada Conceição. Para tanto, utilizo um trecho das narrativas de D. Eliane Nunes, quando interrogada sobre o que oferecia a disciplina Trabalhos Manuais:

Tudo. Desde pregar botão, cerzir, fazer bainha, fazer bordado cheio, todo trabalho que você possa imaginar; e fazia uma amostra, tinha um pedaço de pano mais ou menos de uns trinta centímetros por uns oitenta, ali tinha as amostras de bainha, de ponto cruz; não, ponto cruz era outra. Só era de bainha, tinha as bainhas mais lindas que você pode imaginar, perfeitas; aí tinha outra de cerzir, crivo, rechilier, tudo que você imaginar tinha ali, isso que eu acho que era uma matéria que jamais devia ter tirado do Colégio das Irmãs, porque hoje eu garanto que as moças se casam e não sabem pregar um botão, pergunta se essas daí pregam botão, chuleia, faz bainha de calça, não faz, é todo mundo (...) (NUNES, 2006).

Note que no trecho acima, a narradora enaltece a presença da disciplina Trabalhos Manuais no currículo da escola, tecendo inclusive críticas aos currículos atuais por não comportarem tal disciplina. A inexistência desta, acarreta no “empobrecimento” da mulher como dona de casa, visto que grande parte delas não sabem ao menos “pregar um botão”. Visão esta, que necessita ser analisada levando em consideração a formação que a entrevistada recebeu ainda quando criança e foi condicionada ao longo da vida a tê-la como verdadeira. A abrangência da educação das duas instituições particulares, em questão, a saber os Colégios São Luiz e Imaculada Conceição, acessíveis aos filhos das elites por serem pagos. Neles se ensinavam as primeiras letras, isto é, o ensino primário. O Colégio Imaculada Conceição, como já foi assinalado posteriormente, oferecia aulas de música, francês, bordado, desenho e pintura, como que o Colégio São Luiz oferecia aos jovens um ensino voltado para artes e ofícios (ARRUDA, 2002), conforme estipulava os currículos da época.

Os relatos de D. Eliane possibilitam uma compreensão pormenorizada no que diz respeito ao funcionamento do Colégio Imaculada Conceição. Segundo a entrevistada, a criança que frequentava a instituição passava praticamente o dia todo no colégio, pois havia aulas de manhã e à tarde e no intervalo entre um período e outro, havia sempre alguma atividade para fazer, possuindo então um regime de estudo integral, conforme se pode ver no trecho a seguir:

O Colégio das Irmãs preenchia o dia todo porque você ia à aula que iniciava às 7:30h e ia até às 11:30h, voltava às 13:30h e saía às 16:30h, 17:00h, então era o dia todo no colégio, não tinha assim meio expediente não, era o dia todo, o dia era

cheio. E ainda trazia tarefa para casa, nesse intervalo de manhã e a tarde sempre tinha uma tarefinha, sempre um problema, um verbo pra escrever, uma redação, qualquer coisa, sempre ainda tinha uma tarefinha, tinha os trabalhos manuais também que tinham tarefa, que você tinha que dar conta daquilo (...) (MEDEIROS, 2005).

As narrativas perpassam várias facetas do processo escolar, como normatizações, disciplinas, relação entre professores e alunos, enfim, vários aspectos que compõem o cotidiano escolar. Desse modo, trabalhar as memórias escolares possibilita uma compressão do universo/cotidiano da escola a partir dos olhares dos(as) alunos(as), em sua maioria, divergentes do discurso oficial sobre estas. É mister assinalar que a noção de cotidiano não se restringe à descrição dos acontecimentos desencadeados no ambiente escolar, visto que “o cotidiano se caracteriza pelo repetitivo em relação ao factual, pela continuidade e permanência, até porque o cotidiano estrutura um *modus vivendi* que esconde o movimento temporal”. No entanto, a autora assinala que não significa dizer que o cotidiano não seja um lugar de criação, inovação, do espontâneo, do jogo, do imaginário, da festa e da resistência (MELO, 2005).

Nessa perspectiva, é necessário perceber o cotidiano escolar como um espaço de construção de saberes entre aqueles que compõem o espaço escolar. Ferreira (2002, p. 70), ao refletir sobre o cotidiano como ponto de análise, assinala que mesmo este sendo pouco explorado como recurso metodológico sobre o estudo do contexto escolar, oferece uma grande quantidade de elementos que, até então, não receberam devido reconhecimento. Sendo assim, a análise do cotidiano “(...) pode conter elementos fundamentais para se compreender melhor a dinâmica das unidades escolares”.

O espaço escolar se apresenta como lugares de experiências, pois segundo Ribeiro (2004), o *espaço* não é neutro, mas é carregado de marcas e signos de quem o produz e nele convive, carregando tanto significações afetivas como culturais. A mesma autora, a partir de Piaget, assinala que os espaços de vivências (casa, escola, bairro) representam uma experiência significativa no processo de aprendizagem e formação das estruturas cognitivas. Quanto ao espaço escolar, este é percebido como um “constructo gestado por múltiplos interesses manifestos e ocultos” (RIBEIRO, 2004, p. 104), podendo afetar tanto positivamente, quanto negativamente a vida dos sujeitos que ali convivem. Pensar o espaço escolar é vê-lo como um cenário de relações e interesses individuais que se inter cruzam a partir das relações estabelecidas entre professores, alunos e comunidade escolar como um todo. Deve ser considerado como uma construção social e cultural que expressa e “reflete,

para além de sua materialidade, determinados discursos” (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26), no qual a arquitetura escolar possui um relevante papel, visto que é também:

por si mesma um programa, uma espécie de discursos que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, de disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora, e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.26).

Sobre o cotidiano na instituição escolar em questão, reproduzo a seguir mais um trecho do relato de D. Joana de Albuquerque com uma gama de elementos que marcaram sua vida nos tempos da escola:

Era muito interessante, a gente gostava muito da matemática porque era a Irmã Febroní (...) então a matemática era todo mundo de mão pra trás cantando: “dois vezes um, dois, dois vezes três (...)” (risos) (...) então tinha uma gaveta que ficava do lado que a gente levava a merenda, era sempre um pão com manteiga cada uma embrulhava, punha o seu nome e botava na gaveta lá pra na hora do recreio. Não se dizia, ir ao banheiro: “Irmã quero ir na casinha” – “não está na hora, não pode ir ainda” – “Irmã já estou com muita dor” – “não está, vamos ficar parados aí” (risos). E quando dava muito de doer, eu principalmente tinha pavor de fim de mundo, de inferno, porque tinha os quadros e ela fazia as lições de catecismo, porque era obrigado e tinha que comparecer à missa e levava a caderneta pra marcar, porque senão no outro dia tirava um ponto, castigava. Era tudo ali, elas eram muito rigorosas. Agora, no final do ano faziam teatros belíssimos, muito bonitos mesmo. Assim que era (ALBUQUERQUE, 2006).

O trecho acima citado possibilita compreender um pouco mais o universo escolar, como, por exemplo, as brincadeiras nas aulas de matemática, o lanche que era levado por cada aluno, embrulhado tendo nomes para identificação e então guardados numa gaveta até serem consumidos no intervalo. Em um segundo momento, D. Joana narra sobre as rígidas normas do colégio, como por exemplo, o controle das idas ao banheiro e, ao que parece, geralmente as solicitações das(os) alunas(os) não eram atendidas(os) prontamente, mesmo não havendo crianças fora da sala de aula. Por ser uma instituição de caráter religioso, embora o Regulamento do ensino na província assegurasse o ensino leigo, era muito comum que colégios, entre outras instituições ligadas a algum segmento religioso, especialmente ao catolicismo, ministrassem o ensino da religião cristã em seus estabelecimentos.

No caso do Colégio Imaculada Conceição, como se pode notar no trecho acima, era muito comum, as(os) alunas(os) serem obrigadas a comparecer à missa e fazer anotações referentes ao ensino ministrado, caso contrário, receberiam castigos no dia seguinte, entre eles, a retirada de um ponto na média bimestral. Algumas situações relacionadas às aulas de catecismo na referida escola são um tanto cômicas, como o medo de D. Joana de ir para “o

além”, ou seja, o “inferno”: “era o do inferno, (risos) que tinha um relógio e a irmã mostrava assim que o ponteiro virava: “sempre ficar, nunca sair” (a entrevistada emite um tom de voz que possa representar o “além”), mas aquilo eu ia pra casa morrendo de medo (risos)” (ALBUQUERQUE, 2006). Entre os pecados mais “perigosos” apregoados nesses ensinamentos, segundo D. Joana, constam “o de faltar à missa no domingo, desobediência aos pais, aos idosos” (ALBUQUERQUE, 2006). Como é possível notar, a questão religiosa era muito forte na formação dos alunos, ao ponto de sofrerem as penas instituídas pela escola, qual seja a diminuição da nota, isto sem mencionar a violência simbólica, ao instituir uma religião, no caso a católica, sem levar em consideração a possibilidade de alguns/algumas alunos(as) não serem católicos(as) ou mesmo não crerem na existência do Deus cristão.

Lima (2005, p. 2137) em seu estudo sobre o Colégio Imaculada Conceição, enfatiza sobre a padronização das maneiras de vestir e se comportar, que eram instituídas às alunas, “principalmente em relação ao uniforme sempre padronizado (...) eram vestidos ou saias abaixo do joelho (...) o corpo em momento algum era exposto”. Segundo consta nas narrativas, diariamente o uniforme era meia, sandália preta, saia e blusa e no domingo, para a missa, o uniforme era todo branco, blusa de manga comprida e a saia. O corpo em nenhum momento poderia ser mostrado, pois deveria zelar pela moral e bons costumes. Quanto à organização do ensino, o colégio oferecia ensino regular que funcionava sob dois regimes, internato e externato, o primeiro, geralmente era frequentando por meninas que pretendiam ou eram instigadas pela família a seguir carreira religiosa.

O espaço escolar não é estático, resultado das relações culturais e sociais estabelecidas no ambiente da escola. Desse modo, compreende-se que, ao pensar a escola, é necessário considerar essas relações tecidas entre alunos e professores, pais e professores, funcionários técnicos, enfim todos aqueles que direta ou indiretamente compõem essa instituição triunfante desde o século XVIII. As narrativas que por ora analiso nesse trabalho, possibilitam conhecer os ambientes escolares, bem como as várias facetas do processo educacional de uma criança, como o ritual para entrada em sala, saída para o intervalo e retorno para casa, as normatizações, entre outros elementos. Assim como expressam também as teias de relações tecidas entre professores e alunos, e especialmente entre os colegas de classes. Alguns entrevistados e/ou entrevistadas, ao rememorarem sobre os colegas de classes/amigos(as) de escola não escondem a emoção de uma fase que, conforme descrita por eles, deixou “enormes saudades”, como se pode ver no trecho da entrevista de D. Joana:

Olha nós éramos uma turma muito unida, tinha a Noelita, Laís Freire que mora em Campo Grande, tinha a Mirtes Freire, tinha a Lola que era Ana Marques, deixa eu

ver quem era mais, Olga Atala que faleceu, Lourdes Coelho, hoje essa daí era dentista da Marinha, é aposentada, tinha mais duas Fontes, era Eleonora e Deise, tinha Mirtes Martins e de menino tinha só Ernani Martins e Generoso Leite, só esses dois, o resto era só menina. Tinha mais colegas, mas com o passar do tempo a gente vai desconstruindo tudo (ALBUQUERQUE, 2006).

Memórias dos ex-alunos também nomeiam professores, bem como expressam as imagens que possuem destes. Imagens em geral positivas, como se pode perceber nesse trecho: “a gente gostava muito da matemática porque era a Irmã Febroni, ela que era a nossa professora, depois passaram as outras, mas era mais a Irmã Febroni” (ALBUQUERQUE, 2006).

De família humilde, D. Marta Ribeiro é a quarta de dez irmãos e foi a única que teve oportunidade de frequentar por mais tempo a escola, pois morava em Cáceres com uma tia, como que seus demais irmãos e irmãs residiam com sua mãe numa fazenda, nas proximidades da cidade. Ainda assim, por uma série de fatores, não foi possível concluir o primário, especialmente devido às condições financeiras da família que, na ausência do pai, enfrentavam sérias dificuldades. Casou-se contra sua vontade com o irmão do esposo de uma de suas irmãs e, no decorrer de sua vida, dedicou-se aos cuidados dos filhos. Quando indagada sobre o colégio que frequentara, D. Marta afirma que este era “maravilhoso! O ensino de irmã era puxado” (RIBEIRO, 2005). O termo “puxado” que aparece no relato expressa o nível das exigências do colégio sobre o corpo discente, assim se refere também à qualidade do ensino que de acordo com as falas dos(as) entrevistados(as), o colégio apresentava um conteúdo bem consistente, assim como contava também com um corpo docente qualificado. Em tom um tanto ufanista, a entrevistada assinala que era uma das melhores alunas de sua classe, especialmente em matemática;

eu fui uma menina muito estudiosa, era uma inteligência tão rara na matemática (...) era uma inteligência que todo o professor falava. Mas era um raciocínio danado que eu tinha pra matemática, pra operação qualquer coisa de matemática. As alunas falavam tanto que quando tinha aqueles problemas pra resolver, quando passava no quadro, já tou sabendo, quando *coisa* eu já dava o *coisa* dele já (...). Aí, ficava um me cutucando me dá, me dá cola, né (RIBEIRO, 2005).

Em uma dessas tentativas de passar respostas para uma de suas amigas D. Marta foi vista pela professora da classe que imediatamente procurou puni-la. Esses acontecimentos indicam o estabelecimento de laços de companheirismo e amizade entre as(os) alunas(os), nesse caso, o objetivo de D. Marta era “ajudar” suas amigas a tirar alta pontuação na

disciplina. A seguir, consta um trecho do relato em que a entrevistada narra sobre o episódio em que foi pega em ato “infracionário” aos olhos da direção/coordenação do colégio:

Quando foi um dia eu fui dá uma cola pra uma colega, pra Nana Fanaia (...) Eu sei que Nana pediu cola e eu fui dá; copieie e fui dá, a Irmã viu. Ham, foi aquele falatório: pá (...) pá (...) pá (...) Irmã puxou eu daqui, puxou dali, pra pôr de castigo. Vamos nós duas, Irmã; vamos e vai nós duas (...) e não queria pôr ela, era só eu. Ah, não vou; então vou sair daqui. Ah, mas foi aquela coisa com a Irmã, viu? E não conseguiu pôr eu de castigo porque queria pôr só eu, mas ela que tava me pedindo a cola e eu queria dar (...) (RIBEIRO, 2005).

De acordo com o artigo 149 do Regulamento de 1878, os professores de instituições públicas da instrução primária e secundária poderiam impor aos alunos somente castigos morais e vexatórios como, por exemplo, permanecer de pé ou de joelhos, geralmente de frente para a turma. No entanto, na prática cotidiana dos colégios, a palmatória e outros castigos físicos continuavam sendo utilizados em grande escala, “sendo um ponto contraditório com a legislação e ponto de conflito, uma vez que parte dos pais e professores se mostrava a favor e outra contra, como indicaram os relatórios da Presidência da Província e da Diretoria Geral da Instrução Pública” (XAVIER, 2012, p.111). A palmatória era o principal instrumento de punição adotado nas escolas para “correção” do comportamento e para aprendizagem em todas as disciplinas, especialmente no momento de lições orais, como por exemplo, tomar a tabuada dos alunos.

Em Mato Grosso, pelo Regulamento de 1896, os castigos corporais foram proibidos, no entanto, como se verá adiante, não apenas em Cáceres, mas de maneira geral, tal norma não foi cumprida. Nesse período, as modalidades de ensino existentes em Mato Grosso, público, privado e doméstico, cada qual a sua maneira, seguiam métodos próprios e ao que se sabe, os castigos físicos, entre eles a palmatória, eram amplamente utilizados (ALVES, 1998). Assim como já fora assinalado em outro momento da pesquisa, a educação privada em Mato Grosso recebeu amplos incentivos por parte do Estado que buscava com isso sanar os sérios problemas com a educação, tais como a falta de escolas em pequenos vilarejos e povoados. Desse modo, as escolas particulares possibilitariam a difusão do ensino nos “rincões do Estado”. Estas por sua vez, alcançaram tanto sucesso que em meados do século XX, em Cuiabá, possuíam maior número de alunos matriculados que os grupos escolares, que eram instituições que galgavam certo respeito da sociedade, tendo em vista a qualidade do ensino que ofertaram. A situação se deve basicamente a alguns fatores já citados nesse texto, entre eles, a utilização da palmatória e outros castigos que já haviam sido banidos, pelo menos nos grupos escolares. A preferência dos pais pelas escolas particulares se dava, então, pelo fato

destas ainda utilizarem a palmatória e outros castigos, instrumentos capazes de “ativar” a aprendizagem da criança (ALVES, 1998), bem como a manutenção da ordem.

Para tanto, nas narrativas é possível notar que no Colégio Imaculada Conceição utilizava-se largamente a palmatória e outros castigos, como por exemplo, colocar as crianças que infringissem alguma norma de joelhos em caroços de milho diante da turma. Segundo D. Marta, todo sábado as alunas passavam por uma sessão de perguntas e respostas e, caso errassem ou não respondessem alguma pergunta, outra colega era convidada a submetê-la a sessões de palmatória, caso se recusasse ou não batesse com certa força, o castigo seria revertido sobre si, sendo aplicado pela professora responsável. Sobre isso, a entrevistada D. Marta traz os seguintes esclarecimentos:

Tudo nós grande entrava no bolo (sessões de palmatória), até seis, sete e era a sabatina todo sábado, Nossa Senhora! (a entrevistada encena sessões de palmatória: *tilepe, tilepe (...)* pergunta/resposta). Perguntava na ponta da língua: sete vezes oito (...), seis vezes oito (...) é, num acertou, passa o bolo. Aí, com dó de passar na mão dos outros ela falava: “vem aqui, vou ensinar você passar (...) é assim que bate, viu”? Então, a gente tinha que bater mais duro, se não ela ia ensinar como bater, né. Essa era fogo! A Leonilda (...). É, mas a gente tinha que aprender na marra com ela, viu? (RIBEIRO, 2005).

Ainda sobre o período em que estudara no Colégio Imaculada Conceição, D. Marta enfaticamente rememora sobre os(as) professores(as) que tivera nessa instituição:

Leonilda foi uma ótima professora! Eu tive várias professoras boa (...). Dona Teonila Paulino de Moraes. Dona Teonila (...). Eu tive Teonila, tinha Dona Ester, minha comadre Éster, depois foi minha comadre, depois que eu casei. Eh, professora brava (...) Ester! Ester Viegas, viu? Era braba Ester Viegas, Nossa Senhora! Mas não tinha castigo (RIBEIRO, 2005).

De descendência italiana e portuguesa, a primeira filha do único médico da cidade nesse período (década de 1930), membro de uma imponente família de Cáceres, tendo exercido também o cargo de prefeito da cidade, sendo sua “memória” muito respeitada na cidade até os dias atuais, D. Regina Medeiros estudou o primário no Colégio Imaculada Conceição, tendo em seguida ingressado no secundário em Corumbá, no regime de internato que, a propósito, não fora concluído, visto que a mesma desistiu do curso no segundo ano. Em relação ao cotidiano escolar no CIC, D. Regina relembra:

era engraçado, antigamente só tinha o primário. Então, era o primeiro atrasado, o primeiro adiantado, segundo atrasado, segundo adiantado, era tudo assim. Então, nessa época não tinha ginásio, só internato, assim que era. Piano, desde piquitinha já tinha uns cinco pianos lá, cada um separadinho; as meninas aprendiam piano, ou então, aprendiam bordado pra encher o tempo, porque acabava o primário e não tinha o que fazer com as meninas. Eu, me mandaram pro internato quando acabou o ginásio daqui, mas não agüentei muito, fiz só dois anos de ginásio e pedi pelo amor

de deus que não queria mais vim pra Corumbá, no internato, e voltei (MEDEIROS, 2005).

No trecho acima, D. Regina além de trazer importantes elementos para se compreender o cotidiano escolar do CIC, como por exemplo, a divisão do primário em “adiantados” e “atrasados”, possivelmente a entrevistada esteja fazendo referência ao primeiro A e B, como normalmente as classes são divididas. Os relatos ainda apontam para uma discussão já realizada outrora. Refiro-me à formação da mulher para atuar, sobretudo, como dona de casa, papel durante muito tempo entendido como destino de toda mulher.

Assim que concluía o primário no Colégio Imaculada Conceição, D. Regina foi cursar o secundário em um internato que ela também não faz menção ao nome, na cidade vizinha de Corumbá. Contudo, o curso, que em média possuía a duração de três anos, não foi concluído, pois D. Regina desistiu no segundo ano. Quando questionada sobre os motivos que a levaram a abandonar o secundário, afirma que tal decisão se deu em decorrência do namoro que havia engatado em Cáceres, em uma de suas vindas em períodos de férias. A decisão, segundo a entrevistada, foi bem aceita pelos familiares.

Nessa parte da entrevista, D. Regina refere-se a um contexto social e cultural que via na educação feminina um meio de prepará-las para desempenhar, com habilidade, seu papel de esposa e dona de casa. Outra questão é que as palavras da entrevistada dão a entender que nesse momento, certos cursos, tais como piano, bordados, entre outros, destinados às meninas, se constituíam em meios para mantê-las ocupadas até que viessem a se casar, como se pode perceber nos relatos de D. Regina: “daí ficou: como que eu ia sem fazer nada, sem estudar, né? Aí, põe no piano, põe no bordado (...) acho que tudo isso era pra encher a vida das meninas, que nem todo mundo podia mandar a filha pro internato” (MEDEIROS, 2005) ou, em muitos casos, como já fora demonstrado anteriormente, muitas mulheres foram impedidas por seus pais de continuar com seus estudos. Após ter abandonado o curso, D. Regina casou-se e passou a ajudar seu esposo na farmácia da família, tendo ficado viúva ainda muito jovem, continuou com os negócios da família durante bom tempo.

Sobre suas memórias da escola D. Regina relembra sua rotina nas aulas de piano e de bordado, lições tão severamente cobradas pela irmã Maria Marcel:

Quando mocinha ia estudar piano, tinha horário pra piano, outro horário pra bordado, de vez em quando bordava em casa as coisas que tinha aprendido lá, estudava piano as lições que tinha dado pro dia seguinte, o piano era bem cedo com a irmã Maria Marcel; ela levava a sério o piano, todo dia tomava a nossa lição, passava lição nova e tinha as aulas de teoria, você tinha que saber a teoria, isso tomava o tempo da gente. O bordado era com a irmã Maria José, piano era irmã

Maria Marcel, a madre era madre Sentives; quando a madre chegava na aula todo mundo levantava: “*Bonjour mère*” fazendo aquela cerimônia pra madre, né. Mas era uma vida simples assim (MEDEIROS, 2005).

Desse modo, as narrativas apontaram para uma série de elementos presentes no cotidiano escolar dessa tão imponente instituição de ensino em Cáceres, que até a década de 1950, quando se tem a fundação de outra instituição de cunho particular, a saber, o Instituto Santa Maria, se configurará como principal responsável pela formação intelectual das elites cacerenses e, conseqüentemente, ponto de partida para o secundário. Muito além de se perceber a presente instituição escolar em sua dimensão física, as narrativas possibilitaram notar o outro lado, a versão/concepção do universo escolar aos olhos daqueles que geralmente são vistos como espectadores e que, na realidade, constituem o centro/causa da existência dessas instituições, ou seja, as crianças, adolescentes e jovens, que ao longo da história foram silenciados, deixados no anonimato, especialmente as mulheres, e em especial estas, que assim como se pode perceber, foram as que menos tiveram acesso ao benefício, que segundo a lei (pelo menos nos regulamento do início do século XX) figura como direito de todos, a saber a educação.

3.3.3. Grupo Escolar Esperidião Marques

Outra instituição de ensino que aparece com relativa frequência nos relatos de memória diz respeito ao Grupo Esperidião Marques, mais tarde denominado Grupo Escolar Esperidião Marques (GEEM) em homenagem ao presidente de província de Mato Grosso, Manuel Esperidião da Costa Marques.

A consolidação dos Grupos Escolares, constituídos como imponentes instituições de ensino, está ligada diretamente ao processo de desenvolvimento municipal e regional do estado de Mato Grosso, surgiu acompanhando o molde educacional desenvolvido por volta de 1890 e 1896, no estado de São Paulo. A criação dos Grupos na província já havia sido autorizada em 1908, mediante a resolução nº 508 de 16 de outubro, contudo, só foi concretizada em 1910, com a vinda de Mello e Kuhlmann com o intuito de reorganizarem o ensino mato-grossense (SÁ, 2007). A institucionalização da escola primária, centrada nos ideais republicanos, foi inicialmente gestada em São Paulo que exportou o modelo para outros estados, entre eles, Mato Grosso, cujo projeto de modernização foi incorporado pelas elites políticas regionais. Este modelo de escola se estendeu a todos as regiões do país como parte

do projeto de modernização do Estado republicano brasileiro que idealizava a reforma social e, para este fim, a educação se constituía em elemento essencial. Tal ideário necessitava alcançar todas as regiões do país, por mais longínquas que fossem, pois entendiam que os rumos da “nação dependiam da qualidade de suas instituições, observando-se as interseções da dimensão política, social, econômica, jurídica, moral e psíquica da coesão social” (SILVA, 2011, p. 99). O objetivo era, sobretudo, promover a transformação da sociedade brasileira a partir da escola primária.

Os Grupos Escolares se notabilizavam pelo ensino misto, bem como métodos de ensino considerados mais modernos, como o ensino simultâneo, organização homogênea dos alunos, sendo distribuídos em classes e séries, estabelecendo uma relação entre série e idade do aluno.

Figura 9: Grupo Escolar Esperidião Marques



Domínio público. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+antigas+de+caceres+mt-grupo+escolar> . Acesso em: 16 de abr. de 2016.

O Grupo Escolar Esperidião Marques surgiu no cenário do município de Cáceres, em 4 de fevereiro de 1912, passando a ser uma importante instituição escolar de Mato Grosso, alcançado pelo projeto republicano de ensino. O professor Venâncio José da Silva foi um de seus fundadores, sendo designado para diretor o normalista José Rizzo (SILVA, 2011). Seu funcionamento passou a ocorrer num prédio localizado na Rua General Osório, onde hoje funciona o Arquivo Municipal. Neste local, “se agruparam três escolas: a) a masculina que

tinha como diretor Professor Octavio Motta; b) a feminina com a professora Ritta Garcia e c) a mista com a professora Escolástica Botelho” (SILVA, 2011. p.108).

Em 1913, o Coronel José Dulce doou ao Governo do Estado um terreno para a construção de um edifício próprio, onde mais tarde iria funcionar o Grupo Escolar Esperidião Marques. A obra teve início no ano de 1913, sendo concluída em 1920, na esquina da Praça Duque de Caxias, área central da cidade. O prédio foi inaugurado em 09 de março do referido ano, no entanto, em junho de 1924 passou a designar-se Grupo Escolar Esperidião Marques, em homenagem ao presidente do Estado, Manuel Esperidião da Costa Marques (SILVA, 2011). O Grupo Escolar de Cáceres/MT, bem como os demais instalados em várias partes do território nacional, era uma instituição de ensino primário e que se destacava, como símbolo da dita modernidade, tão propagada pela Primeira República.

Como já fora assinado anteriormente, grande parte dos entrevistados faz referência ao Colégio Imaculada Conceição, no que diz respeito à quantidade de depoentes que mencionam a instituição em que estudara, o Grupo Escolar aparece como o segundo mais citado.

O Sr. Lúcio Moraes, cujos trechos de relatos já foram utilizados em outro momento dessa pesquisa, em 1928 iniciou o ensino primário no Colégio Imaculada Conceição, posteriormente ingressou-se no Colégio São Luiz, também denominado pelos entrevistados de Colégio dos Padres, permanecendo neste durante dois anos.

Em 1934 foi matriculado por sua mãe no Grupo Escolar, iniciando então, o quarto ano do primário. Narrando sobre este processo de transição entre um colégio e outro, nas palavras do entrevistado: “eu estudei no Colégio das Irmãs, em vinte e oito. Vinte e oito; aí, do Colégio das Irmãs, eu passei dois anos no Colégio dos Padres (...) eu passei dois anos lá no Colégio dos Padres, e minha mãe me tirou e fui pro colégio do Grupo, em trinta e quatro, no quarto ano. Fiz o colégio do Grupo no quarto ano (...)” (MORAIS, 2005). O entrevistado concluiu no Grupo Escolar o ensino primário, em seguida, foi para a capital Cuiabá fazer cursos preparatórios para prestar o Admissão, tendo sido aprovado e ingressando-se no ensino secundário no Liceu Cuiabano. O entrevistado narra sobre esses eventos que marcaram, segundo ele, positivamente sua vida:

Eu estudei em trinta e cinco, de janeiro até agosto, com ela (professora Normélia) justamente tava me preparando pra ir pra Cuiabá fazer o Admissão; eu daqui saí em novembro, fui pra Cuiabá, onde eu estudei (...); eu tenho um livro de Cuiabá que esses professores meus tão no livro. Eu estudei num colégio do Isaac Povoas, me preparando pra fazer o Admissão, pra entrar no ginásio, porque tinha que fazer o exame pra poder entrar pro ginásio, tá entendendo? E aí, tanto é que nós fizemos o Admissão e aqueles que tiveram nota mais alta foram aproveitados para o Liceu e os que tiveram nota mais baixa foram para o colégio Salesiano, dos padres, porque

tinha sido aberto nesse ano. Então todos foram pra lá; aliás, a farda deles era uma beleza, por que melhor do que o Liceu era a farda deles. Mas, *o Liceu era um dos ginásios mais falado do Brasil! Era conhecido o Liceu Cuiabano (...)* (MORAIS, 2005).

No trecho da entrevista acima, o Sr. Lúcio fala orgulhosamente do seu processo de ingresso ao ensino secundário, pontuando que ficou entre os primeiros colocados no Admissão e, por isso, ingressou-se no Liceu Cuiabano que, nesse período, era uma referência nessa modalidade de ensino, de acordo com as palavras do entrevistado, que não hesita em afirmar o privilégio que tivera em estudar numa instituição tão renomada quanto o Liceu, o que de certa maneira não passa de exageros, num claro objetivo de demonstrar “superioridade” frente aos demais, não escondendo o “orgulho” de ter cursado o secundário na instituição em questão. O entrevistado faz questão de nomear as personalidades políticas que conheceu durante esse período, como Isaac Póvoas e Philogônio Corrêa.

Continuando sua narrativa sobre os tempos em que passara no Liceu Cuiabano, o Sr. Lúcio descreve então sobre alguns professores que tivera no decorrer do secundário:

Era conhecido o Liceu Cuiabano, com excelentes professores, tanto é que nesse livro, ainda vi lá, Philogônio Corrêa foi deputado, né? Joerci Jacó, Zaramella, era um italiano, de geografia, tinha seu Metelo, era de geografia também, tinha professor de matemática, excelente professor, Humberto de Campos; Era um colégio famoso! Um ginásio de (...) mas era puxado mesmo! Eram cinco anos (MORAIS, 2005).

Outra entrevistada, D. Clarice Arruda também estudou os dois primeiros anos no Colégio Imaculada Conceição e no terceiro ano foi matriculada no Grupo Escolar, concluindo neste, o ensino primário. Sobre os anos em que estudara nesse colégio, a entrevistada nomeia alguns professores, bem como colegas de classe que marcaram sua vida escolar:

no terceiro ano mudei pro Ginásio Estadual, chamava de Grupo Escolar Esperidião Marques, a minha professora nesse colégio foi Terezinha Cuiabano no terceiro quarto ano já foi Zuma Lucatelli e lá encontrei outros tipos de colegas; o Estadual já é diferente, já é mais assim extrovertido, as crianças são diferentes. Esse foi o estudo lá. Aí fizemos a Admissão com três meses; meu colega de infância, uma maravilha que eu tenho adoração até hoje, o Ninomya Miguel, Balbina Lobo, Darci de Oliveira, Tetê Faria, eu sei que era aquela turma maravilhosa, que tinha aquela união no Colégio, era uma família! (ARRUDA, 2006).

Os relatos de D. Clarice trazem, além da compreensão das teias de relações estabelecidas no contexto escolar, importantes informações sobre as normas que regiam o Grupo Escolar. De maneira entusiasmada, a entrevistada faz referência às normas que regiam

a instituição. Para ela, o tempo levou consigo o “respeito” que os alunos possuíam por aqueles que compunham a unidade escolar. E citando os tempos em que estudara, acentua a existência do “respeito” dos alunos para com os funcionários do colégio: “a gente respeitava desde seu Antônio que limpava o quintal como os professores; os professores tinham autoridade dentro de uma classe, a gente não fazia bagunça porque era chamada atenção a gente se sentia envergonhado, assim é que era” (ARRUDA, 2006). A terminologia “respeito” que a entrevistada faz referência, pauta-se mais nos princípios de autoritarismo empregado pelos(as) professores(as) na instituição.

D. Clarice em tom um tanto saudosista recorda sobre a amizade existente entre o corpo discente do colégio, especialmente entre os(as) colegas de classe. Com certo entusiasmo, relata sobre as normatizações do Grupo Escolar, como se pode ver no trecho a seguir:

a amizade de classe dos alunos era demais um com o outro; a gente se tornava completamente correto nas obrigações do colégio; na hora da merenda, nove horas era a merenda, todo mundo sentadinho, tomando o seu lanche, quando terminava ficava na fila a professora falava vamos cantar o hino nacional ou então o hino à bandeira, outro dia era o hino do marinheiro, antes de ir pra classe; tinha essas baguncinhas, mas chegava a professora falava com os alunos murchava todinhos e sentava quietos para a explicação do quadro (ARRUDA, 2006).

De acordo com as informações levantadas, o Grupo Escolar passou a aplicar o exame de Admissão para ingresso no ensino secundário, como é possível notar nos relatos do Sr. Paulo Moreira, que embora tenha cursado o ensino primário no Colégio Imaculada Conceição, em alguns trechos da sua entrevista, faz referência ao exame de Admissão prestado no Grupo Escolar. Segundo ele, o exame se deu na seguinte maneira: em um dia era aplicado o exame de português, como disciplina eliminatória, no dia seguinte todos(as) que haviam prestado o exame se reuniam na porta do Grupo e, à medida que os nomes dos aprovados na fase eram lidos, iam subindo as escadas para realizar a prova de matemática. Aqueles(as) que não tinham seus nomes lidos estavam reprovados e deveriam esperar mais um ano para novamente realizar a seleção. Com o exame de matemática repetia-se o mesmo sistema, caso os(as) candidatos(as) fossem aprovados(as) eram submetidos(as) aos exames de história e geografia, que não consistiam em disciplinas eliminatórias. Os professores responsáveis pela aplicação dos exames eram: para português Natalino Mendes; matemática: Gico Curvo; história: Benete Jorge da Cunha e Geografia com o professor Poty Coelho. Segundo o Sr. Paulo, a média para aprovação era quatro. A seguir, reproduzo um trecho da

entrevista em que descreve sobre o processo de seleção para ingresso no ensino secundário, o Admissão:

Lá (Grupo Escolar) que eu fiz o Curso de Admissão ao Ginásio, o professor que fazia o exame final do curso de português era o Natalino e matemática era Gico Curvo, português e matemática eram matérias eliminatórias, era feita a prova de português, vamos supor hoje de manhã, aí no dia seguinte cedo, nós reuníamos na entrada do Grupo Escolar, onde tem aquelas escadas e era lido o resultado da prova de português, a medida que ia lendo o nome dos aprovados, eles iam subindo as escadas para fazer a prova de matemática, e os que não tinham passado em português, iam para casa chateados, pois estavam eliminados, e os outros entravam e faziam a prova de matemática que também era eliminatória, depois de fazer a matemática, também era o mesmo processo no dia seguinte, Geografia e História que não eram eliminatórias; o professor de geografia era Poty Coelho, que era professor do ginásio, a gente enfrentar um professor do ginásio era uma tremedeira mesmo, a professora de história era Benete Jorge da Cunha, você tinha que alcançar a média que era quatro, olha que tirar quatro antigamente não era fácil (MOREIRA, 2006).

De acordo com a entrevista, no primeiro ano do ensino primário, o Sr. Paulo sofreu processo de reprovação. Segundo ele, o principal motivo foi sua falta de dedicação nos estudos, visto que assim que chegava do colégio, ao invés de fazer as atividades para casa, juntamente com seus amigos iam tomar banho no Paraguai e de lá regressavam apenas na entrada da noite. Outras vezes, com a pequena canoa da família, permaneciam horas remando no Paraguai, ou ainda, em posse da “espingardinha flaubel” da família, “ia caçar com os colegas, e estudo nada” (MOREIRA, 2006). Atitudes, segundo ele não, consentidas por sua mãe que não hesitava em aplicar castigos e “surras”:

Eu me safava em português, com o professor Natalino, me safava sim pela redação, pois a gramática nunca foi o meu forte (risos), mas acho que pouca gente sabe a gramática do português puro; então eu entrei no ginásio; na primeira série não fui bem, reprovei na primeira; aí minha mãe era dureza, como deveriam ser até hoje, benditas surras que minha mãe me deu, depois, se não fosse por isso, pôxa, não fiquei com trauma, até agradeço por ela ter me surrado bastante, que eu chegava da aula, em vez de estudar, pulava neste rio Paraguai, só voltava à noite pra casa, já voltava sabia que ia apanhar, jantar e dormir (risos) (MOREIRA, 2006).

O Sr. Paulo não apresentava bons resultados nos estudos, visto que não se dedicava o suficiente para “tirar boas notas”, como ele mesmo afirma. Sendo assim, juntamente com sua mãe entraram em um acordo, e foi enviado para o internato do Colégio Dom Bosco, pois sua mãe pretendia enviá-lo a uma escola militar. No entanto, após muitas negociações, ela aceitou mandá-lo para o internato em Campo Grande, solução encontrada a fim de fazê-lo se dedicar aos estudos. Nessa instituição, o Sr. Paulo concluiu o ginásio e, em seguida, no ano de 1962, ingressou-se no curso de contabilidade no Colégio Oswaldo Cruz, também em Campo

Grande. Retornou-se para Cáceres/MT em 1964 para assumir os negócios da família, tendo em vista que seu pai estava com a saúde debilitada, vindo a falecer um ano depois, em 1965. O entrevistado prosseguiu com os negócios da família e em 1978 ingressou-se na primeira turma do curso de Letras do IESC (hoje Universidade do Estado de Mato Grosso), tendo concluído o curso quatro anos depois.

3.3.4. Ginásio Onze de Março

Nas narrativas utilizadas para a construção desse trabalho, apenas um entrevistado afirma ter estudado nessa instituição. No entanto, seus relatos oferecem muitos elementos para se conhecer um pouco sobre o Ginásio Onze de Março, posteriormente denominado de Escola Estadual Onze de Março, primeira instituição de ensino secundário de Cáceres/MT. Foi criada com base na Lei nº 27 de 22 de outubro de 1947, como fruto de lutas que se arrastaram por longos anos. No entanto, as aulas só tiveram início em abril do ano de 1948.

Como já foi discutido anteriormente, em Cáceres/MT, até meados da década de 1940, os filhos das famílias que possuíam recursos financeiros assim que concluíam o primário, em geral no Colégio São Luiz ou Imaculada Conceição, e posteriormente no Grupo Escolar, iam cursar o ginásio em Cuiabá, Corumbá ou Campo Grande. Dessa minoria, um seleto grupo tinha a oportunidade de ingressar no ensino superior, em geral no Rio de Janeiro, São Paulo, ou em cidades mineiras como Viçosa e Ouro Preto, como já foram apontados alguns casos em parágrafos acima. Estes, por sua vez, regressavam “doutores”, como médicos, cirurgiões-dentistas, advogados, contadores, engenheiros entre outras profissões rentáveis e, em geral, eram os mesmos que mais tarde fariam parte dos poderes administrativos da cidade, enfim, o poder tanto político quanto econômico permanecia nas mãos de uma pequena parcela da população.

No caso das meninas, a realidade em geral era bem pior, pois de acordo com o pensamento reinante da época, as mulheres necessitam apenas saber ler, escrever e dominar as quatro operações da matemática. Posterior a isto, cabia a elas se dedicarem ao bordado, costura, saber cozinhar e, eventualmente, tocar piano e ficar à espera de um “bom partido”. Essa mentalidade machista que imperava na sociedade acarretava com que a maioria dos pais dificilmente se importasse com a educação das filhas, quando muito as permitiam concluir o ensino primário, disponível na cidade. Nas narrativas aqui trabalhadas há casos que exemplificam essa realidade. Outro fator que agravava essa situação era o fato de Cáceres até 1948 não possuir ensino ginásio. Como se pode ver nos relatos aqui trabalhados, poucas das

entrevistadas tiveram a oportunidade de prosseguir com os estudos até o secundário e apenas uma concluiu o ensino superior. O fato de Cáceres não possuir essa modalidade de ensino contribuía para manter afastada das escolas grande parte da população, em sua maioria mulheres (BAPTISTA, 1998).

Em 1948, mais precisamente no dia primeiro do mês de abril, iniciaram as aulas no Ginásio Estadual Onze de Março, que posteriormente viria a se chamar Escola Estadual Onze de Março, também conhecido como CEOM. A fundação desse colégio se deu mediante ação do capitão do Exército, Cândido Nunes da Silva, que deu início a um projeto de criação de um colégio e, para tal fim, convidou para ajudá-lo o cacerense Natalino Ferreira Mendes, recém-chegado de Cuiabá, onde cursara o secundário. Este fora também professor de português durante muitos anos, além de exercer o cargo de diretor. O colégio, assim que fora fundado, funcionava em uma casa da família de Cândido Nunes e, inicialmente, contava com quatro turmas de primário e uma de admissão ao ginásio.

O colégio atendia tanto o público feminino quanto masculino. Inicialmente, segundo relatos de ex-professores, os pais hesitavam em matricular suas filhas no colégio, pois viam como inadmissível meninas com idade acima de 10 anos frequentarem uma escola na qual meninos estudariam na mesma classe que elas. Foi necessário que os professores fossem às casas dos pais das crianças, especialmente das meninas, na busca de convencê-los a matricular suas filhas no colégio. A ação foi exitosa. No ano de fundação, os(as) professores(as) e toda a equipe escolar conseguiram reunir um grupo de 60 estudantes para se submeterem ao exame de Admissão, iniciando em abril a primeira turma do curso ginasial de Cáceres. Nos primeiros anos do colégio, compunham o corpo discente apenas filhos das camadas mais abastadas da cidade (BAPTISTA, 1998).

A fundação do Ginásio Onze de Março possibilitou que a parcela populacional desprovida de recursos financeiros tivesse a oportunidade de cursar o secundário, bem como tornou o ensino primário gratuito mais acessível. Obviamente que isso não se deu repentinamente.

O Sr. Gregório Costa, único dos entrevistados que frequentou o Ginásio, nasceu na fazenda da família, na região do Sepotuba, nas proximidades de Cáceres. As primeiras letras lhe foram ensinadas por uma tia que lecionava para as crianças na fazenda, posteriormente mudou-se para Cáceres e passou a frequentar o colégio aqui em discussão. Cursou os quatro anos do primário e em seguida prestou o Admissão e, juntamente com um de seus dez irmãos, foi aprovado, ingressando no ensino secundário no Ginásio Estadual. Assim que concluiu o

secundário, seu pai encontrava-se muito doente e foi necessário abandonar os estudos para se dedicar aos cuidados da fazenda e de seus dez irmãos menores, permanecendo no campo até 1954, quando se mudou novamente para Cáceres a fim de servir o Exército, tendo servido as forças armadas durante dez meses e, nesse intervalo, fez curso de cabo e depois de sargento. Ao final desse tempo, retornou-se para a fazenda e lá continuou até se casar:

Muito bem, então, comecei aqui no colégio Onze de Março, primeiro ano primário, fiz os quatro anos lá e na época tinha o admissão pra ir pro ginásio, fiz em três meses pra começar o ginásio da época, passamos, eu e meu irmão Valter; fizemos o ginásio já com Natalino Ferreira Mendes que foi nosso primeiro diretor do Onze de Março e a minha primeira professora foi a Ercília Rondon, esposa do Luiz Jorge. Fiz o ginásio lá e quando terminou, coincidiu com a doença de meu pai, então eu tive que largar de estudar e ir pra fazenda que tinha mais dez irmãos para ajudar criar; fui para lá e fiquei até na época de servir; em 1954, vim servir o Exército aqui, fiquei dez meses; fiz curso de cabo, de sargento (...). Deixando o Exército, voltei para fazenda lá com meu pai, ele já tava doente e fiquei até para casar (COSTA, 2005).

O Sr. Gregório salienta que o Ginásio funcionava na rua Coronel Dulce²³. Os relatos do entrevistado permite conhecer as dinâmicas e amizades estabelecidas entre os(as) alunos(as) como por exemplo, as partidas de futebol com laranja seca e calçados durante no intervalo, bem como traz ao conhecimento uma série de normas que regiam a instituição. Normas, estas, muito parecidas com as dos Colégios Imaculada Conceição e São Luiz, já discutidas em outro momento dessa pesquisa, como as filas para entrada e término das aulas, normas que valiam também para saída e volta dos intervalos:

No nosso recreio na época, nós fazíamos futebol no pátio do colégio; o Onze de Março funcionava ali na rua Coronel Dulce, em frente àquela floricultura, ali que era o Colégio e o pátio do recreio era pequeno, e nos fazíamos o futebol com laranja seca e calçado, então era só na base da botina; quando voltava pra sala de aula era o nego sujo, riscado de botina (...) Pra sair pro recreio, saía em fila; hora que tocava a campainha para recolher para a aula, entrava na fila e voltava em fila e no começo da aula tocava o hino nacional, para poder ir pra sala de aula; isso era todos os dias; na hora de sair também era fila para lá e para cá (COSTA, 2005).

Em seus relatos o Sr. Gregório nomeia vários professores que tivera no Ginásio, adorados por ele ou não, as disciplinas, como por exemplo, o inglês ministrado pela professora Clara que, segundo ele, sempre favorecia os alunos mais velhos e, por essa razão, não gostava da disciplina; o professor de geografia, Poti Coelho que, ao contrário da professora Clara, favorecia sempre os mais novos. A disciplina de matemática era ministrada pelo professor Astor Lima, que era “bravo” ou pelo menos buscava manter uma postura mais rígida diante dos alunos, porém “ninguém se importava com a braveza dele”, segundo

²³ Atualmente o Colégio está localizado na Avenida Tiradentes, no centro da cidade.

palavras do entrevistado. Na grade curricular havia ainda latim que era ministrado por um padre francês e aulas de canto, disciplina ministrada pelas madres Maria Marcel e Terezinha, respectivamente.

Olha, eu não gostava do inglês, por exemplo, não gostava justamente por causa das ligações da professora Clara com os mais velhos e os mais novos não tinham vez não; e geografia, por exemplo, que era Poti Coelho, ele era enérgico com os novos, com os pequenos, mas com os outros (...) Nós tínhamos um professor de matemática ele (...). Eu gostava de matemática, eu sempre gostei de matemática; naquela época, tinha latim e francês, tudo no ginásio, né. Nosso professor de latim era um padre e o de francês era madre Maria Marcel, e a professora de canto era uma irmã, a madre Terezinha, era muito boa; Maria Marcel era brava (COSTA, 2005).

Os relatos acima apontam para uma série de elementos que compõem o cotidiano escolar, como por exemplo, as normas, disciplinas, bem como nomeiam sujeitos, descrevem amizades, travessuras, medos, sonhos realizados ou não, frustrações, decepções, mágoas entre tantos outros sentimentos que, muitas vezes, não podem ser descritos com palavras, mas são perceptíveis nos olhares, gestos, tons de fala... Revelam, sobretudo, as ínfimas relações estabelecidas no cotidiano escolar, assim como a escola do ponto de vista daquelas(as) que a frequentaram em busca de conhecimentos formais, isto é, ex-alunos(as) que narraram sobre esse período tão peculiar na vida de qualquer sujeito. Essas narrativas possibilitaram compreender um pouco desse universo tão relevante na vida dos sujeitos que o frequenta. Desse modo, esse capítulo pretendeu mostrar e discutir algumas facetas do processo de escolarização, as narrativas apontaram uma série de normas, disciplinas, professores, teias de amizades, condutas entre outros aspectos.

Dessa maneira os estudos da memória são, assim como os documentos escritos, fontes essenciais para se conhecer a história das instituições escolares, bem como o currículo, o cotidiano e infinitas possibilidades que essa fonte traz em si mesma, como os fatos e acontecimentos, práticas culturais e etc. que colocam em evidência as “memórias de experiências” e os sentidos de seus usos por um determinado grupo social. Reconstruir e ativar o passado mediante a memória coletiva e das experiências que se encontram escritas ou inscritas nas mais diversas relações tecidas pelos sujeitos no ambiente escolar possui como objetivo, também, repensar o sentido da escola e das interações entre os atores sociais nesse ambiente, significa, entre outras coisas instigá-la a revisitar as experiências registradas ou contadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Oral tende a representar a realidade não como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos (PORTELLI, 1997, p. 16).

Walter Benjamin em *O narrador* (1994, p. 197) assinala que a “arte de narrar está em via de extinção”. São poucas pessoas que sabem narrar devidamente e isto se explica pela dificuldade em “intercambiar” as experiências. Com o passar dos tempos a arte de narrar vai sendo sucumbida pelas novas atrações, entretenimentos e, conseqüentemente, saberes, acontecimentos/eventos, experiências, vivências, sociabilidades, amizades, e outros aspectos que poderiam ser citados aqui vão sendo esquecidos pelos indivíduos. Para tanto, o objetivo dessa pesquisa constituiu em registrar/trabalhar alguns aspectos da cidade de Cáceres/MT sob o prisma de uma parcela específica de moradores: as elites. Contudo, o objetivo não foi escrever a história do ponto de vista das elites, mas sim, pensar a cidade na ótica dessa camada social.

O trabalho com os relatos orais permitiu “reacender” memórias e vozes que se encontram adormecidas e que se perderam em meio ao processo de modernização. Os espaços, acontecimentos e sociabilidades da cidade de Cáceres adquiriram diferentes significações expressas nos relatos de pessoas que contaram suas experiências de vida. Pois assim como assinala Portelli (1997), a memória é um processo individual, e como tal, as recordações podem ser similaridades ou contraditórias. Desse modo, compreende-se os diferentes olhares sobre a cidade. A memória também carrega marcas da relatividade, da descontinuidade, da subjetividade e da impossibilidade de se conseguir a descrição plena daquilo que se passou, no entanto, carrega em si a possibilidade de trazer ao presente “nuances do passado” (DORIS ALMEIDA, 2009) que podem estar esquecidas e não raro impossíveis de se encontrarem em outra documentação.

Buscou-se entender a concepção de modernidade almejada especialmente pelas elites da cidade, bem como apreender em que base se constituíram as representações acerca da modernização/modernidade, entendidas aqui como civilização e progresso os discursos empreendidos pelas elites e administradores públicos no intuito de inserir Cáceres, no dito

mundo civilizado, que tinha como parâmetro a Europa, especialmente a França. Para tanto, a imprensa periódica e os Códigos de Postura foram essenciais e, juntamente com as narrativas orais, possibilitaram compreender grande parte do contexto social e político, a busca pela modernização dos espaços urbanos, bem como os hábitos e costumes dos cidadãos.

As “raízes” desse “movimento” de modernização de Cáceres/MT encontra-se na reabertura da navegação pelo rio Paraguai, pós Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). A partir desse momento, Cáceres passou a ter contato assíduo com os estados do litoral, países do Prata e Europa, visto que a navegação “encurtou” as distâncias entre a cidade e esses centros urbanos. Em decorrência do *ir e vir* de seus moradores, especialmente das elites, além da chegada de imigrantes, sobretudo europeus, estes por sua vez, passaram a receber influências dos ideais de modernização/modernidade vividos nos grandes centros brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Isso desencadeou uma modificação na forma de ver e sentir a cidade pelos moradores, especialmente pelas elites que passaram a instigar os administradores públicos a remodelar o espaço urbano que carregava os ares de cidade colonial, com ruas muitas vezes sem saídas, sem calçamento, falta de redes de esgoto e água, iluminação e vários outros problemas enfrentados pela *urbe*.

Procurando sanar os problemas que distanciavam Cáceres do padrão de “cidade moderna”, a remodelação dos espaços urbanos e disciplinarização dos cidadãos, a exemplo de outros centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram traçados vários projetos. Para tanto, investiu-se em obras com a arborização de ruas, praças e avenidas, assim como o calçamento das mesmas, a construção do cais do porto, matadouro municipal, iluminação (inicialmente a gás), construção de novos espaços de sociabilidades como o Jardim Público e clubes, entre outros projetos que, em decorrência da falta de recursos financeiros, não saíram do papel. Juntamente com essa tentativa de modernização do espaço urbano, vieram também as investidas contra antigos hábitos dos cidadãos considerados como inadequados para o padrão de cidade que se buscava construir, como por exemplo, o abate de reses no perímetro urbano, a circulação de animais como cachorros, vacas galinhas e etc, proibição de batuques, frequência a locais considerados inadequados (áreas de prostituição) entre outras questões que foram duramente combatidas pelos administradores.

As narrativas orais possibilitam perceber também que, juntamente com essa tentativa de modernização dos espaços urbanos, vieram os discursos segregacionistas em relação à população local e aos bolivianos que, comumente, imigravam em busca de empregos e, conseqüentemente, melhores condições de vida. A proximidade com a fronteira boliviana

considerada como “terra sem lei”, “espaço da barbárie”, da “indolência”, do “atraso” não era bem vista pelos administradores, tão pouco pelas elites, uma vez que para estas, aquela população estava longe do modelo de cidade que buscavam construir.

Embora as elites de Cáceres constituíssem uma pequena parcela da população, por outro lado, eram bem significativas e, na medida do possível, procuraram estabelecer nos “rincões da civilização” um conjunto de normas que as permitissem se desvencilhar dos vários estereótipos imputados aos ditos “sertões” brasileiros, expressão comumente utilizada naquele momento para se referir aos lugares mais afastados do litoral. Desse modo, a figura do *bugre* (homem tradicional/populações nativas e/ou bolivianos que imigravam para a cidade), passou a ser comumente utilizado. Normalmente estava/está associada ao sentido pejorativo, sempre identificado como “atrasado”, “indolente”, “sem espírito acumulativo”, representando tudo o que era/é tido como negativo, indesejável e condenável aos olhos das elites majoritariamente brancas, que buscavam erguer-se aos moldes da cultura europeia, especialmente da França. Seus hábitos e costumes são vistos como atrasados e inadequados para uma cidade que buscava se constituir como civilizada. A terminologia continua sendo muito utilizada e seu sentido e também não sofreu alterações.

Procurei também discutir algumas sociabilidades que se constituíram em Cáceres nas primeiras décadas do século XX, a partir das vivências e relações tecidas pelos cidadãos nos mais distintos espaços sociais da *urbe*. Pelas narrativas orais foi possível perceber como se configuraram as vivências e experiências dos sujeitos no universo cidadão, expressando-se de múltiplas formas, ao mesmo tempo em que delimitavam espaços de convivências específicas a cada grupo social. As memórias revelaram percursos, espaços e as distintas sociabilidades que se estabeleceram em Cáceres nesse período. Mediante o trabalho de “costura” dos fragmentos esparsos nas narrativas, foi possível chegar ao conhecimento de uma gama de sociabilidades. Aderir a pluralidade de interpretações que as fontes suscitam foi, acima de tudo, uma condição para se sondar possibilidades de existência de valores e necessidades diversas que coexistem entre si.

Busquei analisar a cidade como um “organismo vivo”, constructo social, tendo como ponto de partida as percepções dos sujeitos que narraram sobre a cidade. Interpretar a *urbe* nesse sentido é entender que a mesma é fruto das relações dos sujeitos que nela habitam. Para tanto, apropriei-me das discussões de Ítalo Calvino (1990), segundo o qual, a cidade é concebida a partir dos sujeitos que nela habitam. Para ele, a cidade desenha-se a partir daquele que a observa, ao passo que existem e convivem em um mesmo espaço variadas experiências,

a partir dos diversos grupos sociais que a produz. Sobre a dinâmica que constitui a cidade, Calvino (1990, p. 17) assinala que “cada pessoa tem em sua mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares”. A cidade então deve ser compreendida como um espaço heterogêneo, múltiplo, ao mesmo tempo em que carrega particularidades dos sujeitos que transitam por suas avenidas, ruas, praças, vielas e etc., Para tanto, deve-se entender que a *urbe* não é feita de traçados geométricos, mas sim das relações entre as medidas de seu espaço e as dinâmicas sociais que a envolve.

Muito além de sua definição por aspectos físicos e históricos, as cidades também se constituem por acontecimentos que reúnem experiências humanas com singularidades sociais próprias de cada indivíduo que se reconhecem e se validam nos grupos de pertencimentos. Os relatos orais possibilitaram redesenhar os espaços de Cáceres sob o olhar de uma parcela de seus frequentadores, além de mostrar as impressões que estes possuíam/possuem sobre os mesmos, que até então haviam sido ignorados pelos documentos e histórias oficiais.

Dentre as sociabilidades que aparecem nos relatos de memórias, constam os passeios no Jardim Público e Ponte Branca, cadeiras nas calçadas, sessões de cinema, saraus, piqueniques, bailes de carnaval, as touradas, cavalcadas e as festas de santos. Cada sociabilidade possuía regras específicas e não raro, com discursos de exclusão das categorias populares, como bem demonstraram as narrativas.

O trabalho com as narrativas apontaram o estabelecimento de um conjunto de sociabilidades locais. Destas, várias transcendiam os limites da casa, da rua, do bairro, mobilizando grande parte dos cidadãos de Cáceres, ampliando o capital social e simbólico das redes de interação nas quais os sujeitos circulavam, trocavam informações e transmitiam saberes e práticas. Foi possível notar um conjunto de concepções e percepções sobre as práticas desses sujeitos que integravam uma teia de relações sociais, em meio a um espaço social multifacetado, incluindo desde os espaços domésticos (casa) até os espaços públicos (rua, bairro, jardim) bem como os semipúblicos (clubes), espaços nos quais eram operacionalizadas as mais diversas sociabilidades, ao passo que ia compondo o cotidiano do viver e sobreviver no espaço urbano.

Para além dos registros sobre as sociabilidades, todas essas comemorações remontam a ideia de evocação da memória cujas celebrações são reveladas das mais variadas maneiras, diferentes perspectivas, abordagens, remetendo ao caráter multifacetado da memória, que tende a dar ênfase a alguns acontecimentos/fatos, ao mesmo tempo em que outros são

esquecidos. Como característica do processo de rememoração, os narradores ao se referirem a esses eventos, sempre fazem a contraposição entre o passado, época áurea, mais colorida, divertida e o presente como responsável pelo apagamento desses momentos, nos quais tudo aquilo que fez parte da infância e da juventude, enfim da vida dos mesmos são, agora, esquecidos pelas novas gerações.

O conjunto de narrativas orais trabalhado ao longo dessa pesquisa possibilita amplas abordagens sobre a cidade de Cáceres. Os(as) depoentes rememoraram sobre os mais diversos assuntos, como local de nascimento, infância, vida familiar, questões políticas, vida afetiva, e etc. Entre as temáticas que aparecem nos relatos e que despertou interesse em analisar foram as memórias acerca do processo de escolarização dos entrevistados. A “curiosidade” em compreender um pouco sobre a educação em Cáceres, nesse período, (primeiras décadas do século XX) instigou-me a aprofundar sobre essa temática, constituindo em objeto do terceiro capítulo dessa pesquisa.

As escolas também guardam memórias, sendo, portanto, espaços nos quais se tecem parte da memória social de uma determinada cidade. O conhecimento do universo escolar possibilita compreender as instituições escolares para além de suas finalidades específicas (de ensinar), mas percebê-las como territórios de lenta aprendizagem do mundo exterior, isto é, uma educação para além da sala de aula, educação para a vida. Procurei recontar parte da história da educação em Cáceres nas primeiras décadas do século XX por meio das memórias de ex-alunos(as) que narraram sobre o cotidiano escolar, o ir e vir até a escola, as normas, os(as) professores(as), entre outros aspectos. Os(as) ex-alunos(as), mediante suas narrativas, reconstruíram e ressignificaram um passado distante, possibilitando conhecer e compreender o espaço escolar e as significações destes para aqueles que os compõem, especialmente os alunos que, no interior desse contexto, constituem o elemento fundamental para as dinâmicas que se estabelecem nesses espaços. Admiração, respeito, temor, carinho, são sentimentos que se misturam e, ao mesmo tempo eternizam sujeitos que há muito tempo já se foram.

As memórias dos(as) ex-alunos(as) apontaram basicamente para quatro instituições de ensino: Colégio Imaculada Conceição, Colégio São Luiz, Grupo Escolar Esperidião Marques e Ginásio Onze de Março. As duas primeiras instituições pertenciam à iniciativa privada (a primeira ainda está em funcionamento e figura entre as mais importantes instituições de ensino de Cáceres), fundadas e mantidas por religiosos, as outras duas instituições eram e são públicas, sendo fundadas em 1912 e 1948, respectivamente.

Até 1948 Cáceres possuía apenas o ensino primário e somente neste ano é que ocorreu a fundação do Ginásio Onze de Março. Até esta data, os filhos das famílias que possuíam recursos financeiros, assim que concluíam o primário, em geral no Colégio São Luiz ou Imaculada Conceição, e posteriormente no Grupo Escolar, iam cursar o ginásio em Cuiabá, Corumbá ou Campo Grande. Dessa minoria, um seleto grupo tinha a oportunidade de ingressar no ensino superior, em geral no Rio de Janeiro, São Paulo, ou em cidades mineiras como Viçosa e Ouro Preto. Estes, por sua vez, regressavam “doutores”, como médicos, cirurgiões dentistas, advogados, contadores, engenheiros entre outras profissões rendáveis e, em geral eram os mesmos que, mais tarde, fariam parte dos poderes administrativos da cidade, enfim, o poder tanto político quanto econômico permanecia nas mãos de uma pequena parcela da população.

No caso das meninas, a realidade em geral era bem pior, pois de acordo com o pensamento reinante da época, as mulheres necessitam apenas saber ler, escrever e dominar as quatro operações matemáticas. Posterior a isto, cabia-lhes a dedicação ao bordado, costura, saber cozinhar e, eventualmente, tocar piano e ficar à espera de um bom partido. Essa concepção machista que imperava na sociedade fazia com que a maioria dos pais dificilmente se importasse com a educação das filhas, quando muito as permitiam concluir o ensino primário, disponível na cidade, nas narrativas aqui trabalhadas há casos que exemplificam essa realidade. Outro fator que agravava essa situação era o fato de Cáceres, até 1948, não possuir ensino ginásio. Como se pode ver nos relatos aqui trabalhados, poucas das entrevistadas tiveram a oportunidade de prosseguir com os estudos até o secundário e apenas uma concluiu o ensino superior. O fato de Cáceres não possuir ensino secundário contribuía para manter afastada das escolas grande parte da população, em sua maioria mulheres.

Em várias narrativas, as entrevistadas relataram situações muito comuns para as mulheres nesse período: é a menina que frequentava a escola para buscar formação com o intuito de aperfeiçoar-se para o casamento, aprendendo a costurar, fazer bainha, cerzir, bordar, pintar, etc, uma matriculada no curso de piano, com o objetivo de embalar os tão badalados saraus nas noites cacerense; outra que concluiu o curso primário, mas a família não possuía recursos financeiros para mantê-la em outra cidade; a que o pai não permitiu continuar os estudos, por achar que era pretexto “para arranjar namorado” e que apenas deveria saber ler e escrever; ou aquela que “apaixonou-se” e resolveu abandonar os estudos para se casar e seguir o destino que tão breve lhe aguardava. Enfim, são vidas com histórias, percursos e desfechos diferentes mas, no fundo, praticamente todas carregam dentro de si a angústia de não terem

tido a oportunidade de prosseguir os estudos e galgar elevadas posições políticas e sociais no mundo dos negócios, entre tantos outros objetivos/sonhos, que não foram possíveis de se alcançar.

Como já foi largamente discutido nessa pesquisa, as narrativas aqui trabalhadas oferecem amplas possibilidades de se pensar a cidade de Cáceres/MT. No entanto, a construção desse trabalho se deu mediante três eixos, a saber, modernidade, sociabilidades e educação. A escolha dessas temáticas não se deu aleatoriamente, mas buscou-se mediante estas demonstrar que, embora pequena, se considerada com outros centros urbanos do país, Cáceres esteve concatenada com novos tempos que a Primeira República inaugurara. Nesse sentido, a partir do momento que as elites passam a circular nos grandes centros urbanos do país, cidades platinas e europeias, estas por sua vez, trazem consigo as ideias e as concepções de vida daquelas paragens e, a partir daí, começam a se incomodar com o atual cenário de cidade colonial que a pequena urbe ainda carregava e, juntamente com os poderes administrativos, traçam vários projetos de remodelação dos espaços urbanos. Contudo, essas modificações não se restringem ao aspecto material, mas repercutem também nos modos de se perceber e viver a cidade, criando novos espaços e práticas de sociabilidades que se adequaram à realidade da cidade fronteiriça.

As novas sociabilidades vieram travestidas de educabilidades, normas que se aplicavam especificamente a cada espaço e/ou sociabilidade, como foi possível notar nos relatos dos moradores cacerenses. Concomitante a esse processo, a educação na Primeira República recebeu atenção especial por parte do governo; a partir disso busquei investigar a presença desses elementos nas instituições escolares de Cáceres, dentre elas o Grupo Escolar, que naquele momento representava o progresso que a República tanto pregava, procuraram seguir o que de havia de mais moderno no que diz respeito aos métodos, introdução de disciplinas voltadas à profissionalização, assim como buscavam educar meninos e meninas para que, mais tarde, desempenhassem seus respectivos papéis sociais. Para tanto, foram utilizadas as narrativas orais de ex-alunos(as) das principais instituições de ensino em Cáceres, a saber, Colégios São Luiz e Imaculada Conceição, Grupo Escolar e Ginásio Onze de Março.

As narrativas contadas por habitantes que vivenciaram a dinâmica da cidade, como palco dessas práticas, revelaram um tempo e um lugar agora inexistentes que ganham vida somente nos relatos de memória; em alguns relatos, os(as) narradores(as) contam suas experiências vivenciadas com um ar de tristeza e saudades de uma época entendida por um

determinado grupo social como “mais romântica”. As sensações de tristeza e saudades se devem a esses tempos vividos que não existem mais, assim como a existência humana na atualidade parece também estar fora de tempo e do lugar. Os(as) narradores(as) contaram suas histórias vidas, revelaram seus anseios, sonhos realizados ou não, medos, frustrações, alegrias, ao passo que iam também desenhando o ambiente citadino, revelando uma face da cidade, desconhecida pela maioria de seus moradores, sobretudo uma cidade, agora inexistente.

Fontes impressas

- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 46, 1912.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 47, 1912.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 48, 1992.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, nº. 49, 1912.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 50, 1912.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 59, 1912.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano III, n. 104, 1913.
- Argos*: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano III, n.105, 1913.
- A Razão*: Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso. Ano IX, n. 45. 1926.
- A Razão*: Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso. Ano XII, n. 838, 1933.
- A Razão*: Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso. Ano XIX, n. 939, 1935.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. vol. II. IBGE. Rio de Janeiro, 1957.
- Código de Postura da Câmara Municipal da Cidade de São Luiz de Cáceres. Palácio do Governo de Matto-Grosso, 28 de Dezembro de 1888.

Fontes orais

- ALBUQUERQUE, Joana de. (79 anos). (fev. 2006). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 15 de fevereiro de 2006.
- ARRUDA, Clarice. (61 anos). (jun. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 06 de junho de 2005.
- COSTA, Gregório. (70 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 27 de abril de 2005.
- DIAS, Judite. (78 anos). (ago. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 18 de agosto de 2005.
- DUARTE, José. (85 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 27 de abril de 2005.
- FERNANDES, Maria. (78 anos). (out.2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 18 de out. 2005.

FIGUEIREDO, Augusto. (73 anos). (jun. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 21 de junho de 2005.

FONTES, Joaquim. (74 anos). (mai. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 03 de maio de 2005.

LEITE, Ana. (97 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 20 de abril de 2005.

LIMA, João de. (82 anos). (set. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 06 de setembro de 2005.

MEDEIROS, Regina. (78 anos). (out.2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 18 de outubro de 2005.

MORAIS, Lúcio. (94 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 20 de abril de 2005.

MOREIRA, Paulo. (61 anos). (fev.2006). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 19 de fevereiro de 2006.

NUNES, Eliane. (77 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 09 de março de 2006.

PAIVA, Eloise. (87 anos). (jun. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 23 de junho de 2005.

RIBEIRO, Marta. (94 anos). (ago. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 04 de agosto de 2005.

SILVA, José da. (85 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 27 de abril de 2005.

Referências

AGUIAR, Patrícia Menegheti. **O Exame de Admissão e a seletividade na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971)**. 2013, 95 fls. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon. **Os exames de admissão ao ginásio, seu significado e função na educação paranaense: análise dos conteúdos matemáticos (1830 a 1971)**. 2013, 145 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Pedagogia: a arte de erigir fronteiras. In: Maria Isabel Edelweiss Bujes e Iara Tatiana Bonin. (Org.). **Pedagogias sem Fronteiras**. 1ed. Canoas: Ed. da ULBRA, 2010, v. 1, p. 21-31.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In. **História da Vida Privada no Brasil**: Império: A corte e a modernidade nacional. (coord): NOVAIS, Fernando Antonio. (org) ALENCASTRO, Luiz Felipe de. São Paulo: vol. 2, Cia das Letras, 1997, p. 11- 93.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas. **História da Educação** (UFPEL), v. 13, 2009, p. 211-244.

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. In. **Pasos**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v.6. n.3. 2008, p. 569-590. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf Acesso em: 23 de fev de 2015.

ALVES, Laci Maria Araújo. **Educação em Mato Grosso na década de Vinte**. Revista de educação pública, Cuiabá-EdUFMT, 1994.

_____, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino**: educação em Mato Grosso: 1910-1927. Cuiabá/MT: EdUFMT, 1998.

ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. Memórias subscritas em um tempo revisitado. In. **História e Memória de Cáceres**. CHAVES, O. R.(org) *et al.* Ed. Unemat, 2011, p. 229- 256.

_____, Maria do Socorro de Sousa. **Territórios Amazônicos e o Araguaia mato-grossense**: configurações de modernidade, políticas de ocupação e civilidade para os sertões. 2013. 303 fls. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ARRUDA, Adson de. **Imprensa, Vida urbana e fronteira**: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900- 1930). 2002. 143 fls. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História Hoje** (São Paulo), Internet, v. 3, n.7, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida**: sobre la historia del presente. Madri: Alianza Editorial, 2004.

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. **Nos bares da cidade**: lazer e sociabilidade em Brasília. 2012. 233 fls. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BAPTISTA, Marta. **Estrela de uma vida inteira**: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella: Cáceres: 5ed, 1998.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In. Obras escolhidas, III, **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. Da cidade moderna às contemporâneas: notas para uma crítica do urbanismo modernista. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., 2014. 247-271. p. 250.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. As transformações nas sociabilidades dos jovens em Teresina nas primeiras décadas do século XX. **OPSIS: Revista do NIESC**, Vol. 6, 2006, p. 96-107. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Sociabilidades%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Sociabilidades%20(1).pdf)>. Acesso em: 08 de abr. 2015.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. FREITAS, M. C. (org.)- 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 237-258.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 13ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CAMARGO, Marisa de Oliveira. **A tauromaquia cuiabana: festa, barbárie e tradição (1936-1970)**. 2005. 167 fls. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

CANOVA, Loiva; OLIVEIRA, Jhuan Cláudio Matos de. Na linha dos jornais: discursos e moralidades. **Rev. História e Diversidade**. vol. 3, nº. 2 (2013), p. 114-136.

CARMO, Roney Gusmão do. **Memória social do aluno-trabalhador sobre a escola noturna**. 2011, 135 fls. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

CEPRARO, André Mendes; *et al.* A história de uma Praça: sociabilidade, manifestações Públicas e religiosidade na cidade de Curitiba. **Rev. Licere**, Belo Horizonte, v.13, n.3, set/2010, p. 1-13.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 2. Morar e cozinhar**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. A Pesquisa em História da Educação: Experiência/s, Narrativa/s, Memória/s. In: **XI Encontro de Pesquisa em Educação da Anped Centro-Oeste: 2012**, Corumbá/MS. Educação e Pesquisa no Centro-Oeste: políticas, formação e inovação, p.1-12, 2012.

_____, Regiane Cristina. **Memórias da migração, memórias da profissão: narrativas de professoras sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980** (Tangará da Serra- MT). 2014, 211 fls. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: **Historiografia Brasileira em perspectiva**. FREITAS, M. C. (org.)- 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 57-72.

D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa. In: **História das Mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (coord). 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-241.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre.(dir). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995.

DUPLA, Simone Aparecida. Memórias e identidades na Escola Municipal São Jorge: entre relatos de experiências. **Rev. Semina**, V. 14, Nº 1, 2015, p.133-147. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/5316-17528-1-PB.pdf> Acesso em: 25 de set. de 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, vol 1: uma história dos costumes**; tradução; Ruy Jungmann; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FANAIA, João Édson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FANAIA, Maria de Lourdes. O olhar dos vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880. In: Cáceres: Olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. In: **História e Memória de Cáceres**. CHAVES, Otávio Ribeiro (org) et al. Ed. Unemat, 2011, p. 81-93.

FANTINEL, Letícia Dias. **Os significados do espaço e as sociabilidades organizacionais: estudo de um café em Salvador**. 2012. 216 fls. Tese (Doutorado em Administração). Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth (Orgs.) **Disciplinas e Integração Curricular: História e Políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro. (et al). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho D'Água, 2004.

FERREIRA MENDES, Natalino. **Efemérides Cacerenses I**. S/ed. 1992.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. Cotidiano escolar: uma introdução aos estudos do cotidiano em contribuição ao conhecimento da realidade escolar. In: **Sociedade em Debate**. Pelotas, 8(3)49-72, Dezembro/2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ucpel.tche.br>>. Acesso em: 10 de set. de 2013.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GASTAL, Susana. Lugares de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana. **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, p. 69-82.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. O *bugre*, um João Ninguém: um personagem brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, p. 92-99, 1999.

GONÇALVES, Gisele da Silva. **A cavalcada de Santo Amaro**: uma cultura viva na Baixada Campista. 2011, 152 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense-Darcy Ribeiro, Campo dos Goytacazes-RJ, 2011.

GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo. **Italianos em Mato Grosso**: fronteiras de imigração no caminho das águas do Prata (1856 a 1914). Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2011.

_____, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo. **Viveres, fazeres e experiências dos italianos de Cuiabá (1890-1930)**. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2005.

GONCALVES, Luciana de Freitas. **Imprensa e Poder nos tempos de Segurança Nacional: Cáceres: MT (1969-1984)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Grupiaras e Monchões**: garimpos e cidades na História do povoamento do leste de Mato Grosso-primeira metade do século XX. 1996. 325 fls. Doutorado (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

_____, Regina Beatriz. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII, 2006, p. 143-155.

_____, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato; EdUFMT, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed, 1975.

JACOMELI, Maria Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República**: 1891-1927. 1998. 191 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

JULIO, Kelly Lislie. **Práticas educativas e sociabilidades**: mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei (1808-1840). 182. Fls. Mestrado (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, 2007.

JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. FERNANDES, Tabatha de Faria. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. In. **Revista História em Curso**. Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 1º sem. 2013.

LACERDA, Rubens Gomes. **Os artesãos da memória nas tramas e retramas da História**: identidade e memória em Cáceres no limiar do século XXI. 2009. 113 fls. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: EdUSP, 1996.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. Viagem como prática de lazer: um estudo sobre os passeios, excursões e piqueniques realizados por moradores das periferias do Recife. In: **Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas SECIRI**, 2013, São Cristóvão - SE. ANAIS III SECIRI 2013, p. 1-17.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEE, Ana. **O sorriso da sociedade**: um crime que matou um tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

LIMA, Marisa Farias dos Santos. Imagens de Cáceres, a partir de fotografias escolares. In. **História e Memória de Cáceres**. CHAVES, O. R.(org) et al: Ed. Unemat, 2011, p. 277-291.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Polliana Morena dos; SOUZA, Daniela Moura Rocha. Memória e transmissão das experiências como desafios para os estudos da educação. **Revista Histerdbr On-line**, Campinas, n.36, 2009 p. 105-114. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/3801-13571-1-SM.pdf> Acesso em: 18 de set. de 2015.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In. **História da Vida Privada no Brasil**. Fernando A. Novais (coord); Nicolau Sevcenko (org). São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.131-214.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Cidade, sociabilidade e educabilidade**: Príncipe, Rio Grande do Norte (século XIX). 2011. 141. Fls. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2011.

MELO, Geovana Ferreira. Em questão: o lugar dos saberes docentes. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. IV. n. IV, p. 11-21, 2005. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/63/55> Acesso em: 20 de set. de 2013.

MENDES, Natalino Ferreira. **Efemérides cacerenses I**. Brasília DF. s/ed. 1992.

_____, Natalino Ferreira. **História de Cáceres**: história da administração municipal. 2 ed. Cáceres-MT: Ed. Unemat, 2009.

MENDES, Marcos Amaral. **Identidade e território**: estudo sobre a devoção o a São Benedito em Cuiabá – Mato Grosso. 2010, 355 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

MOZER, Mariana Calvo. **Touradas, toureiros e mortes**. 2010. 87 fls. Dissertação (Mestrado em Letras)- Pós-Graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993, p. 07-28.

NÓVOA, António. **História da Educação**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994. Tese de livre docência.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: Maria Cristina Leal; Marília Pimentel. (Org.). **História e Memória da Escola Nova**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003, v. 1, p. 9-26.

PAIÃO, Ilza Dias. A casa-escola no cenário urbano de Cuiabá (1872-1890): limites, tensões e ambiguidades. In: **III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. 2004, Curitiba/PR. Anais do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Curitiba-PR: PUCPR/SBHE, 2004, p. 1-14. Disponível em:

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/402.pdf> Acesso em: 06 de jan. de 2016.

PEREIRA, Niomar de Souza. **Cavalcadas no Brasil**: de cortejo a cavalo a lutas de mouros e cristãos. São Paulo: Escola de Folclore, 1983.

PINHO, Rachel Tegon de. Cáceres: Olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. In: **História e Memória de Cáceres**. CHAVES, O. R.(org) et al. Ed. Unemat, 2011, p. 66-80.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2015.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vila di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 1996, p, 103-130.

_____, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Conferências. **Projeto História**, São Paulo, vol. 15, 1997, p. 13-49. Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/11215-27330-1-SM%20\(2\).PDF](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/11215-27330-1-SM%20(2).PDF) Acesso em: 07 de jan. de 2016.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In. (org) Philippe Ariès e Roger Chartier- **História da Vida Privada**: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: vol. 3. Cia das Letras, 1991. p. 169- 211.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol5, no1, p. 1-22. Disponível em: [http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/7102-41004-1-PB%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/7102-41004-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 22 de mar. 2015.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. In. **Sitientibus**. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana - BA, v. 31, p. 103-118, 2004. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus> Acesso em: 21 de abr. 2015.

RODRIGUES, Carmem Izabel; PALHETA FERREIRA, Clélio. Sociabilidade Festiva e Ação Educativa em Espaço Público em Belém-Pará. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, 2013, p. 147-162. Disponível em:<[http file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2818-8863-1-SM.pdf](http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2818-8863-1-SM.pdf) > Acesso em: 08 de agos. 2015.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da educação no Brasil**: (1930/1973). 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá, EdUFMT, 2007.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In. **História da Vida Privada no Brasil**. NOVAIS, Fernando Antonio (coord); Nicolau Sevcenko (org). São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 513-620.

_____, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Adriane Cristine. **Grupo Escolar Esperidião Marques: uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso - 1910 – 1947**. 2011. 185 fls. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, Giuslane Francisca da. Trajetórias e transformações da família nuclear no Brasil. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, Ano XV, Vol. 22, p. 361-378. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1104/1437> Acesso em: 09 de nov. de 2015.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; SÁ, Nicanor Palhares. Educação em Mato Grosso: História e memória. In. **Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil**. Campinas-SP, 1998, p. 318-332.

_____, Elizabeth Madureira; SÁ, Nicanor Palhares. A Historiografia "clássica" da Educação de Mato Grosso e os avanços contemporâneos implementados pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação - IE/UFMT. **Educação e Filosofia (UFU. Impresso)**, v. 18, 2004, p. 41-66, Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/11221-41578-1-PB.pdf> Acesso em 12 de out. de 2015.

_____, Elizabeth Madureira. Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1879). Cuiabá, EdUFMT, 2000.

SIMON, Feliciano; AYALA, S. Cardoso. **Album Gráfico de Mato-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In. MORAES FILHO, Evaristo. (org). SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997, p. 163-181.

SOUSA, Poliana Macedo de; ERTZOGUE, Marina Haizenreder. História, memória e religiosidade na festa do Divino Espírito Santo em Natividade - TO. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 11, p. 101-116, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=folkcom&page=article&op=view&path%5B%5D=1593/> Acesso em: 02 de jun. 2015.

SOUZA, José Carlos de. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Aguiar. A escola como lugar de memória In **XXVIII Encontro Nacional de História: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**, 2015, Florianópolis/SC, 2015, p. 1-9. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428380432_pdf Acesso em: 17 de set. de 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. IN: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.) **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: UNESP/FCLAR, p. 3-30.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Entrevista concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 183-210, 2001.

VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade oitocentista**. São Paulo: Ed, Unesp, 2013.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012. p. 125-139.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **Processos educativos da infância em Cuiabá (1870-1890)**. 2012. 195 fls. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ZIOBER, Beatriz Ramalho; ZANIRATO, Silvia Helena. Fronteiras naturais e políticas ambientais da Itaipu Binacional (1975 - 1987): discussão prévia. In. **IV Congresso Internacional de História**. Maringá- Brasil, 2009, p. 4513-452. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/606.pdf>. Acesso em: 22 de mai. de 2015.